

UNIVERSIDADE DE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**PRÁTICAS POLÍTICAS DIGITAIS: A PERCEPÇÃO E A
DELIBERAÇÃO DOS VEREADORES DA 18ª LEGISLATURA
(2017/2020) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES POR
INTERMÉDIO DO FACEBOOK**

GABRIEL MONTEIRO CUPERTINO DE CASTRO

**VILA VELHA
JUNHO/2019**

UNIVERSIDADE DE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**PRÁTICAS POLÍTICAS DIGITAIS: A PERCEPÇÃO E A
DELIBERAÇÃO DOS VEREADORES DA 18ª LEGISLATURA
(2017/2020) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES POR
INTERMÉDIO DO FACEBOOK**

Dissertação apresentada à Universidade de Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

GABRIEL MONTEIRO CUPERTINO DE CASTRO

**VILA VELHA
JUNHO/2019**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

C355p

Castro, Gabriel Monteiro Cupertino.

Práticas políticas digitais: a percepção e a Deliberação dos vereadores da 18ª legislatura (2017/2020) da câmara municipal de Vitória/ES por Intermédio do facebook / Gabriel Monteiro Cupertino de Castro. – 2019.

164 f. : il.

Orientador: Matheus Mazzilli Pereira.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2019.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Democracia. 3. Vereadores.
I. Pereira, Matheus Mazzilli. II. Universidade Vila Velha. II. Título.

CDD 306.2

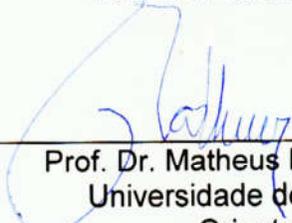
GABRIEL MONTEIRO CUPERTINO DE CASTRO

**PRÁTICAS POLÍTICAS DIGITAIS: A PERCEPÇÃO E A
DELIBERAÇÃO DOS VEREADORES DA 18ª LEGISLATURA
(2017/2020) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES POR
INTERMÉDIO DO FACEBOOK**

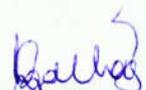
Dissertação apresentada à Universidade de Vila Velha,
como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em
Sociologia Política, para a obtenção do grau de mestre
em Sociologia Política.

Aprovado em 26 de Junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira
Universidade de Vila Velha
Orientador



Prof.ª. Dra. Larissa Galdino de Magalhães Santos
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Paulo Edgar da Rocha Resende
Universidade de Vila Velha

01001111 00100000 01110000 01110010 01100101 01110011
01100101 01101110 01110100 01100101 00100000 01110100
01110010 01100001 01100010 01100001 01101100 01101000
01101111 00100000 11000011 10101001 00100000 01100110
01110010 01110101 01110100 01101111 00100000 01100100
01100001 00100000 01100011 01101111 01101111 01110000
01100101 01110010 01100001 11000011 10100111 11000011
10100011 01101111 00100000 01101001 01101110 01110100
01100101 01101100 01100101 01100011 01110100 01110101
01100001 01101100 00100000 01100101 01101110 01110100
01110010 01100101 00100000 01101000 01101111 01101101
01100101 01101101 00100000 01100101 00100000 01101101
11000011 10100001 01110001 01110101 01101001 01101110
01100001 00101110 00001101 00001010¹

¹ Em código binário: "O presente trabalho é fruto da cooperação intelectual entre homem e máquina".

“SAM é feito livro. Como um livro, ele sabe as respostas. Mas só aquelas que já sabemos. Fomos nós que demos essas respostas a ele. A máquina, como o livro, não cria nada. Ambos são apenas produtos de cérebros criativos.”

Michael Shaara – “2066: Dia de Eleição” (1956)

“Deletar
O que realmente sinto e posso acreditar
Programar
Uma nova linguagem em que possa me adequar”

Dead Fish – Zero e Um (2004)

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO	19
LISTA DE TABELAS	20
LISTA DE GRÁFICOS.....	21
RESUMO.....	23
ABSTRACT	24
1 INTRODUÇÃO	12
2 A DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI.....	19
2.1 O modelo de democracia direta ateniense e o ocaso de dois mil anos.....	21
2.2 O modelo de democracia liberal do século XIX.....	30
2.3 As ondas democráticas do século XX	37
2.4 A democracia liberal no século XXI e a crise de representatividade	41
2.5 Democracia deliberativa: uma alternativa para a crise de representatividade?.....	54
3 A DELIBERAÇÃO POLÍTICA NA INTERNET	60
3.1 O surgimento das sociedades em rede e a internet política.....	60
3.2 O perfil do Brasil na internet e os canais de comunicação: internet institucional e não institucional.....	75
3.3 A utilização política da internet no Brasil: práticas digitais dos políticos	87
4 A PERCEPÇÃO E A DELIBERAÇÃO DOS VEREADORES DA CÂMARA DE VITÓRIA/ES DA 18ª LEGISLATURA POR INTERMÉDIO DO FACEBOOK	90
4.1 Notas metodológicas introdutórias	90
4.2 A percepção sobre a internet política, segundo os próprios vereadores	93
4.3 As práticas políticas digitais dos vereadores por meio do Facebook	111
4.3.1 Os tipos de comunicação: como os vereadores de Vitória estão utilizando o Facebook?.....	114
4.3.2 As comunicações deliberativas: qual a qualidade das deliberações havidas por meio do Facebook?.....	128
5 CONCLUSÕES	138
REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICE ÚNICO: MODELO DO QUESTIONÁRIO	150

GLOSSÁRIO²

Fake News – Literalmente significa “notícia falsa”, na língua inglesa.

Online – Literalmente “em linha”, na língua inglesa. Termo utilizado para designar aquilo que é feito na internet ou por meio dela – o “mundo virtual”.

Offline – Um inglês, significa “fora da linha”. Utilizado por extensão para aquilo que é realizado fora da internet – o “mundo real”.

Post – Coloquialmente chamada de “*postagem*” (termo que também utilizaremos no presente trabalho a fim de evitar repetições). Refere-se às *publicações* feitas em um perfil ou página de rede social, seja na forma elaboração ou compartilhamento de algum texto, áudio, vídeo ou imagem.

² Optamos por manter no presente trabalho as eventuais nomenclaturas da área da informática em suas designações originais que, em sua grande maioria, derivam da língua inglesa. Assim, o presente glossário serve para esclarecer alguns termos usuais que são afetos ao objeto de estudo e utilizados ao longo da dissertação de forma mais discriminada. Somente optamos por traduzir certos termos para idioma português quando o mesmo apresenta sinônimo amplamente difundido na língua corrente - ainda que utilizado de forma coloquial. Termos de caráter técnico ou mais específicos serão explicados ao longo do trabalho em notas de rodapé, junto de seu contexto expositivo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Problemas mais importantes no Brasil (2013).....	15
Tabela 2- Princípios normativos centrais de definição das trocas argumentativas na esfera pública.....	56
Tabela 3 - Domicílios em que havia utilização da internet, segundo as grandes regiões	77
Tabela 4 - Domicílios em que não havia utilização da Internet, segundo o motivo alegado	77
Tabela 5 - Utilização da Internet de Acordo com os Grupos de Idade	78
Tabela 6 - Utilização da Internet de Acordo com o Nível de Instrução.....	78
Tabela 7 - Utilização da Internet de Acordo com o os Grupamentos Ocupacionais no Trabalho Principal.	79
Tabela 8 - Índice de Maturidade Digital (IMD) do brasileiro.....	80
Tabela 9 - Utilização de Dispositivos no Brasil.....	81
Tabela 10 - Utilização da Internet no Brasil.....	81
Tabela 11 - Porcentagem dos usuários que informaram utilizar cada uma das Redes Sociais.....	82
Tabela 12 - Uso das Redes Sociais para fins políticos no Brasil.....	83
Tabela 13 - Exemplos de sites institucionais e não-institucionais de participação e informação.....	84
Tabela 14 - Perfis e Páginas de Facebook dos Vereadores de Vitória	112
Tabela 15 - Exemplos de Publicações Informativas.....	115
Tabela 16 - Exemplos de Publicações Propagandísticas.....	116
Tabela 17 - Exemplos de Publicações Deliberativas.....	117
Tabela 18 - Princípios Deliberativos e sua Operacionalização	128
Tabela 19 - Metodologia de Pontuação dos Princípios Deliberativos.....	130
Tabela 20 - Metodologia de Mensuração dos Princípios Deliberativos	130
Tabela 21 - Metodologia de Atribuição da Nota Geral do Post ou da Média Geral .	131
Tabela 22 - Resultado Final da Avaliação dos Post Deliberativos	132
Tabela 23 - Exemplos de Comentários Habituais nas Publicações Deliberativas dos Vereadores.....	135
Tabela 24 - Exemplos de Comentários Habituais dos Vereadores nos Post Deliberativos.....	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Confiança do brasileiro no Governo.....	16
Gráfico 2 - Tendências Globais em Governância segundo o Polity Project demonstrando o número de democracias (azul), anocracias (preto) e autocracias (vermelho) entre 1800-2017.....	40
Gráfico 3 - Número de países que mostram declínio (rosa) ou melhora (azul) na democracia entre 2006 e 2017 segundo da Freedom House.....	44
Gráfico 4 - Confiança do brasileiro no Congresso Nacional.....	50
Gráfico 5 - Confiança do brasileiro nos Partidos Políticos.....	50
Gráfico 6 - Frequência de Acesso à Internet pelos Vereadores.....	94
Gráfico 7 - Dispositivos mais Utilizados pelos Vereadores para Acessar a Internet .	94
Gráfico 8 - Perfis dos Vereadores nas Redes Sociais.....	95
Gráfico 9 - Principais Atividades dos Vereadores na Internet	95
Gráfico 10 - Dificuldades Encontradas pelos Vereadores ao Utilizar as Redes Sociais	96
Gráfico 11 - Principal meio de contato utilizado pelos Cidadãos para contatar os Vereadores.....	97
Gráfico 12 - Frequência de Utilização da Internet pelos Vereadores para Veicular seus Posicionamentos Políticos	98
Gráfico 13 - Frequência de Resposta dos Vereadores aos Cidadãos nas Redes Sociais.....	98
Gráfico 14 – Principais Motivos de uso das Redes Sociais pelos Vereadores.....	99
Gráfico 15 - Presença de Assessoria de Mídia Digital	99
Gráfico 16 - Grau de Importância das Redes Sociais, segundo os Vereadores.....	100
Gráfico 17 - Frequência com que os Vereadores afirmam considerar as Manifestações veiculadas pela Internet	101
Gráfico 18 - Frequência com que os Vereadores alegam acompanhar as Páginas dos demais vereadores.....	101
Gráfico 19 - Opinião dos Vereadores Acerca da Participação Popular pela Internet	102
Gráfico 20 - Importância das Manifestações Pela Internet para os Debates Legislativos, segundo os Vereadores.....	102
Gráfico 21 - Principais Entraves à Participação Popular pela Internet, na opinião dos Vereadores.....	103

Gráfico 22 – Limites à Participação Popular por meio da Internet, de acordo com os Vereadores.....	104
Gráfico 23 - Confiança dos Vereadores nas Informações veiculadas pela Internet	105
Gráfico 24 – Sujeição dos vereadores a Fake News na Atuação Parlamentar	105
Gráfico 25 - Sujeição dos vereadores a comentários de ódio na Atuação Parlamentar	106
Gráfico 26 – Frequência de Checagem de Fatos pelos Vereadores.....	106
Gráfico 27 - Adesão à Democracia pelos Vereadores	107
Gráfico 28 - Importância das Eleições para a Manifestação Política, de acordo com os Vereadores.....	108
Gráfico 29 – Opinião dos Vereadores sobre as formas de Participação Popular na Política	108
Gráfico 30 – Opinião dos Vereadores sobre a Representação dos Partidos Políticos	109
Gráfico 31 - Estabilidade da Democracia, segundo os Vereadores	109
Gráfico 32 - Principais Obstáculos à Democracia, de acordo com os Vereadores .	110
Gráfico 33 - Total de seguidores (por vereador).....	119
Gráfico 34 - Total de postagens durante o período considerado (por vereador)	120
Gráfico 35 - Frequência média de postagens no período considerado (por vereador)	120
Gráfico 36 - Total de postagens mensais da Casa no período considerado	121
Gráfico 37 - Frequência média mensal de postagens da Casa no período considerado	121
Gráfico 38 - Frequência média mensal de postagem por número de seguidores ...	122
Gráfico 39 - Média de engajamento dos usuários nos posts (por vereador)	123
Gráfico 40 - Média de engajamento dos usuários por número de seguidores das páginas (por vereador)	124
Gráfico 41 - Classificação das Postagens (por vereador)	125
Gráfico 42 - Total de postagens por classificação.....	126
Gráfico 43 - Total de engajamento por classificação.....	127
Gráfico 44 - Média de engajamento por classificação.....	127
Gráfico 45 - Qualidade da deliberação por número de casos	134

RESUMO

CASTRO, Gabriel Monteiro Cupertino de, M.Sc. Universidade Vila Velha-ES, junho de 2019. **Práticas políticas digitais: a percepção e a deliberação dos vereadores da 18ª legislatura (2017/2020) da Câmara Municipal de Vitória/ES por intermédio do Facebook.** Orientador: Matheus Mazzilli Pereira

Na presente dissertação nos propusemos a estudar as práticas políticas digitais dos vereadores da 18º legislatura (2017/2020) do município de Vitória/ES, a fim de estabelecer *como os vereadores percebem* atualmente a relação entre política e internet. Firmadas essas percepções, procuramos identificar se *a utilização das páginas do Facebook pelos vereadores possui algum caráter deliberativo* e, em caso positivo, qual seria qualidade dessas deliberações – de modo a contrastar as suas percepções face às suas práticas políticas no Facebook. Para tanto, iniciamos o texto procurando estabelecer as origens históricas da democracia representativa liberal – comparando-a com a democracia direta de inspiração ateniense –, expondo as ondas de democratização e desdemocratização (HUNTINGTON, 1991, p. 12) que a afetaram desde o seu surgimento até o atual contexto de crise da representação para, por fim, indicar uma possível solução apontada pela democracia deliberativa dentro do ambiente *online*. Em seguida, apontamos a relevância da internet e das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a formação de uma nova organização social contemporânea na forma de “sociedades em rede” (CASTELLS, 2017a, p. 554), buscando identificar o perfil demográfico do brasileiro *online* e as formas de utilização da internet por parte dos políticos brasileiros. Por fim, analisamos dois conjuntos de dados: os resultados obtidos do questionário aplicado aos vereadores, onde se perquiriu a sua percepção da participação política na internet e a sua inserção neste meio; e o levantamento das publicações feitas nas páginas de Facebook dos edis entre o período de 02/02/2018 a 30/06/2018 e do conteúdo das suas interações com o público em geral, a fim de estabelecer a forma de utilização dessa rede social, bem como a avaliação qualitativa do nível de deliberação política das postagens dos vereadores no Facebook e a correspondência dos eleitores.

Palavras-Chave: Democracia. Deliberação. Vereadores. Internet. Facebook.

ABSTRACT

CASTRO, Gabriel Monteiro Cupertino de, M.Sc. Universidade Vila Velha-ES, June, 2019. **Digital political practices: the perception and deliberation of Vitória's city councilors of the 18th legislature (2017/2020) through Facebook.** Advisor: Matheus Mazzilli Pereira

In the present dissertation we propose to study the digital political practices of the city councilors of the 18th legislature (2017/2020) of the city of Vitória/ES, in order to establish how the councilors perceive the relationship between politics and the internet. Once these perceptions have been established, we try to identify whether the use of Facebook pages by city councilors has some deliberative character and, if so, what would be the quality of these deliberations - in order to contrast their perceptions with their political practices on Facebook. To this end, we began the text seeking to establish the historical origins of liberal representative democracy - comparing it with the direct democracy of Athenian inspiration -, exposing the waves of democratization and de-democratization (HUNTINGTON, 1991, p.12) that have affected it since its emergence until the current context of representation crisis to finally indicate a possible solution pointed out by deliberative democracy within the online environment. Next, we point out the relevance of the internet and the new information and communication technologies (ICT) for the formation of a new contemporary social organization in the form of "network societies" (CASTELLS, 2017a, p.554), seeking to identify the profile of the Brazilian demographic online and the forms of use of the Internet by the Brazilian politicians. Finally, we analyze two sets of data: the results obtained from the questionnaire applied to the councilmen, where their perception of the political participation in the internet and its insertion in this environment were searched; and the survey of the publications made in the Facebook pages of the councilmen between 02/02/2018 to 06/30/2018 and the content of their interactions with the general public, in order to establish the use of this social network, as well as the qualitative evaluation of the level of political deliberation of the posts of the councilmen on Facebook and the correspondence of the voters.

Keywords: Democracy. Deliberation. Councilmen. Internet.

1 INTRODUÇÃO

Três dias após a Proclamação da República, em célebre frase ao Diário Popular de São Paulo, o jornalista Aristides Lobo afirmou em retrospecto que o povo assistiu “bestializado” às tropas militares que marchavam pelas ruas, tratando-se cuidar de uma parada militar (CARVALHO, 2002, p. 9). Nasceram desse movimento as novas formas institucionais republicanas que, fortemente inspiradas na Constituição Norte-Americana de 1787 (FAUSTO, 2015, p. 214), iriam vigorar até os dias de hoje³: *a democracia representativa liberal*. Porém, conforme denunciado pelo referido jornalista, essa democracia assim instaurada já nascia sob o pecado original da exclusão do próprio povo da participação política nessas novas instituições⁴.

Assim, na prática, o discurso liberal-democrático da Constituição de 1891 era jogado por terra: a participação popular nas decisões do Estado era restrita somente ao sufrágio, que era concedido a uma parcela ínfima dos cidadãos⁵. Além disso, o processo eleitoral ainda se submetia às turbações das práticas coronelistas do voto de cabresto, da compra de votos e das mais diversas formas de fraudes eleitorais – apenas para citar alguns dos problemas mais corriqueiros (CARVALHO, 2016, p. 39-41). Nesse tocante, as distorções da representação popular junto ao Estado restam muito bem consolidadas nas palavras de Assis Brasil, lembradas por Victor Nunes Leal (2012, p. 215):

Resumindo as várias fases da defraudação do voto na vigência da Constituição de 1981, assim se exprimiu Assis Brasil, em discurso proferido na segunda Constituinte republicana: “No regime que botamos abaixo com a Revolução, ninguém tinha a certeza de se fazer qualificar, como a de votar... Votando, ninguém tinha a certeza de que lhe fosse contado o voto... Uma vez contado o voto, ninguém tinha a segurança de que seu eleito havia de ser reconhecido através de uma apuração feita dentro desta Casa e por ordem, muitas vezes superior”.

³ Cumpre apontar, a título de elucidação, que após 1889 o Brasil passou por um breve episódio de parlamentarismo, que vigorou de setembro de 1961 até as vésperas do Golpe de 64 – uma tentativa fracassada de manter a frágil estabilidade política do país, que foi derrubada por um plebiscito em janeiro de 1963 (FAUSTO, 2015, p. 377-387).

⁴ Importante ressaltar que o fato de se verificar à época uma inexpressiva participação política popular pela via institucional, não implica concluir na apatia política das massas. Essa participação popular era feita por outros meios que não pela via estatal, pois “A participação que existia era de natureza antes religiosa e social e era fragmentada” (CARVALHO, 2002, p. 38) e “Tipicamente, o encontro entre governantes com o povo dava-se fora dos domínios da política” (CARVALHO, 2002, p. 142).

⁵ Segundo a Constituição de 1891, era proibido aos analfabetos votar – uma forma de alijar da participação política a população negra recém liberta em 1888. Considerando que, à época, cerca de 85% da população era analfabeta, tem-se claramente o quanto esse critério eleitoral era excludente e elitista (CARVALHO, 2016, p. 45).

De forma totalmente incongruente, a Constituição de 1891 se proclamava democrática⁶, mas a Primeira República⁷ acabou se configurando um Estado que, no plano fático, desde o início alijou boa parte dos cidadãos de seus processos políticos e cuja participação era restrita ao voto, sujeito às idiossincrasias do coronelismo.

Desde o quadro representado no final do século XIX até o começo do século XXI, o país sofreu diversas marchas e contramarchas no que diz respeito aos direitos políticos: após duas ditaduras (Estado Novo e Ditadura Militar) e duas reaberturas democráticas (em 1946 e em 1988) o país manteve-se uma “república federativa presidencialista” – ainda que, na prática, o epíteto de “democracia” pudesse ser questionável em alguns momentos, especialmente naqueles de recrudescimento das liberdades civis e políticas.

Em que pese a quota de agruras e redenções políticas, o país muito evoluiu nas práticas institucionais desde 1891, em especial com relação à cidadania e à representação popular – com sensível ampliação do rol de liberdades individuais, dos direitos políticos e dos direitos sociais – o que assegurou à Constituição de 1988, ainda vigente, o apelido de “Constituição Cidadã”. O *zeitgeist* por detrás da Assembleia Nacional Constituinte do final da década de 80 – que gozou de ampla participação popular – era que *a positivação e a expansão de diversos direitos civis, políticos e sociais, tantas vezes negados nas Constituições anteriores, pudesse trazer o Brasil para uma nova era de desenvolvimento.*

A cidadania e o pluralismo político foram erigidos como fundamentos da atual Constituição Federal; o rol de Direitos e Garantias fundamentais foi consideravelmente expandido, com especial ênfase nas liberdades políticas; e a tripartição de Poderes, a forma federativa e o voto direto, secreto, universal e periódico foram elencados à qualidade de “cláusulas pétreas” e, por esta razão, restam salvaguardadas de serem abolidas por qualquer Emenda Constitucional. Além destes, foram positivados vários outros direitos e garantias importantes para o exercício político, tais como as prerrogativas que asseguram a livre atividade parlamentar; a liberdade de associação e de manifestação; o sufrágio universal e o voto direto e secreto, com valor igual para todos; o voto obrigatório aos 18 anos – sendo facultativo

⁶ Assim enuncia o preâmbulo da Constituição de 1891: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte”.

⁷ Período inaugurado pela Proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930 (FAUSTO, 2015, p. 209).

aos maiores de 16 anos, aos maiores de 70 anos e aos analfabetos – e a livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

Porém, não se pode deixar de observar que, apesar da atual Constituição haver introduzido e incentivado diversos institutos participativos voltados à uma sociedade aberta (como é o caso do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular de lei, do orçamento participativo, das audiências públicas, etc.), pelo menos do ponto de vista institucional, *a forma majoritária de participação do cidadão na vida política ainda é exercida pela via do sufrágio.*

Com base nesses avanços, a *Freedom House* – instituição norte-americana sediada em Nova York que se ocupa de avaliar as democracias modernas –, em seu último relatório de 2019, considerou o Brasil um país “livre” com uma nota agregada de 75 pontos – qualificação razoavelmente alta, posto que a nota 100 é atribuída ao país considerado mais livre (FREEDOM HOUSE, 2019^a). Então, uma análise descuidada poderia levar a afirmar que, aparentemente, tudo está bem com a Democracia Brasileira: os cidadãos dispõem de diversos direitos políticos, um processo eleitoral livre e justo, liberdade de expressão e pluralismo político. Mas, se as instituições democráticas foram aperfeiçoadas nas últimas três décadas, por que atualmente vemos a preocupação de muitos autores com uma possível “crise” da democracia brasileira (ABRANCHES, 2019, p. 32)?

Após um período de relativa pujança econômica, o Brasil despertou do sonho da “Constituição Cidadã” em janeiro de 2013, quando irrompeu uma onda de manifestações e protestos que se iniciaram em Porto Alegre, motivadas inicialmente pelo aumento das tarifas do transporte público, que logo se alastrou pelo país, pluralizando as demandas e acirrando as críticas ao *establishment* (CASTELLS, 2017b, p. 176-177). Segundo relembra Renato Janine Ribeiro (2017, p. 219):

Meses antes, porém, no início de 2013, parecia que não teríamos maiores surpresas na política brasileira ou em nossa vida social nos anos seguintes. Mesmo que a presidente Dilma Rousseff não compartilhasse de igual carisma ou popularidade do predecessor Lula da Silva, era quase certo que ela ganharia as eleições de 2014 para um novo mandato de quatro anos. A inflação estava sobre controle, a economia com um desempenho regular se não brilhante, e os programas de inclusão social, principal característica dos dois governos sucessivos do Partido dos Trabalhadores desde 2003, continuavam bem-sucedidos.

Porém, nesse mesmo ano de 2013, o *Latinobarómetro* – instituição sediada no Chile, responsável por realizar pesquisas de opinião na América Latina – registrou que os maiores problemas citados pela população brasileira entrevistada

foram saúde, segurança pública, educação, corrupção, violência e desemprego (LATINOBARÓMETRO, 2019):

Tabela 1 – Problemas mais importantes no Brasil (2013)

	Nº de casos	%/Total
Baixos salários	14	1,2
Transporte	4	0,3
Problemas da educação	118	9,8
Inflação/Aumento dos preços	23	1,9
Desemprego	69	5,7
Problemas de habitação	5	0,4
Problemas na saúde	418	34,7
Problemas no meio-ambiente	2	0,2
Corrupção	114	9,5
Narcotráfico	4	0,3
Segurança pública	124	10,3
Pobreza	23	1,9
Consumo de drogas	36	3
Discriminação racial	2	0,2
Problemas na política	34	2,8
Injustiça social	22	1,8
A economia/problemas econômicos/financeiros	18	1,5
Serviços básicos deficientes (água, luz, etc.)	9	0,7
Aquecimento global	1	0,1
Violência	87	7,2
Outros	18	1,5
Nenhum	13	1,1
Não responde	19	1,6
Não sabe	27	2,2
(N)	1204	100

Fonte: *Análisis Online: Brasil* (LATINOBARÓMETRO, 2019)

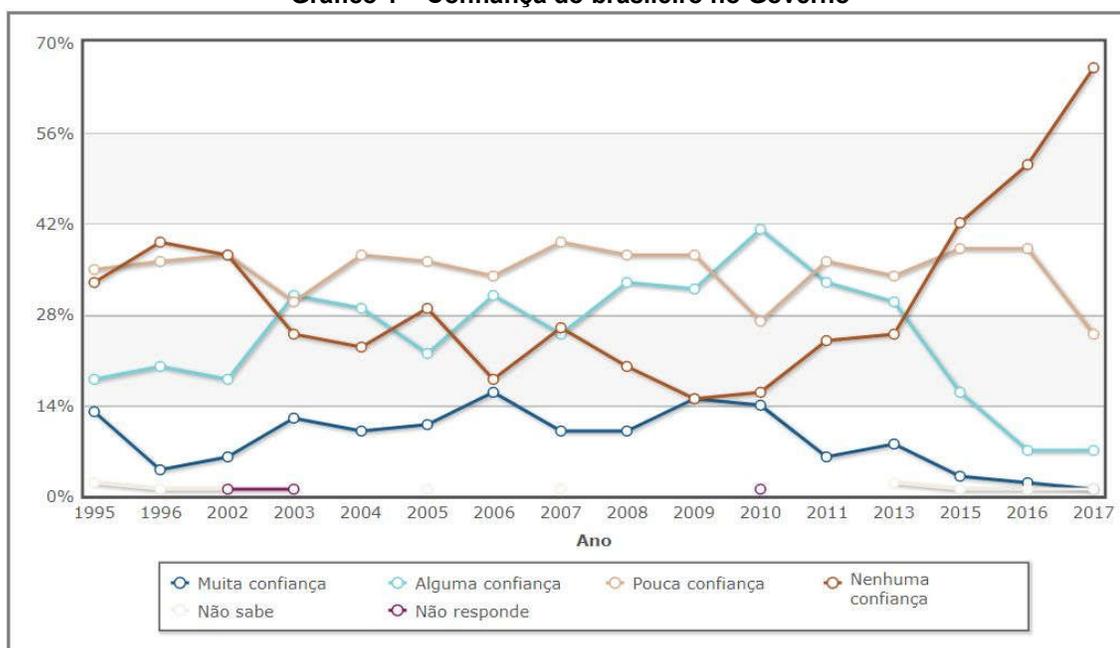
O ciclo de protestos de 2013 (ou jornadas de 2013) – como ficaram conhecidas essas manifestações – veicularam demandas de diversos setores da sociedade, revelando uma pluralidade que se unia em torno de uma tônica comum: a necessidade de mudança. Por esta razão, de acordo com Manuel Castells (CASTELLS, 2017b, p. 182), duas pautas tiveram maior destaque:

Em termos mais objetivos do movimento no Brasil, dois temas apareciam como os mais importantes. Primeiro: a crítica aos políticos, à corrupção na política e ao funcionamento real da democracia, ao mesmo tempo defendendo a democracia representativa. Segundo: o desafio ao modelo de desenvolvimento que as elites econômicas do Brasil – de todas as ideologias

– têm abraçado nas últimas décadas. Trata-se, de fato, de um modelo tradicional de crescimento a qualquer preço, a fim de gerar recursos para tirar milhões de pessoas da pobreza e aumentar o bem-estar da população à custa da deterioração da qualidade da vida urbana.

A insatisfação popular com os seus representantes deflagrou uma crise de desconfiança em relação ao governo a partir de 2013, que – dentre outros fatores – contribuiu para o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 e a posterior eleição de Jair Bolsonaro, que pôs termo à alternância entre o PT e o PSDB no governo, característica do presidencialismo de coalizão firmado desde o início da atual democracia (ABRANCHES, 2019, p. 13):

Gráfico 1 – Confiança do brasileiro no Governo



Fonte: *Análisis Online: Brasil* (LATINOBARÓMETRO, 2019) – Série Histórica

Portanto, o que se verifica é que, a partir de 1988, a sociedade brasileira assistiu aos direitos políticos atingirem o pináculo do seu desenvolvimento, sem que isso trouxesse a solução para seus problemas sociais, há muito arraigados. Com o exaurimento das formas tradicionais de representação política – já bastante desacreditadas, em parte pelos escândalos de corrupção –, a indignação represada contra a injustiça social desaguou da internet para as ruas e para as urnas.

O Brasil hoje é um país em transição (ABRANCHES, 2019, p. 32), acometido pelo inevitável conflito entre as velhas práticas da política institucional e uma nova realidade social que reclama mudanças – realidade que se move na velocidade da banda larga e com a liberdade da internet móvel, e nos obriga a

repensar as velhas formas de representação política e providenciar soluções mais concretas do que meras respostas formais. E a principal arena de debate público dessas tensões tem sido a internet, que revoluciona pela natureza descentralizada de suas comunicações e pela velocidade de dispersão e de produção de conteúdo: “Sob muitos aspectos, ela [a internet] pode devolver poder aos indivíduos, em vez de privá-los dele; pode permitir-lhes ser mais senhores de sua própria história” (MARTEL, 2015, p. 417).

Diante da crise de representação instalada e da ampliação da esfera pública de discussão por intermédio da internet, ganharam novo relevo os estudos acerca da *democracia deliberativa*, enquanto uma das possíveis formas de resgatar a legitimidade da democracia por intermédio da promoção de debates públicos, entre indivíduos livres e iguais, acerca das questões controversas no atual cenário político nacional.

É nesse contexto sociopolítico conturbado que formulamos nossa pesquisa, visando contribuir de forma positiva para a literatura acerca do papel político da internet dentro do panorama de crise da democracia liberal, por meio de um estudo sobre as práticas políticas digitais – ou seja, a percepção e a deliberação – dos vereadores da 18ª Legislatura (2017/2020) pelo Facebook, valendo-se como comparativo o modelo de democracia deliberativa, a fim de estabelecer no caso concreto o quanto essas percepções (aspectos subjetivos) e práticas (aspectos objetivos) correspondem (ou não) a esse ideal de deliberação.

Mais especificamente, na presente dissertação valemo-nos da pesquisa netnográfica de caráter quantitativo e qualitativo, de natureza indutiva, a fim de identificar (1) como os vereadores compreendem a relação entre política e internet; (2) para que eles estão utilizando o Facebook; (3) se essa utilização do Facebook tem algum caráter deliberativo; e, em caso positivo, (4) qual a qualidade dessa deliberação entre os vereadores e os cidadãos por meio do Facebook.

Pretendendo visando atender ao nosso primeiro objetivo, procedemos ao levantamento da suas opiniões e percepções acerca da internet política (aspectos subjetivos) por meio de um questionário de perguntas fechadas aplicado junto aos próprios vereadores (modelo no Apêndice 1 do presente trabalho), contendo 5 blocos de perguntas sobre o *perfil online* dos vereadores, a sua *participação* por meio da rede, a sua *percepção* sobre a política na internet, a *confiança* no ciberespaço e *sobre a democracia*.

Por conseguinte, visando atingir o segundo e terceiro objetivo, fizemos o levantamento de 1216 publicações (*posts*) realizadas pelas páginas de Facebook dos vereadores no período de 02/02/2018 a 30/06/2018, a fim de categorizá-las de acordo com o objetivo pretendido pelo vereador na comunicação (se teologicamente seriam propagandísticas, informativas ou deliberativas) para, por fim, tentar responder à quarta pergunta por meio da análise daqueles *posts* identificados como deliberativos, a fim de estabelecer qualitativamente o nível de deliberação havido nas publicações.

Assim sendo, visando a adequada apresentação da temática proposta, iniciamos o primeiro capítulo com uma breve comparação dos dois principais modelos históricos de democracia – a democracia direta de inspiração ateniense e a democracia representativa liberal – para, em seguida, expor sobre os movimentos de democratização e desdemocratização através do conceito de “ondas democráticas” de Samuel Huntington (1991, p. 12), objetivando identificar as possíveis causas de uma desdemocratização, no intuito de compreender o atual momento de crise da representação das democracias liberais e, por fim, indicar uma possível solução apontada pela democracia deliberativa dentro do ambiente *online*.

Por conseguinte, no segundo capítulo procuramos identificar a relevância da internet e das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a formação de uma nova organização social contemporânea na forma das “sociedades em rede” apontada por Manuel Castells (2017^a, p. 554). Posto isso, passamos a delinear o perfil do brasileiro na internet de acordo com o seu demográfico, indigitando as plataformas institucionais e não institucionais que podem ser utilizadas pelos internautas para participar mais ativamente da política. Ao final, trazemos apontamentos sobre algumas pesquisas que têm sido trilhadas com o objetivo de compreender a utilização da internet por parte dos políticos brasileiros.

Finalmente, no terceiro capítulo nos dedicamos à análise dos dados colhidos por meio do questionário aplicado aos vereadores de Vitória/ES a fim de compreender a sua percepção e, através do estudo das publicações feitas pelos edis nas suas páginas do Facebook, procuramos estabelecer de que forma eles estão utilizando essa rede social, para, ao final, estabelecer a qualidade das deliberações havidas nessas postagens. Com isso, buscamos contribuir para os estudos trilhados nesse campo, trazendo um relato fidedigno de como esses vereadores estão utilizando o Facebook no curso do seu mandato parlamentar.

2 A DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

A presente dissertação apresenta como pano de fundo a recente e complexa relação que se firmou entre a atual democracia brasileira e a internet – ambas desenvolvidas e aperfeiçoadas de forma concomitante no país ao final da década de 80 e no início da década de 90. Dessa feita, visando o melhor caminhar do tema proposto, faz-se necessário tecer algumas considerações introdutórias, bem como firmar algumas premissas, acerca do que se entende por “democracia” no contexto da presente obra.

Colocar-se defronte ao tema “democracia”, entretanto, não é tarefa fácil: suas denotações são polissêmicas, historicamente contextualizadas e carregadas de um grande conteúdo emotivo – seja positivo ou negativo –, que tornam hercúlea a tarefa de estabelecer qualquer definição segura, até mesmo para os mais balizados filósofos e cientistas políticos.

Norberto Bobbio (2017a, p. 17-22) identifica no livro *Histórias* – escrito pelo historiador grego Heródoto no século VII a.C.– uma discussão ocorrida no século VIII a.C. entre três autoridades persas por ocasião da morte do rei Cambises, acerca da melhor forma de governo a ser implantada: *Dario* defendia a monarquia, *Megabizo* a aristocracia e *Otanes* a democracia.

Esse debate tem a virtude de nos apresentar a discussão clássica da filosofia política acerca da *tripartição* das formas de governo – cujo critério descritivo apoia-se no *diferente número de governantes*⁸: se há *apenas um* governante será uma *monarquia*; se *poucos* governam, será uma *aristocracia*; e se *muitos* governam, será uma *democracia* (BOBBIO, 2017a, p.17).

Nesse diálogo, *Otanes* sustenta a virtude da democracia sob o argumento de que somente ela permitiria o controle do exercício do poder, em razão da isonomia entre os cidadãos que lhe é intrínseca (BOBBIO, 2017a, p.17). Porém, de modo semelhante, esse debate também traz as primeiras críticas à democracia: seja porquanto as massas seriam obtusas, prepotentes e ineptas ao governo – segundo

⁸ Cumpre ressaltar que, apesar do critério descritivo com base no número de governantes ser bem constante no pensamento político, este pode ser conjugado com outros critérios para formar novas tipologias – inclusive, alterando o número de formas de governo e até mesmo ressignificando as denominações estabelecidas. Por exemplo, para Aristóteles (2000, p. 224), serão seis formas de governo, três formas boas (monarquia, aristocracia e politéia) e três formas corrompidas (tirania, oligarquia e democracia); para Maquiavel (2014, p. 17), serão apenas duas (repúblicas e principados); e assim por diante, ao longo da história do pensamento político.

apresenta *Megabizo*; ou porque na democracia não haveria unidade, permitindo a proliferação das uniões corruptas contra o interesse público – conforme quer *Dario* (BOBBIO, 2017a, p.18-22).

Assim, propugnar as grandezas ou criticar as deficiências da democracia não é nenhuma invenção contemporânea; de modo que nos encontramos diante de uma discussão da filosofia política que se estende por mais de 2.500 anos, cujos teóricos – sejam eles críticos ou defensores – são os mais diversos e respeitados.

Em um plano de análise mais histórico-factual, porém, podemos verificar que alguns autores encontram ao longo da história humana os vestígios de uma “democracia tribal” (FINLEY, 1988, p. 26-27). Conforme aponta Osborne (2013, p. 47), pode-se também identificar um certo “princípio democrático” na Mesopotâmia e na Fenícia, que remonta até mesmo aos primórdios das sociedades humanas⁹:

Qualquer começo se encontra fora da história registrada. Antropólogos sociais examinaram sociedades não alfabetizadas com meios sofisticados não de compartilhar o poder, mas de realizar julgamentos, tomando decisões coletivas e estabelecendo punições justas com o objetivo de manter a coesão social.

[...]

No entanto, é razoável supor que sistemas coletivos de organização em pequena escala, interpessoais, existem desde os primórdios. Trabalhar junto – um dos elementos fundamentais da democracia – sempre fez parte da sociedade humana.

Todavia, devemos adotar cautela nesse proceder, pois, como adverte Charles Tilly (2013, p. 43), “Se sob o título de democracia tudo o que estivermos buscando for um consenso negociado na tomada de decisões políticas, então a democracia remete aos primórdios da história”. Porém, em se tratando propriamente da democracia como um “modelo político”, ou seja, um conjunto de instituições organizadas de modo a tomar decisões que melhor correspondam à vontade popular, podemos dizer que esta designação, na realidade, nos remete principalmente a dois

⁹ Por esse motivo, somos inclinados a concordar com Markoff (2015, p. 44) e rechaçar os autores que defendem que a existência da democracia depende de uma série de características exclusivamente encontradas no Ocidente e que, por esta razão, não poderia se desenvolver em outras sociedades. No entanto, não podemos ignorar que o elemento cultural é de extrema importância para o surgimento e a manutenção de uma democracia pois, conforme expõe Huntington (1991, p. 22), “Uma cultura profundamente antidemocrática poderia impedir a difusão de normas democráticas em uma sociedade, negando legitimidade às instituições democráticas e, por conseguinte, complicando significativamente – ou até mesmo impedindo – o surgimento e o funcionamento efetivo das instituições”. De certo modo, John Stuart Mill (2018, p. 29) já reconhecia esse fato ao afirmar que: “Quando as opiniões, gostos e hábitos de um povo preparam o caminho para que uma instituição ou conjunto de instituições preencham tais condições, o próprio povo não só será mais facilmente levado a aceitá-las como também, desde o começo, aprenderá mais facilmente e estará mais disposto a fazer o que lhe for exigido para a preservação das instituições, bem como para levá-las a operar de maneira que possam render seus melhores resultados”.

principais modelos contrapostos pelos teóricos da democracia (CUNNINGHAM, 2009, p. 151): a democracia direta (ou participativa) e a democracia indireta (ou representativa). As origens de ambos modelos são bem distintas e encontram-se separadas por mais de dois milênios de história ocidental, entre a experiência da *democracia grega* do século V a.C. e a luta pela *democracia liberal* do século XIX d.C., respectivamente.

Nesse sentido, pretendemos demonstrar brevemente por meio das lições legadas pela historiografia política¹⁰ a natureza e o funcionamento desses dois modelos – tanto por meio da democracia grega quanto pela democracia liberal – a fim de melhor compreender a natureza das instituições democráticas contemporâneas para, em seguida, apontar as dificuldades encontradas na pós-modernidade pelo modelo liberal, as raízes da atual crise da representação política e, por fim, como a adoção de outro modelo – a democracia deliberativa – poderia oferecer uma forma de atenuar esse problema.

2.1 O modelo de democracia direta ateniense e o ocaso de dois mil anos

Os primeiros registros históricos mais fecundos acerca do funcionamento político de uma democracia duradoura e em larga escala remontam à experiência grega compreendida no período entre 500 a 300 a.C. na cidade-estado¹¹ de Atenas¹² durante o seu período clássico (TILLY, 2013, p. 40). Não é sem razão, portanto, que

¹⁰ Segundo preleciona Norberto Bobbio (2017b, p. 178-179), ao se incumbir da tarefa de compreender a “democracia”, o estudioso pode adotar uma postura *descritiva* (ou *sistemática*), por meio da qual se pode classificar as diversas noções de democracia; também pode-se adotar uma abordagem prescritiva (ou axiológica), objetivando formar juízos qualitativos sobre a democracia; ou, por fim, pode-se envidar uma *exposição histórica*, demonstrando o desenvolvimento da democracia ao longo da experiência humana. Essas formas de abordagem do tema constituem *tipos ideais*, de modo que “os três usos [descritivo, prescritivo e histórico] jamais estão completamente separados” (BOBBIO, 2017b, p. 178). Portanto, ainda que adotemos de certo modo o viés histórico como principal fio condutor de abordagem do presente estudo, não podemos nos furtar de realizar as devidas classificações ou juízos de valor quando necessário.

¹¹ Com relação à denominação de “cidade-estado”, vale trazer a observação de Giovanni Sartori (1993, p. 139), segundo o qual a palavra “Estado”, tal como a concebemos, surgiu por volta do XVI e a atual morfologia do Estado (como entidade soberana sobre um território) somente vem adquirir suas atuais facetas no final do século XIX – de forma que, por mais que queiramos aplicar esta palavra ao mundo antigo, na realidade, Atenas foi uma democracia “sem Estado”.

¹² Cumpre ressaltar, porém, que Atenas *não* foi a única experiência democrática grega – mas foi a mais longa e profícua, razão pela qual teve seu funcionamento melhor documentado pelos escritores daquele período. Segundo Roger Osborne (2013, p. 48): “[...] existem estimativas de que metade das cerca de duzentas cidades da Grécia antiga teve uma forma de democracia em algum momento de sua história, muitas delas antes de sua consolidação em Atenas”.

etimologicamente a palavra “democracia” deriva do grego *demokratia*¹³ que significa, na sua literalidade, “governo pelo povo”¹⁴ (TILLY, 2013, p. 40).

Por conta do seu interregno de quase dois séculos de vigência, existe extrema dificuldade em abordar a história da democracia ateniense durante *todo* esse período, posto que seria equivocado considerá-la como um produto unificado, acabado e estável durante toda a sua existência: por todo esse período a democracia ateniense foi pujante, porém, quedou-se submetida ao duro teste de várias disputas (internas e externas) e sujeita a diversas reformas ao longo dos anos¹⁵.

Especula-se¹⁶ que a democracia ateniense tenha nascido de um conflito social havido entre uma oligarquia possuidora das terras cultiváveis e o restante da população que, sendo arrendatária dessas terras, inevitavelmente acabou endividada e presa a um sistema de servidão (OSBORNE, 2013, p. 20-21). Esse conflito somente foi apaziguado pelas reformas de Sólon em 580 a.C. que, posteriormente, foram complementadas pelas reformas de Clístenes, que ascendeu ao poder 510 a.C. (OSBORNE, 2013, p. 25). Conforme assente Moses Finley (1988, p. 84):

A democracia foi estabelecida em 508 a.C., depois de uma breve guerra civil. Posteriormente, em sua história de quase dois séculos, o terror armado, a chacina sem processo ou lei, foi empregado somente em duas ocasiões: em 411 e 404, nas duas vezes por facções oligárquicas que se apoderaram do controle do Estado por períodos curtos. E na segunda vez, em particular, a facção democrática, quando retomou o poder, foi generosa e cumpridora das leis no tratamento que dispensou aos oligarcas, tanto assim que teria sido elogiada até mesmo por Platão.

¹³ Sartori (1993, p. 141) atribui a origem do nome ao próprio Heródoto. Segundo Moses Finley (1988, p. 25-26), o sufixo *kratos* significa “poder” ou “governo” e o prefixo *demos* pode designar tanto “o povo como um todo”, quanto as “classes mais baixas” – e geralmente essa ambivalência terminológica era explorada de modo axiológico tanto pelos defensores, quanto pelos críticos da democracia. Disso decorrem as compreensões de que a democracia pode ser um governo por *todo* o povo, pela *maioria* ou pelas *massas* (BOBBIO, 2017b, p. 179).

¹⁴ Cumpre ressaltar que alguns autores – como é o caso de Renato Janine Ribeiro (2008, p. 4) –, preferem traduzir a expressão como “poder do povo”, a fim de distinguir a titularidade do poder (pertencente ao povo) da sua forma de exercício (que pode ser direto ou representativo). Ainda que concordemos com essa atualização semântica para fins didáticos, acreditamos que, em se tratando das origens do termo, falar em “governo pelo povo” reflete melhor a noção política trazida pela democracia direta ateniense. No mesmo sentido é a exposição de Finley: “O governo era, assim, ‘pelo povo’, no sentido mais literal” (FINLEY, 1988, p. 31).

¹⁵ Como identifica Finley (1988, p. 39), “Os próprios gregos não desenvolveram uma teoria da democracia. Havia noções, máximas, generalidades, mas em conjunto não formavam um corpo teórico sistemático”. O próprio Aristóteles se dedica a um estudo histórico sobre a evolução da Constituição de Atenas (2000, p. 255-313). Para adentrar em tamanha tarefa, seria necessário mencionar nomes célebres da história grega como os de Drácon, Sólon, Clístenes ou Péricles – o que, no entanto, não compõe escopo principal do presente estudo.

¹⁶ Osborne (2013, p. 23) ressalva que não se pode ter muita certeza acerca dos fatores que levaram ao surgimento da democracia ateniense: “As fontes mais antigas de quase todas as reformas políticas de Atenas datam de um período posterior ao final do século V, dois séculos depois de Sólon. A obra descritiva mais importante que sobreviveu, Constituição de Atenas, de Aristóteles, foi escrita por volta de 350 a.C.”.

Porém, algumas características pontuais da democracia ateniense durante esse período a diferenciam consideravelmente da sua contraparte moderna, principalmente em quatro pontos: (1) a noção de “povo”, que era bastante restrita; (2) a forma de exercício, que era *direta*; (3) a inexistência de *eleições*, posto que a escolha era por sorteio; e (4) a *extensão territorial* dessa forma de governo, que era bastante limitada.

Em primeiro lugar, a noção ateniense de “povo” (*demos*) era bastante restrita, se comparada com a atual concepção universalista da cidadania: somente eram considerados cidadãos atenienses e, portanto, apenas participavam das assembleias (*ekklesia*) uma elite minoritária, composta por homens livres, maiores de idade (18 anos) e filhos de pais atenienses¹⁷ (FINLEY, 1988, p. 28). Assim, *se por um lado*, a cidadania era negada a grande parte da população¹⁸ – que era composta majoritariamente de escravos, estrangeiros, mulheres e menores de idade – *por outro*, uma vez cumpridos todos aqueles requisitos, não era estabelecida qualquer distinção financeira entre os cidadãos; de modo que os atenienses de diversas camadas sociais participavam das decisões havidas na assembleia, fossem eles patrícios, comerciantes urbanos ou mesmo camponeses (FINLEY, 1988, p. 29).

Em segundo lugar, a democracia ateniense era exercida de forma *direta*: a assembleia era soberana nas decisões políticas e estava aberta a todo cidadão que dela quisesse participar. Todos os seus integrantes eram considerados iguais entre si (*isonomia*) e a estes era assegurado o direito de tomar a palavra, fazer proposições e se manifestar livremente sobre os assuntos tratados (*isegoria*) (FINLEY, 1988, p. 31). Ademais, as reuniões eram frequentes durante todo o ano¹⁹ e, como a composição das assembleias variava conforme a disponibilidade e o interesse de cada cidadão em participar, não se podia antever com estabilidade ou certeza o resultado das

¹⁷ Segundo Sahid Maluf (2017, p. 127), no auge da democracia, a Atenas do tempo de Péricles tinha aproximadamente meio milhão de habitantes, dos quais apenas 40 mil se qualificavam como cidadãos. Finley (1988, p. 67) também estima que, “No tempo de Péricles, o número de cidadãos qualificados era cerca de 35 ou 40 mil”. Também Sartori (1993, p. 139) chega a números próximos, estimando que o total de cidadãos era de 30 a 35 mil, dentro de um universo de 300 mil habitantes.

¹⁸ Tanto é assim que Charles Tilly (2013, p. 41) chega mesmo a questionar se, sob a ótica contemporânea, o sistema grego sequer poderia receber tal denominação: “Nessas cidades-estados, as relações entre os cidadãos e o Estado ensejava (sic) consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes? Se voltarmos nossa atenção para os homens adultos livres, a resposta provavelmente seria sim; é por isso que muitos historiadores afirmam que os gregos inventaram a democracia. Mas se considerarmos o conjunto da população sob a jurisdição do Estado – mulheres, escravos e os muitos residentes estrangeiros – a resposta será um enfático não”.

¹⁹ Finley (1988, p. 72) inclusive, menciona que “No tempo de Aristóteles, a Assembléia (sic) se reunia pelo menos quatro vezes em cada período de trinta e seis dias”.

deliberações (FINLEY, 1988, p. 68) – porém, quaisquer que fossem as decisões, elas eram tomadas por maioria simples e suas deliberações eram soberanas sobre todos os assuntos públicos tratados (FINLEY, 1988, p. 66).

Em terceiro lugar, a execução das decisões ficava ao encargo de funcionários públicos que eram sorteados para exercer um mandato curto (geralmente de um ano) e de parca remuneração (FINLEY, 1988, p. 32). A consequência disso, segundo aponta Sartori (1993, p. 139), era “[...] uma vida política sem políticos [...]”, ou seja, havia uma *representação horizontal*, na qual governantes e governados se alternavam de forma rápida (mandatos curtos) e aleatória (por sorteio) – de modo que não existia a atual distinção entre *titularidade* e *exercício* do poder que é intrínseca às *eleições*, principal mecanismo de um sistema representativo:

A escolha por sorteio e o pagamento pelo serviço prestado eram a sustentação do sistema. Segundo Aristóteles (Política, IV, 1300b 4-5), as eleições são aristocráticas, não democráticas: elas introduzem o elemento da escolha reflexiva, da seleção das “melhores pessoas”, os *aristoi*, em vez do governo por todos. (FINLEY, 1988, p. 32)

Por fim, diferente dos grandes Estados nacionais, a própria natureza da democracia ateniense também implicava em limitações à *extensão territorial*: a participação direta nas decisões favorecia uma certa pessoalidade no trato da coisa pública que, por sua vez, demandava a proximidade geográfica com relação ao centro político, de modo que Atenas ocupava um espaço bastante restrito²⁰ (FINLEY, 1988, p. 65-55). A maior parte da população vivia em pequenas aldeias ou na área rural, afastadas da cidade de Atenas e, como a tradição política era oral e não havia meios de comunicação de massa, a distância dificultava o comparecimento e a participação de boa parte da população campesina às assembleias (FINLEY, 1988, p. 30). Nesse sentido, Sartori (1993, p. 137) chega a afirmar que o tamanho da cidade foi elemento fulcral para o florescer da democracia ateniense:

[...] a vida da *polis* foi um laboratório ideal para uma experiência confinada no âmbito dos puros e simples ideais democráticos: não apenas as dimensões da cidade antiga eram muito pequenas, mas também os cidadãos vivam em simbiose com a sua cidade, à qual estavam unidos por um destino comum de vida e morte. [tradução nossa]²¹

²⁰ Conforme esclarece FINLEY (1988, p. 29), “A população ateniense ocupava um território de cerca de mil milhas quadradas [...]”, o que corresponde a aproximadamente 2.600 Km² - muito menor que o município espírito-santense de Linhares, que possui cerca de 3.500 Km² (IBGE, 2017).

²¹ No original: “[...] la vida de la *polis* fuese un laboratorio ideal para una experiencia confinada en el ámbito de los puros y simples principios democráticos: no sólo las dimensiones de la ciudad antigua

Mas, afinal, se a democracia grega é tão distinta da nossa atual concepção, por que o seu estudo se mostra relevante até os dias de hoje? Em resposta ao questionamento, Charles Tilly (2013, p. 40-41) aponta dois motivos: (1) os gregos inovaram em um “modelo de cidadania” fundado nos valores da *isegoria* e da *isonomia*, que não possuíam qualquer precedente político na sua época; e (2) por meio de um sorteio, a sua democracia fomentava uma “ampla rotatividade no exercício das responsabilidades cívicas”. Assim, graças à experiência democrática grega, foram firmados os valores de igualdade entre os cidadãos, tanto nos direitos quanto nos deveres (TILLY, 2013, p. 40). Outro ponto importante é abordado por Osborne (2013, p. 18), e diz respeito à legitimidade das decisões políticas, decorrente da *transparência* do processo decisório:

O elemento-chave desse sistema complexo era a transparência. Na maioria das sociedades antigas, as decisões cruciais eram tomadas de modo confidencial, os cidadãos podiam ser punidos sem o recurso de apelação pública e os julgamentos ocorriam a portas fechadas. Apesar de não sabermos todos os detalhes da vida na Atenas antiga, podemos concluir que as principais decisões eram tomadas após discussões públicas, enquanto todo cidadão tinha o direito de encarar seus acusadores e ser julgado em público. O conceito de sociedade aberta tornou-se popular entre os filósofos do século XX, mas Atenas já unia a prática da democracia à ideia de transparência 2.500 anos antes.

A experiência democrática grega foi sendo consolidada aos poucos nas suas práxis rotineiras, absorvendo de forma positiva tanto os seus sucessos como os seus fracassos. Justamente por não se apoiar em um esquema teórico ou precedente histórico, ela era adaptável às necessidades do seu tempo. Assim, longe de engessar o seu sistema político, essa adaptabilidade permitiu que a democracia exercida em Atenas se mantivesse relativamente estável por quase duzentos anos (FINLEY, 1988, p. 35-36) – mais tempo do que a maioria das democracias contemporâneas (OSBORNE, 2013, p. 18).

No entanto, as sombras do ocaso atingiram a democracia ateniense: segundo Moses Finley (1988, p. 57), uma das causas do declínio da democracia ateniense foi a ascensão política dos *demagogos*. Segundo explica o autor, a formação de lideranças não era bem vista na democracia ateniense: movidos pelos próprios interesses, esses líderes buscavam o apoio da maioria (geralmente dos mais

eran pequeñísimas, sino que los ciudadanos vivían en simbiosis con su ciudad, a la cual estaban atados por un destino común de vida y muerte”.

pobres) por meio de enganos e bajulações e, em detrimento do bem geral, dividiam as opiniões políticas em “partidos”²², criando uma figura de “representante do povo” incompatível com a democracia direta²³ (FINLEY, 1988, p. 57-60):

Nenhuma pessoa que tenha lido os autores políticos gregos pode ter deixado de observar a unanimidade de abordagem que apresentam com relação a esse tema. Quaisquer que sejam as divergências entre eles, todos insistem que o Estado deve ficar afastado dos interesses de classes ou de outros interesses facciosos. (FINLEY, 1988, p. 61-62)

Em complemento à observação acima, Sartori (1993, p. 141) afirma que o que se verificou foi que, pela atuação dos demagogos, a democracia ateniense acabou por se tornar extremamente instável e polarizada:

[...] a realidade que Aristóteles observava era uma cidade em que o *demos* fazia e desfazia as leis ao seu bel prazer e, por esta razão, uma cidade polarizada pelo conflito entre pobres e ricos. A democracia ateniense acaba, diríamos nós, em luta de classe. E é um resultado que não surpreende. [tradução nossa]²⁴

Diante disto, resta clara a razão pela qual a democracia grega entraria para a Filosofia Política dos séculos seguintes como um experimento fracassado – tanto que Jacques Rancière (2014, p. 8) afirma que, tal como havia os partidários da democracia, também havia seus críticos²⁵:

É óbvio que o ódio à democracia não é novidade. É tão velho quanto a democracia, e por uma razão muito simples: a própria palavra é a expressão de um ódio. Foi o primeiro insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda uma ordem legítima no inominável governo da multidão.

Essa visão negativa da democracia desponta na história do pensamento político ocidental a partir dos celebrados escritos de Platão e Aristóteles, que teciam

²² Aqui utilizamos a palavra “partido” no seu sentido mais amplo, sem qualquer referência específica à institucionalização dos partidos políticos nas democracias liberais e à sua atuação dentro do sistema representativo – mas que guardam em sua origem justamente a ideia de “faciosidade política”, que era abominada pela democracia ateniense (SEILER, 2000, p. 9).

²³ Cabe lembrar que Platão (2000, p. 285) já advertia sobre o perigo que os demagogos representavam para a democracia: “Quanto a esse protetor do povo, é evidente que não jaz em terra ‘ocupando com seu grande corpo um grande espaço’. Ao contrário, depois de ter abatido um grande número de rivais, sobe para o carro da cidade e de protetor transforma-se em tirano completo”.

²⁴ No original: “[...] la realidad que Aristóteles observaba era una ciudad en la que el *demos* hacía y deshacía las leyes a su gusto y, por este camino, una ciudad polarizada por el conflicto entre pobres y ricos. La democracia ateniense acaba, diremos nosotros, en la lucha de clases. Y es un resultado que no sorprende”.

²⁵ Ao coro de escritores gregos insatisfeitos com os descaminhos da democracia, podemos acrescentar também os dramaturgos Aristófanes e Sófocles, em cujas peças destilavam críticas ao sistema vigente (OSBORNE, 2013, p. 31-32). Da mesma forma, partidários da democracia também se levantaram em sua defesa, como é o caso de Péricles (BOBBIO, 2017b, p. 184).

largas críticas à capacidade política das massas, ao considerar a democracia uma das formas degeneradas de governo. Platão (2000, p. 280-281), por ocasião do Livro VIII de *A República*, expõe que é justamente o “excesso” da liberdade inerente à democracia que, ao se converter em libertinagem, torna-se o principal motivo da sua ruína:

Sócrates – Sendo assim, diz: não é o desejo insaciável daquilo que a democracia considera seu bem supremo que a perde?

Adimanto – E que bem é esse?

Sócrates – A liberdade. Com efeito, num Estado democrático ouvirás dizer que é o mais belo de todos os bens, motivo por que um homem nascido livre só poderá habitar nessa cidade.

Adimanto – Sim, é isso o que se ouve muitas vezes.

Sócrates – O que eu ia dizer há pouco é: não é o desejo insaciável desse bem, e a indiferença por todo o resto, que muda este governo e o obriga a recorrer à tirania?

Adimanto – Como?

Sócrates – Quando um Estado democrático, sedento de liberdade, passa a ser dominado por maus chefes, que fazem com que ele se embriague com esse vinho puro para além de toda decência, então, se os seus magistrados não se mostram inteiramente dóceis e não lhe concedem um alto grau de liberdade, ele castiga-os, acusando-os de serem criminosos e oligarcas.

Conforme elucida Bobbio (2017a, p.17) a concepção pessimista de Platão não decorre apenas do seu idealismo, mas também do seu contexto histórico: “Tendo vivido numa época de decadência da gloriosa democracia ateniense, Platão antes, perscruta, analisa, denuncia os fenômenos de degradação da pólis do que aqueles de seu esplendor”. Da mesma forma, Aristóteles (2000, p. 224) – que era discípulo de Platão e também viveu o mesmo contexto histórico – deixa clara a sua visão negativa em relação à democracia no Livro III de *Política*, contrapondo-a à noção de *politéia*, que seria o bom governo de muitos:

Os desvios correspondentes são: da monarquia, a tirania; da aristocracia, a oligarquia; da *politéia* ou governo constitucional para muitos, a democracia. Porque a tirania é o governo único para benefício de um único governante; a oligarquia, para o benefício dos homens de posses; a democracia, para o benefício dos homens sem posses. Nenhum dos três tem como objetivo o benefício de toda a comunidade.

Bobbio aponta que “[...] Aristóteles define a democracia como governo dos pobres, e em consequência como governo dos muitos pela única razão de que os pobres são, em qualquer Estado, mais numerosos que os ricos” (2017b, p. 185). Acerca da visão negativa de Aristóteles, Sartori (1993, p. 140) também comenta que:

Aristóteles – devemos recordar – classificava a democracia entre as formas degenerativas de governo: para ele, a democracia era o mal “governo dos muitos”, porque nela os pobres governavam em seu próprio interesse (ao invés do interesse geral). A democracia definida como “governo dos pobres em seu próprio proveito”, nos impacta como uma antecipação extraordinária de modernidade, como uma visão socioeconômica de democracia. [tradução nossa]²⁶

O fulgor democrático, porém, finalmente encontrou seu ocaso com o fim do domínio Ateniense sobre o mundo grego em 431 a.C., em razão da sua derrota na Guerra do Peloponeso e, posteriormente, com a sua conquista e anexação ao império de Felipe da Macedônia e de seu filho, Alexandre Magno (OSBORNE, 2013, p. 35):

Por todo o século V, houve as duas questões: democracia (ou oligarquia) e império, que chegaram ao clímax na Guerra do Peloponeso. A derrota na guerra representou o fim do império, e logo também encerrou o debate sobre o tipo de governo que Atenas deveria adotar. (FINLEY, 1988, p. 78)

Assim, o desmantelamento da democracia ateniense pelas disputas internas (alimentadas pelos demagogos) e o fim da sua hegemonia sobre o mediterrâneo submetem a Grécia a uma nova estrutura de poder imposta pelo Império Macedônico. Mas a democracia grega permanece uma experiência ímpar na história humana até os dias de hoje e, apesar de suas eventuais falhas e das diversas atribuições políticas que enfrentou, ela manteve a sua estabilidade durante 200 anos. Tanto é assim que, no período que compreende a queda de Atenas em 323 a.C. até as primeiras Revoluções Liberais do final do século XVIII, falar em “democracia” significava referir-se em grande parte ao modelo ateniense. Em outros termos, pode-se dizer que durante esses dois mil e duzentos anos o principal referencial de “democracia” para os pensadores políticos era a democracia direta dos gregos. Conforme reporta Finley (1988, p. 25):

Foi raro, no passado, dar-se o caso em que o uso da palavra “democracia” automaticamente “implicava a aprovação da sociedade ou da instituição assim descrita”. Na Antiguidade foi igualmente uma palavra cujo uso por muitos escritores representava uma forte reprovação. Assim a palavra desapareceu do vocabulário popular até o século XVIII, quando infiltrou-se novamente, como termo pejorativo. “É raro, mesmo entre os filósofos da França antes da Revolução, encontrar alguém usando a palavra ‘democracia’ em sentido favorável em qualquer associação prática”.

²⁶ No original: “Aristóteles – recordémoslo - clasificaba la democracia entre las formas degenerativas de gobierno: para él, la democracia era mal “gobierno de los muchos”, porque en ella los pobres gobernaban en su propio interés (en vez del interés general). La democracia definida como “gobierno de los pobres en su propio provecho”, nos impacta como una anticipación extraordinaria de modernidad, como una visión socioeconómica de democracia”.

Com a ascensão e a expansão da república romana²⁷ por volta de 509 a.C. (OSBORNE, 2013, p. 32), grande parte dos filósofos políticos passa então a se debruçar sobre o desenvolvimento das instituições republicanas, ao invés de se dedicar ao modelo de democracia direta ateniense²⁸:

“[...] não desaparece apenas a palavra, como também a coisa. Durante quase dois mil anos já quase não se falou de ‘democracia’, e quando era recordada a palavra, era para usar de modo depreciativo. [...] Durante dois mil anos, o regime ótimo, a forma ideal, tem sido chamada *res publica*, república. E dizer república é muito diferente de dizer democracia.” [tradução nossa]²⁹. (SARTORI, 1993, p. 146)

A principal característica da república romana – e que a torna diferente da democracia ateniense –, é que ela instituiu um sistema misto³⁰ (BOBBIO, 2017a, p. 56) calçado em um processo eleitoral, que permitiu de certo modo a coexistência das três formas clássicas de governo³¹, de forma a prover maior estabilidade ao sistema por meio do compromisso e do controle recíproco entre as diversas classes políticas – os cônsules, o senado e a assembleia do povo (OSBORNE, 2013, p. 42-43).

Assim, sob os auspícios do republicanismo romano a noção de “representatividade” seria aperfeiçoada, separando na prática³² a *titularidade* do poder do seu efetivo *exercício*, de modo a estabelecer um novo arranjo político baseado na soberania popular exercida por meio de eleições:

²⁷ Assim como ocorre com a democracia, a república também foi estudada por diversos pensadores ao longo de vários séculos e, portanto, carrega diversos significados dentro do pensamento político. Conforme ressalta Barros (2015, p. 73), mesmo o republicano Cícero adota a expressão em dois sentidos – tanto para referir-se de uma forma mais geral à sociedade política organizada, quanto ao cuidar de uma forma mais específica de forma de governo. Como veremos, a questão da distinção entre democracia e república se torna essencial para compreender o sistema político criado pelos pensadores que cunharam a democracia liberal.

²⁸ “Os romanos também discutiram a democracia, mas o que eles tinham a dizer tem muito pouco interesse. Eram discussões secundárias no pior sentido, derivadas apenas de livros, já que Roma em si nunca foi uma democracia segundo qualquer definição aceitável desse termo, embora as instituições populares fossem incorporadas ao sistema de governo oligárquico da República Romana”. (FINLEY, 1988, p. 27)

²⁹ No original: [...] no sólo desaparece la palabra sino también la cosa. Durante casi dos mil años ya casi no se habló de “democracia”, y cuando era recordada la palabra era para usarla de modo derogatorio. [...] Durante dos mil años, el régimen óptimo, la forma ideal, ha sido llamada *res publica*, república. Y decir república es muy diferente a decir democracia”.

³⁰ Em verdade, a defesa de uma forma de governo misto – e, portanto, expurgada dos defeitos intrínsecos às “formas puras” – remonta aos escritos de Aristóteles e sua concepção de *politía* (ou *politéia*) em sentido estrito, que seria uma conjugação da *oligarquia* com a *democracia* (BOBBIO, 2017a, p. 46-47). Posteriormente, entre os defensores das virtudes republicanas e do governo misto podemos encontrar Políbio, Cícero e Maquiavel (BARROS, 2015, p. 89).

³¹ Segundo Políbio, na república romana os Cônsules representariam o poder monárquico, o Senado seria a aristocracia e as assembleias do povo funcionariam como a porção democrática (BOBBIO, 2017a, p. 57).

³² Segundo Norberto Bobbio (2017a, p. 93-94), quem primeiro identifica a diferença entre titularidade e exercício do Poder é Jean Bodin, no século XVI.

A história política de Roma introduz o outro conceito político chave que herdamos do mundo antigo: a *res publica*, ou república. A república é um Estado no qual o poder supremo está nas mãos do povo – ele é soberano. Isso veio a representar um Estado sem monarca, mas o verdadeiro significado é mais profundo e carrega o sentido de que, não importa a estrutura em que o governo seja concebido, o povo é a autoridade maior. Isso não é o mesmo que democracia; no entanto, o entrelaçamento entre república e democracia faz da investigação da república romana parte essencial da história da democracia. (OSBORNE, 2013, p. 40)

Resta claro, portanto, que ao menos na sua origem as noções de república e de democracia não poderiam ser mais distintas: em uma república, o poder pertence ao povo, mas não é exercido por ele de forma direta ou exclusiva, e sim através de órgãos e cargos eletivos – ideal que, muito tempo depois da ruína da democracia ateniense, seria apropriada pelos escritores liberais do século XIX e rebatizada naquilo que hoje denominamos de “democracia representativa”.

Nos séculos seguintes, a ideia de democracia seria aos poucos relegada a um segundo plano e até ser completamente suplantada pela noção de república – em grande parte devido a Maquiavel, que retoma o estudo da república romana no século XVI e, com isso, remodela as três clássicas formas de governo no binômio³³ “repúblicas e monarquias”, que comporia a maior parte dos embates da filosofia política até o século XIX – com um clara predileção dos autores clássicos pela monarquia, como veremos.

2.2 O modelo de democracia liberal do século XIX

Passados dois mil anos da queda da democracia ateniense, o fortalecimento do despotismo dos monarcas absolutos que estavam à frente de Estados nacionais conduziu os pensadores do século XVIII a uma improvável aliança dos *ideais liberais de controle do poder estatal*³⁴ com as *instituições representativas republicanas* e produziu uma forma de se contrapor à autocracia, que foi batizada de “democracia”. Essa nova panaceia para um antigo mal alimentou o fogo das primeiras

³³ Conforme enuncia Maquiavel na abertura de *O Príncipe*, “Todos os estados e governos que têm ou tiveram poder sobre os homens já foram e são repúblicas ou principados” (2000, p. p17). Para Maquiavel, *a república é um misto de aristocracia e democracia*, podendo ser mais aristocrática ou mais democrática, dependendo do seu arranjo (BOBBIO, 2017b, p. 181-182) – observação que, não por acaso, seria recuperada em meados do século XX pelos autores do chamado “elitismo democrático”, tais como Max Weber, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels e Joseph Schumpeter (MELO, 2015, p. 287), que dariam especial enfoque ao elemento aristocrático nas democracias contemporâneas.

³⁴ “As ênfases do liberalismo clássico incidem, como se sabe, na defesa dos direitos do cidadão à sua vida e sua propriedade, na necessidade de tolerância política e religiosa e na luta por um sistema político que não centralize todo o poder numa só mão” (BRITO, 2015, p. 121).

Revoluções Liberais no final daquele século e deu origem à primeira das ondas de democratização.

De fato, a autocracia³⁵ não era desconhecida do mundo antigo: a derrocada do tirano Hípias por Clístenes cunhou a democracia ateniense, e a expulsão do tirano Tarquínio, o Soberbo, fundou a república romana (OSBORNE, 2013, p. 25-41). As críticas da filosofia política acerca dos males da autocracia remontam ao próprio Platão (2000, p. 296-297), para quem as paixões dos tiranos terminam sempre por levar toda a sociedade à escravidão. Baseados nas experiências precedentes, diversos autores europeus do século XVII e XVIII contribuíram, cada qual à sua maneira e às vezes até involuntariamente, para combater esses regimes: em especial Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Montesquieu³⁶.

O processo de secularização da soberania iniciado por Hobbes – no qual a autoridade do governante, antes ancorada no direito divino dos reis, passou a ser fundada na legalidade de um contrato social – seria aperfeiçoado por Locke que, por sua vez, estabeleceu as bases do liberalismo clássico e condicionou a autoridade do monarca ao Parlamento e ao sistema representativo. A esse coro juntam-se Montesquieu, que repartiu a soberania nos três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) como forma de controlar os governantes, e Rousseau, que atribuiu a soberania ao povo, único ente capaz de legitimar os governantes e seus atos.

Não é sem razão que todos esses elementos – a soberania popular, o Estado de Direito, o sistema representativo e a tripartição de poderes – estão presentes nos primeiros diplomas revolucionários liberais da Idade Moderna: a Declaração de Independência do Estados Unidos (1775) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Porém, na realidade, mesmo então poucos eram os defensores de uma “democracia” – pois como dito, até o século XIX o termo “democracia” referia-se ao modelo ateniense –, de modo que não faltavam motivos

³⁵ Entendemos por “autocracia” todo regime político que deriva sua legitimidade do autoritarismo, no qual a maioria das decisões coletivas são tomadas monocraticamente pelos governantes, cujos poderes não encontram quaisquer limitações institucionais e não se submetem a nenhuma forma de controle popular. Na atualidade, as autocracias estão diametralmente opostas às democracias no espectro político, porém, historicamente adotaram formas distintas, tais como as tiranias, os despotismos ou as ditaduras (BOBBIO, 2017b, p. 207-210).

³⁶ Vale lembrar que as ideias liberais foram primeiramente colocadas em movimento durante a Guerra Civil Inglesa (1642-1649) e consolidadas após a Revolução Gloriosa (1688-1689), de modo que a Inglaterra do final do século XVII teria os principais teóricos e contendores da monarquia absoluta e do governo liberal: Thomas Hobbes e John Locke, respectivamente. A teoria do Contrato Social levantada por estes autores seria utilizada posteriormente por Jean-Jacques Rousseau e fundaria uma das bases do liberalismo francês (OSBORNE, 2013, p.138).

para que a grande maioria dos pensadores políticos dos séculos anteriores encarasse com ressalvas tal forma de governo:

Na disputa em torno da melhor forma de governo, os clássicos do pensamento político moderno, que acompanham com suas reflexões o surgimento e consolidação dos grandes Estados territoriais predominantemente monárquicos, são, ao menos até a Revolução Francesa e à exceção de Spinoza, favoráveis à monarquia e contrários à democracia. Assim Bodin, Hobbes, Locke, Vico, Montesquieu, Kant, Hegel. (BOBBIO, 2017b, p. 187-188).

Cientes disso, quando um *sistema representativo liberal* foi concebido em 1787 na Constituição dos Estados Unidos, após a Guerra de Independência contra a Inglaterra, seus principais defensores – os chamados “Federalistas”³⁷ – não nomearam esse constructo de democracia, mas sim de *república*:

A história não se repete, mas ensina. Enquanto os Pais Fundadores dos Estados Unidos debatiam a Constituição americana, aprendiam com a história que conheciam. Temerosos de que a república democrática que imaginavam ruísse, refletiam sobre o declínio das democracias e repúblicas antigas que degeneraram em oligarquias e impérios. Sabiam que Aristóteles advertira que a desigualdade traz instabilidade, enquanto Platão acreditava que os demagogos tiravam proveito da liberdade de expressão para tomar o poder como tiranos. Ao fundar uma república democrática alicerçada na lei e ao criar um sistema de controle, os Pais Fundadores procuraram evitar o mal que eles chamavam, assim como os antigos filósofos, de tirania. Tinham em mente a usurpação do poder por uma única pessoa ou um grupo, ou ainda, a violação da lei pelos governantes em benefício próprio. (SNYDER, 2017, p. 11-12)

De fato, o sistema defendido pelos Federalistas era assentado em um delicado equilíbrio entre o exercício do poder pelo Estado e a soberania popular, visando evitar ao mesmo tempo a tirania de um só ou a ditadura da maioria³⁸ – equilíbrio este que somente poderia ser alcançado por uma forma de governo mista, explicitamente inspirada na república romana representativa, e não na democracia ateniense direta, como se denota claramente do *paper n° 48*:

³⁷ “Os chamados federalistas defenderam com êxito um forte governo central com alguma autoridade sobre os estados individuais, ao passo que os antifederalistas viam o governo nacional como um servo dos estados, destinado a coordenar suas solicitações e atividades. A Constituição federal proposta foi então enviada aos estados para debate e ratificação, e os mesmos argumentos foram repetidos. “O Federalista”, escrito por James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, e publicado no *Independent Journal* e no *New York Packet* em 1787 e 1788, foi uma tentativa de persuadir o Congresso do estado de Nova York a ratificar a Constituição”. (OSBORNE, 2013, p. 156)

³⁸ Vale lembrar que, como expõe Rancière (2014, p. 70), “A representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia. Ninguém ignorava isso nos tempos das revoluções norte-americana e francesa. Os Pais Fundadores e muitos de seus seguidores franceses viam nela justamente o meio de a elite exercer de fato, em nome do povo, o poder que ela é obrigada a reconhecer a ele, mas ele não saberia exercer sem arruinar o próprio princípio do governo. [...] Hoje, ‘democracia representativa’ pode parecer um pleonasma, mas foi primeiro um oxímoro”.

Numa democracia em que o povo exercita diretamente as funções legislativas, e em que, incapaz de deliberações regulares e de medidas refletidas, se adia entregue à ambição e às intrigas dos seus magistrados executivos, também estes podem aproveitar-se de uma ocasião favorável para tornarem tirânico o seu poder. Mas numa república representativa, em que a magistratura executiva é limitada, tanto na extensão quanto na duração dos seus poderes, e onde o Poder Legislativo é exercitado por uma assembleia cheia de confiança nas suas próprias forças, pela certeza que tem da sua influência sobre o povo – assaz numerosa para poder experimentar todas as paixões que oprimem sobre os homens reunidos e os embarçam de refletir, mas assim mesmo não tanto que não possa empregar em satisfazê-las os meios ditados pela reflexão – em tal Estado de coisas, digo, é contra as empresas ambiciosas desse poder que o povo deve dirigir os seus ciúmes e esgotar todas as precauções. (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003, p. 306)

Além da preocupação com a autocracia, também havia preocupações de caráter prático, com relação ao funcionamento dessa forma de governo: se por um lado o *exercício direto* da democracia ateniense demandava um *número seleto de cidadãos* em um *pequeno território*, com cargos escolhidos por *sorteio*; por outro, a república visionada pelos norte-americanos poderia ser composta por um *número substancial de cidadãos* e cobrir um *vasto território*, desde que o exercício político fosse entregue aos *representantes*, cujos cargos seriam escolhidos por meio de *eleições*. É justamente o que está expresso no *paper nº 10*, escrito por James Madison:

Uma república, quero dizer, um governo representativo, oferece um ponto de vista diferente e promete o remédio que deseja. Examinemos as suas diferenças com relação a uma pura democracia e compreenderemos ao mesmo tempo a natureza do remédio proposto e a eficácia que ele deve tirar da União.

A república aparta-se da democracia em dois pontos essenciais: não só à primeira vista é mais vasta e muito maior o número de cidadãos, mas os poderes são nela delegados a um pequeno número de indivíduos que o povo escolhe.

O efeito dessa segunda diferença é de depurar e argumentar o espírito público, fazendo-o passar para um corpo escolhido de cidadãos, cuja prudência saberá distinguir o verdadeiro interesse da sua pátria e que, pelo seu patriotismo e amor da justiça, estarão mais longe de o sacrificar a considerações momentâneas ou parciais. (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003, p. 64)

É nesse sistema republicano³⁹ que os americanos vão estabelecer as bases de um *novo modelo de democracia*, pautado na importância do sufrágio, na disputa

³⁹ Cumpre ressaltar que o federalismo e o republicanismo norte-americano tiveram grande importância para a história política brasileira: com a sua adoção a partir da Constituição de 1891, manteve-se

partidária⁴⁰, no pluralismo e na participação política da sociedade organizada (OSBORNE, 2013, p. 162-163). Portanto, o principal elemento que se altera entre a democracia antiga e a democracia moderna é o sistema representativo:

O que se considera que foi alterado na passagem da democracia dos antigos à democracia dos modernos, ao menos no julgamento dos que vêem como útil tal contraposição, não é o titular do poder político, que é sempre o “povo”, entendido como o conjunto dos cidadãos a que cabe em última instância o direito de tomar as decisões coletivas, mas o modo (mais ou menos amplo) de exercer esse direito: nos mesmos anos em que, através das Declarações de Direitos, nasce o Estado constitucional moderno, os autores do Federalista contrapõem a democracia direta dos antigos e das cidades medievais à democracia representativa, que é o único governo popular possível num grande Estado. (BOBBIO, 2006, p. 31-32)

Assim sendo, por meio das eleições o povo teria controle sobre seus representantes, de modo que a soberania lhe pertenceria ainda que o seu exercício fosse indireto⁴¹. Como viria a escrever Alexis de Tocqueville⁴² (1998, p. 68) já no século XIX em “A Democracia na América”:

[...] Nada parecido se vê nos Estados Unidos; lá a sociedade age por si e sobre si mesma. Só há força em seu seio; quase não se encontra ninguém que ouse conceber e, sobretudo, exprimir a ideia de buscá-la em outra parte. O povo participa da composição das leis pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do poder executivo; podemos dizer que governa por si mesmo, a tal ponto a importância deixada à administração é fraca e restrita, a tal ponto ela é marcada por sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. Ele é a causa e o fim de todas as coisas. Tudo provém dele e tudo nele se absorve.

Não é de se espantar que essa nova forma de governo – de natureza republicana em sua origem – tenha sido rebatizada no século XIX pelos próprios

vigente até os dias de hoje, apesar de diversas alterações e algumas tentativas de reimplantar o parlamentarismo e a monarquia.

⁴⁰ Importante ressaltar também outra distinção entre o modelo direto e o representativo: na democracia ateniense – tal como expusemos acima – a facciosidade e a formação de “partidos” eram consideradas um mal que, explorado pelos demagogos em favor próprio, levou à ruína da democracia em Atenas (FINLEY, 1988, p. 57-60). Porém, nas democracias liberais, a formação de partidos políticos foi, aos poucos e com alguma resistência, sendo institucionalizada e se fundindo de forma indissociável à noção de representação política (SEILER, 2000, p. 6).

⁴¹ De acordo com Bobbio (2006, p. 34) “[...] tanto a democracia direta quanto a indireta descendem do mesmo princípio da soberania popular, apesar de se distinguirem pelas modalidades e pelas formas com que essa soberania é exercida”.

⁴² Ainda segundo Noberto Bobbio (2006, p. 55), Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill – ambos contemporâneos do século XIX – seriam os maiores tributários da democracia liberal logo no seu nascedouro: este defendendo o seu aspecto utilitarista e aquele com maior ênfase no seu elemento liberal.

americanos de “democracia”⁴³, em alusão ao poder que o povo exercia sobre as estruturas de governo – nascendo assim o que atualmente denominamos de “democracia liberal”⁴⁴:

Na América, a votação tornou-se central, já que era o processo do qual resultava a autoridade. Os americanos começaram a reconhecer isso ao chamarem seu novo país de democracia, referindo-se a um país em que os líderes eram escolhidos e podiam ser removidos pelo povo. (OSBORNE, 2013, p. 160)

Assim, podemos dizer que essa “nova democracia” diferencia-se substancialmente da sua contraparte ateniense pois, tendo sido temperada entre ideais republicanos e liberais, constitui um *sistema constitucional de proteção aos direitos civis e políticos dos cidadãos e de controle e limitação dos poderes do Estado, especialmente viabilizado por meio de um processo de escolha livre e igualitário (eleição) dos representantes que compõem o governo, cujos poderes e legitimidade derivam da soberania popular afiançada periodicamente por meio do sufrágio*. Como sumariza Frank Cunningham (2009, p. 58):

Fazendo um breve resumo, quase todos os teóricos liberais-democratas podem concordar em sua defesa da democracia representativa, em que os representantes são escolhidos de acordo com procedimentos formais (em algum ponto envolvendo votação majoritária), combinados com a proteção estatal de liberdades políticas e civis e uma esfera privada livre de interferência estatal. Pluralismo e individualismo político providenciam pontos fundamentais de orientação para esses teóricos, bem como o respeito a valores importantes na cultura política popular para sustentar a democracia liberal.

Portanto, em suma, “A democracia liberal é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático – um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas” (MOUNK, 2019, p. 44).

⁴³ Markoff (2015, p. 55), no entanto, identifica que o primeiro uso da acepção moderna de “democracia” foi feito na década de 1780 pelos Belgas e Holandeses, para designar o grupo que se opunha aos “aristocratas”.

⁴⁴ As noções de democracia e de liberalismo foram conjugadas na sua gestação durante o século XVIII, porém, ambas *não são* concepções necessariamente correspondentes: enquanto a democracia representa a ideia de que o poder deve estar nas mãos do povo, o liberalismo aponta para a noção de limites ao poder do Estado (BOBBIO, 2006, p. 7). Assim, do amálgama entre essas ideias, no século XIX podemos identificar o surgimento de (1) um *liberalismo radical*, que seria ao mesmo tempo liberal e democrata (também chamado de *democrata liberal*); (2) um *liberalismo conservador*, que seria liberal, porém, não democrático – e, portanto, contrário à expansão da participação popular; e (3) uma *democracia não liberal* (ou *democracia pura*), preocupada com a distribuição do poder, porém, não com a sua limitação (BOBBIO, 2006, p. 52).

Assim, falar em democracia nos dias de hoje é falar de algo totalmente diferente da noção fundada pelos gregos no século V a.C., e a democracia que surge no século XIX não guarda quase nenhuma semelhança com a sua contraparte grega⁴⁵. Dentro do seu próprio contexto histórico, a palavra assume ares de ressignificação dos seus pressupostos dentro de um novo panorama político fundado pelo liberalismo:

Como se explica que um termo que hoje nos emociona tanto tenha sido mal visto durante tanto tempo? Se, como defendo, a teoria das palavras e seus significados reflita a história *tout court*, o abandono da palavra democracia até o século XX prova até que ponto a queda da democracia antiga foi memorável e definitiva

[...]

Na mesma medida, quando o termo ressurgiu, é para desenhar uma realidade totalmente nova: nossas democracias são, na realidade, democracias *liberais*.⁴⁶ (SARTORI, 1993, p. 147)

Essas novas democracias que surgem a partir do século XIX, portanto, têm sua origem na união entre as instituições representativas e dos valores liberais, consolidados a partir das revoluções deflagradas em oposição às monarquias absolutas no final do século XVIII:

[...] o conjunto de experiências mais relevantes é primeiramente aquele oriundo dos países ocidentais e de suas colônias durante o século XIX, experiências essas que se espalharam por todo mundo nos séculos XX e XXI. A democracia é um fenômeno moderno. (TILLY, 2013, p. 53)

Portanto, não é de causar estranheza que as principais declarações liberais dos séculos XVII e XVIII não mencionem em momento algum a “democracia” dentre os seus valores políticos, propostas de governo ou garantias jurídicas: a democracia não é mencionada nem na *Petition of Rights* (1628) ou na *Declaration of Rights* (1689) da Inglaterra, nem na Constituição dos Estados Unidos da América (1787) ou na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão firmada após a Revolução Francesa (1789). A democracia somente viria a ser erigida como um princípio universal de

⁴⁵ “Na Antiguidade, os intelectuais, em esmagadora maioria, desaprovavam o governo popular e apresentaram um grande número de explicações para sua atitude, e uma variedade de propostas alternativas. Hoje seus congêneres, em especial os do Ocidente, mas não apenas estes, concordam, provavelmente na mesma esmagadora proporção, que a democracia é a melhor forma de governo, a mais conhecida e a melhor que se possa imaginar”. (FINLEY, 1988, p. 22)

⁴⁶ No original: “¿Cómo se explica que un término que hoy nos emociona tanto haya sido mal visto durante tanto tiempo? Si, como sostengo, la teoría de las palabras y sus significados refleja la historia *tout court*, el rechazo de la palabra democracia hasta el siglo XIX prueba hasta qué grado la caída de la democracia antigua fue memorable y definitiva. [...] En la misma medida, cuando el término resurge lo hace para diseñar una realidad totalmente nueva: nuestras democracias son, en realidad, democracias *liberales*”.

governo no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – conforme exposto em seu artigo 29, item 2:

No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2018)

Historicamente, entretanto, essa noção de democracia liberal nascida no século XIX ainda teria muito que ser muito aprimorada nos séculos seguintes, tanto no que diz respeito à consolidação de suas instituições, quanto à efetiva universalização das suas proteções políticas e civis⁴⁷ – um caminho tortuoso, marcado por avanços e retrocessos, como veremos no tópico seguinte.

2.3 As ondas democráticas do século XX

No plano da filosofia política, a introdução do paradigma democrático liberal acarreta uma mudança substancial no eixo teórico de compreensão das democracias: elas deixam de ser entendidas como uma das três clássicas *formas de governo* (aquela na qual o exercício do poder é feito diretamente pelo povo), e passa-se a entendê-las como um *regime político* que assegura ao povo uma série de direitos de participação na tomada de decisões públicas – em oposição ao autoritarismo de um regime autocrático:

Um dos autores que mais contribuiu para difundir e consolidar esta distinção foi Kelsen, que na *Teoria Geral do Direito e do Estado* [1945], após ter observado que a tripartição tradicional com base no número é superficial, adota outro critério distintivo – a maior ou menor liberdade política – e conclui que “então é mais exato distinguir dois tipos de constituição em vez de três: democracia e autocracia”. (BOBBIO, 2017b, p. 181)

Admitir que a democracia contemporânea é, na realidade, um sistema institucional-legal de proteção das liberdades individuais e de combate às formas de autocracia implica em reconhecer, principalmente, outras duas consequências; a primeira é que a democracia não é um projeto pronto e acabado: no âmbito interno, os diversos países apresentam *diferentes níveis de democracia*⁴⁸, que variam desde

⁴⁷ Nos referimos aqui, por óbvio, ao reconhecimento de direitos civis a determinadas minorias e, por conseguinte, também à expansão de direitos políticos a essas parcelas da população – lutas que permanecem constantes desde então, até os dias de hoje.

⁴⁸ Sobre a discussão acerca dos diferentes níveis de democracia, é seminal o trabalho desenvolvido na década de 70 por Robert Dahl no livro “Poliarquia”, no qual ele estabelece critérios segundo os quais

regimes extremamente democráticos a regimes altamente autocráticos; a segunda consequência é que, por fatores internos ou externos, *ao longo do tempo a democracia de um determinado país pode sofrer alterações* seja em um sentido positivo (com um reforço da democratização) ou negativo (com a *desdemocratização*).

Levando em conta essas duas observações, no período que segue a partir do advento do século XIX podemos verificar momentos de expansão e retração dessa democracia liberal em diversos países do *ocidente*⁴⁹ e, naqueles países em que essa democracia já estava consolidada, firma-se a luta pela sua ampliação – consubstanciada especialmente no fim das barreiras censitárias e na conquista de diversas parcelas da população dos seus direitos civis e políticos⁵⁰.

Conforme estudo de Samuel P. Huntington (1991, p. 12) intitulado “A Terceira Onda de Democracia”, ao longo do período que segue do final do século XVIII ao começo do século XXI, podemos identificar períodos de democratização e de desdemocratização que ocorrem sucessivamente no âmbito internacional por uma série de motivos em comum, que ele batizou de “ondas democráticas” e “ondas reversas”. Segundo Markoff (2015, p. 2), que também perfila estudo semelhante, essas “ondas democráticas” são caracterizadas por uma demanda social por mais democracia e pela discussão sobre as virtudes da democracia, enquanto as “ondas reversas” (ou ondas antidemocráticas) se caracterizam por demandas sociais por menos democracia e pela hostilidade contra a democracia⁵¹. Ambas tendências

entendeu ser possível avaliar as variações na capacidade democrática de um determinado país, desde extremamente democrático (que ele chamou de “poliarquia”) ao completamente autocrático (denominado de “hegemonias fechadas”) (DAHL, 2015, p. 29-31). Atualmente, organizações como a *Freedom House*, a *Economist Intelligence Unit* e a *Polity Project* se encarregam de avaliar e pontuar – cada qual com critérios próprios – o nível das liberdades civis e dos direitos políticos de diversos países.

⁴⁹ Optamos por manter o foco do presente estudo nos movimentos de democratização e desdemocratização ocorridos no ocidente por três principais motivos: primeiro, o ocidente é o berço da democracia liberal, e sua evolução histórica está intrinsecamente ligada aos valores e eventos ocidentais; segundo, o cenário político internacional em que o Brasil se insere é eminentemente ocidentalizado; e por fim, abarcar os impactos desses movimentos em outras culturas fugiria por demais ao escopo do presente trabalho. Porém, com isto não estamos negando, de forma alguma, a existência de impactos ou influências desses movimentos (des)democratizantes em outros países.

⁵⁰ É notório que os regimes democráticos nascidos durante o século XIX viviam em certa contradição entre os *valores liberais* de igualdade e liberdade professados e as *práticas políticas*: a manutenção do sistema escravagista, a exploração do trabalhador e a exclusão das mulheres e das camadas mais pobres dos processos políticos seriam algumas das principais questões a serem resolvidas pelas diversas democracias nos séculos seguintes.

⁵¹ Com base nos ensinamentos de Dahl (2015, p. 27), podemos vislumbrar a *expansão da democracia* com o aumento das lutas políticas em torno da liberdade de formar e aderir a organizações, liberdade de expressão, do direito ao voto, da elegibilidade para cargos públicos, do direito de líderes políticos disputarem apoio e votos, de fontes alternativas de informação, de eleições livres e idôneas e das instituições com capacidade de fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. Por outro lado, dentre as possíveis causas de uma *retração dessas democracias*, Huntington (1991, p. 17-18) aponta o enfraquecimento dos valores democráticos entre certas elites e o público geral, os retrocessos econômicos, a polarização política e social, o conservadorismo das classes média e alta, o rompimento com a lei e a ordem, a intervenção de um

sempre coexistiram, mas as mudanças no governo sempre refletiriam a preponderância, ora de uma, ora de outra.

Nesse sentido, Huntington (1991, p. 12) ensina que, durante esse interregno de pouco mais de dois séculos de vigência da democracia liberal, ocorreram *três ondas democratizantes* – sendo a primeira e a segunda também sucedidas por duas ondas reversas. A *primeira onda democratizante* ocorreu entre a década de 1820 até 1926 capitaneada pelas revoluções liberais⁵², que deram origem a 29 democracias; sendo seguida por uma *primeira onda reversa* entre 1922 e 1942, ocasionada pela ascensão do fascismo na Europa⁵³, que baixou o número de democracias para 12. A *segunda onda democratizante* avolumou entre 1945 e 1962, em razão do fim da Segunda Guerra Mundial, quando o número de democracias passou para 36; porém, seria seguida por uma *segunda onda reversa* no período de 1960 a 1975 em decorrência do recrudescimento da Guerra Fria⁵⁴, que diminuiu esse número para 30 democracias.

poder estrangeiro não democrático e o “efeito bola de neve reverso”, no qual a tendência de certas nações em abandonar a democracia serviria de exemplo para outros países.

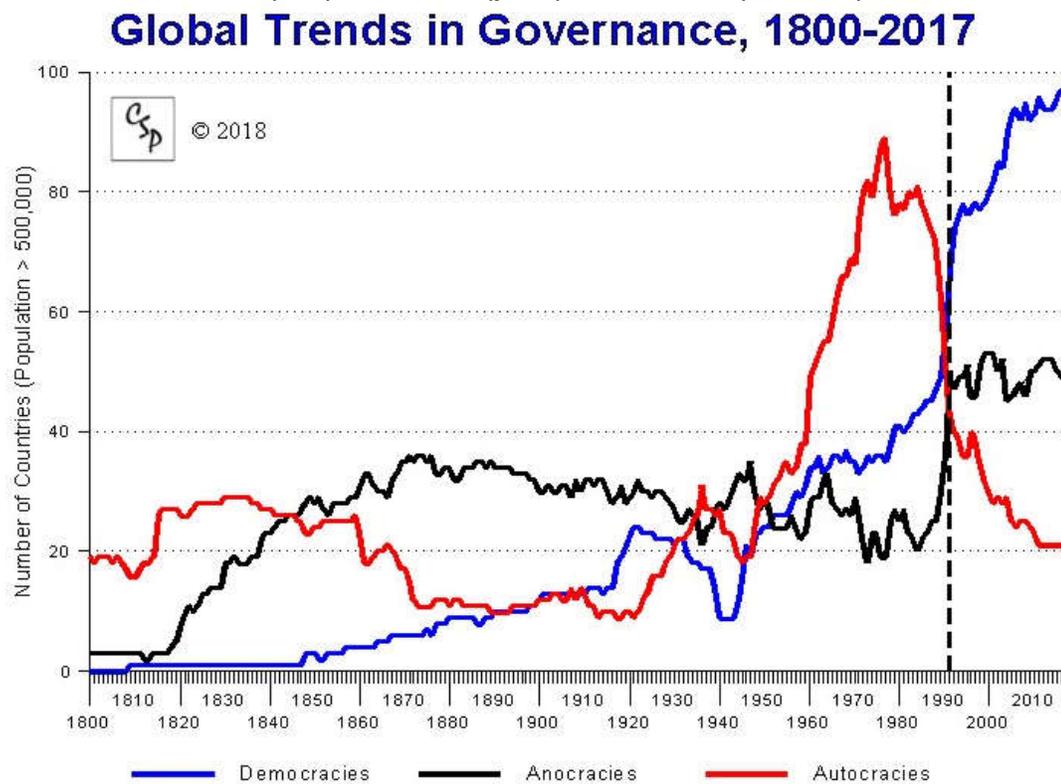
⁵² Com o fim das *Guerras Napoleônicas* em 1815, a Europa põe em movimento as forças conservadoras que, por meio do *Conselho de Viena*, iniciam o período conhecido como *Restauração*, no qual alguns princípios *liberais* são implementados apenas formalmente – a fim de evitar a ocorrência de um novo episódio revolucionário como o de 1789 –, mas cujo principal objetivo era a conquista e manutenção de uma unidade *nacional* forjada pelos governantes (OSBORNE, 2013, p. 227-232). Essa alteração trouxe consigo inúmeros problemas sociais que, aliados ao conservadorismo dos governantes, aumentaram as tensões que em 1848 desaguardariam em uma nova revolta liberal que se espalharia pela Europa, reascendendo o rastilho de pólvora deixado em 1789, em um episódio que ficou conhecido como a *Primavera dos Povos*, que pressionou pela realização de reformas democratizantes (OSBORNE, 2013, p. 253). Por sua vez, a industrialização e a disputa entre os impérios europeus levou à deflagração da Primeira Guerra Mundial no começo do século XX, que alterou o mapa político da Europa e, por sobre as cinzas dos antigos impérios, permitiu o surgimento de novos países que buscavam se inspirar nas democracias então consolidadas (MARKOFF, 2015, p. 5).

⁵³ Segundo Markoff (2015, p. 4-5), o período que se segue do final do século XVIII ao começo do século XX é marcado por um conjunto de lutas isoladas que, quando consideradas em conjunto, colaboraram sobremaneira para as atuais democracias: são lutas pela afirmação da autoridade dos parlamentares eleitos sobre os governantes; pela universalização do sufrágio; pela subjugação dos detentores de poder à vontade do eleitorado; por um processo eleitoral honesto; pela institucionalização dos partidos políticos como atores sociais legítimos e contra as antigas relações feudais que achincalhavam a livre escolha dos governantes. O período entreguerras, porém, assiste à quebra do paradigma democrático progressista, segundo o qual a maior participação política do povo por meio do acesso ao voto significaria uma melhora substancial nas condições de vida da população (OSBORNE, 2013, p. 270). A incapacidade que a inclusão pela via do sufrágio vinha encontrando para solucionar os problemas sociais reforçou as críticas vigentes à democracia: ou seja, a *democracia formal* (oriunda do processo republicano) não era capaz de implementar a *democracia substancial* (oriunda da distribuição das condições materiais) – ponto que seria essencial nos debates políticos da época, polarizado entre fascistas e comunistas, em prejuízo da proposta liberal-democrática que estava em crise (OSBORNE, 2013, p. 287-288).

⁵⁴ Cumpre lembrar que em um mundo polarizado entre comunismo e capitalismo e à beira de uma guerra nuclear, era comum a repressão por parte dos governos a qualquer manifestação contrária ao sistema vigente, bem como o controle da opinião pública por meio da mídia de massa e do sistema educacional – o que ocorria mesmo em países ditos democráticos (MARKOFF, 2015, p. 9).

Por fim, Huntington aponta a existência de uma *terceira onda democratizante* surgida entre 1974 até 1990 (período no qual ele encerra seus estudos) em razão do colapso da União Soviética e do fim da cortina de ferro, quando houve um aumento substancial das democracias no mundo, atingindo um total de 60 países democráticos. Todas essas tendências de democratização e desdemocratização dos últimos dois séculos foram analisadas pelo *Polity Project*⁵⁵ (MARSHALL; ELZINGA-MARSHALL, 2017), que mapeou em diversos países as oscilações dos regimes de governo desde o século XIX (entre democracias, autocracias e anocracias⁵⁶), de forma que as suas conclusões corroboram empiricamente as “ondas” descritas por Huntington:

Gráfico 2 - Tendências Globais em Governância segundo o Polity Project demonstrando o número de democracias (azul), anocracias (preto) e autocracias (vermelho) entre 1800-2017.



Fonte: *Polity Project* (MARSHALL; ELZINGA-MARSHALL, 2017)

⁵⁵ O *Polity Project* é organizado pelo *Center for Systemic Peace*, sediado em Virgínia nos Estados Unidos, e tem por objetivo monitorar o comportamento político de diversos países do mundo.

⁵⁶ Segundo o *Polity Project*, anocracias são regimes instáveis, “Elas são sociedades cujos governos não são nem inteiramente democráticos, nem totalmente autocráticos: frequentemente combinam uma mistura incoerente de traços e práticas democráticas e autocráticas” (MARSHALL; ELZINGA-MARSHALL, 2017, p. 30).

Porém, à época em que Huntington (1991, p. 12) formulava seus estudos, ao analisar as tendências democráticas da década de 1990 ele já questionava: “E se a terceira onda chegar a uma estagnação, ela será seguida de uma terceira onda reversa significativa, eliminando muitas das conquistas democráticas dos anos 1970 e 1980?”. As tentativas de responder a este questionamento têm sido um dos principais tópicos discutidos pelos pensadores políticos nesse início do século XXI.

O que se observa é que, já no final da década de 1990, essa terceira onda começa a perder sua potência e agora nas primeiras décadas do século XXI já dá sinais estagnação em razão de uma série de fatores que novamente colocam em xeque as bases da democracia liberal construída ao longo dos últimos duzentos anos – em especial, a própria noção de representação política, como restará aclarado no próximo tópico.

2.4 A democracia liberal no século XXI e a crise de representatividade

A queda da cortina de ferro no final da década de 1980 gerou uma avalanche de revoltas nacionais na antiga União Soviética, que soterraram a proposta de um comunismo autoritário internacional e, no mesmo movimento, acarretaram ao fim da dualidade posta durante a Guerra Fria (OSBORNE, 2013, p. 375), com a vitória do modelo capitalista e liberal-democrático representado pelos Estados Unidos – hegemonia esta que levou o sociólogo Francis Fukuyama a proclamar o “fim da história” (1992, p. 211):

No fim da história, não restam competidores ideológicos sérios à democracia liberal. No passado, as pessoas rejeitavam a democracia liberal porque elas acreditavam que ela seria inferior à monarquia, aristocracia, teocracia, fascismo, comunismo totalitário ou qualquer outra ideologia que eles eventualmente acreditassem. Mas agora, à exceção do mundo islâmico, parece haver um consenso geral de aceitação das alegações da democracia liberal de ser a forma mais racional de governo, isto é, o estado que concretiza mais completamente tanto o desejo racional quanto o reconhecimento racional. [tradução nossa]⁵⁷

Porém, o estabelecimento da democracia liberal como o modelo político vencedor da “dialética histórica” não se revelou a panaceia para todos os problemas enfrentados pelos países nas décadas vindouras e nem passaria incólume às

⁵⁷ No original: “At the end of history, there are no serious ideological competitors left to liberal democracy. In the past, people rejected liberal democracy because they believed that it was inferior to monarchy, aristocracy, theocracy, fascism, communist totalitarianism, or whatever ideology they happened to believe in. But now, outside the Islamic world, there appears to be a general consensus that accepts liberal democracy's claims to be the most rational form of government, that is, the state that realizes most fully either rational desire or rational recognition”.

contestações de seus críticos. Como afirmado acima, em se tratando de democracia, sempre há a possibilidade de avanços e, especialmente, de retrocessos, pois as dificuldades de se instaurar uma nova democracia podem ser tão penosas quanto a complexidade de mantê-la em funcionamento ao longo das intempéries dos anos.

Já no final da década de 1990, Albert Weale (1999, p. 1-2) identificou que a expansão democrática do pós-Guerra Fria já enfrentavam alguns problemas: em primeiro lugar, ao contrário do que se poderia pressupor, àquela época os regimes autoritários não estavam totalmente extintos ou em vias de extinção; em segundo lugar, o colapso dos governos totalitários colocou em movimento uma série de novas forças étnicas e nacionalistas que não se comportam em um ambiente democrático; e em terceiro lugar, mesmo nos países cujas democracias já haviam se consolidado há tempos, ainda havia lugar para a melhoria da qualidade e do desempenho dos seus regimes políticos.

A essas dificuldades intrínsecas às democracias de Terceira Onda, podemos acrescentar alguns desafios conjunturais recentes, típicos da pós-modernidade nesse começo do século XXI, relacionados a fenômenos como globalização, crise econômica, terceira revolução industrial, guerras, terrorismo global, crise do Estado Nacional, reorganização das relações produtivas, aumento na disparidade de rendas, mudanças climáticas, refugiados e imigração em massa, pluralismo identitário, etc. (CASTELLS, 2018, p. 7). Todas essas dificuldades levam Sérgio Abranches (2017, p. 25-29) a declarar que estamos passando por um período de transição caótica, que ele denominou de “Era do Imprevisto”, na qual os velhos modelos já não se aplicam com a mesma estabilidade de antes e, igualmente, ainda não surgiram as novas formas de organização social:

As instituições econômicas, políticas e de proteção social já não são capazes de alcançar os eventos emergentes que apontam para uma nova realidade, cujos contornos não estão ainda inteiramente visíveis.

[...]

A grande transição marca uma era de incerteza e mudança vertiginosa e sem rumo estabelecido. Pode-se, no máximo, captar tendências virtuais, incipientes, que vão ou não se concretizar no futuro. Dependerá de escolhas coletivas a serem feitas e das consequências inesperadas de escolhas que já fizemos.

A conjugação das dificuldades estruturais e conjunturais põe em xeque o modelo liberal-democrático construído ao longo dos últimos duzentos anos e colocam os estudiosos em estado de alerta, de modo que a principal preocupação nas primeiras décadas do século XXI é que essas democracias sejam erodidas por forças

internas, ou seja, que uma queda brusca na qualidade dessas democracias acarrete uma retração lenta e gradual em favor de regimes totalitários, utilizando-se do próprio aparelho democrático para tanto:

É assim que tendemos a pensar na morte de democracias: nas mãos de homens armados. Durante a Guerra Fria, golpes de Estado foram responsáveis por quase três em cada quatro colapsos democráticos. As democracias em países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai morreram dessa maneira. [...]

Porém, há outra maneira de arruinar uma democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos em etapas que mal chegam a ser visíveis. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 14-15)

Diante do estudo apresentado acerca das ondas democráticas, porém, tal preocupação não se mostra nenhuma novidade: a possibilidade de uma Terceira Onda Reversa já era visionada por Huntington (1991, p. 19-20) que, baseando-se nas causas da Primeira e da Segunda Onda Reversa apontava que (1) as falhas sistêmicas das democracias poderiam acabar minando a sua legitimidade e que (2) a mudança de algum grande país democrático para o autoritarismo poderia representar um modelo a ser seguido.

O relatório de 2019 da *Freedom House*, intitulado de “Democracia em Retirada”, aponta o prognóstico de uma *possível* Terceira Onda Reversa – confirmando *em caráter preliminar* as hipóteses levantadas outrora por Huntington. Segundo o relatório, 2018 foi décimo terceiro ano consecutivo de queda nos direitos políticos e liberdades civis em escala global e, ainda, aponta que a retirada dos Estados Unidos do seu papel de modelo democrático que acelerou essa queda (FREEDOM HOUSE, 2019, p. 23):

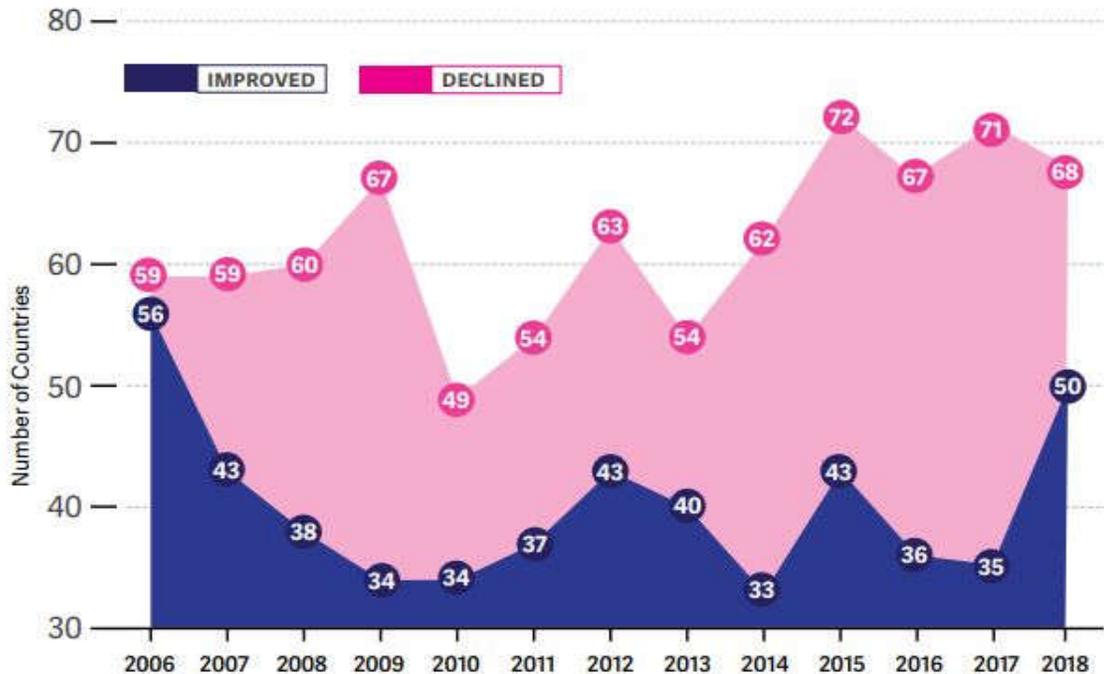
O fim da Guerra Fria acelerou uma onda dramática de democratização que começou no início dos anos 70. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991 abriu o caminho para a formação ou restauração de instituições democráticas liberais não só na Europa Oriental, mas também nas Américas, na África subsaariana e na Ásia. Entre 1988 e 2005, a percentagem de países classificados como “não livres” no relatório declinou quase 14 pontos (de 37 para 23 por cento), enquanto a participação dos países livres cresceu (de 36 a 46 por cento). Essa onda de progresso agora começou a retroceder. Entre 2005 e 2018, a parcela de Países não

livres subiu para 26%, enquanto a parcela de países livres caiu para 44%.(FREEDOM HOUSE, 2019, p. 1) [tradução nossa]⁵⁸

Gráfico 3 - Número de países que mostram declínio (rosa) ou melhora (azul) na democracia entre 2006 e 2017 segundo da Freedom House.

13 YEARS OF DECLINE

Countries with net declines in aggregate score have outnumbered those with gains for the past 13 years.



Fonte: *Freedom In The World 2019: Democracy in Retreat* (FREEDOM HOUSE, 2019)

O primeiro elemento antevisto por Huntington já na década de 90 – qual seja, a perda de legitimidade da democracia devido à ocorrência de falhas sistêmicas – é verificável pela crescente queda da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, consideradas incapazes de resolver os novos desafios impostos pela pós-modernidade:

A aceitação geral de normas democráticas significava que os governos democráticos estavam menos propensos a buscar sua legitimidade no seu desempenho, do estiveram em outros tempos. Mesmo assim, a inabilidade constante em prover bem-estar, prosperidade, equidade, justiça, ordem interna, ou segurança externa poderia, com o tempo, minar a legitimidade até mesmo de governos democráticos. Com o desvanecer das memórias

⁵⁸ No original: “The end of the Cold War accelerated a dramatic wave of democratization that began as early as the 1970s. The fall of the Berlin Wall in 1989 and the Soviet Union’s collapse in 1991 cleared the way for the formation or restoration of liberal democratic institutions not only in Eastern Europe, but also in the Americas, sub-Saharan Africa, and Asia. Between 1988 and 2005, the percentage of countries ranked Not Free in Freedom in the World dropped by almost 14 points (from 37 to 23 percent), while the share of Free countries grew (from 36 to 46 percent). This surge of progress has now begun to roll back. Between 2005 and 2018, the share of Not Free countries rose to 26 percent, while the share of Free countries declined to 44 percent”.

autoritárias, a irritação com as falhas democráticas tende a aumentar. (HUNTINGTON, 1991, p. 19) [tradução nossa]⁵⁹

Diante dessas dificuldades, portanto, a desconfiança dos cidadãos com relação ao desempenho das instituições é aparentemente inevitável, e a democracia liberal se vê atacada diretamente em seu sistema central: a noção de *representação política*. Essa profunda *crise de legitimidade da democracia*, portanto, é uma *crise de confiança nos representantes* – fenômeno que Manuel Castells denomina de “ruptura” (2018, p. 7-8):

Existe, porém, uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos últimos dois séculos, às custas de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional.

Como define Charles Tilly (2013, p. 94), “A confiança, então, consiste em colocar bens preciosos nas mãos de outros, correndo o risco de que não sejam bem cuidados, que erros sejam cometidos ou que falhas aconteçam”. A ideia de *confiança* é o elemento nuclear da noção de representação política em uma democracia liberal: como o cidadão não pode mais participar das assembleias e defender por conta própria os seus interesses – tal como ocorria na democracia direta ateniense –, então a escolha do candidato e do partido político deve presumir que o cidadão tenha confiança suficiente de que estes vão representar da melhor forma possível os seus interesses perante essa assembleia⁶⁰. De acordo com Tilly (2013, p. 106), existem outras correlações entre confiança e democracia que poderiam ser elencadas aqui, porém todas elas apontam que “[...] uma diminuição significativa da confiança constitui uma ameaça à democracia” – e esse perigoso “déficit de representação” já pode ser

⁵⁹ No original: “The general acceptance of democratic norms meant that democratic governments were even less dependent on performance legitimacy than they had been in the past. Yet sustained inability to provide welfare, prosperity, equity, justice, domestic order, or external security could over time undermine the legitimacy even of democratic governments. As the memories of authoritarian failures fade, irritation with democratic failures is likely to increase”.

⁶⁰ Do ponto de vista estritamente jurídico, a representação política é na sua essência, como o próprio nome sugere, um *contrato de mandato* e, tal como qualquer contrato dessa natureza, seu fundamento é justamente a *fidúcia*.

notado em diversas democracias, conforme expõe Fernando Henrique Cardoso (2018, p. 74-75):

Existe um déficit de representação democrática percebido pelos eleitores, em parte porque os governos nacionais estão à mercê de mudanças que são globais, em parte porque as sociedades se transformaram e as instituições clássicas de representação, nomeadamente os sindicatos e partidos, não acompanharam essa mudança.

[...]

A democracia representativa é cada vez mais percebida como um sistema elitista, disfuncional, minado pela corrupção, insensível às necessidades e demandas das pessoas comuns. É como se todos os governantes se equivalessem, na medida em que nenhum se revela capaz de proteger a sociedade das crises econômicas, da extinção dos empregos, da violência ou da desigualdade.

O escritor português Manuel Arriaga (2015, p. 15-29), em sua obra “Rebooting Democracy: A Citizen’s Guide To Reinventing Politics”, aponta dez motivos pelos quais essa confiança não é correspondida pelos representantes, de modo que se pode verificar pontualmente os motivos pelos quais geralmente se tem aceito que a população não confia mais na representação política.

Segundo defende Arriaga, esses motivos seriam (1) a *corrupção*, que desnatura a representação, através da troca ilícita de favores políticos por dinheiro; (2) a disputa por sucessivas reeleições, que acaba por incentivar os políticos a se tornarem *demagogos*; (3) os *políticos de carreira*, que se mostram mais interessados na própria ascensão política e na obtenção de poder do que em representar os interesses dos eleitores; (4) a *falta de controle popular*, após terem sido eleitos; (5) as próprias *políticas eleitorais*, que corrompem até mesmo os políticos bem intencionados; (6) a *profissionalização da política*, que pressiona e conforma a atuação política às normas sociais da profissão; (7) os *efeitos psicológicos do poder e da identificação com outras elites*, que tornam os políticos mais gregários e menos empáticos ao lidar com os problemas dos eleitores; (8) a *parcialidade ideológica*, que confirma as crenças individuais dos representantes, mesmo diante de fatos sociais bem estabelecidos em sentido contrário; (9) a *classe política não é demograficamente representativa da população geral*, o que por si só gera distorções na representatividade e na adoção de medidas sociais adequadas; e, no final das contas, (10) talvez os *políticos realmente sejam impotentes* para resolver essas questões, especialmente diante da necessidade de negociar com outros atores políticos ou da força política do setor empresarial e do sistema financeiro internacional.

Em suma, devido à desconfiança dos cidadãos em relação a seus representantes, instalaram-se hostilidades contra a democracia – e conforme afirmado no tópico anterior, o aumento das hostilidades contra a democracia é um forte indicativo de desdemocratização:

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos das democracias liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições era elevado; hoje, a desilusão é maior do que nunca. Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam poder e influência. (MOUNK, 2019, p. 19)

Como consequência, as falhas sistêmicas das democracias em resolver os desafios da pós-modernidade são a principal causa da recente recessão da democracia na América do Norte – principal bastião do modelo liberal-democrático desde o século XIX. A retração é notável, principalmente, a partir da ascensão de Donald Trump à presidência da república em 2017 – demonstrando o possível surgimento do segundo elemento previsto do Huntington (1991, p. 19), qual seja, o “efeito bola de neve reverso”, a partir da guinada de algum grande país democrático para um regime mais autocrático.

Figura pública de longa data, graças à sua posição de magnata do ramo imobiliário e apresentador de *reality show* – portanto um *outsider* da vida política americana e desvinculado dos canais tradicionais de poder –, Donald Trump construiu rapidamente a sua imagem política graças à cobertura de boa parte da mídia tradicional que, a título de crítica, já na campanha de 2016 denunciava seus escândalos e seus discursos antidemocráticos e polarizantes, geralmente apoiados em ataques ao “politicamente correto”, aos imigrantes, à globalização, aos direitos civis e liberdades políticas e carregados de conservadorismo e de incitação à violência contra a oposição (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 59-62).

Contrariando todos os prognósticos dos analistas políticos, e mesmo diante da sua falta de experiência, de financiamento e de apoio das elites de seu partido, Trump valeu-se do amplo contato com o eleitorado por meio das redes sociais e ganhou as primárias contra os demais competidores do partido Republicano e, escorando-se no voto conservador, conquistou a presidência na disputa contra a

candidata do partido democrata, Hillary Clinton (CASTELLS, 2018, p. 48)⁶¹. O discurso de Trump, entretanto, tocou nas inseguranças do eleitorado conservador e incitou o voto de medo, oferecendo o seu autoritarismo egocêntrico como uma “terceira via” aos políticos “tradicionais”. Como coloca Castells (2018, p. 47), seus eleitores “São pessoas atemorizadas pela rápida mudança econômica, tecnológica, étnica e cultural do país”.

Com isso, cidadãos de outros países que compartilham das mesmas aflições se veem refletidos na recessão da democracia na América, que agora serve de modelo negativo às demais democracias, causando, nos termos de Huntington, um “efeito bola de neve reverso” que já pode ser sentido em outros países:

E a eleição de Trump dificilmente pode ser considerada um incidente isolado. Na Rússia e na Turquia, déspotas eleitos conseguiram transformar democracias incipientes em ditaduras eleitorais. Na Polônia e na Hungria, líderes populistas rezam essa mesma cartilha para destruir a liberdade de imprensa, solapar as instituições independentes e calar a oposição.

Mais países em breve seguirão o mesmo caminho. Na Áustria, um candidato de extrema direita quase ganhou a presidência. Na França, o panorama político em rápida transformação está oferecendo novas oportunidades tanto para a extrema esquerda como para extrema direita. Na Espanha e na Grécia, sistemas partidários estabelecidos estão se desintegrando a uma velocidade alarmante. Mesmo nas democracias supostamente estáveis e tolerantes – Suécia, Alemanha, Holanda –, os extremistas têm celebrado triunfos sem precedentes.

Não resta mais a menor dúvida de que estamos em um momento populista. A questão agora é se esse momento populista vai se tornar uma era populista – e pôr em xeque a própria sobrevivência da democracia liberal. (MOUNK, 2019, p. 16-17)

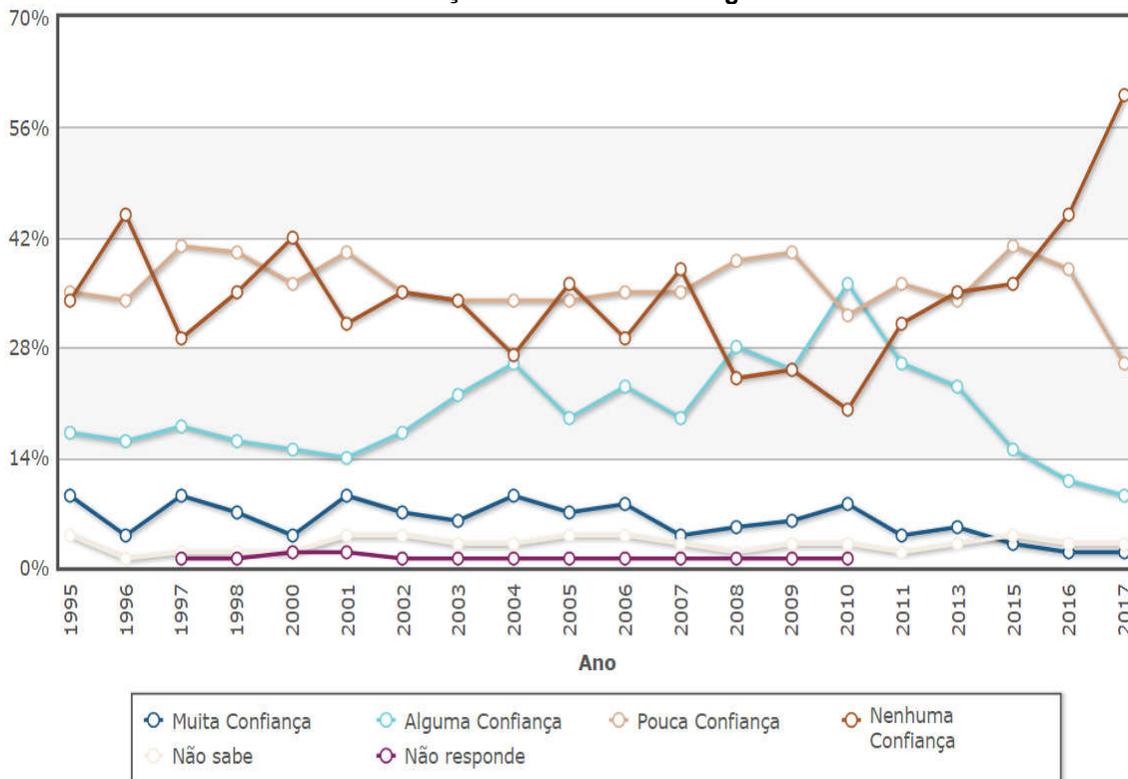
Em se tratando especificamente do cenário brasileiro, pode-se dizer que o país enfrentou de modo bastante territorializado o *processo de ruptura* na representação e o *efeito bola-de-neve* dos norte-americanos – cujas causas e consequências ainda estão abertas para debate. De todo modo, nos esforçamos para apontar brevemente de que forma compreendemos alguns fatos recentes na vida política nacional e como eles se conectam umbilicalmente aos dois pontos trazidos por Huntington, quais sejam, os *impasses na democracia* e a recente *guinada à “direta”* com a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

⁶¹ “Em resumo, votaram majoritariamente em Hillary as minorias étnicas, os jovens, as mulheres instruídas e as grandes cidades. Ao passo que votaram maciçamente em Trump os setores brancos de menor instrução (homens e mulheres, jovens e velhos), os trabalhadores industriais brancos, os homens brancos instruídos, as áreas rurais brancas e todos os territórios de maioria branca” (CASTELLS, 2018, p. 48).

Em *primeiro lugar*, as falhas sistêmicas da nossa democracia – que, como vimos, acarretam a perda de legitimidade e a desconfiança em relação aos representantes – podem ser identificadas naquilo que Leonardo Avritzer (2016, p. 9) denominou de “impasses da democracia no Brasil”, compostos por cinco fatores: (1) os limites do presidencialismo de coalizão, que desnatura a representação por meio de uma rede de alianças e negociação de apoio político em favor de interesses individuais, que acabam onerando o Estado, fragmentando o sistema político, desorganizando a Administração e incentivando a corrupção; (2) os paradoxos do combate à corrupção pois, quanto mais se investiga essas práticas políticas ilícitas, mais se acaba revelando a “sujeira por debaixo do tapete” e, por consequência, o combate aumenta a desconfiança do cidadão no sistema político como um todo; (3) os limites da participação popular na política, que não incentivam o efetivo engajamento do cidadão na vida política do país e mantém o *status quo* centralizado na classe política; (4) a perda de status da classe média, que levou à mudança de uma agenda positiva para uma mais hostil à democracia; e (5) o novo papel do Judiciário na política, cujo intervencionismo aumenta o poder político de uma instituição na qual a legitimidade não se assenta na soberania popular.

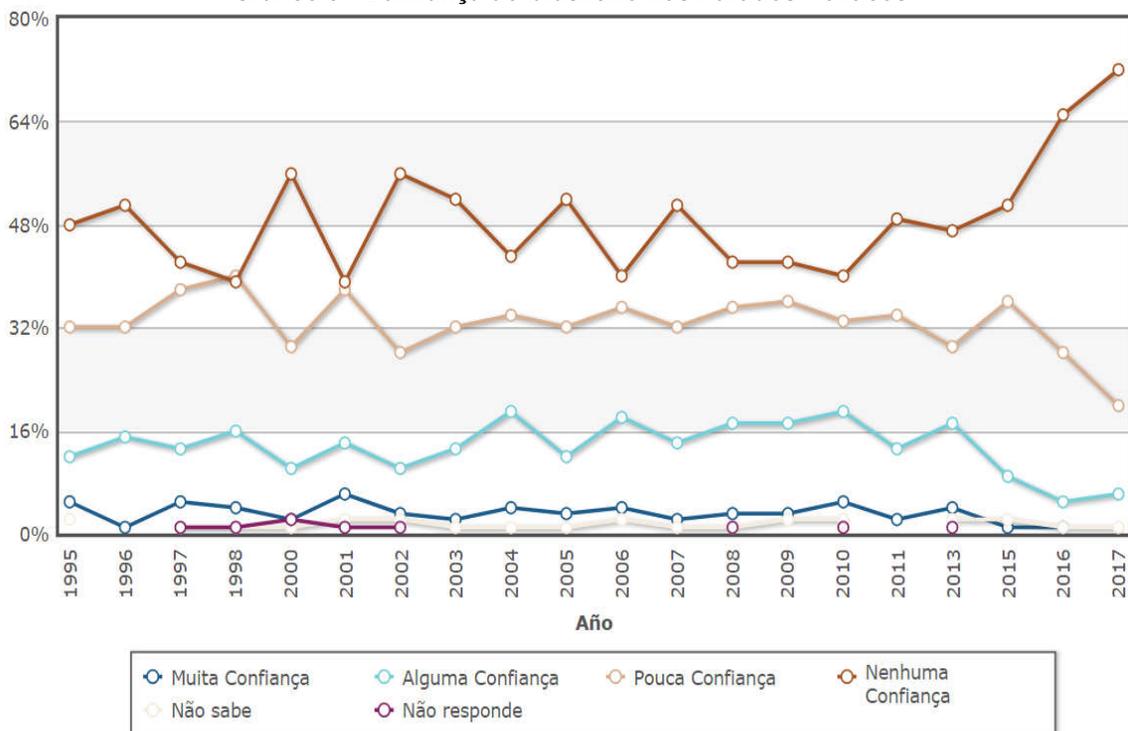
Por consequência, todos esses impasses se traduzem aos olhos da população em geral como desconfiança na capacidade dos políticos em resolver os diversos problemas sociais que se avolumaram na última década. Debruçando-nos empiricamente sobre essa crise de legitimidade, podemos verificar estatisticamente que a confiança do brasileiro nas principais instituições representativas (o Congresso Nacional e os partidos políticos) atingiu um nível bastante considerável no ano de 2010 e, desde então, houve um crescimento exponencial da desconfiança que, recentemente no ano de 2017, atingiu o seu nível recorde nos últimos 22 anos – com 60,2% dos entrevistados depositando nenhuma confiança no *Congresso Nacional*, e 72,4% depositando nenhuma confiança nos *Partidos Políticos* (LATINOBARÓMETRO, 2019):

Gráfico 4 - Confiança do brasileiro no Congresso Nacional



Fonte: *Análisis Online: Brasil* (LATINOBARÓMETRO, 2019) - Série Histórica

Gráfico 5 - Confiança do brasileiro nos Partidos Políticos



Fonte: *Análisis Online: Brasil* (LATINOBARÓMETRO, 2019) - Série Histórica

Em *segundo lugar*, o “efeito bola de neve reverso” iniciado pela eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2017 serviu de exemplo aos brasileiros na eleição de 2018, que alçou à presidência do país o conservador Jair Bolsonaro – que, não por coincidência, foi apelidado pela imprensa internacional de “Trump Tropical” (DILorenzo; PRENGAMAN, 2018), tanto em razão de seus valores professados quanto por suas táticas eleitorais:

Sabemos que a vitória de Bolsonaro não é um fato isolado, pois participa da onda de direita, ou de extrema direita, que se espalha pelo mundo ocidental. A veneração que o presidente e seus filhos demonstram com relação a Donald Trump afina-se com parceiros menos relevantes, empenhados na corrosão da democracia. (FAUSTO, 2019, p. 137)

A ascensão de Bolsonaro se justifica em boa parte pela crise de desconfiança do eleitorado nos seus representantes – especialmente devido aos escândalos de corrupção –, que se refletiu claramente nas urnas da última eleição diante da desarticulação dos principais partidos políticos brasileiros (PT, MDB e PSDB) de sua posição hegemônica no presidencialismo de coalizão⁶², na qual se alternavam havia décadas (FAUSTO, 2019, p. 137).

Com os competidores tradicionais já claudicantes, Jair Bolsonaro se apresentou como uma “terceira via” aos candidatos habituais. Filiado a um partido minoritário (o PSL) e sem o apoio das elites parlamentares, Bolsonaro apresentou-se como um ex-militar de posição política *anti-establishment* – apesar de ser um político de carreira, cujos filhos também estão envolvidos na vida política nacional –, e seu discurso quimérico (antidemocrático, violento, moralista, conservador, polarizante e contrário ao “politicamente correto”, de ataque às minorias e à grande mídia) foi veiculado principalmente por meio das redes sociais⁶³. Assim como Trump nos Estado

⁶² Inclusive, o sociólogo Sérgio Abranches, o criador do conceito de *presidencialismo de coalizão*, recentemente afirmou que: “O segundo turno da eleição presidencial de 2018, com a derrota do PT para um candidato de partido inexpressivo e sem estrutura política de campanha, completaria a ruptura. Era o fim do ciclo PT-PSDB do presidencialismo de coalizão na Terceira República, que organizara governo e oposição desde 1994” (ABRANCHES, 2019, p. 12).

⁶³ “A comunidade moral bolsonarista se estrutura na crença compartilhada em códigos binários, que divide o mundo em bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas. Essas clivagens simbólicas simplificam a realidade, reduzindo sua complexidade a estereótipos administráveis, e ativam sentimentos coletivos de alta voltagem – o afeto, o medo, o ódio. Seu manejo reforça o senso de pertencimento a uma comunidade de semelhantes e estigmatiza os diferentes. A violência – física, simbólica ou política – protege o grupo, que se sente ameaçado desde o início dos governos petistas. [...] O capitão encontrou a trilha aberta e fez dela rodovia ao encontrar sintonia fina com o brasileiro médio. Apostou em robustecer a coesão de uma comunidade moral acuada, vocalizando seus pilares: o nacionalismo beligerante, o moralismo hierarquizador, o antielitismo. Optou por retórica fragmentária, aforística, virulenta, reiterativa de binarismos primários, que facilitam os julgamentos instantâneos. O conteúdo casou com as formas curtas da internet, em ritmo de banda larga” (ALONSO, 2019, p. 52).

Unidos, Bolsonaro tocou os medos de parte da população brasileira e ofereceu renovação política – colocando-se fora do processo de ruptura da representação dos partidos tradicionais:

Para a Presidência, ganhou um candidato sem partido estruturado a apoiá-lo, sem tempo de TV e que desdenhou a campanha tradicional. Preferiu as redes sociais, nas quais vinha formando, com bastante antecedência, uma audiência com alto poder de disseminação de suas mensagens. Ficou fora da campanha tradicional, principalmente após levar uma facada durante um comício em Juiz de Fora. Ganhou a Presidência da República concedendo poucas entrevistas à grande imprensa, recusando-se a participar de debates, usando fundamentalmente as redes de Whatsapp, Twitter e Facebook. Continua, já eleito, a usá-las como principal meio de comunicação, até para oficializar convites para ministérios. Um figurino inaugurado por Donald Trump nos Estados Unidos. Jair Bolsonaro é um político nítida e assumidamente de direita, com uma proposta econômica liberal ortodoxa de adoção recente, uma pauta de valores ultraconservadora, apoiado em um partido que só existe por força do efeito de arraste da sua candidatura.

[...]

Nosso problema está na aparente ausência de novas lideranças capazes de conduzir a bom termo o processo de realinhamento partidário. A não emergência de lideranças e grupos capazes de ocupar os espaços deixados pela desorganização do sistema partidário pode prolongar a crise de transição e elevar os riscos para a estabilidade institucional. (ABRANCHES, 2019, p. 16-32)

Assim, podemos verificar que as previsões de Huntington acerca das possíveis causas de uma “Terceira Onda de Desdemocratização” já produzem seus ecos no atual cenário político brasileiro⁶⁴. Porém, ainda que o horizonte se mostre um tanto obscuro em relação ao futuro da democracia, ainda é muito cedo para fatalismos exacerbados. Se por um lado, resta bastante claro que os brasileiros não confiam em seus representantes políticos, por outro, verifica-se que aparentemente o povo ainda não desistiu completamente do regime democrático e não pretende abandoná-lo tão cedo. Em pesquisa recente, o instituto Datafolha demonstrou que o apoio à democracia teve sua maior alta histórica às vésperas da eleição de 2018, com 69% dos entrevistados afirmando que a “democracia é sempre a melhor do que qualquer forma de governo”, contra 13% que alegaram que “tanto faz se é uma democracia ou uma ditadura” e apenas 12% defendendo que “em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático” (DATAFOLHA, 2018, p. 4).

Portanto, claramente existem sérios problemas de confiança na representação política, que é o cerne da democracia liberal; no entanto, ainda há

⁶⁴ O relatório de 2019 da Freedom House (2019, p. 15) coloca o Brasil como um dos “Países sob o Holofote” a ponta que a trajetória democrática do país sofreu uma mudança com a recente eleição do presidente “de direita” Jair Bolsonaro e seu “desdém pelos princípios democráticos” e seu discurso de medidas extremas contra a corrupção e crimes violentos.

tempo de buscar soluções para este problema antes que a seja tarde demais – antes que a desconfiança nos políticos acabe se tornando a desconfiança na própria democracia.

Assim, *em princípio, ainda* não vislumbramos uma crise generalizada nas democracias contemporâneas (nem no Brasil, em especial), de modo que *não se justifica afirmar que uma terceira onda de desdemocratização esteja em pleno curso*: em grande parte os Poderes ainda mantêm a sua independência, a liberdade de expressão e associação não foi extirpada, ainda ocorrem eleições periódicas com lisura, etc. – mesmo que em muitos países tenha havido o recrudescimento do discurso autoritário. Por enquanto, portanto, podemos apenas *especular* que este seja somente mais um momento de reajuste institucional das democracias ou, na pior das hipóteses, pelo contrário, que este seja apenas o início de um processo de desdemocratização mais generalizado. Porém, ainda é muito cedo para fazer qualquer diagnóstico de longo prazo, e qualquer tentativa de estabelecer “tendências” nesse sentido é mero exercício de “futurologia política” e, portanto, não se mostra cabível ao presente estudo.

Porém, o que *realmente* podemos verificar dos fatos apresentados acima é que, diante dos graves sinais de desgaste do modelo de democracia liberal inaugurado no século XIX e da sua hegemonia a partir da década de 90, após 30 anos a Terceira Onda de democratização parece ter chegado a um fim. Diante desse quadro, sem um modelo seguro a ser seguido, cabe aos cidadãos e aos políticos sustentar maior apreço aos valores e práticas democráticas, a fim de evitar as armadilhas da autocracia populista e nacionalista, que volta a seduzir com seu discurso de “alternativa necessária à contenção da desordem”. Simultaneamente, deve-se buscar em caráter de urgência outras vias que possam reformar e revigorar o modelo representativo, que atualmente fraquejam sob o peso da pós-modernidade e, em especial da situação econômica de muitos países. Conforme ensina Yascha Mounk (2019, p. 232), existem três possíveis remédios para a atual crise da democracia – domesticar o nacionalismo, consertar a economia e renovar a fé cívica:

Para salvar a democracia, precisamos, em outras palavras, unir cidadãos em torno de uma visão comum de suas nações; dar-lhes esperança verdadeira quanto a seu futuro econômico; e torná-los mais resistentes às mentiras e ao ódio com que se deparam nas mídias sociais diariamente. São esses desafios imensos que definirão a luta contra o populismo, e por uma sociedade melhor, nas décadas que estão por vir.

Em suma, entendemos que a solução para os atuais problemas políticos e sociais não se encontra no *desmonte* da democracia, mas sim na sua *renovação*, por meio da adoção de novas práticas – tanto pelos cidadãos, quanto pelos próprios representantes. É nesse contexto de busca pelo aperfeiçoamento que surge a proposta de uma *democracia deliberativa*, como forma de superar a crise de legitimidade instalada.

2.5 *Democracia deliberativa: uma alternativa para a crise de representatividade?*

Diante da crise de representatividade identificada acima, alguns estudiosos têm procurado formular propostas alternativas ao modelo representativo⁶⁵, que buscam revigorar a democracia liberal a fim de resgatar a sua legitimidade. Dentre tais alternativas, nos interessa mais especificamente o estudo do modelo denominado de *democracia deliberativa*, que têm entre seus expoentes o filósofo Jürgen Habermas.

Debruçando-se sobre os problemas da democracia representativa, os teóricos da democracia deliberativa enxergam que o *processo de deliberação pública* entre *cidadãos livres e iguais* poderia efetivamente *legitimar as decisões coletivas* – que no modelo representativo estão concentradas nas mãos dos representantes:

A noção de democracia deliberativa de acordo com Joshua Cohen “está enraizada no ideal intuitivo de uma associação democrática na qual a justificação dos termos e das condições de associação procede por meio de argumento e raciocínio público entre cidadãos iguais” (1997b, p. 72). Descrevendo essa noção como “uma condição necessária para se obter legitimidade e racionalidade com relação à tomada de decisão coletiva”, Seyla Benhabib (1996, p. 69), outra democrata deliberativa eminente, torna claro que essa é uma concepção *normativa*, como faz Cohen quando especifica que a deliberação sob condições corretas é um modelo ideal de que as instituições democráticas devem tentar se aproximar (ibid., p. 73). Uma terceira dimensão central é enfatizada por Habermas (visto por muitos como o pai filosófico dessa teoria) na descrição de decisões e instituições legítimas, como aquelas com as quais devem concordar os envolvidos em um procedimento democrático “se eles puderem participar como livres e iguais na formação discursiva da vontade” (1979, p. 86). (CUNNINGHAM, 2009, p. 194)

De fato, como expusemos oportunamente ao tratar da democracia direta, a noção de deliberação era uma das pedras angulares da democracia ateniense, pois a raiz da legitimidade das decisões coletivas estava justamente nas discussões públicas tomadas perante a assembleia, composta por cidadãos livres para se manifestar e

⁶⁵ Estamos nos referindo, especialmente, aos modelos de democracia participativa, democracia deliberativa e de democracia radical (CUNNINGHAM, 2009, p. 217).

iguais entre si (*isegoria* e *isonomia*). Como defende o democrata ateniense Péricles, em discurso trazido por Tucídides:

[...] nós, cidadão atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos, ou pelo menos nos esforçamos por compreendê-las claramente, na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação. (VILLA, 2018, p. 13)

Assim, de acordo com esses teóricos, a introdução de práticas deliberativas em uma democracia teria supostamente a capacidade de superar a crise de desconfiança e retomar a legitimidade da democracia perante os cidadãos, pois, “A solução deliberativa [...] supera essa lacuna ao tornar a deliberação democrática e a confiança elementos mutuamente complementares: o próprio processo de deliberação gera confiança, mas a existência de confiança facilita a deliberação” (TILLY, 2013, p. 106-107).

Assim concebida, a legitimidade das decisões – que na democracia liberal está nos representantes escolhidos por um processo eleitoral – é realocada para um processo deliberativo, capaz de interligar o povo aos seus representantes. Do mesmo modo, a deliberação também não se limita ao momento que antecede a tomada de decisão – tal como no modelo liberal –, mas é fruto de um processo social constante de troca racional de argumentos, baseado em comunicações recíprocas havidas na esfera pública, nas quais os indivíduos envolvidos são livres, se respeitam e se tratam como iguais:

A deliberação não se restringe a uma troca discursiva de argumentos racionais ou a um único momento de discussões quando as decisões são tomadas. Para além disso, ela é, sobretudo, um processo social de comunicação através do qual os indivíduos têm, em uma perspectiva ideal, a oportunidade de se constituírem como interlocutores, apresentando seus pontos de vista e suas perspectivas diante dos outros, interpelando-os e demandando-lhes a validação de seus argumentos após uma discussão baseada no respeito recíproco. Sob esse viés, a deliberação pode ser compreendida como uma atividade discursiva capaz de conectar as esferas comunicativas formais e informais nas quais diferentes atores e discursos estabelecem um diálogo que tem por principal objetivo a avaliação e a compreensão de um problema coletivo ou de uma questão de interesses geral. A prática de intercompreensão exigida pela deliberação demanda um movimento em direção ao outro. Tal movimento valoriza tanto as dimensões afetivas do “estar junto com”, quanto as capacidades reflexivas do uso da linguagem, ou seja, o esforço de considerar a palavra do outro, de reconhecê-lo como potencial interlocutor, de convencê-lo e de se deixar persuadir por ele.

[...] O engajamento na deliberação requer, de acordo com o ideal habermasiano, que todos os participantes sejam capazes de formular razões próprias e passíveis de serem compreendidas e aceitas; de iniciar debates e interpretar suas necessidades de maneira reflexiva, expondo seus interesses

sob uma perspectiva generalizante, sem que haja desigualdades de acesso e de poder. Os participantes da deliberação devem negociar as regras e os princípios normativos, os quais são responsáveis por definir, ao mesmo tempo, a natureza do vínculo existente entre eles e a dinâmica de suas trocas argumentativas. (MARQUES, 2012, p. 20-21)

Baseada nas lições de Habermas, Ângela Cristina Salgueiro Marques (2012, p. 21) aduz que essa troca argumentativa deve seguir alguns princípios normativos, cujas características podem ser utilizadas para estabelecer critérios de identificação e avaliação dessas comunicações – especialmente quando mediadas por computadores, conforme restará esclarecido mais adiante:

Tabela 2- Princípios normativos centrais de definição das trocas argumentativas na esfera pública

PRINCÍPIO	CARACTERÍSTICAS
<i>Racionalidade (expressão racional da opinião)</i>	Os pontos de vista devem ser construídos sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados.
<i>Paridade de status, igualdade discursiva</i>	Não deve existir coerções ligadas ao poder e ao dinheiro nas deliberações. Prevalece não o mais forte ou mais rico, mas o melhor argumento. Capacidades necessárias para se engajar na discussão como parceiro. Argumentos,
<i>Transparência e publicidade</i>	Argumentos, regras e premissas que sustentam pontos de vista devem ser acessíveis a todos.
<i>Inclusividade</i>	Todos os indivíduos direta ou indiretamente concernidos devem poder participar e devem ser vistos como tendo algo a contribuir para o debate.
<i>Reciprocidade</i>	Os parceiros de interação devem ter a capacidade de adotar o ponto de vista do outro e responder-lhe. Eles devem ouvir e reagir aos comentários formulados por outros participantes.
<i>Reflexividade</i>	Os participantes devem examinar criticamente seus valores, pressupostos e interesses diante de comentários e críticas feitas pelos outros.

Fonte: MARQUES, 2012, p. 21

Entretanto, cumpre ressaltar que a mudança para uma democracia deliberativa não viria a suprir totalmente o modelo baseado na representação política: a decisão ainda ficaria ao encargo dos representantes, mas somente após a ampla deliberação pública entre cidadãos livres e iguais entre si. Desse modo, a deliberação complementar de forma positiva a representação, ao permitir aos cidadãos sua participação nos debates e, com isso, criando mecanismos que assegurem que as decisões políticas efetivamente venham a refletir a vontade popular racionalmente construída por meio do debate público:

Mas como é o ideal de razão pública realizado por cidadãos que não são funcionários do governo? Em um governo representativo, os cidadãos votam em representantes – chefes do Executivo, legisladores e afins - e não em leis específicas [...]. Para responder a essa pergunta, dizemos que idealmente os cidadãos devem pensar em si mesmos como se fossem legisladores e se perguntar que estatutos, apoiados por que razões, satisfazendo o critério de reciprocidade, eles julgariam mais razoável promulgar. Quando firme e difundida, essa disposição dos cidadãos de se ver como legisladores ideais – e de repudiar funcionários do governo e candidatos a cargos públicos que violem a razão pública – é uma das raízes políticas e sociais da democracia, e é vital para sua força duradoura e vigor. Assim, os cidadãos cumprem seu dever de civilidade e apoiam a idéia de razão pública, fazendo o que podem para responsabilizar funcionários do governo. Este dever, como outros direitos e deveres políticos, é um dever intrinsecamente moral. Ressalto que não é um dever legal, pois nesse caso seria incompatível com a liberdade de expressão. (RAWLS, 2002, p. 135) [tradução nossa]⁶⁶

A ideia de democracia deliberativa ganhou um substancial reforço diante da introdução da internet na vida política de diversos países, que ampliou de forma sem precedentes a esfera pública ao permitir que os próprios cidadãos pudessem dispor de uma extensa rede de comunicação para manifestar livremente a sua opinião política e deliberar questões de interesse público:

De maneira geral, os estudos sobre a noção de deliberação pública têm sua base conceitual marcada pelos trabalhos do filósofo alemão Jürgen Habermas (1997; 2005; 2006), que o associa aos conceitos de esfera pública, ética do discurso e opinião pública. Uma esfera pública surge a partir do momento em que vários indivíduos e grupos consideram que uma questão merece ser discutida de maneira coletiva, de modo a buscar um entendimento recíproco do problema em causa. Nesse sentido, a esfera pública apresenta-se para Habermas como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.” (Habermas, 1997, p. 92). Segundo ele, a deliberação toma forma em uma “rede de discursos e negociações” (Habermas, 1997, p. 47) na qual se pode discutir racionalmente acerca de problemas práticos, coletivos e individuais. É importante destacar o uso que Habermas faz da palavra “rede” para definir tanto a esfera pública, quanto o processo deliberativo, pois isso define a deliberação como o entrecruzamento de debates formais e informais que se estabelecem em “uma pluralidade de esferas autônomas, dispersas e comunicativamente articuladas” (Dean, 2003, p. 103). (MARQUES, 2012, p. 20)

⁶⁶ No original: “How though is the ideal of public reason realized by citizens who are not government officials? In a representative government citizens vote for representatives - chief executives, legislators, and the like - and not for particular [...]. To answer this question, we say that ideally citizens are to think of themselves as they were legislators and ask themselves what statutes, supported by what reasons satisfying the criterion of reciprocity, they would think it most reasonable to enact. When firm and widespread, the disposition of citizens to view themselves as ideal legislators, and to repudiate government officials and candidates for public office who violate public reason, is one of the political and social roots of democracy, and is vital to its enduring strength and vigor. Thus citizens fulfill their duty of civility and support the idea of public reason by doing what they can to hold government officials to it. This duty, like other political rights and duties, is an intrinsically moral duty. I emphasize that it is not a legal duty, for in that case it would be incompatible with freedom of speech.”

De fato, as comunicações mediadas por computadores superaram os principais argumentos que, como vimos, foram erigidos no século XIX em defesa da democracia representativa e em desfavor de uma deliberação pública – além de contornar o problema do *locus* passivo dos cidadãos-interlocutor, típica dos meios de comunicação de massa que precederam a internet:

Dois eram os problemas técnicos que impediam a democracia direta num espaço maior que a cidade de pequeno para médio porte (o tamanho de Atenas): um, a dimensão do território, que tornaria inviável o deslocamento de todos os cidadãos, seu alojamento na capital, o desguarnecimento militar das fronteiras, o esvaziamento econômico do território; dois, o número de cidadãos, que jamais caberiam na praça de decisões, que é o que chamamos de *ágora*.

Com a internet, o deslocamento físico se torna desnecessário. A antiga opção entre presença e representação perde muito de seu sentido. Porque a representação era incompatível com a democracia direta – a verdadeira e única democracia, para Rousseau – e a presença era impossível na modernidade. Surge assim uma solução terceira, que é a presença à distância. Desde a televisão, aliás, algo dessa ordem já se descortina, no entanto, a TV é unilateral: a grande maioria é passiva, poucos são ativos. A internet, porém, tem duas direções – todos podem falar, todos podem ser ouvidos. (RIBEIRO, 2017, p. 265-266)

Desse modo, com a introdução da internet nas práticas políticas renovou-se o interesse dos estudiosos da democracia deliberativa, pois a natureza das comunicações mediadas por computadores – horizontal e bilateral – derrubava as barreiras práticas erigidas havia séculos à ampliação da esfera pública e descentralizava o controle da grande mídia sobre as comunicações de massa, de forma a ampliar o espaço público necessário a uma deliberação política entre cidadãos livres e iguais:

A ideia de nova esfera pública, agora não mais submetida aos limites da comunicação massiva tão criticados por Habermas nos anos 1960, baseava-se em uma representação da internet como um espaço livre para a conversação horizontal entre os cidadãos sobre os assuntos de interesse comum, e produziu um incremento considerável na introdução de questões de teoria democrática na avaliação da revolução digital. Desde a sua origem, a internet sempre foi adaptável a ferramentas e ambientes em que as pessoas podiam conversar umas com as outras, dispensando agora as mediações – e os constrangimentos – do jornalismo e da política, bem como os limites impostos pela necessidade de que todos os interlocutores estivessem presentes ao mesmo tempo no mesmo lugar, sem contar as vantagens dadas pelo anonimato, pela universalização dos contatos não mais restritos ao território, pela ausência de controle político, como se acreditava, da rede. A internet parecia, então, projetada com o propósito de implementar o ideal da esfera pública ou, no mínimo, de renovar as esperanças de revitalização da experiência da esfera pública (Calhoun, 1998; Carpignano, 1999; Poster, 1997; Schneider, 1996). (GOMES, 2018, p. 49)

Assim, *em tese*, as comunicações mediadas por computador permitiriam que pessoas comuns pudessem ter voz nos processos políticos, além de permitir que estas se organizassem em favor da defesa de seus interesses – formando um ambiente ideal para uma deliberação em larga escala:

Dentro dos próprios movimentos políticos, a tecnologia poderia servir para democratizar as instâncias internas, criando canais de participação mais eficazes do que as assembleias presenciais e encontros com formatos tradicionais que dependem de vários fatores para sua organização. Os processos políticos que historicamente foram demasiadamente verticais poderiam, por meio das inovações tecnológicas, tornar-se mais horizontais, ampliando a possibilidade de participação de qualquer um apto a usar determinada ferramenta selecionada para tal propósito, contribuindo, dessa forma, para amenizar a hierarquização dos movimentos e, conseqüentemente, toda a política. (YOUSSEF, 2018, p. 119)

Porém, a democracia deliberativa ainda é um modelo ideal e o papel da internet na esfera pública ainda está aberto para debate. Com isso, devemos questionar se a internet tem de fato esse potencial deliberativo e, por conseguinte, de que forma as práticas políticas digitais efetivamente confirmam essa hipótese. Antes, porém, se faz necessário compreender os impactos da internet na sociedade, bem como a sua utilização pelos internautas, para que possamos delinear melhor o ambiente que circunda o estudo proposto.

3 A DELIBERAÇÃO POLÍTICA NA INTERNET

3.1 O surgimento das sociedades em rede e a internet política

A comunicação é elemento indissociável da vivência humana. Desde as pinturas rupestres que inauguram a história conhecida ao disco dourado da Voyager que circula fora do espaço conhecido, é inegável que vertemos em linguagem o mundo à nossa volta, nossos medos, desejos, expectativas e frustrações – linguagem esta capaz de ultrapassar as limitações da realidade, do espaço e do tempo.

Em especial, a necessidade de comunicação em larga escala alcançou um desenvolvimento sem precedentes nos últimos séculos: a imprensa, o telégrafo, o rádio e a televisão são conquistas que remodelaram a forma com que trocamos informações e concebemos o mundo à nossa volta. Porém, no atual estágio da pós-modernidade, as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC)⁶⁷ alcançaram um novo patamar evolutivo e, como consequência disso, as novas TIC operaram profundas modificações nos mais diversos aspectos da vivência humana: comércio, arte, trabalho, esporte, educação, sociedade, tecnologia, urbanização, meio ambiente, política, etc. - nas últimas décadas, praticamente todos os aspectos da vida individual e social se veem cada vez mais sujeitos ao campo de influência dos computadores e da internet em uma escala global⁶⁸. Assim, como explicitam Bauman e Lyon (2013, p. 40), “A sociologia agora é obrigada a se entender com o digital para não deixar de investigar e teorizar sobre espaços inteiros de atividade cultural significativa”.

De fato, considerando que atualmente o número de usuários de internet corresponde a mais da metade (56%) da população global (WE ARE SOCIAL, 2019, p. 7), não é leviano afirmar que o cidadão contemporâneo vive entre dois mundos – o virtual e o real⁶⁹ –, os quais se naturalizaram ao seu cotidiano de forma ímpar e cujos impactos na sociedade ainda não são totalmente compreendidos:

Nossa vida divide-se (e cada vez mais, quando passamos das gerações mais velhas para as mais jovens) entre dois universos, “on-line” e “off-line”, e é

⁶⁷ Conforme definição de Eduardo Neiva (2013, p. 546): “A sigla TIC identifica o conjunto de recursos tecnológicos que permite a comunicação informática em todos os seus modos (texto, vídeo, gráfico, *chats*, programas interativos, etc.)”.

⁶⁸ Uma ótima “visão panorâmica” sobre os impactos dos avanços tecnológicos na sociedade contemporânea é o documentário “Eis os Delírios do Mundo Conectado” (*Lo and Behold, Reveries of the Connected World*) de 2016, de autoria de Werner Herzog – disponível pelo Netflix.

⁶⁹ Ou como põe Castells (CASTELLS, 2017^a, p. 63), “Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser”.

irreparavelmente bicentrada. Como nossa vida se estende por dois universos, cada qual com um conteúdo substantivo e regras de procedimento próprias, tendemos a empregar o mesmo material linguístico ao nos movermos entre um e outro, sem perceber a mudança de campo semântico cada vez que cruzamos a fronteira. Há, portanto, uma interpenetração inevitável. A experiência obtida em um universo não pode deixar de reformar a axiologia que orienta a avaliação do outro. (BAUMAN; LYON, 2013, p. 42)

Todas essas mudanças constituem novos fatos sociais⁷⁰ que são frutos de uma Revolução Tecnológica levada a cabo a partir da conjugação de esforços militares e acadêmicos na década de 70 – especialmente nos Estados Unidos –, que desenvolveram essas novas TIC e permitiram o surgimento de uma nova estrutura social, batizada por Manuel Castells (2017, p. 81) de “Sociedade em Rede”. Em 1948, o matemático norte-americano Norbert Wiener⁷¹, em seu livro intitulado “Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina”, já prenunciava o surgimento dessa nova organização social, que naquela época já demonstrava seus primeiros sinais de emergência:

Para falar com propriedade, a comunidade estende-se apenas até o ponto onde se estende uma efetiva transmissão de informação.

[...].

Uma das lições do presente livro é que todo organismo se conserva unido em sua ação devido à posse de meios para aquisição, uso, retenção e transmissão de informação. Em uma sociedade demasiado ampla para o contato direto de seus membros, tais meios são a imprensa, quer no referente a livros, quer no referente a jornais, rádio, sistema telefônico, telégrafo, correios, teatro, cinema, escola e igreja. (WIENER, 2017, p. 190-193)

⁷⁰ Não pretendemos aqui nos debruçar propriamente sobre o debate acerca da relação havida pela tecnologia com a cultura e a sociedade – isso por si só já seria tema para um outro estudo bem mais longo. Porém, entendemos tal como Pierre Levy (1999, p. 22) que a tecnologia impacta e, por sua vez, é impactada pela sociedade e pela cultura – sendo, portanto, indissociáveis. Manuel Castells (2017a, p. 64) também é bastante enfático a esse respeito, entendendo não haver qualquer determinismo: “É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo”.

⁷¹ O estudo da cibernética antecede em muitas décadas o surgimento da internet, mas foi um dos primeiros ramos do conhecimento a pensar sobre o impacto que as comunicações mediadas por computadores teriam nas nossas sociedades: “A cibernética é crucial, no mínimo, nestes dois aspectos. Em primeiro lugar, ela confirma uma aliança entre informação e biologia, que continua permeando as representações da internet na atualidade, enquanto sistema sociotécnico que estabelece vínculos na espécie humana pela circulação de informação, algo como metade construção técnica e metade organismo vivo. De maneira mais profunda, ela participa de uma epistemologia que define uma nova moldura de pensamento, cujos catalisadores foram a Segunda Guerra Mundial e, em seguida, a Guerra Fria. Além das fórmulas e teorias, esses discursos foram postos em prática por cientistas e engenheiros, entre os mais brilhantes do século – tais como, Alan Turing, John von Neumann, J.C.R. Licklider ou Norbert Weiner, o ‘pai’ oficial da cibernética – que dedicaram uma grande parte da sua inteligência a serviço de objetivos militares. As suas inovações alimentaram a pesquisa científica e os avanços tecnológicos em sentido amplo, no âmbito do ‘complexo militar-industrial-acadêmico’”. (LOVELUCK, 2018, p. 23)

Hoje em dia, com maior ênfase do que em 1948, os avanços tecnológicos impulsionaram esses fluxos de informações descritos por Wiener para um panorama sem precedentes: estima-se que atualmente, a cada 48 horas, cria-se *online* o mesmo volume de conteúdo que a humanidade criou desde seu surgimento até 2003 (MARTEL, 2015, p. 13). Como afirma D’Ancona (2018, p. 50), “A única coisa mais notável que o impacto dessa tecnologia é a velocidade com que chegamos a admitir isso como natural”; e tamanho impulso em quantidade e velocidade de informação se deu graças a dois inventos relativamente contemporâneos, que remodelaram os limites da interação humana e, com isso, a própria organização social: os computadores pessoais⁷² e a internet.

Os primeiros computadores foram criados na década de 40 com base em estudos de microeletrônica, subsidiados durante a Segunda Guerra Mundial pela necessidade militar de se criar mecanismos capazes de realizar rapidamente cálculos matemáticos complexos – e é justamente daí que retiram a sua nomenclatura, utilizada até hoje. No entanto, a sua difusão em larga escala para o âmbito comercial e doméstico somente se deu na década de 70, a partir da miniaturização propiciada pelo surgimento dos microprocessadores (CASTELLS, 2017, p. 95), de modo que os computadores evoluíram exponencialmente nas últimas décadas – tanto no que diz respeito ao aumento da sua capacidade de memória e processamento, quanto no referente à redução de seus componentes –, atingindo novos patamares de funcionalidade para além de meros cálculos matemáticos.

O passo seguinte viria em 1969, durante a Guerra Fria, com a inauguração da primeira rede de computadores, a Arpanet, firmada em parceria entre o Exército e algumas universidades norte-americanas, a fim de permitir que esses computadores – situados em grande parte nas bases militares e campus universitários – trocassem informações⁷³. A partir de então, diversos avanços no campo das redes de

⁷² Optamos por denominar de forma genérica, sob o termo “computadores pessoais”, os microcomputadores digitais modernos, enquadrados comercialmente como *desktops*, *smartphones*, *netbooks*, *notebooks*, *tablets*, *desktops*, *smartwatches* e afins.

⁷³ Uma das versões mais correntes sobre o motivo que levou à criação da Arpanet envolve a ideia de esta fosse um sistema de comunicações capaz de subsistir a um eventual ataque nuclear da URSS. Castells (2003, p. 13-14), porém, explica que, apesar deste ser um dos objetivos propostos, esse nunca foi o desiderato da Arpanet: seu o objetivo principal – conforme defendido por Licklider, um de seus principais fundadores – seria permitir a troca de informações acadêmicas na área de pesquisa de computação interativa, bem como reduzir o tempo de processamento das informações pelo compartilhamento *online* entre diversas máquinas. De fato, após o lançamento do satélite Sputnik pela União Soviética em 1957, os Estados Unidos buscavam reverter a sua situação de inferioridade tecnológica durante a corrida espacial, por meio do incentivo à pesquisa científica, razão que melhor explica a conexão militar da Arpanet com o setor acadêmico.

computadores levaram à unificação dos protocolos de comunicação (especialmente por meio da criação do protocolo TCP/IP⁷⁴ utilizado até hoje) e à formação dos primeiros *backbones*⁷⁵. Como o conhecimento sobre a tecnologia de redes estava cada vez mais sujeita ao domínio público, os militares norte-americanos eventualmente se “desconectaram” da Arpanet em 1984 – retirando-se para a MILNET, sua rede de caráter exclusivamente militar –, levando a um processo de privatização da internet e à abertura do acesso ao público em geral por meio da rede mundial de computadores, a *world wide web*. Este processo seria finalmente consolidado no início da década de 90 com a ampla comercialização do acesso ao público em geral pelos provedores de internet (CASTELLS, 2003, p. 14-15).

De fato, a conjugação entre os computadores pessoais e a internet descentralizou os meios de comunicação de massa – até então controlados pelas grandes corporações da mídia tradicional – e viabilizou a autocomunicação (feita de vários emissores para vários receptores), caracteristicamente marcada pela sua horizontalidade e multimodalidade:

A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos e empresas. Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto⁷⁶ global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator que comunica segundo projetos de comunicação específica. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos ou as redes com fonte aberta). (CASTELLS, 2017b, p. 22)

Assim como o livro precedeu o jornal impresso que, por sua vez, precedeu o rádio, e este a televisão, hoje essas mídias tradicionais têm que se adequar à uma

⁷⁴ “TCP é um dos protocolos centrais da internet; permite a transmissão de fluxos de *bytes* de um programa de computador para outro; também conhecido pela sigla *TCP/IP* (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*)”. (NEIVA, 2013, p. 531)

⁷⁵ Segundo Neiva (2013, p. 52), *backbone* é o “Núcleo, parte essencial ou central de uma rede de informática, onde se encontram elementos e subsistemas de alta capacidade, tais como sistemas de transmissão, dispositivos de seleção múltipla (*multiplexers*), de encaminhamento (*switches*) e de roteamento (*routers*). Literalmente, em inglês, espinha dorsal”.

⁷⁶ Hipertexto pode ser definido como a “Apresentação de informações escritas, organizadas de tal maneira que o leitor tem liberdade de escolher vários caminhos, a partir de sequências associativas possíveis, sem estar preso a um encadeamento linear único” (NEIVA, 2013, p. 269). A título de exemplo, o hipertexto é a base da Wikipedia (<https://www.wikipedia.org/>), na qual uma determinada página, no corpo do seu texto, faz referência (por meio de *links*) às informações contidas em outras páginas, as quais, por sua vez, procedem da mesma maneira em relação a inúmeras outras informações.

nova realidade traçada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Cada uma dessas formas tradicionais de comunicação de massa – ainda claudicantes nos dias de hoje – trouxe novas dinâmicas sociais, porém, submetidas a uma lógica de controle empresarial e institucional que impõem uma comunicação vertical e unidirecional⁷⁷. No entanto, a introdução da comunicação mediada por computadores levou a formatação de novos padrões comunicativos de massa – de modo horizontal e multimodal – que alteram a produção de cultura, experiências e poder, levando a uma nova morfologia social, que assume a forma de redes⁷⁸:

Redes são estruturas abertas, capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo. (CASTELLS, 2017a, p. 554)

Essa sociedade em rede é caracterizada pela interconexão entre os seus diversos nodos e as diversas *metarredes* de poder: a das finanças, mídia, política, militar, científica, etc. Todas estas metarredes objetivam moldar as regras sociais em prol de seus interesses e, por esta razão, se conectam especialmente com a metarredes do Estado – detentor da soberania decisória e do monopólio do uso legítimo da força (CASTELLS, 2017b, p. 23). Por outro lado, devido à própria estrutura comunicativa das sociedades em rede, essas metarredes de poder se veem constantemente desafiadas pela própria sociedade que visam controlar:

⁷⁷ Como já reconhecia Norbert Wiener (2017, p. 164) em 1948, o controle da informação pela mídia tradicional trazia uma série de limitações: “Assim, de toda parte surge uma tripla constrição dos meios de comunicação: a eliminação dos meios menos lucrativos em favor dos mais lucrativos; o fato de ficarem esses meios em mãos de um número muito limitado de homens abastados e, assim, naturalmente, expressarem a opinião da referida classe; e mais o fato de que, como uma das principais vias para o poder pessoal e político, atraem acima de tudo os sequiosos de tal poder”.

⁷⁸ Importante observar que essa configuração social em forma de redes não é uma invenção da tecnologia contemporânea. Segundo o historiador escocês Niall Ferguson (2018, p. 12), as redes são organizações horizontalizadas, baseadas em *influência*, e sempre existiram, porém na forma reduzida e interpessoal de “círculos social”, o que levou à hegemonia de outra forma de organização social por grande parte dos últimos dois séculos: as estruturas hierarquizadas, baseadas no *poder*. Ferguson também aponta que as redes avançaram em dois momentos (2018, p. 17), especialmente devido à crise das instituições hierárquicas, com a ajuda de duas inovações tecnológicas – a prensa tipográfica no final do século XV, e a revolução digital no Vale do Silício da década de 1970.

Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, seus medos, seus sonhos e esperanças. Elaboram projetos compartilhando suas experiências. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem. (CASTELLS, 2017b, p. 24)

Desse modo, as sociedades em rede inauguram novos desafios e novas possibilidades que representam muito bem a dualidade intrínseca à existência contemporânea, que se encontra no limiar entre o *online* e o *offline*. Na realidade, todas essas as formas de conceber a relação entre sociedade e internet representam nada mais que os verdadeiros frutos das nossas antigas expectativas e medos decorrentes do avanço tecnológico, que desde a primeira Revolução Industrial inspiram as utopias e distopias⁷⁹ e servem de fundamento a inúmeros estudos sociológicos nesse campo⁸⁰.

Assim, diante da revolução que as novas TIC implementaram, podemos identificar que os estudiosos do tema geralmente adotam três abordagens distintas acerca das sociedades em rede, sendo eles os *otimistas*, os *pessimistas* e os *céticos* – cada qual propugnando os benefícios ou malefícios da internet para a sociedade⁸¹:

O debate sobre o impacto do surgimento da Sociedade da Informação produziu visões profundamente contestadas, prevendo a direção futura das tendências. Os otimistas esperam que o desenvolvimento da Internet tenha a capacidade de reduzir, embora não totalmente erradicar, as desigualdades tradicionais entre, e dentro, sociedades ricas e pobres em informação. Em contraste, os pessimistas acreditam que as tecnologias digitais irão reforçar e exacerbar as disparidades existentes. Os céticos sugerem que tanto as

⁷⁹ Algumas obras de ficção científica são consideradas clássicas e extremamente relevantes para este debate até os dias de hoje, tais como o romance “1984” de George Orwell (1949), “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley (1932), “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury (1953) e “R. U. R.” de Karel Capek (1920), valendo mencionar também as diversas obras de Isaac Asimov e filmes como “Metrópolis”, de Fritz Lang (1927). Não é sem razão que obras mais recentes, como Exterminador do Futuro, Robocop, Matrix, *Blade Runner*, *Minority Report*, entre várias outras, se utilizam das bases lançadas por estas distopias como forma de criticar os possíveis desvios desses avanços tecnológicos (LOVELUCK, 2018, p. 85).

⁸⁰ Diversos pensadores clássicos da sociologia, tais como Karl Marx e Max Weber, tinham os impactos sociais dos avanços tecnológicos do seu tempo em alta consideração nos seus estudos.

⁸¹ Na realidade, Loveluck (2018, p. 25) ressalta que esse debate sobre a capacidade dual que a tecnologia possui de “construir ou destruir” remonta à própria raiz da Cibernética, posto que “[...] as implicações suscetíveis a serem deduzidas da cibernética são ambíguas, como demonstraremos no exemplo do próprio Wiener, indeciso entre um ideal de harmonia social e os riscos de um controle mediante a automatização dos processos – uma ambivalência que perdura até hoje face ao ambiente digital”.

lágrimas quanto as esperanças são exageradas, com as tecnologias se adaptando ao *status quo* social e político, e não vice-versa. (NORRIS, 2001, p. 26) [tradução nossa]⁸²

Especialmente em se tratando da seara política, essas três abordagens tem impactos diretos na discussão a respeito da *capacidade democrática da internet* – também fazendo surgir otimistas, pessimistas e céticos a esse respeito, cada qual munido de suas razões e baseados em experiências concretas.

Os pensadores *otimistas* têm uma concepção utópica e, portanto, creem que a introdução da internet no processo democrático permite a redução das desigualdades sociais e levaria à reconstrução da democracia representativa ao permitir uma maior aproximação entre representantes e representados, possibilitando um maior controle destes sobre os atos daqueles (ARRIAGA, 2015, p. 15) ou, em uma instância mais radical, até mesmo um retorno à democracia direta, com a participação direta dos cidadãos nas decisões políticas por meio da internet (MATITO, 2016, p. 142).

Seus teóricos batizam essa nova forma de organização democrática como “E-Democracia”, “Democracia 2.0”⁸³ ou “Democracia Digital” e seu foco, portanto, está nas atuais potencialidades que a internet demonstra de ser o principal mecanismo de oposição ao *status quo* – e alguns exemplos ocorridos em diversos países, mesmo que pontuais ou bastante incipientes, reforçam a visão de que o povo pode ter um controle maior do processo político por meio da internet.

Podemos citar, por exemplo, o importante papel que a internet e as redes sociais tiveram durante a *Primavera Árabe* – uma série de revoltas populares contra os regimes totalitários instalados em diversos países árabes, iniciada em 2010 na Tunísia e que, ao longo dos anos seguintes, se espalhou para Argélia, Yemen, Bahrein, Líbia, Egito⁸⁴ e outros países⁸⁵ (YOUSSEF, 2018, p. 88).

⁸² No original: “Debate about the impact of the rise of the Information Society has produced deeply contested visions predicting the future direction of trends. Optimists hope that the development of the Internet has the capacity to reduce, although not wholly eradicate, traditional inequalities between information-rich and -poor both between, and within, societies. In contrast, pessimists believe that the digital technologies will reinforce and exacerbate existing disparities. Skeptics suggest that both the tears and hopes are exaggerated, with technologies adapting to the social and political status quo, rather than vice versa”.

⁸³ O termo “E-Democracia” faz uma alusão a “Democracia Eletrônica” (tal qual “E-mail” corresponde a “Correio Eletrônico”); e “Democracia 2.0” remete ao termo utilizado em computação para designar a segunda versão de um programa existente.

⁸⁴ Especialmente em se tratando do papel da internet na revolução Egípcia contra o governo do ditador Hosni Mubarak, recomendamos o excelente documentário “A Praça” (*The Square*) de 2013, de autoria de Jehane Noujaim – disponível pelo Netflix.

⁸⁵ Antes da Primavera Árabe, Castells (2017b, p. 42-54) aponta para o importante papel da internet na “Revolução das Paredes” de 2009 na Islândia, deflagrada contra o governo islandês em razão da sua incapacidade de conter a crise econômica instalada no país desde 2006, decorrente de uma série de

À semelhança da Primavera Árabe, diversos outros movimentos sociais se valeram da internet para se mobilizar, divulgar suas agendas e conquistar apoiadores, dos quais podemos citar o movimento *Occupy Wall Street* de 2011 nos Estados Unidos, as “acampadas” dos Indignados do movimento 15-M na Espanha, as Jornadas de 2013 no Brasil, entre outros (YOUSSEF, 2018, p. 89):

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (CASTELLS, 2017b, p. 26)

Por outro lado, a internet também deu berço a algumas iniciativas ligadas ao âmbito institucional, que buscam utilizar a internet para revolucionar a democracia “pelo caminho de dentro”. Esse é, por exemplo, o caso do *Partido da Rede* (FRANCO, 2015), fundado em 2012 na Argentina, com a proposta de eleger representantes que permaneçam vinculados à opinião popular e que votassem nas proposições legislativas de acordo com o resultado das enquetes realizadas por meio do *site* DemocracyOS⁸⁶, desenvolvido para este fim. Outra iniciativa nesse mesmo sentido é o partido espanhol *Podemos*, que monitora ativamente a opinião popular veiculada por meio das redes sociais, mantém fóruns de discussão e permite a votação *online* para a organização partidária⁸⁷ (DEL SER, 2014).

Um outro exemplo é o *WikiLeaks*⁸⁸, uma rede criada em 2006 pelo australiano Julian Assange que tem por objetivo a divulgação de documentos secretos ou considerados sensíveis por diversos governos, no interesse de combate à censura e à corrupção, objetivando maior transparência na condução do Estado – o que também demonstra o caráter muitas vezes controverso de algumas dessas iniciativas de resistência às metarredes de poder (LOVELUCK, 2018, p. 265). Igualmente controverso, são as atuações do grupo hackerativista *Anonymous*, que vão desde a organização de protestos à perseguição e ataques a determinados *sites* – em oposição a qualquer restrição das liberdades públicas (LOVELUCK, 2018, p. 295).

operações bancárias especulativas e fraudulentas realizadas pelas principais instituições financeiras do país, e aprofundada em razão do controle desta elite bancária sobre a classe política.

⁸⁶ Site oficial do “Partido de la Red”: <<http://partidodelared.org/>> (Acesso em: 26/04/2019). Vídeo institucional informativo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2yIBnaMutuA>> (Acesso em: 26/04/2019). Site oficial do “DemocracyOS”: <<http://democracyos.org/>> (Acesso em: 26/04/2019).

⁸⁷ Site oficial do “Podemos”: <<https://podemos.info/>> (Acesso em: 26/04/2019).

⁸⁸ Site oficial do “WikiLeaks”: <<https://wikileaks.org/>> (Acesso em: 26/04/2019)

Como se observa, existem diversos projetos em curso, todos com o objetivo comum de ampliar e melhorar a participação popular nos processos políticos por meio da internet – porém, ainda possuem caráter experimental e, pelo menos até o presente momento, nenhum país democrático revolucionou a natureza majoritariamente representativa do seu sistema político nacional:

A crise da democracia e as inovações tecnológicas ainda não atingiram seus ápices. De uma maneira geral, a crise da democracia ainda não chegou a um apogeu que provocasse uma ruptura definitiva dos atuais sistemas de representação e é ainda possível observar experiências alternativas por meio de sistemas representativos vigentes. (YOUSSEF, 2018, p. 110)

No polo oposto ao dos pensadores otimistas, por sua vez, os *pessimistas* veem com grande desconfiança o papel político da internet, que segundo entendem, pode se tornar uma grande distopia tecnológica, pois a introdução da internet na política apenas reforça as desigualdades sociais existentes, assinalando o surgimento de uma nova forma de elitismo e da criação de novas formas de controle social pelos poderes tradicionais⁸⁹, trazendo diversos problemas – muitos dos quais já despontam na atualidade (MATITO, 2016, p. 143).

Talvez as questões mais proeminentes nessa temática sejam aquelas atinentes à privacidade *online* e à vigilância – que é exercida tanto por parte de alguns Estados, quanto por grandes empresas –, principalmente devido à quantidade e diversidade de informações que circulam pela internet e compõem o chamado *Big Data*⁹⁰.

Por meio do acesso a dados e metadados⁹¹ de navegação na internet, empresas e governos podem ter acesso à localização de uma pessoa, saber suas preferências (políticas e de consumo), sua situação financeira, seus vínculos pessoais

⁸⁹ Já na década de 90, Huntington (1991, p. 20) chegou a elencar entre as possíveis causas de uma terceira onda reversa a possibilidade do surgimento de novas formas de autoritarismo – e uma dessas formas ventiladas pelo autor seria a que ele denominou de *ditadura eletrônica*, na qual “[...] o governo autoritário é viabilizado e legitimado pela habilidade do regime em manipular informação, a mídia e meios de comunicação sofisticados”.

⁹⁰ “Programa, ferramenta e conjunto de soluções informacionais que, com alta velocidade de processamento, precisão e frequência em tempo real, fornecem informações variadas, até então desconectadas ou não estruturadas, para que o usuário tome determinada decisão econômica, como abastecimento, compra e venda de produtos, ou então nas telecomunicações, na análise de risco, na prospecção de petróleo no mar, no tratamento de doenças ou mesmo numa alternativa operacional numa empresa” (NEIVA, 2013, p. 65).

⁹¹ Como o próprio nome sugere, metadados são “dados sobre dados” e compõe parte das informações referentes a determinado arquivo, como a sua data de criação, seu nome, último acesso, permissões, tamanho do arquivo, o local de criação, dados sobre o proprietário do arquivo, etc.

e profissionais, dentre uma miríade de outras informações de caráter privado⁹² – e muitas dessas informações são dispensadas voluntariamente pelo próprio usuário mediante o simples uso dos aplicativos fornecidos; e isso sem levar em consideração aquelas informações que podem ser colhidas de modo ilegal, sem o conhecimento dos internautas.

Em 2013, a espionagem tecnológica estatal – que até então era considerada uma “teoria da conspiração” ou uma obra de ficção orwelliana – foi denunciada como sendo uma prática real, quando o ex-funcionário terceirizado da CIA, Edward Snowden (LOVELUCK, 2018, p. 295) vazou diversos documentos comprovando um esquema de vigilância *online* em escala global montado pelas agências de inteligência norte-americanas, especialmente após o 11 de setembro de 2001. Como expõe Loveluck (2018, p. 169):

O controle eficaz da internet por determinado Estado revela-se, portanto, perfeitamente possível, como é demonstrado por um número cada vez maior de estudos. [...] Consta-se em particular, graças aos documentos vazados por Edward Snowden, a amplitude do poder norte-americano de vigilância e intervenção na internet, através da NSA e da cooperação, mais ou menos voluntária, dos principais atores do setor das telecomunicações e dos serviços da internet. A euforia associada a tecnologias de comunicação que seriam intrinsecamente democratizantes encontra-se, assim, grandemente frustrada, mesmo que uma série de movimentos contestatários, dissidentes e, até mesmo, revolucionários no decorrer do período 2010-2011 (movimento dos “Indignados” na Espanha, *Occupy Wallstreet* nos Estados Unidos e, sobretudo as primaveras árabes), tivessem utilizado, em parte, a internet para difundir a informação e coordenar ações coletivas.

Outro problema político frequentemente atribuído às redes sociais é o fenômeno da disseminação de notícias falsas. As *fake news* têm sua origem na ideia de “pós-verdade”: uma das crises da pós-modernidade que atinge os valores de verdade, razão e ciência que embasam uma determinada informação ou conhecimento, e impõem à racionalidade uma relativização subjetiva e emotiva. O traço destrutivo dessas informações têm sido alimentado sobejamente pela internet, que fornece o manto do anonimato e a rápida dispersão entre as massas (D’ANCONA,

⁹² Uma das potencialidades de aplicação desses dados colhidos é, por exemplo, a previsão de certas condutas sociais; o que já pode ser facilmente verificado por meio da ferramenta “Google Flu and Dengue Trends” (<https://www.google.org/flutrends/about/>) que – apesar de atualmente não estar mais publicando seus resultados – tinha por meta acompanhar o aumento dos casos de gripe e de dengue em diversos países baseado nos padrões de busca dos usuários da internet.

2018, p. 54). A empáfia dessas notícias falsas veiculadas pela internet desafia o bom senso, os fatos noticiados pela mídia tradicional e o conhecimento científico⁹³:

O argumento pós-moderno de que todas as verdades são parciais (e dependem da perspectiva de uma pessoa) levou ao argumento de que existem diversas maneiras legítimas de entender ou representar um acontecimento. Isso tanto encorajou um discurso mais igualitário quanto possibilitou que as vozes dos outrora excluídos fossem ouvidas. Mas também foi explorado por aqueles que quiseram defender teorias ofensivas ou desacreditadas, ou equiparar coisas que não podem ser equiparadas. (KAKUTANI, 2018, p. 87)

Para além dos pensadores otimistas e dos pessimistas sobre a internet política, também devemos ressaltar o posicionamento dos *céticos*, os quais concebem que a internet poderia sim contribuir para melhorar a democracia, porém, tal potencial está condicionado às *práticas políticas digitais*, que são resultantes do conflito entre as tendências de controle elitista e de resistência democratizante em confronto na internet (MATITO, 2016, p. 143):

A verdade sobre as mídias sociais, a meu ver, não é que necessariamente sejam boas ou más para a democracia liberal. Tampouco que promovem ou minam a tolerância. Pelo contrário: diria que elas diminuem o abismo tecnológico entre os insiders e os outsiders políticos.

Até algumas décadas atrás, os governos e as grandes empresas de mídia desfrutavam de um oligopólio sobre os meios de comunicação de massa. Consequentemente, podiam estabelecer os padrões do discurso político aceitável. Numa democracia que funciona bem, isso pode significar a recusa em publicar conteúdo racista, teorias da conspiração e mentiras deslavadas – desse modo estabilizando a democracia liberal. Em uma autocracia, isso pode significar a censura às críticas contra o ditador – desse modo defendendo-se da democracia liberal.

Com o surgimento das mídias sociais, essa vantagem tecnológica praticamente evaporou. Daí a oposição democrática nos países autoritários hoje ter mais ferramentas para derrubar um ditador plantado no poder. Mas por conta disso também os mercadores de ódio e da mendacidade encontraram muito mais facilidade para solapar as democracias liberais. (MOUNK, 2019, p. 179)

Portanto, assimilar as formas de *utilização* das mídias sociais é mais importante do que especular sobre a tecnologia em si mesma, de forma que compreender os usos e as práticas *online* é elemento essencial para identificar em que termos as tendências – de democracia e de autocracia – se sobrepõe uma à outra

⁹³ Fruto disso é o recente ressurgimento de movimentos terraplanistas, anti-vacinação e de direitas alternativas que contestam fatos físicos, biológicos e históricos; desacreditando as bases científicas de seus estudos e buscando reescrevê-los à luz de suas opiniões particulares.

no caso concreto. Como “sutilmente” afirma Zygmunt Bauman em diálogo com David Lyon (BAUMAN; LYON, 2013, p. 52) acerca da instrumentalidade da internet⁹⁴:

O que você está dizendo é que uma faca pode ser usada para fatar pão ou cortar gargantas. Não há dúvida de que você está certo.

[...]

Os computadores não são os culpados, ao contrário do que sugerem alguns de seus críticos acostumados a “surfear”, em vez de mergulhar e penetrar: a vertiginosa velocidade da brilhante carreira dos computadores deve-se ao fato de eles oferecerem a seus usuários uma oportunidade melhor de fazer o que sempre desejaram, mas não podiam, por falta de ferramentas adequadas. Mas também não são os salvadores, como seus entusiastas, de joelhos, costumam afirmar com impaciência. Essa confusão tem raízes na forma como a condição existencial é manejada e empregada pelo tipo de sociedade que construímos enquanto éramos por ela construídos. E, para nos livrarmos dessa confusão (se é que isso é concebível), precisaríamos ir além da mudança de ferramentas – que, afinal, só nos ajudam a fazer o que todo modo tentaríamos fazer, quer à maneira de uma fábrica caseira, quer utilizando a tecnologia de ponta que todos desejam” .

Curioso notar, portanto, como que as três atuais formas de compreender o intercruzamento entre internet e democracia refletem, ainda que de forma involuntária, as três formas de compreender a democracia – ou seja, as concepções idealista, pessimista e realista –, porém postas perante um pano de fundo digital. Esse debate democrático é especialmente radicalizado entre os polos idealista e pessimista: a democracia seria algo intrinsecamente bom e devemos permitir ao máximo a participação popular ou ampliação da democracia estaria fadada à ruína e ao controle elitista?

Creemos, no entanto, que esse debate dualístico proposto pelos idealistas e pelos pessimistas sobre a natureza da democracia – e, por extensão, sobre a própria internet – é mal colocado, pois tal como proposto pelos *realistas*, a questão principal deve ser a *qualidade da democracia*, que pode ser melhor ou pior, dependendo das *práticas democráticas* adotadas pela sociedade – e, da mesma forma, creemos que a internet pode ser melhor ou pior para a democracia, dependendo das suas *práticas digitais* adotadas:

Tais evoluções indicam claramente que a internet não é “naturalmente” – ou seja, em virtude de suas características sociotécnicas – um ambiente de liberdade; pelo contrário, a rede é cada vez mais permeada de problemáticas sociais, econômicas, políticas e geopolíticas, objeto de controvérsias e, portanto, é suscetível de ser investida pelo poder público. Tendo sido

⁹⁴ Um exemplo que bem ilustra a importância de se levar em consideração o *uso* e não a tecnologia em si mesma é justamente o fato de que uma mesma impressora 3D que – de forma caseira, rápida, barata e em larga escala – pode ser utilizada para fabricar próteses para pessoas carentes (FRUTOS; MOYNIHAN, 2019), também pode ser utilizada para imprimir uma arma de fogo caseira (LEVENSON, 2018). Não é a tecnologia que é determinante, mas o seu uso.

regulamentada *de facto*, trata-se de saber a quem atribuir legitimidade para exercer autoridade sobre ela, em que contexto e com base em que valores. (LOVELUCK, 2018, p. 169)

Desse modo, sem pretensões alarmistas ou demasiadamente otimistas, nos filiamos aos céticos, pois entendemos que a internet, assim como a própria democracia, são criações do intelecto humano e, como tal, podem ser bem ou mal utilizadas; a depender das práticas adotadas. Um pouco da história brasileira recente ilustra bem esse ponto de vista.

Durante as Jornadas de 2013, as redes sociais foram amplamente utilizadas para organizar e divulgar os protestos ocorridos em diversas cidades do país – inclusive, contraditando a cobertura da mídia tradicional sobre os protestos (CASTELLS, 2017b, p. 178). Escrevendo logo após esse evento, o historiador José Murilo de Carvalho (2016, p. 246-247) já identificava então a crise de representatividade que atingia o Brasil e ressaltava o poder coletivo e integrador que as redes sociais poderiam ter no processo democrático nos anos vindouros:

Na falta de representação respeitável e respeitada, o fortalecimento da república e da democracia fica dependendo sobretudo do envolvimento dos cidadãos. À primeira vista, esse envolvimento tem se limitado cada vez mais ao exercício do voto para a constituição da representação. Ora, o voto é reconhecidamente um mecanismo participativo necessário mas insuficiente, como se tem observado em quase todos os sistemas de representação existentes no mundo. [...] Mas é preciso ficarmos atentos para o surgimento de novo instrumento de participação, que pode adquirir grande importância. Refiro-me, naturalmente, às redes sociais. O crescimento do número de internautas tem sido vertiginoso. Em 2013, ele já passava de 100 milhões, metade da população. Por outro lado, as redes têm demonstrado sua capacidade de mobilização e de pressão sobre os poderes públicos, inclusive sobre o Congresso. Essa expansão é, em parte, fruto do aumento da renda e do poder de consumo e, mesmo que precário, da educação. Isto pode significar maior independência e maior cobrança, pode indicar o crescimento de uma opinião pública mais forte e menos sujeita a manipulação, venha ela de onde vier. As redes poderiam transformar-se em nova ágora, em novo espaço público de participação direta. A ser assim, elas poderiam contribuir para o crescimento equilibrado da democracia e da república, em um novo passo à frente na trajetória da cidadania.

Entretanto, esse espírito otimista de 2013 logo se viu confrontado pela guinada radical no papel desempenhado pela internet na política nacional⁹⁵: as redes, que brevemente alimentaram o poder de coesão social, logo se tornaram o pivô da

⁹⁵ Segundo Avritzer (2016, p. 15-16), podemos apontar três importantes consequências políticas para as jornadas de 2013: em primeiro lugar, reestabeleceu a separação entre a participação popular institucional e não institucional; em segundo lugar, rompeu o monopólio de quase 30 anos da “esquerda” em relação à mobilização popular; e, por fim, a pluralidade da participação acarretou o retorno às ruas da parcela conservadora da sociedade.

polarização política que se acirrou no cenário político brasileiro – especialmente a partir das eleições presidenciais de 2014 e, logo após, com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 –, que foi, em grande parte, fomentada pelo próprio uso da internet e das redes sociais, que deram voz aos setores mais radicais da sociedade (CASTELLS, 2017b, p. 180), capazes de inescrupulosamente fabricar notícias falsas⁹⁶ e veicular posicionamentos políticos cada vez mais sectários:

Essa nova forma de polarização é um fenômeno global, nascido do crescimento das redes sociais, cujo uso cívico, embora importante, não conseguiu ainda se impor como via principal do debate político digital. Ela está dominada pelo discurso de ódio e de difamação, seja por indivíduos raivosos ou por milícias digitais. [...] A polarização na sociedade brasileira adquiriu os mesmos contornos que se tem observado nos Estados Unidos e na Europa, à qual sociólogos e psicólogos políticos têm chamado de polarização afetiva. Os rótulos políticos usados são vazios de conteúdo programáticos, despolitizados e cheios de conteúdo emocional, tipo “amo a nós, logo odeio a eles”.

[...]

O petismo já havia se constituído como um desses polos, porém, faltava outro grupo com motivação fortemente antagônica para que a polarização se desse. Essa motivação veio insinuando desde a eleição presidencial de 2014 e das manifestações em torno do impeachment de Dilma Rousseff (ABRANCHES, 2019, p. 19-20)

Com as eleições presidenciais de 2018 já no horizonte, ficou bastante claro para os candidatos a importância que na internet teria na corrida presidencial e, assim, foi traçada uma estratégia de “guerra digital”, construída em cima da polarização fomentada pela internet (ABRANCHES, 2019, p. 23). Da apertada contenda no segundo turno com Fernando Haddad – candidato pelo Partido dos Trabalhadores, partido de Lula e Dilma Rousseff e vitorioso das últimas quatro eleições presidenciais – venceu o candidato Jair Bolsonaro (PSL) que, à semelhança das táticas eleitorais de Donald Trump nos Estados Unidos (DILORENZO; PRENGAMAN, 2018), gozou de ampla mobilização política na internet e representou *online* o papel controverso e por vezes quixotesco de oposição ao *establishment*, à mídia tradicional e às elites políticas; tecendo diversos ataques às minorias e ao “politicamente correto”, com um discurso polarizante e antidemocrático (ABRANCHES, 2019, p. 27).

Essa recente mudança no tom das vozes vindas da internet – que passaram em poucos anos de um otimismo integrador para uma belicosidade sectária

⁹⁶ Uma pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos envolvendo diversos países demonstrou que 62% dos brasileiros entrevistados já acreditaram que uma *fake news* era verdadeira até descobrir que ela era falsa – contra 29% que afirmaram que não acreditaram na notícia falsa (IPSOS, 2018, p. 16). O curioso desse estudo é que, dentre os 27 países pesquisados, o Brasil ocupa o primeiro lugar dentre os países com maior número de entrevistados que acreditaram na notícia falsa antes da checagem de fatos.

– por si só demonstra que as tendências políticas *online* não são uma via de mão única e, se as práticas democráticas não estiverem suficientemente assentadas na sociedade, a mudança pode ser extremamente volátil. Tal fato, por si só, revela a importância de estudos que compreendam como a internet está sendo utilizada para influenciar a política institucional e as suas consequências nas relações políticas *offline*.

Em suma, como anuncia Manuel Castells (2003, p. 129), a internet *por si só* não é elemento suficiente para consertar a crise de representatividade; é necessário também que o uso desta tecnologia – pelos cidadãos e, especialmente, por parte dos seus representantes – esteja voltado para tanto:

De fato, seria surpreendente se a Internet, por meio de sua tecnologia, invertesse a desconfiança política profundamente arraigada entre a maioria dos cidadãos no mundo todo.

[...]

Num mundo de crise generalizada de legitimidade política, e de indiferença dos cidadãos por seus representantes, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela internet, de ambos os lados da conexão. Os políticos e suas instituições divulgam suas declarações e respondem burocraticamente – exceto em época de eleição. Os cidadãos não veem muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais. A Internet não pode fornecer um conserto tecnológico para a crise da democracia.

[...]

A Internet fornece, em princípio, um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato, tanto de um-para-um quanto de um-para-muitos. Como disse, o uso desse canal por políticos ainda é limitado. Há, contudo, um uso crescente da Internet por jornalistas rebeldes, ativistas políticos e pessoas de todo tipo como um canal para difundir informação e rumores políticos.

Desta feita, seguimos acreditando que – ao menos no atual contexto político e tecnológico – a internet *poderia ter* o importante papel de aproximar a atuação dos políticos às pretensões do eleitorado, ao permitir por meio das TIC a *adoção algumas práticas deliberativas*, de modo a diminuir a crise de representatividade no atual modelo representativo.

A internet política e suas consequências, portanto, devem ser estudadas “caso a caso”, pois, tal como expõe Martel (2015, p. 11), entendemos que “Apesar de sua imagem global uniforme, a internet é diferente em cada lugar. [...] ao contrário do que se acredita, a internet e as questões digitais não são fenômenos sobretudo globais. Estão enraizados num território; são territorializados”. Mantendo esse escopo analítico, antes de prosseguirmos sobre o tema proposto, faz-se necessário traçar um panorama atual sobre a internet no Brasil, seu demográfico e seus usos pelos

cidadãos para, em seguida, nos debruçarmos sobre a utilização da internet pelos políticos.

3.2 O perfil do Brasil na internet e os canais de comunicação: internet institucional e não institucional

A história da internet no Brasil⁹⁷ acompanha a evolução das telecomunicações no país, que se inicia de forma incipiente na década de 50, levada a cabo principalmente pelo esforço da livre iniciativa privada (CARVALHO, 2006, p. 51). Durante a década de 60 veio a proposta de integração nacional por intermédio dos meios de comunicação de massa, levando à ampla regulamentação das telecomunicações por parte do Estado (CARVALHO, 2006, p. 51-52). Com o advento do Regime Militar, o setor passa a ser fortemente controlado por uma política nacionalista e, em grande parte, monopolizado pelo Estado na década de 70⁹⁸, sob o pretexto de preservação da segurança nacional e da necessidade estratégica de acompanhar o cenário internacional, marcando também o início do tráfego de dados e as tentativas de implementar os primeiros *backbones* (CARVALHO, 2006, p. 54-63). Em meados da década de 80 a política nacionalista passa a ser contestada pela ordem internacional (CARVALHO, 2006, p. 59) e a pesquisa e o desenvolvimento das redes são expandidos (CARVALHO, 2006, p. 105). Por fim, com a democracia reinstalada a partir da década de 90, seguindo o cenário internacional, o setor de telecomunicações é privatizado e, com ele, o acesso à internet é popularizado e ofertado ao consumidor (CARVALHO, 2006, p. 144).

Portanto, não é exagero dizer que a atual democracia brasileira já nasceu *online* e, desde então, o enlace entre democracia e internet se tornou cada vez mais indissolúvel – especialmente com a introdução da Web 2.0⁹⁹, da propagação dos

⁹⁷ Sem o intento de aprofundar no viés histórico – que para nós tem apenas o caráter de contextualização –, pretendemos resumir em poucas linhas a valiosa lição tirada da excelente dissertação de Marcelo Sávio Revoredo Menezes de Carvalho, intitulada “A trajetória da internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança”. Assim, pedimos vênias para realizar as devidas contrações necessárias ao prosseguimento do presente estudo.

⁹⁸ Carvalho (2006, p. 55-56) narra um curioso episódio ocorrido em 1972, no qual Vint Cerf e Keith Uncapher compareceram ao Brasil por ocasião de um seminário no qual demonstraram, ainda que de modo precário, a possibilidade de uma conexão entre o Brasil e a ARPANET.

⁹⁹ “Web 2.0 é uma conceituação da internet que dá prioridade aos que controlam e produzem os conteúdos transmitidos. A web 2.0 fomenta a partilha de informações, a cooperação mútua e o diálogo entre os que transmitem mensagens pela internet. O conceito reconhece e enfatiza a diferença entre o uso clássico da internet, que priorizava a recepção, tanto em termos de conteúdo como em termos de estrutura. [...] Ao contrário do que a expressão sugere, não se trata de uma nova versão da internet, mas da identificação de uma nova maneira de usar o sistema como um espaço de diálogo e troca.” (NEIVA, 2013, p. 579). Segundo D’Ancona, “O que ficou conhecido como ‘Web 2.0’ não era apenas um fenômeno tecnológico: substituiu as hierarquias pela recomendação par a par, as deferências pelas colaborações, os encontros agendados pelos *flash mobs*, a informação de propriedade particular pelo

smartphones e da internet móvel. Porém, tal relação ainda se apresenta bastante conturbada e constitui um novo campo de estudo que, ao menos no Brasil, começa a despertar o interesse de cientistas sociais.

Nesse sentido, um panorama *atual* sobre a internet brasileira pode ser tido pelo estudo “Liberdade na Rede” (*Freedom on the Net*) da *Freedom House*, que em 2018 considerou a internet brasileira “parcialmente livre”, com uma pontuação de 31 – sendo a nota 0 (zero) atribuída à internet mais livre e a nota 100 (cem) à internet menos livre (FREEDOM HOUSE, 2018).

Os principais problemas apontados variam desde os abusos à liberdade de expressão (como as perseguições contra jornalistas e *bloggers* independentes, a proliferação de *fake news* e de crimes de difamação *online*) ao intervencionismo estatal originado sob o pretexto de coibi-los (como a regulamentação da retirada de diversos conteúdos eleitorais reputados falsos ou ofensivos, ou o intervencionismo judicial para a retirada de certos conteúdos e as diversas ordens de suspensão do serviço do Whatsapp). Apesar disso, o governo não mantém controle arbitrário sobre grande parte do conteúdo veiculado, nem restringe o acesso a sites ou à largura da banda, ou sequer impõe barreiras sobre infraestrutura de comunicações ou ao mercado de tecnologia da informação – cuja administração e regulamentação fica ao encargo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) – e, de certo modo, tem até mesmo envidado esforços para ampliar o acesso da população e a infraestrutura.

Outro problema mencionado pelo relatório *Freedom on the Net* é a baixa inclusão digital da população (em comparação à América do Norte e Europa), devido aos altos custos dos provedores e às desigualdades sociais – apesar do crescimento da internet móvel e das iniciativas de implantar redes públicas. Utilizando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE sobre “Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal”, uma comparação entre os anos de 2016 e 2017¹⁰⁰ (BRASIL, 2018b) demonstra que o acesso à internet nos domicílios brasileiros aumentou de 64,7% para 69,9% – sendo que o Nordeste

software de código aberto e o consumo passivo de mídia eletrônica pelo conteúdo gerado pelo usuário. Prometeu democratização numa escala sem precedentes” (D’ANCONA, 2018, p. 50).

¹⁰⁰ Cumpre ressaltar que a PNAD referente ao ano de 2016 somente foi publicada em fevereiro de 2018, e a PNAD referente ao ano de 2017 foi recentemente publicada em dezembro de 2018 e, portanto, constituem os dados mais atuais do IBGE sobre o tema no momento de elaboração da presente dissertação.

manteve a posição de região com o menor número domiciliar de acessos (58,4%), contra o sudeste, detentor da maioria dos acessos (76,5%):

Tabela 3 - Domicílios em que havia utilização da internet, segundo as grandes regiões

REGIÃO	2016 (%)	2017 (%)
Norte	54,3	60,1
Nordeste	52,3	58,4
Sudeste	72,3	76,5
Sul	67,9	73,2
Centro-Oeste	71,6	76,6
BRASIL	64,7	69,9

Fonte: "Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal" (IBGE, 2018b)

Os números revelam, portanto, que cerca de 7 em cada 10 brasileiros têm acesso à internet, o que coloca o país bem acima da média mundial; que segundo os estudos do *We Are Social* (WE ARE SOCIAL, 2019, p. 7), é de 56% da população global. No entanto, a inserção do Brasil na internet ainda se encontra aquém de outros países, se comparado com a média da América do Norte (95%) e da Europa (94%), ou até mesmo com o restante da América do Sul (73%) (WE ARE SOCIAL, 2019, p. 33).

Com relação às dificuldades de acesso à internet, a PNAD de 2017 (BRASIL, 2018b) também revelou que a falta de conhecimento sobre o uso da internet (38,5%) e a falta de interesse (36,7%) são os principais motivos alegados pelo brasileiro para a ausência de conexão. Além disso, apesar dos altos custos dos provedores serem alegados como o terceiro maior entrave à inclusão (13,7%), houve considerável redução nesse quesito, se comparado ao ano anterior (29,6%) (BRASIL, 2018a):

Tabela 4 - Domicílios em que não havia utilização da Internet, segundo o motivo alegado

MOTIVO ALEGADO	2016 (%)	2017 (%)
Falta de interesse em acessar a Internet	34,8	36,7
Serviço de acesso à Internet era caro	29,6	13,7
Nenhum morador sabia usar a Internet	20,7	38,5
Serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio	8,1	4,9
Equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro	3,5	4,5
Outro motivo	3,3	1,6

Fonte: "Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal" (IBGE, 2018b)

O demográfico do brasileiro *online*, também segundo levantamento da PNAD, revela um perfil razoavelmente equilibrado entre os sexos – 63,8% dos homens usam a internet, face a 65,5% das mulheres (BRASIL, 2018a) – com uma distribuição etária concentrada principalmente na população entre os 14 e 29 anos. Também é notório um substancial incremento no acesso das idades de entrada e da população partir dos 45 anos, entre os anos de 2016 e 2017:

Tabela 5 - Utilização da Internet de Acordo com os Grupos de Idade

GRUPOS DE IDADE	2016 (%)	2017 (%)
60 anos ou mais	24,7	31,1
55 a 59 anos	48,1	55,2
50 a 54 anos	55,7	63,6
45 a 49 anos	62,9	70,7
40 a 44 anos	69,6	76,5
35 a 39 anos	76,0	82,0
30 a 34 anos	79,9	84,6
25 a 29 anos	83,8	87,5
20 a 24 anos	85,2	88,4
18 ou 19 anos	85,4	88,1
14 a 17 anos	82,5	84,9
10 a 13 anos	66,3	71,2

Fonte: “Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal” (IBGE, 2018b)

Importante também ressaltar a diminuição do uso da internet de acordo com a queda no nível de instrução, em que se observa a predominância de acesso entre os indivíduos de nível superior completo e incompleto. Mesmo diante disso, nota-se um aumento no acesso da população com instrução de nível fundamental e médio, entre 2016 (BRASIL, 2018a) e 2017 (BRASIL, 2018b):

Tabela 6 - Utilização da Internet de Acordo com o Nível de Instrução

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	2016 (%)	2017 (%)
Nível superior completo	95,7	96,4
Nível superior incompleto	97,1	97,7
Médio completo	84,5	88,0
Médio incompleto	82,1	85,2
Fundamental completo	66,8	73,45
Fundamental incompleto	43,6	50,6
Sem instrução	11,2	11,3

Fonte: “Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal” (IBGE, 2018b)

Os dados acima sobre escolaridade são corroborados por outras duas observações dignas de nota: em primeiro lugar, o uso da internet é maior em áreas urbanas (74,8%) do que em áreas rurais (39,0%) (BRASIL, 2018b) e, em segundo lugar, seu acesso é predominante em grupos ocupacionais cujas principais atividades

são comerciais ou intelectuais, em contraste com aqueles cujas principais atividades são consideradas braçais (BRASIL, 2018a):

Tabela 7 - Utilização da Internet de Acordo com o os Grupamentos Ocupacionais no Trabalho Principal.

GRUPAMENTOS OCUPACIONAIS NO TRABALHO PRINCIPAL	%
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	27,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	28,3
Ocupações elementares	54,7
Serviços domésticos	58,5
Construção	59,7
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	67,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	73,8
Alojamento e alimentação	74,9
Indústria geral	77,6
Transporte, armazenagem e correio	78,2
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	80,0
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	81,8
Outros serviços	87,6
Administração pública, defesa e seguridade social	88,3
Educação, saúde humana e serviços sociais	91,2
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	92,0
Diretores e gerentes	93,3
Técnicos e profissionais de nível médio	94,3
Trabalhadores de apoio administrativo	94,9
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	96,8
Profissionais das ciências e intelectuais	97,4

Fonte: "Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal" (IBGE, 2018a)

Ter acesso à internet, entretanto, não implica obrigatoriamente em dizer que o indivíduo tenha as habilidades necessárias para a navegação *online*. Em se tratando da intimidade do brasileiro com relação à tecnologia e ao desenvolvimento de competências digitais, uma pesquisa recentemente divulgada pela Google (GOOGLE; MCKINSEY & COMPANY, 2019) aponta que o Brasil possui um Índice de Maturidade Digital (IMD) equivalente a 3,0 – revelando que, em uma escala de 0 (básico) e 5 (avançado), em média o usuário nacional possui conhecimentos razoáveis sobre a utilização das novas TIC:

Tabela 8 - Índice de Maturidade Digital (IMD) do brasileiro.

HABILIDADE	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Acesso	Ligar dispositivos conectados à internet; Uso das funções básicas dos principais programas de computador e apps de celular; Domínio de browsers e habilidades básicas de navegação.	3,5
Uso	Consumo de conteúdo em diferentes formatos e linguagens; Realização de transações <i>online</i> ; Capacidade de buscar e encontrar informações de interesse.	3,4
Segurança	Conhecimento de procedimentos para proteção de dados; Reconhecimento de operações inapropriadas ou ilegais no ambiente digital; Avaliação da confiabilidade de fontes, interações e informações.	3,4
Cultura	Aprendizado contínuo e curiosidade para a descoberta de novas soluções; Atualização constante em relação a novas tecnologias; Acompanhamento de atualizações de softwares, hardwares, aplicativos, etc.	3,0
Criação	Uso de ferramentas para promoção de conteúdo; Conhecimento de ferramentas para gerenciamento de publicidade <i>online</i> ; Programação em diferentes linguagens e desenvolvimento de sistemas.	1,8
ÍNDICE DE MATURIDADE DIGITAL (IMD)		3,0

Fonte: Índice de Maturidade Digital (Google/Mackinsey - 2019)

O referido estudo conclui que “Os brasileiros iniciam a jornada digital aprendendo os *skills* relacionados a acesso. Somente depois de desenvolver competências relacionadas à segurança, uso e a uma cultura específica é que passam a criar no e para o ambiente digital” (GOOGLE; MCKINSEY & COMPANY, 2019). Em suma, com base nos dados acima, podemos afirmar que o brasileiro é bom consumidor de informação digital, porém, ainda não dispõe de competências para a criação de conteúdo.

Com relação à utilização da internet no Brasil, 85% dos brasileiros acessam a internet diariamente (WE ARE SOCIAL, 2019a, p. 23), com considerável predileção dos *smartphones* aos *laptops* e *desktops* – do que também se pode inferir um predomínio da internet móvel sobre a fixa¹⁰¹:

¹⁰¹ Segundo dados de 2017 (WE ARE SOCIAL, 2017b, p. 57), dos 90% dos brasileiros que acessavam diariamente a internet, apenas 12% utilizavam a internet por computador ou *tablet*, contra os 59% que utilizavam a internet via *smartphone* – sendo que 19% destes utilizavam igualmente o *smartphone*, computador e *tablet*. Nada obstante, a maior parte do tráfego de internet ainda pertencia à internet fixa (68%), sendo que 30% do tráfego ficava ao encargo das redes móveis (WE ARE SOCIAL, 2017, p. 58) – de modo que especulamos que tal diferença se dê por conta de como os planos de dados fixos e móveis são comercializados no país (diferenças em custo, velocidade, limitações, etc.).

Tabela 9 - Utilização de Dispositivos no Brasil

DISPOSITIVO	2017 (%)	2019 (%)
Televisão (qualquer tipo)	96	95
Telefone Móvel (qualquer tipo)	89	89
Smart Phone	62	67
Laptop ou Desktops	37	38
Tablet	12	15
Dispositivo de streaming	7	7
E-reader	1	2
Smartwatches	1	2

Fonte: Digital 2019: Brazil (We Are Social – 2017/2019)

A televisão também demonstra sua relevância, haja vista que ainda é dispositivo de comunicação de massa com maior penetração (95%). No entanto, as pesquisas também indicam que o brasileiro passa uma maior parte do tempo conectado à internet do que em frente à televisão: cerca de nove horas e meia diárias são conectadas à internet – sendo que apenas três horas e meia por dia são dedicadas à televisão, nas quais, além da transmissão normal, estão considerados também o *streaming* e os vídeos *on demand* por meio da internet (WE ARE SOCIAL, 2019a, p. 19).

Porém, compreender *como* esses indivíduos estão se utilizando das novas tecnologias de informação e comunicação é tão importante quanto identificar *quem* está se conectando e *como* está se conectando. Desse modo, em se tratando dos usos da *web*, dados do Latinobarómetro de 2015 (LATINOBARÓMETRO, 2019) revelam que a grande maioria dos internautas utilizam a internet para se entreter (47,8%) e se comunicar (42,4%) – sendo que a utilização para estudo (31,3%) e trabalho (29,8%) seguem aproximados na terceira e quarta posição:

Tabela 10 - Utilização da Internet no Brasil

“INDEPENDENTEMENTE DO LUGAR DE ONDE VOCÊ ACESSA A INTERNET, PARA QUE VOCÊ A UTILIZA?”	N.º de Casos	N/Entrevistas
Para usar o e-mail/Messenger	530	42,4%
Para buscar informação	1	0,1%
Para se entreter	597	47,8%
Para trabalhar	373	29,8%
Para estudar	391	31,3%
Fazer transações	205	16,4%
Fazer compras	266	21,3%
Outro	37	3,0%
Não se aplica	463	37,0%
Não sabe ou não respondeu	35	2,8%
(N)	(1.250)	100%

Fonte: *Análisis Online: Brasil* (Latinobarómetro - 2015)

Diante disso, considerando a relevância do uso da internet no Brasil para fins de comunicação e entretenimento, verifica-se que a importância das Redes Sociais é inegável, haja vista que são desenhadas justamente para o compartilhamento de informações e divertimento. Por esse motivo, atualmente, um total de 66% da população brasileira é de usuários ativos em redes sociais¹⁰², que passa cerca de três horas e meia diárias nessas plataformas (WE ARE SOCIAL, 2019^a, p. 31-45). A relevância explica não apenas o aumento substancial de usuários em certas redes sociais, mas também o aparecimento de novas plataformas – com o predomínio do Youtube (95%), do Facebook (90%) e do Whatsapp (89%) sobre as demais redes sociais:

Tabela 11 - Porcentagem dos usuários que informaram utilizar cada uma das Redes Sociais

REDE SOCIAL	2017 (%)	2019 (%)
Youtube	63	95
Facebook	62	90
Whatsapp	53	89
Instagram	40	71
Facebook Messenger	42	67
Twitter	36	43
Linkedin	29	36
Pinterest	21	35
Skype	25	31
Snapchat	21	23
Tumblr	17	18
Badoo	-	16
Twitch	-	15
Wechat	-	13
Reddit	-	12
Viber	-	12
Google +¹⁰³	38	-

Fonte: Digital in 2019: Brazil (We Are Social – 2017/2019)

As redes sociais são construídas em torno de certas propostas (seja conectar amigos e familiares, fazer contatos de trabalho, romancear, etc.) que, conseqüentemente, delineiam as suas formas de uso e o alcance das suas comunicações. Assim sendo, vale ressaltar, nenhuma dessas redes sociais citadas acima possui como objetivo principal a manifestação, organização, deliberação ou a tomada de decisão política. Porém, isso não impede que elas desempenhem um importante papel na vida política dos cidadãos, pois permitem aos internautas criar ou compartilhar informações de interesse político, que possam ser vistas e debatidas por

¹⁰² Vale apontar também que 29% dos usuários de internet usam as redes sociais para trabalhar, e não apenas para se divertir e se comunicar (WE ARE SOCIAL, 2019a, p. 32).

¹⁰³ Cabe informar que as atividades da plataforma do Google+ foram recentemente encerradas em agosto de 2019 (AGRELA, 2018)

meio das próprias postagens, cujo teor eventualmente transborda para os atuais meios de fazer política *offline*.

No entanto, ainda se verifica que há certa desconfiança da população em relação ao uso das redes sociais para fins políticos, pois, apesar de boa parte da população brasileira entender que as redes sociais ampliam a participação política (30,6%), o número daqueles que acreditam que essa participação é ilusória (27,8%) ou que as redes sociais não servem para participação política (18,2%) caminha bem próximo e, conjuntamente, representam uma visão pessimista bastante significativa sobre a política nas redes sociais (LATINOBARÓMETRO, 2019):

Tabela 12 - Uso das Redes Sociais para fins políticos no Brasil

“QUAL DAS SEGUINTE FRASES MAIS SE APROXIMA DA SUA MANEIRA DE PENSAR?”	Nº de casos	%/Total
As redes sociais permitem que o indivíduo participe da política.	383	30,6%
As redes sociais criam a ilusão de que o indivíduo está participando.	347	27,8%
As redes sociais não servem para participar da política.	228	18,2%
Não responderam	12	1,0%
Não sabem	280	22,4%
(N)	(1.250)	100%

Fonte: *Análisis Online: Brasil* (Latinobarómetro - 2015)

Em que pese as opiniões dos usuários ainda se mostrarem bastante reticentes em relação ao uso político das redes sociais, por outro lado, estas frequentemente demonstram sua força e relevância para o cenário político¹⁰⁴:

Plataformas de mídia social, tais como Facebook e Twitter, continuam a desempenhar um papel central no ativismo cívico no Brasil.

Redes sociais tiveram um papel central na organização e mobilização dos protestos por e contra o governo. Após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em meados de 2016, protestos continuaram até o final de 2016 e começo de 2017, especialmente para denunciar as reformas econômicas e sociais do Presidente Temer, ou para apoiar as investigações contra a corrupção e medidas propostas para combater a corrupção, como parte da “Operação Lava Jato”. No final de maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros parou o país e foi amplamente comentada e apoiada por iniciativas online. Entretanto, rumores e fake news sobre as demandas e as visões políticas dos caminhoneiros foram amplamente disseminadas por meio de mídias sociais, com muitos alegando que os caminhoneiros queriam uma intervenção militar. Os líderes da greve, entretanto, negaram tais

¹⁰⁴ Calha apontar também que a relevância das redes sociais é tamanha que até o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, utiliza largamente a sua conta no Twitter (@JairBolsonaro) para veicular seus posicionamentos políticos e medidas de governo – seguindo de perto o modelo do presidente norte-americano, Donald Trump (@realDonaldTrump).

alegações e atribuíram essas ideias a uma minoria de infiltrados. (FREEDOM HOUSE, 2018) [tradução nossa]¹⁰⁵

Além disso, deve ser levado em consideração que, além das redes sociais, estão sendo desenvolvidos diversos outros meios de informação e comunicação política por meio da internet – tanto por organizações civis quanto por parte do próprio Estado. Surgem, assim, plataformas institucionais (com conteúdo criado e mantido pelo Estado) e plataformas não-institucionais (com conteúdo criado e mantido pela sociedade civil organizada), que permitem a maior transparência¹⁰⁶ e participação na condução dos negócios públicos. Podemos mencionar a título de exemplo os aplicativos e canais abaixo:

Tabela 13 - Exemplos de sites institucionais e não-institucionais de participação e informação

ORIGEM DO CONTEÚDO	NATUREZA	EXEMPLOS
INSTITUCIONAL	<i>Transparência</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Portal Transparência (Ministério da Transparência): http://www.portaltransparencia.gov.br
	<i>Consulta e participação popular</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Portal E-Cidadania (Senado Federal): https://www12.senado.leg.br/ecidadania/ • Portal E-Democracia (Câmara dos Deputados): https://edemocracia.camara.leg.br/
	<i>Informação de atos normativos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Diário Oficial da União (Imprensa Oficial): http://www.impresanacional.gov.br/ • Pesquisa de Legislação (Senado Federal): http://www.lexml.gov.br/ • Pesquisa de Legislação (Planalto): http://www4.planalto.gov.br/legislacao • Pesquisa jurisprudencial (Supremo Tribunal Federal): http://www.stf.jus.br/ • Pesquisa jurisprudencial (Superior Tribunal de Justiça): http://www.stj.jus.br/SCON/ • Pesquisa jurisprudencial (Conselho Nacional de Justiça): https://www2.cjf.jus.br/jurisprudencia/unificada/ • Pesquisa Jurisprudencial e informação sobre Candidatos (Tribunal Superior Eleitoral): http://www.tse.jus.br/ • Consulta a proposições Legislativas (Câmara dos Deputados):

¹⁰⁵ No original: “Social media platforms such as Facebook and Twitter continue to play a central role in civic activism in Brazil. Social networks have played a pivotal role in the organization and mobilization of protests for and against the government. After the impeachment of ex-president Dilma Rousseff in mid-2016, protests continued through late 2016 and early 2017, especially to denounce President Temer’s economic and social reforms, or to support corruption investigations and proposed measures to tackle corruption as part of “Operation Car Wash”. In late May 2018, a nationwide truck drivers’ strike brought the country to a halt and was widely commented on and supported by online initiatives. However, rumors and fake news about the demands and political views of the truck drivers were widely disseminated through social media, with many claiming the truck drivers sought military intervention. The leaders of the strike, however, denied such claims and attributed those ideas to a minority of infiltrators”.

¹⁰⁶ Em 2017, o “Open Data Barometer” (WORLD WIDE WEB FOUNDATION, 2017) atribuiu à transparência política brasileira uma pontuação de 50,0 (de um total de 100 pontos), o que demonstra que há um esforço crescente por parte do Estado em disponibilizar aos cidadãos os dados relativos à condução do interesse público. Porém, ainda estamos muito longe de um nível ideal de transparência, especialmente se comparado com os países que lideram o ranking – Canadá (76,0) e Reino Unido (76,0) – ou mesmo em relação a outros países latino-americanos, como é o caso do Uruguai (56,0) e da Colômbia (52,0).

		https://www.camara.leg.br/ <ul style="list-style-type: none"> • Consulta a proposições Legislativas (Senado Federal): https://www12.senado.leg.br/hpsenado
NÃO INSTITUCIONAL	<i>Accountability e atuação parlamentar</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento das atividades parlamentares (Ranking dos Políticos): http://www.politicos.org.br/ • Acompanhamento das atividades parlamentares (Vote na Web): http://www.votenaweb.com.br/ • Acompanhamento das atividades parlamentares (Meu Congresso Nacional): http://meucongressonacional.com/ • Fiscalização dos gastos parlamentares (Operação Serenata de Amor): https://serenata.ai/ • Fiscalização dos gastos públicos (Transparência Brasil): https://www.transparencia.org.br/home • Educação política (Politize): http://www.politize.com.br/ • Discussão e mobilização social (MBL): http://mbl.org.br/ • Discussão e mobilização social (Vem Pra Rua): https://www.vempraruia.net/
	<i>Abaixo Assinado</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaaz: https://secure.avaaz.org/page/po/ • Change.org: https://www.change.org/pt-BR

Fonte: Elaboração Própria

Apesar de citarmos acima apenas alguns exemplos ligados ao Poder Público Federal, diversos estados e municípios estão cada vez mais empenhados com a transparência, como é o caso do portal “Câmara sem Papel”¹⁰⁷ da Câmara Municipal de Vitória, que permite ao cidadão capixaba pesquisar leis promulgadas e consultar projetos de lei, além de facultar a oportunidade de opinar sobre projetos de lei em curso e, até mesmo, propor por conta própria projetos de leis populares. Além disso, podemos também incluir aos sítios eletrônicos exemplificados acima alguns aplicativos para *smartphones* – como o “Poder do Voto”, “Monitora, Brasil!”, “Infoleg” entre outros¹⁰⁸ – que também objetivam fomentar a informação e a participação política dos cidadãos.

De um modo geral, com base nos dados apresentados e no que foi exposto, a inserção digital no Brasil ainda é bastante incipiente e a população *online* revela-se, em sua grande maioria, como sendo jovens adultos do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de nível superior (completo ou incompleto), com razoável conhecimento das novas tecnologias, que exercem atividade intelectual e comercial no ambiente urbano e

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/legislativo-cidadao/>>. Acesso em 29/04/2019.

¹⁰⁸ Disponíveis para download na *Google Play Store* por ocasião da elaboração da pesquisa (abr. 2019).

acessam as redes durante um tempo considerável do seu dia, principalmente pelos seus *smartphones*.

Esse perfil médio do “brasileiro conectado” reforça a conclusão do relatório *Freedom on the Net*¹⁰⁹ e demonstra a clara origem socioeconômica da *divisão digital* (NORRIS, 2001, p. 04) que separa a população *online* e aquela que se encontra às margens da revolução digital – revelando claramente, também, as limitações socioeconômicas da deliberação política por meio da internet:

Apenas uma minoria de ativistas com maiores recursos econômicos e competências cognitivas estão motivados para procurar informações *online*. Ou seja: apesar de alguns atenuantes, subsiste o *digital divide* em vários países e contextos eleitorais, estando a Internet ainda longe de se converter num instrumento de mobilização regular e massiva [...]; (BRAGA, 2011, p. 65)

Se, como vimos, a deliberação se caracteriza pela possibilidade de os cidadãos *participarem* como livres e *iguais* na formação da vontade política, a falta de acesso à internet retiraria na raiz a possibilidade do cidadão de participar das deliberações *online*; além disso, a presença de desigualdades sociais muito acentuadas no acesso às novas TIC traz dificuldades ao exercício de um debate que esteja em verdadeira condição de igualdade.

Iniciativas enérgicas por parte do Estado e de setores não-lucrativos visando igualar as oportunidades podem ampliar o acesso tecnológico. A estrutura social existente também desempenha seu papel; inovações em sociedades altamente estratificadas geralmente vão reforçar as disparidades socioeconômicas existentes. O tipo de tecnologia também pode influenciar esse processo, como por exemplo, os recursos inicialmente exigidos para o acesso, incluindo tanto o investimento financeiro, quanto as habilidades educacionais.

[...]

A divisão digital é um fenômeno multidimensional que toca diversas clivagens sociais, mas as diferenças de recursos são comumente aceitas como figurando entre as mais importantes, significando as capacidades baseadas primariamente em renda, ocupação e educação que as pessoas trazem ao utilizar novas formas de tecnologia da informação. (NORRIS, 2001, p. 71-77) [tradução nossa]¹¹⁰

¹⁰⁹ Segundo o referido relatório, “Uma divisão digital significativa e disparidades na infraestrutura são evidentes entre as diversas regiões geográficas, bem como entre as áreas urbanas e rurais” (FREEDOM HOUSE, 2018).

¹¹⁰ No original: “Active initiatives to level the playing field by the state and non-profit sectors can broaden technological access. The existing social structure also plays a role; innovations in highly stratified societies will usually reinforce existing socioeconomic disparities. The type of technology can also influence this process, for example, the initial resources required for access, including both financial investments and educational skills. [...] The digital divide is a multidimensional phenomenon tapping many social cleavages but differences of resources are commonly assumed to be among the most important, meaning the capacities based primarily on the income, occupation, and education that people bring to using new forms of info-tech”.

Com isso em mente, compreender o perfil do internauta brasileiro é essencial para se delinear quem está se manifestando acerca de suas preferências políticas nas redes sociais – e, por outro lado, também nos permite identificar quem está isolado desse processo e, conseqüentemente, demonstra um importante limite à democracia deliberativa instrumentalizada por meio da internet:

Nesse momento, a inserção digital de alguns e a exclusão digital de outros parece simplesmente reproduzir, e aguçar, o problema importante para a democracia contemporânea relacionado à desigualdade social, causado por inclusão social de uns e exclusão de outros. Sem igualdade política não há democracia, é simples assim. E se a exclusão digital torna ainda mais pobres partes da comunidade política e ainda mais vulneráveis certos países e regiões afetados por outras vulnerabilidades, é a democracia digital ainda democrática? A exclusão digital precisava, então, ser tratada ao menos como questão tão relevante quanto a exclusão social. (GOMES, 2018, p. 50)

3.3 A utilização política da internet no Brasil: práticas digitais dos políticos

Tendo exposto qual a situação em se encontra a internet política brasileira e quem são os cidadãos conectados a ela, torna-se imperioso compreender como a outra parte do sistema representativo se comporta no ambiente digital, ou seja, perscrutar como é que os políticos estão utilizando as redes.

Inicialmente, verifica-se que boa parte dos estudos empíricos acerca da atuação dos políticos têm confirmado o entendimento dos autores céticos: diante dos casos concretos se mostra equivocado pressupor que a simples introdução da internet na política seria suficiente para superar ou agravar a crise de legitimidade. Ao contrário disso, esses estudos demonstram principalmente que, apesar da capacidade democratizante da internet, as *práticas políticas digitais* dos representantes diferem pouco daquelas adotadas há longa data por seus gabinetes – só que agora implementadas por meio da internet¹¹¹:

O uso das mídias sociais da internet por parte dos políticos poderia, em tese, alterar a cultura política, diante dos recursos tecnológicos à disposição para mediação entre a sociedade e o Estado. No entanto, o mais provável é que este potencial democrático não está sendo realizado no ambiente virtual e as relações on-line são semelhantes ou refletem aquelas observadas no ambiente off-line. (AMARAL et al., 2015, p. 49)

¹¹¹ Ao que parece, isso parece ser uma tendência de diversos países, pois, como explicita Castells (CASTELLS, 2003, p. 128): “Governos em todos os níveis usam a Internet, sobretudo como um quadro de avisos eletrônico para divulgar sua informação sem se empenhar muito em interação real. Parlamentares costumam ter seus próprios websites, mas não lhes dão excessiva atenção, seja no seu design ou em suas respostas às solicitações dos cidadãos. Suas respostas são elaboradas por membros de sua equipe, em geral pouco diferem das que costumavam dar a cartas por escrito”.

De fato, o que se verifica pelos estudos empíricos é que há um hiato entre aquilo que a internet *pode* oferecer em termos democráticos e como ela é *realmente* utilizada pelos políticos. Além disso, tem-se observado que a internet é um instrumento que *complementa a atuação política*, mas dificilmente substitui as práticas tradicionais junto ao eleitorado, partidos, bancadas, etc. (BRAGA, 2011, p. 64). Nesse sentido, a internet complementa a atuação política principalmente durante as campanhas, oferecendo uma relativa equalização na competição eleitoral, ao permitir maior visibilidade aos candidatos minoritários¹¹²:

O impacto das TICS não implica nem numa subversão completa dos padrões anteriormente vigentes de democracia representativa, como querem os “ciberotimistas”, nem numa mera reprodução dos padrões anteriormente vigentes de competição política e de participação cidadã, como querem os “ciberpessimistas”. Verificamos que as posições relativas dos diferentes partidos políticos na internet não são uma mera reiteração dos padrões vigentes fora dela, demonstrando que, ao dar mais visibilidade a pequenos partidos e/ou a partidos com escassa representação parlamentar e eleitoral, a *Web* pode servir de fato como um instrumento de aumento da competição pluralista no sistema político; (BRAGA; FRANÇA; NICOLÁS, 2009, p. 207)

Isso demonstra que, aparentemente, os representantes estão mais interessados na *visibilidade* que a internet provê, do que nas suas potencialidades democráticas – o que explica o amplo uso da internet nos pleitos eleitorais e o pouco investimento durante o curso do mandato:

[...] a Internet agregou valor às eleições fortalecendo os mecanismos de *accountability*, coordenação estratégica entre militantes e elaboração de mensagens mais personalizadas pelos candidatos, sendo entretanto ainda raros os exemplos bem-sucedidos de experiências de deliberação entre vários participantes por intermédio da Internet. (BRAGA, 2011, p. 72)

A utilização da internet com o objetivo de ampliar a visibilidade do candidato durante a campanha eleitoral é tão notória que um estudo sobre o uso do Twitter por parlamentares brasileiros (AMARAL et al., 2015, p. 58) revelou que uma ampla parcela das contas criadas em redes sociais para o pleito eleitoral de 2010 foi abandonada logo após a divulgação dos resultados do pleito:

Dos 594 parlamentares brasileiros, cerca de 86% possuíam conta no Twitter e, destes, cerca de 78% mantinham uma conta ativa na plataforma em

¹¹² Em boa parte, pode-se atribuir a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 a esse traço peculiar da internet, que permitiu maior visibilidade a um candidato pertencente a um partido minoritário, com pouco tempo de propaganda eleitoral e que renunciou em grande parte às oportunidades de exposição junto à mídia tradicional, que lhe era desfavorável. Por estas razões, Bolsonaro fez das redes sociais o seu palanque principal.

dezembro de 2013. A maioria das contas ativas (85%) foi criada antes das eleições de 2010 e a maioria das contas inativas (70%) foi abandonada após este período.

Outro estudo feito sobre o engajamento das páginas de Facebook de diversos partidos políticos no período de 01/01/2013 a 30/04/2015 (BRAGA; ROCHA; CARLOMAGNO, 2015, p. 65-68) demonstrou que, apesar de manterem certa frequência de participação *online*, há um substancial aumento do engajamento dos partidos durante o período eleitoral – com a subsequente redução da sua atividade no período logo posterior às eleições.

Dessa forma, conclui-se *a priori* que a utilização majoritária da internet pelos políticos busca ampliar a sua visibilidade na competição eleitoral – razão pela qual boa parte dos estudos desta área estão concentrados justamente nesse período de “pico” de atividade *online*. Entretanto, ainda são poucos os estudos que visam *compreender de que forma os políticos eleitos estão efetivamente utilizando a internet no curso do mandato*, e se essa utilização realmente *reflete uma postura deliberativa ou não*. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir – ainda que de forma modesta – para a compreensão das práticas políticas digitais dos representantes, valendo-se da Câmara Municipal de Vitória/ES como campo de pesquisa.

4 A PERCEPÇÃO E A DELIBERAÇÃO DOS VEREADORES DA CÂMARA DE VITÓRIA/ES DA 18ª LEGISLATURA POR INTERMÉDIO DO FACEBOOK

4.1 *Notas metodológicas introdutórias*

Tendo traçado o panorama de crise de representatividade das democracias liberais e das potencialidades que internet apresenta para a solução desta crise por meio da democracia deliberativa, cumpre-nos agora buscar compreender qual a *percepção* dos vereadores de Vitória/ES acerca da política por meio da internet, e se estes estão efetivamente adotando *práticas deliberativas* por meio do Facebook – o que, em suma, constitui nosso objetivo de pesquisa. A escolha desta plataforma de comunicação para o presente estudo se deu em razão da sua inegável relevância para os diversos aspectos da vivência contemporânea o que, conseqüentemente, lhe tornou um fértil campo de estudo para a sociologia. Como reconhecem Zygmunt Bauman e David Lyon (2013, p. 40):

São tantos os relacionamentos em parte – ou na totalidade – vivenciados on-line que uma sociologia sem o Facebook é inadequada. Independentemente de como entenda a geração mais velha, o Facebook se tornou um meio de comunicação – de “conexão”, como expressa o próprio Facebook – e é agora uma nova dimensão da vida cotidiana para milhares de pessoas.

Ademais, diferentemente de outras redes sociais¹¹³, o Facebook possui um desenho que permite aos seus usuários – através de uma dialética discursiva, formada por meio de postagens e respostas – travar um processo de *deliberação pública em condições de liberdade e igualdade*, tal como exigido pela democracia deliberativa: “As postagens constituem uma forma de ‘discurso público’, com pouco controle do emissor sobre o conteúdo das postagens, de forma que permite um processo deliberativo mais abrangente” (BRAGA; NICOLÁS; FRANÇA, 2011, p. 123). Da mesma forma, Wilson Gomes (2018, p. 65) reconhece a importância da arquitetura do Facebook para a democracia deliberativa:

Para o modelo da democracia deliberativa interessam particularmente salas de bate-papo [...], fóruns e outros dispositivos para conversação,

¹¹³ Nos referimos aqui, especificamente, às comunicações havidas por meio do aplicativo Whatsapp. Estudos sobre as comunicações por meio do Whatsapp constituem um desafio para netnógrafos, pois suas comunicações estão sujeitas à criptografia, e são travadas de ponta-a-ponta ou entre comunidades fechadas entre indivíduos convidados e sujeitas à moderação de participação e conteúdo – o que, no caso da nossa proposta de estudo, acaba retirando o caráter público, livre e igualitário dessas comunicações.

instrumentos por meio dos quais explora a disponibilidade de informação e o eventual acesso online a autoridades.

Não apenas o desenho do Facebook parece favorecer as deliberações, como também ele é um aplicativo gratuito, de fácil acesso e multiplataforma – acessível de computadores pessoais, *smartphones*, *tablets*, etc. –, o que confere à rede social uma ampla inserção do público *online*; de modo que não surpreende o fato do Facebook ocupar a segunda posição dentre as redes sociais mais utilizadas no Brasil, com 130 milhões de usuários, o que corresponde a 90% dos internautas inscritos (WE ARE SOCIAL, 2019a, p. 33-40) – sendo 53% deles homens e 47% mulheres, o que também asseguraria um relativo equilíbrio de gênero nas comunicações.

Por sua vez, optou-se por estudar os vereadores da Câmara Municipal de Vitória/ES em razão da posição de centralidade que o vereador ocupa tanto nas relações políticas *online* quanto *offline*, além da proximidade que estes possuem com problemas locais, que geram demandas mais diretas e concretas entre o cidadão e seus representantes políticos.

Vale registrar também que atualmente todos os vereadores de Vitória possuem página no Facebook e, em abril de 2019, verificamos que todos eles permanecem com a sua página de Facebook ativa e em uso¹¹⁴. Além disso, conforme será oportunamente apresentado no próximo tópico, por meio da aplicação do questionário verificou-se que 10 dos 11 vereadores entrevistados reputam o Facebook como um meio “muito importante” para se comunicar com os cidadãos – de modo que se pode vislumbrar a relevância do Facebook para as relações políticas municipais.

Outro ponto digno de nota é que a própria Câmara vem demonstrando interesse na integração política com os cidadãos por meio da internet – o que pode ser verificado pelo Prêmio de Transparência concedido pelo TCE/ES ao *site* institucional da casa (CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2017) e por iniciativas como o Portal “Câmara sem Papel”¹¹⁵, que permite ao cidadão acompanhar a produção legislativa, opinar sobre os projetos de lei em curso e apresentar suas próprias ideias legislativas.

Do ponto de vista da política nacional, os vereadores da 18ª Legislatura (com mandato de 2017 a 2020) compõem o primeiro contingente de representantes

¹¹⁴ Para fins de referência, consideramos em “desuso” a página com mais de 60 dias sem postagens.

¹¹⁵ Disponível em: < <http://camarasempapel.cm.v.es.gov.br/spl/>>. Acesso em 12/05/2019.

eleitos após as Jornadas de 2013 e o *impeachment* da ex-presidente Dilma e, assim sendo, já estão inseridos no atual panorama político desde a sua eleição – haja vista que, em razão de ser a capital do estado, a cidade de Vitória sofre com os principais problemas sociais verificados nas grandes cidades do país (violência, urbanização, falta de serviços básicos, etc.) e é palco local das manifestações e protestos que convulsionam o país, interligando as demandas políticas federais, estaduais e municipais.

Considerando que a presente pesquisa tem por objetivo buscar compreender qual a *percepção* e a *deliberação* dos vereadores de Vitória/ES por meio do Facebook, pode-se verificar que o estudo é composto de dois elementos – sendo um subjetivo (sua percepção) e outro objetivo (as práticas deliberativas), avaliados por meio da aplicação de um *questionário* e da análise dos *posts*, respectivamente. Assim, de modo mais objetivo, ao longo da pesquisa buscamos responder às seguintes perguntas: (1) *como os vereadores compreendem a relação entre política e internet?*; (2) *para que eles estão utilizando o Facebook?* (3) *essa utilização do Facebook tem algum caráter deliberativo?*; em caso positivo, (4) *qual a qualidade dessa deliberação entre os vereadores e os cidadãos por meio do Facebook?*

Buscando responder à primeira pergunta, efetuamos a aplicação de um questionário aos próprios vereadores, a fim de fazer um levantamento das suas opiniões e percepções acerca da internet política. Visando responder à segunda e terceira perguntas, fizemos o levantamento das publicações (*posts*) das páginas de Facebook dos vereadores, a fim de categorizá-las de acordo com o objetivo pretendido pelo vereador na comunicação (se teologicamente seriam propagandísticas, informativas ou deliberativas). Por fim, pretendemos responder à quarta pergunta por meio da análise daqueles posts identificados como deliberativos, a fim de estabelecer qualitativamente o nível de deliberação havido nas publicações. As metodologias aplicadas em cada caso serão explicadas oportunamente em detalhes a título de introdução quando da apresentação dos resultados.

Deste modo, pretendendo identificar padrões no teor e no grau de interatividade deliberativa entre os vereadores e os cidadãos dentro de um ambiente *online*¹¹⁶, adotamos em nosso estudo uma abordagem qualitativa, de natureza netnográfica:

¹¹⁶ “A análise de redes sociais é um método analítico que focaliza as estruturas e os padrões de relacionamento entre atores sociais em uma rede. [...] A análise de redes sociais é estrutural. Sua unidade de análise é a relação, e o que ela descobre de interessante nas relações são seus padrões”. (KOZINETTS, 2014, p.53)

A netnografia é a pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. [...]

[...] O uso do termo netnografia, nesse caso, representaria a tentativa do pesquisador de reconhecer a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir em suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes online e offline de compreensão cultural, e de reconhecer que, como entrevistas ou semiótica, a netnografia tem seus próprios conjuntos de práticas e procedimentos exclusivamente adaptados que a distinguem da conduta de etnografia face a face. (KOZINETS, 2014, p. 61-52)

Destarte, buscando seguir a metodologia proposta, convém inicialmente identificar os padrões subjetivos (as percepções) dos vereadores acerca da utilização da internet para fins políticos, bem como compreender a sua percepção acerca do atual panorama político – o que pode ser verificado por meio dos resultados providos pelos questionários aplicados aos edis.

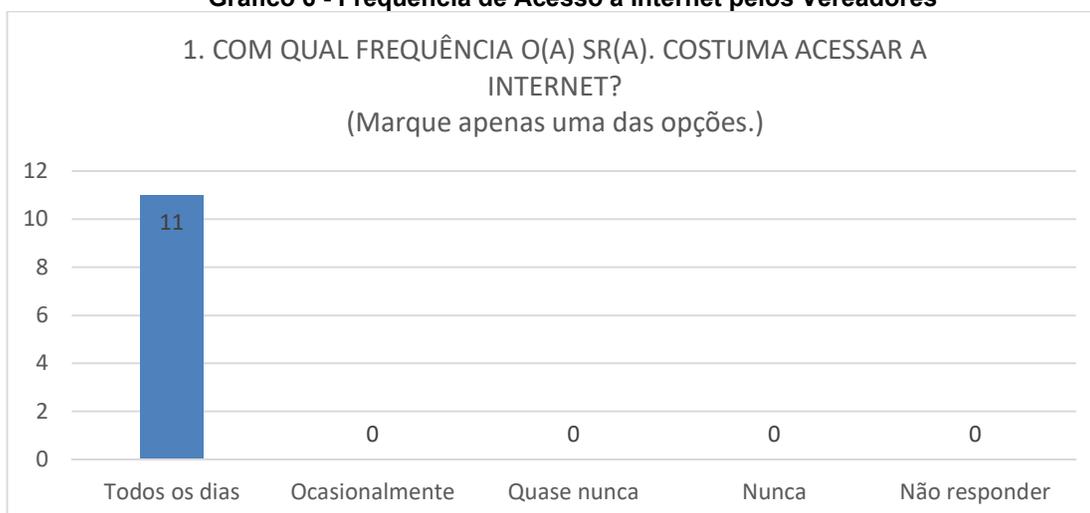
4.2 A percepção sobre a internet política, segundo os próprios vereadores

A fim de verificar como os vereadores de Vitória/ES compreendem a relação entre política e internet, foi aplicado individualmente um questionário de perguntas fechadas (modelo no Apêndice 1 do presente trabalho), com 5 blocos de perguntas – sobre o *perfil online* dos vereadores (perguntas 1 a 6), a sua *participação* por meio da rede (7 a 13), a sua *percepção* sobre a política na internet (14 a 17), a *confiança* no ciberespaço (18 a 21) e *sobre a democracia* (22 a 27) – mediante entrega em mãos para os respectivos edis na sessão ordinária de 20/12/2018. As respostas foram colhidas na mesma ocasião e, de um total de 15 vereadores da casa, obtivemos resposta de 11 deles – o que revela uma amostragem significativa para fins de pesquisa.

As perguntas acerca do *perfil online* dos vereadores (questões de 1 a 6) têm por objetivo estabelecer a frequência e as formas de uso, bem como a intimidade dos parlamentares em relação à internet e às novas tecnologias de informação e comunicação.

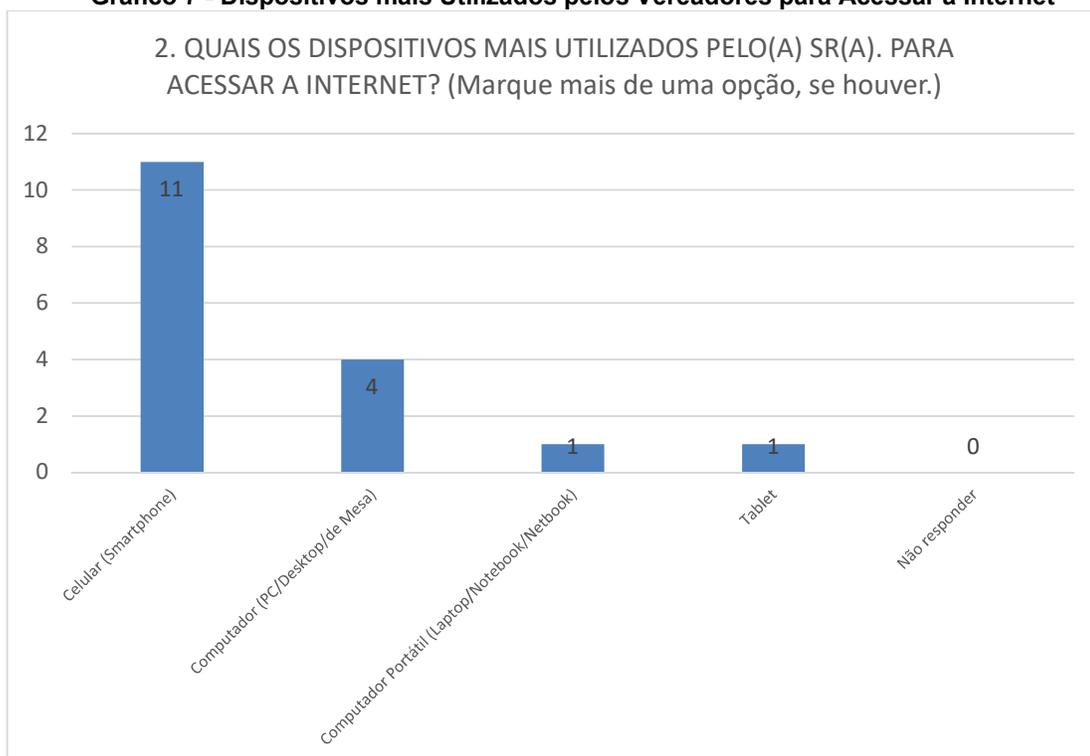
Inicialmente, verifica-se que os vereadores entrevistados utilizam a internet de forma unânime com bastante frequência (todos os dias) e os dispositivos preferidos são os *smartphones*, seguidos dos computadores pessoais – seguindo a tendência verificada no capítulo anterior em relação à frequência de acesso da população e à predominância da internet móvel:

Gráfico 6 - Frequência de Acesso à Internet pelos Vereadores



Fonte: Elaboração própria

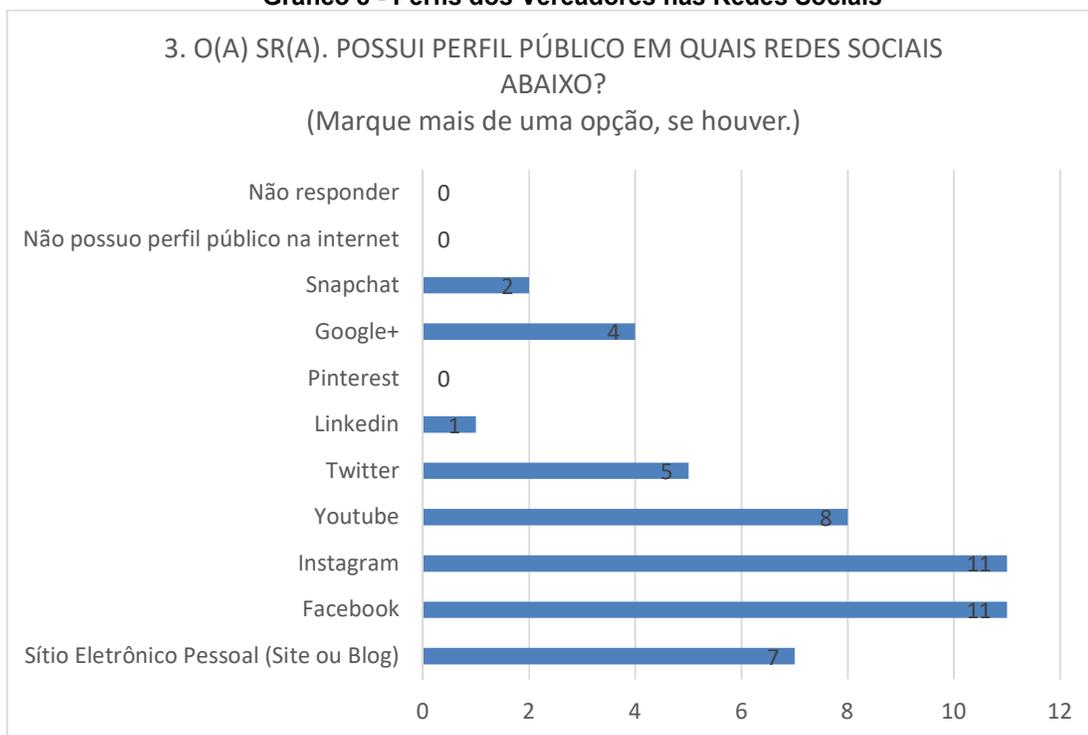
Gráfico 7 - Dispositivos mais Utilizados pelos Vereadores para Acessar a Internet



Fonte: Elaboração própria

Em relação às redes sociais, verifica-se que todos os entrevistados fazem uso do Instagram e do Facebook; porém, o Youtube ainda tem caráter secundário, apesar de ser a rede social mais utilizada no Brasil, conforme demonstrado no capítulo anterior. Outro ponto relevante é que o Twitter – rede social de preferência entre os políticos internacionais e o atual Presidente da República – também parece ser adotada apenas em caráter minoritário entre os vereadores:

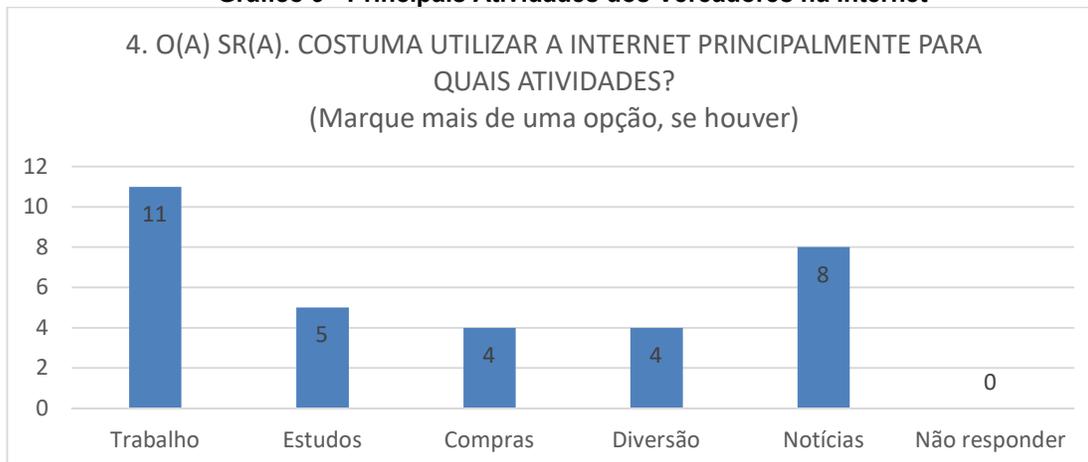
Gráfico 8 - Perfis dos Vereadores nas Redes Sociais



Fonte: Elaboração própria

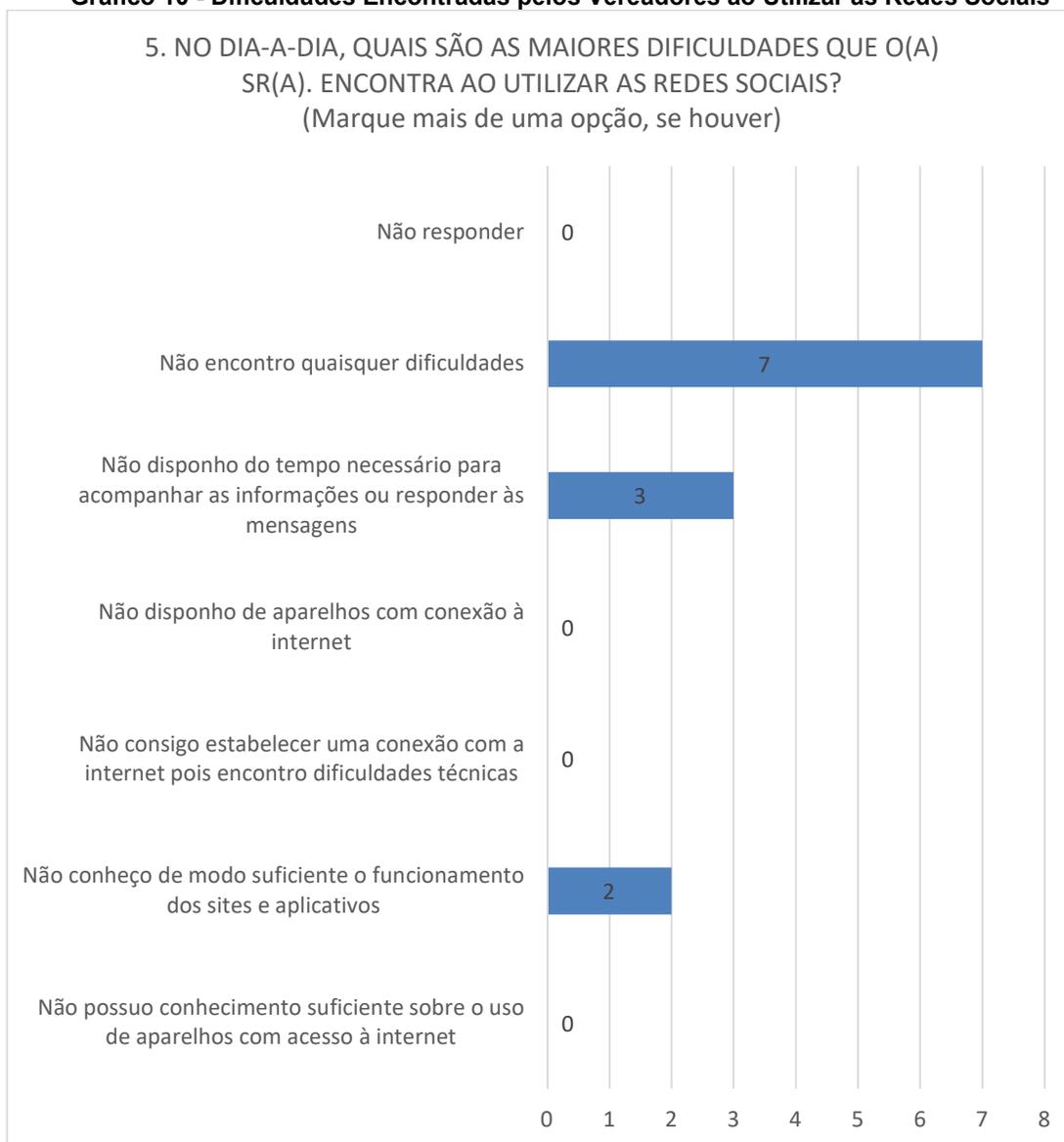
Com relação às formas de uso da internet, os vereadores apontam que os principais usos são para trabalho e informação – sendo que grande parte dos vereadores relatou não possuir quaisquer dificuldades em manejar as redes sociais, salvo a eventual falta de tempo ou o eventual desconhecimento acerca do funcionamento dos sites e aplicativos; o que demonstra certa paridade de condições entre os vereadores no uso das redes sociais:

Gráfico 9 - Principais Atividades dos Vereadores na Internet



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 10 - Dificuldades Encontradas pelos Vereadores ao Utilizar as Redes Sociais

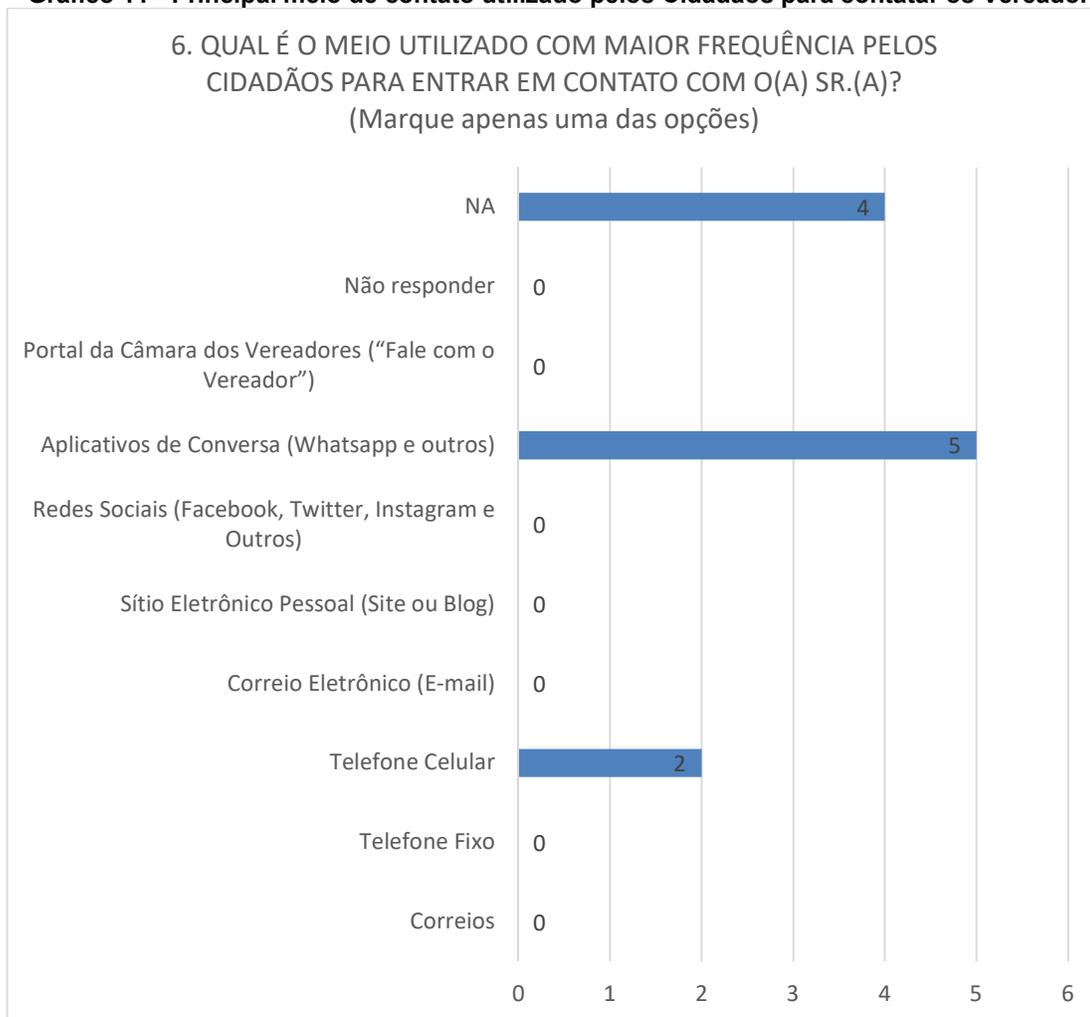


Fonte: Elaboração própria

Outra descoberta importante diz respeito ao meio de comunicação preferido pelos cidadãos para entrar em contato com o vereador. A grande maioria dos edis apontou o Whatsapp como principal forma de contato entre cidadãos e representantes¹¹⁷:

¹¹⁷ Em relação a essa pergunta, tivemos que invalidar algumas respostas, pois o questionário pedia apenas uma resposta para este questionamento. Como alguns vereadores marcaram mais de uma opção, as respostas acabaram não se aplicando (N/A). Nada obstante, os casos anulados também apontavam o uso majoritário do Whatsapp como forma de contato preferida pelos cidadãos.

Gráfico 11 - Principal meio de contato utilizado pelos Cidadãos para contatar os Vereadores

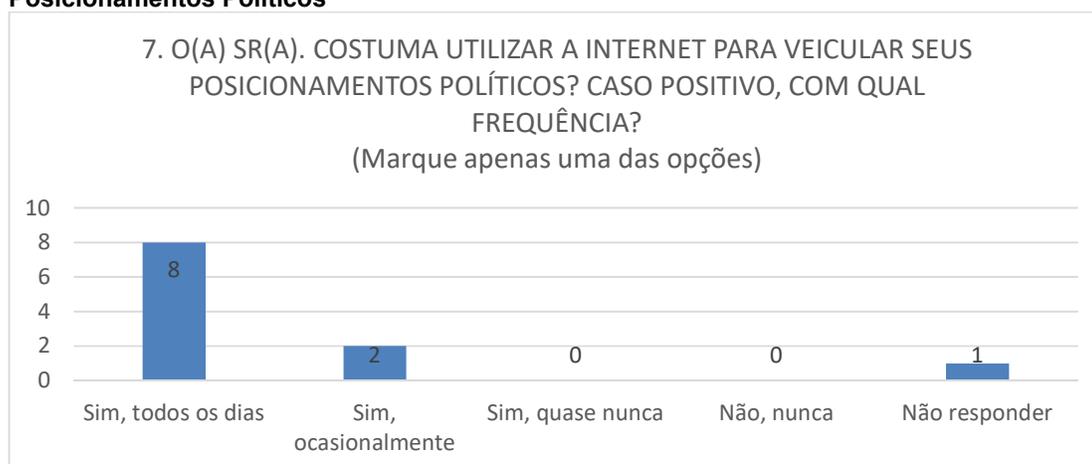


Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à *participação política online* (perguntas 7 a 13), procuramos saber dos vereadores entrevistados as formas de utilização das redes sociais para fins políticos. Desse modo, a maioria dos vereadores afirmou utilizar a internet todos os dias para veicular o seu posicionamento político e, ainda, que costumam acompanhar e responder às manifestações dos cidadãos em seus perfis sociais com bastante frequência¹¹⁸:

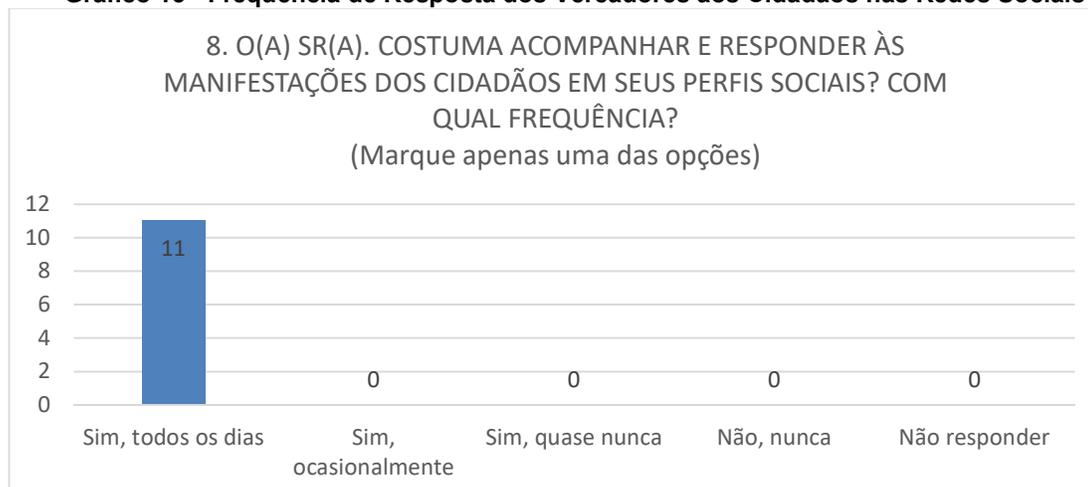
¹¹⁸ Pela análise trazida no próximo tópico, poderemos ver que essa afirmação não se verifica de modo tão categórico na prática.

Gráfico 12 - Frequência de Utilização da Internet pelos Vereadores para Veicular seus Posicionamentos Políticos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13 - Frequência de Resposta dos Vereadores aos Cidadãos nas Redes Sociais

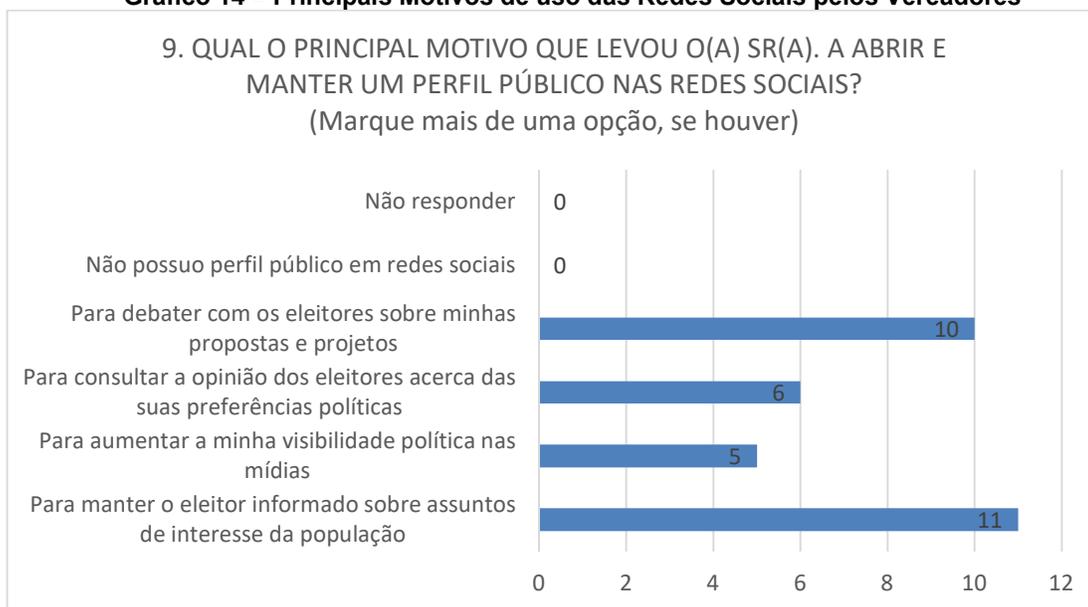


Fonte: Elaboração própria

Uma informação importante foi obtida quando perguntamos aos vereadores os motivos para a abertura e a manutenção de um perfil público nas redes sociais. A grande maioria respondeu que os principais motivos seriam de caráter informativo e deliberativo; com apenas uma minoria apontando o interesse consultivo ou propagandístico de seus perfis¹¹⁹:

¹¹⁹ Conforme será trazido mais adiante, na prática, esses desígnios não se verificam nessa mesma proporção, com os posts de caráter propagandístico sendo majoritários face aos demais.

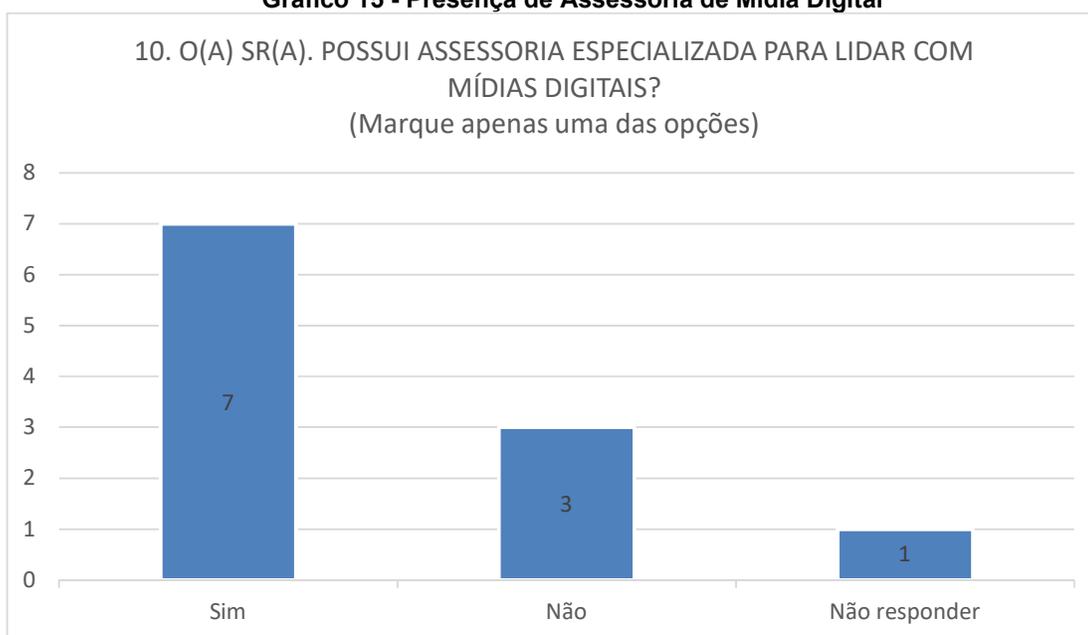
Gráfico 14 – Principais Motivos de uso das Redes Sociais pelos Vereadores



Fonte: Elaboração própria

No que concerne à profissionalização da gestão dos perfis sociais, a maioria dos vereadores entrevistados apontou possuir assessoria especializada para lidar com mídias digitais:

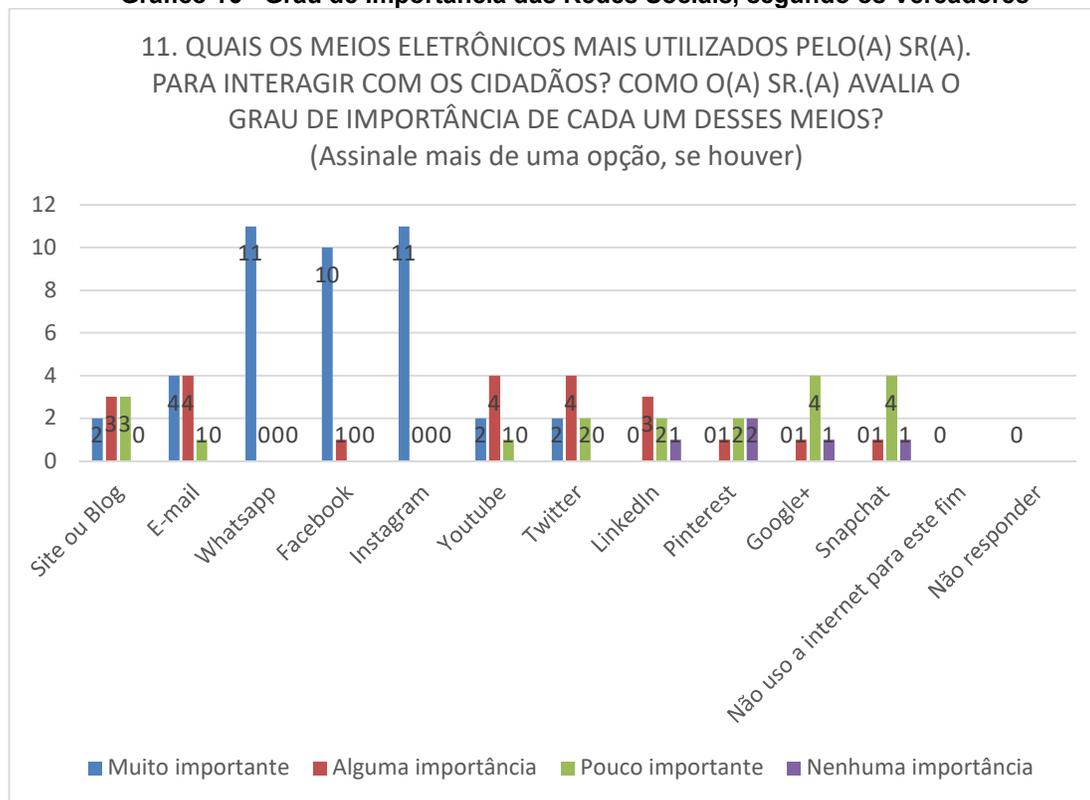
Gráfico 15 - Presença de Assessoria de Mídia Digital



Fonte: Elaboração própria

Em sequência, quando perguntados sobre a importância do meios eletrônicos mais utilizados pelos vereadores para entrar em contato com o cidadão, os vereadores entrevistados apontaram majoritariamente para a importância absoluta do Whatsapp¹²⁰ (que, como vimos, é o meio de comunicação de preferência do eleitorado), assim como a relevância do Instagram e do Facebook – com outros meios eletrônicos atingindo índices muito baixos de preferência e de importância:

Gráfico 16 - Grau de Importância das Redes Sociais, segundo os Vereadores

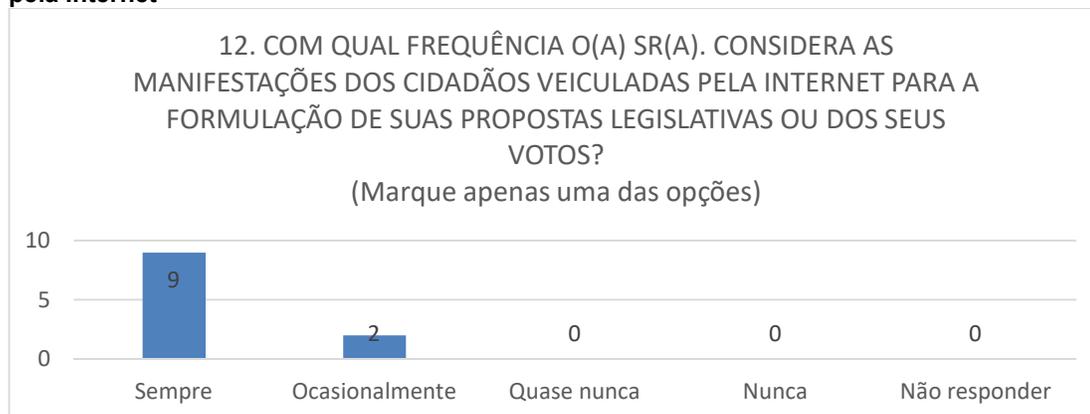


Uma outra pergunta diz respeito à efetiva consideração por parte dos vereadores acerca das manifestações dos cidadãos na internet, para fins de elaboração de suas propostas legislativas; sendo que a maioria dos entrevistados respondeu que sempre leva essas manifestações em consideração – e apenas uma minoria respondeu que considera apenas ocasionalmente, demonstrando certa

¹²⁰ Reiteramos que, para fins da presente pesquisa, apenas não enveredamos pelo estudo das comunicações mediadas pelo Whatsapp porquanto o desenho do aplicativo impõe ao pesquisador sérias dificuldades: sua política de privacidade, a criptografia dos dados, a comunicação de ponta a ponta e os grupos (numerosos e exclusivos aos participantes) dificultam a coleta de dados. Acreditamos, também, que a natureza fechada e sujeita à moderação das comunicações pelo Whatsapp impõe graves limites à deliberação, pois dificulta a formação de uma discussão pública entre indivíduos livres e iguais.

cautela de alguns vereadores em relação às manifestações populares por meio da internet:

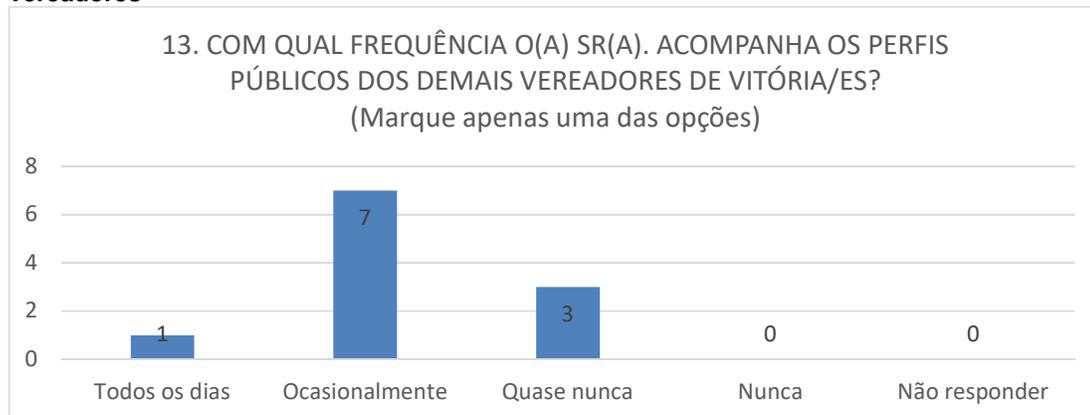
Gráfico 17 - Frequência com que os Vereadores afirmam considerar as Manifestações veiculadas pela Internet



Fonte: Elaboração própria

Por conseguinte, quando perguntados com qual frequência os entrevistados acompanham os perfis públicos do demais vereadores, a grande maioria respondeu que o faz ocasionalmente – do que se denota o pouco interesse na atuação *online* de seus pares, ainda que haja alguma:

Gráfico 18 - Frequência com que os Vereadores alegam acompanhar as Páginas dos demais vereadores

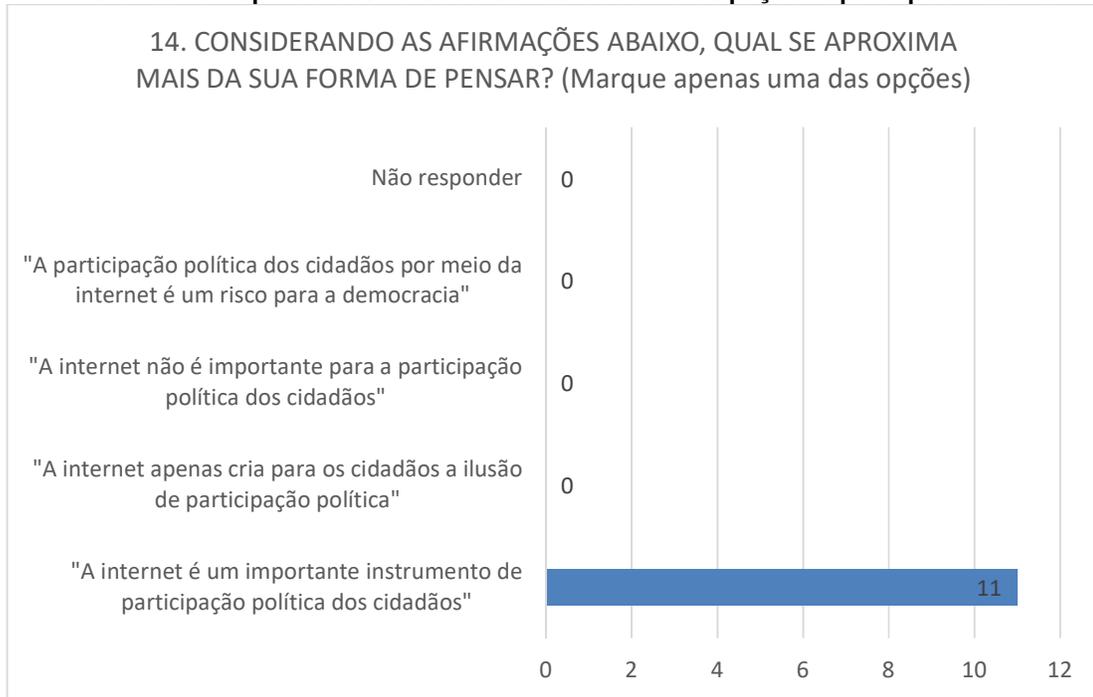


Fonte: Elaboração própria

Dando prosseguimento, o bloco de questões acerca da *percepção sobre política na internet* (questões 14 a 17) busca firmar a opinião dos vereadores entrevistados acerca das capacidades democráticas da internet. Logo de saída, todos os edis afirmaram que consideram a internet um importante instrumento de

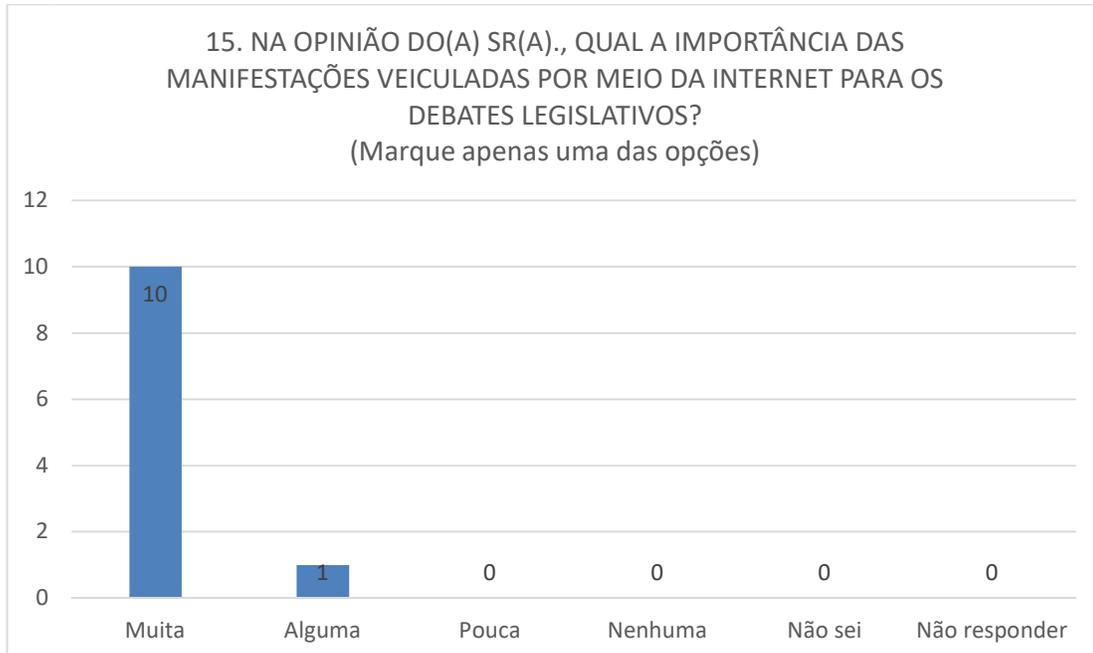
participação política dos cidadãos, e a maioria afirmou que as manifestações veiculadas pela internet são muito importantes para os debates legislativos:

Gráfico 19 - Opinião dos Vereadores Acerca da Participação Popular pela Internet



Fonte: Elaboração própria

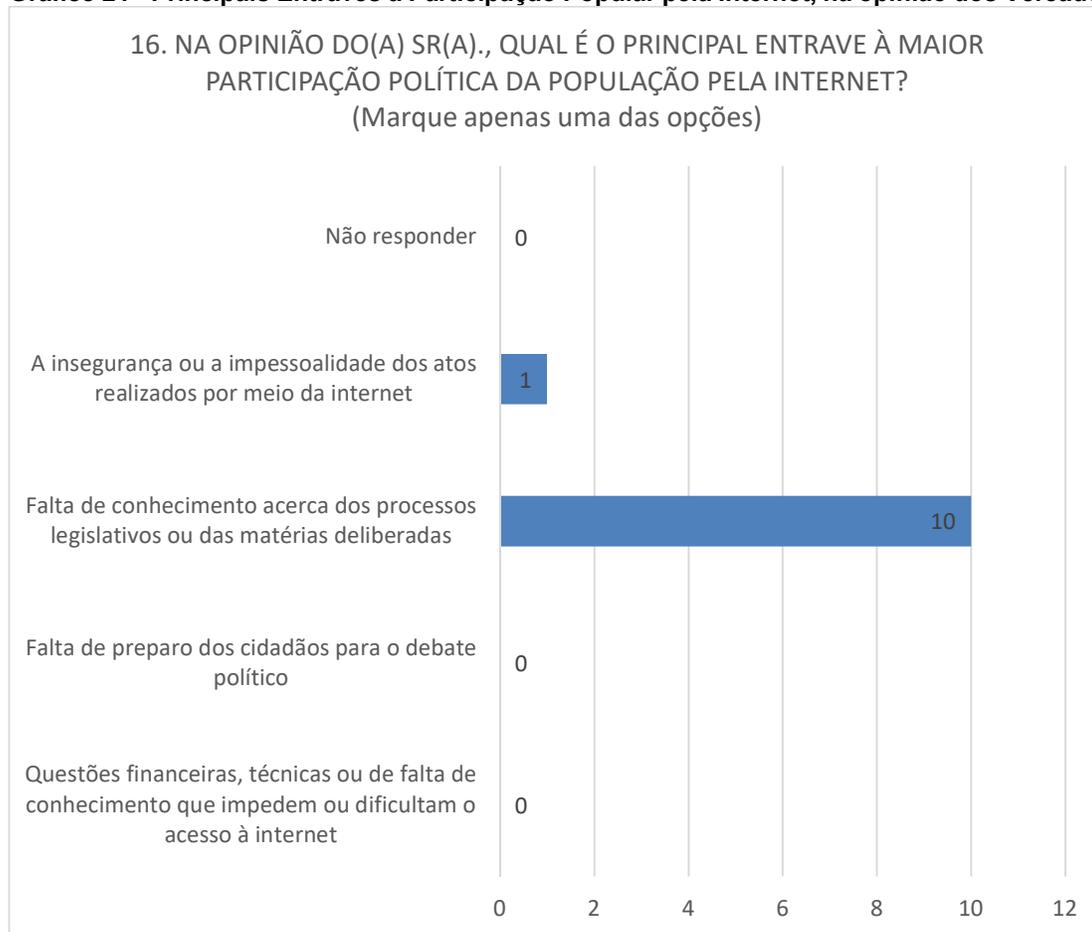
Gráfico 20 - Importância das Manifestações Pela Internet para os Debates Legislativos, segundo os Vereadores



Fonte: Elaboração própria

Além disso, os entrevistados apontaram majoritariamente que o principal entrave à participação política dos cidadãos por meio da internet é a falta de conhecimento acerca dos processos legislativos ou das matérias debatidas – o que demonstra que, apesar de considerarem as manifestações populares e a internet importantes para a política, ainda encaram com certas ressalvas a capacidade deliberativa da população *online*:

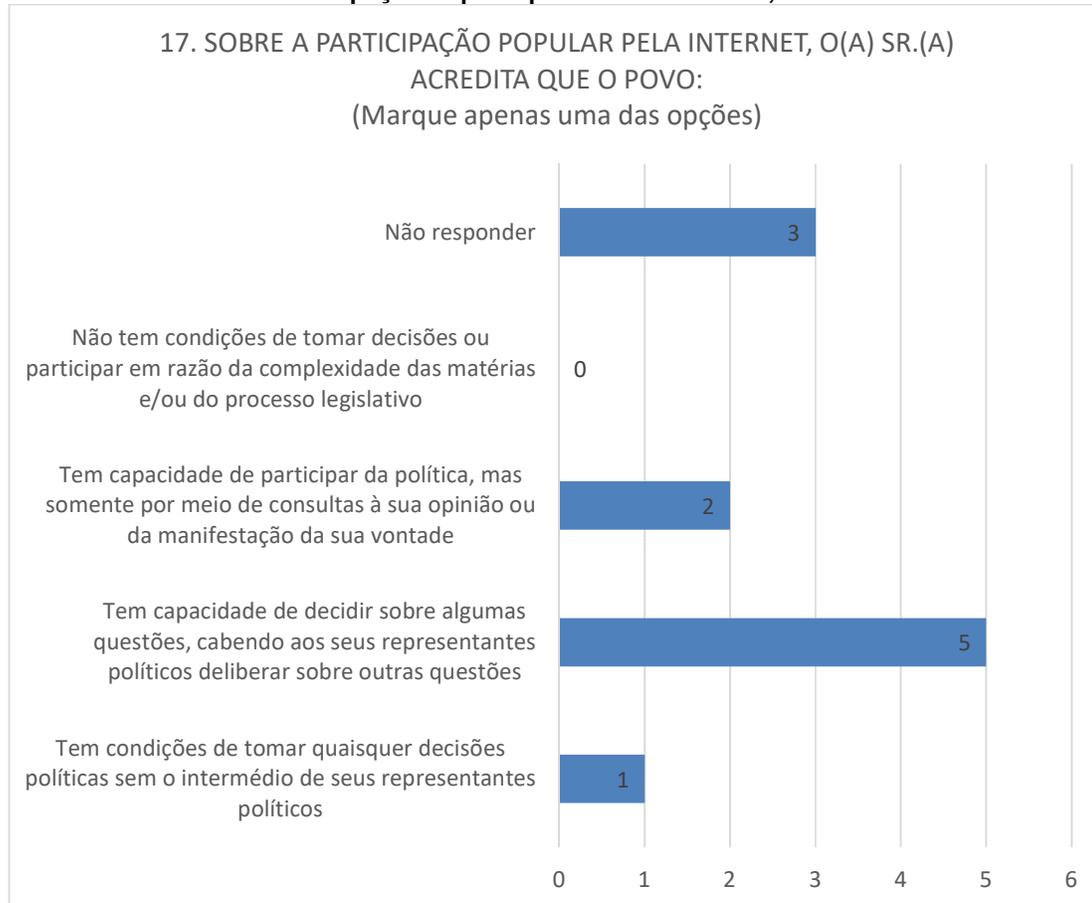
Gráfico 21 - Principais Entraves à Participação Popular pela Internet, na opinião dos Vereadores



Fonte: Elaboração própria

Essas ressalvas ficam ainda mais evidentes quando os entrevistados são questionados diretamente acerca da participação popular por meio da internet. A maioria dos vereadores reconheceu *certa autonomia decisória aos cidadãos pela internet*, desde reservada a figura do representante – sendo minoritários aqueles que entendem que a participação *online* pode se dar de forma mais *plebiscitária* ou *direta* – porém, sem que qualquer vereador defendesse o modelo exclusivamente *representativo*:

Gráfico 22 – Limites à Participação Popular por meio da Internet, de acordo com os Vereadores

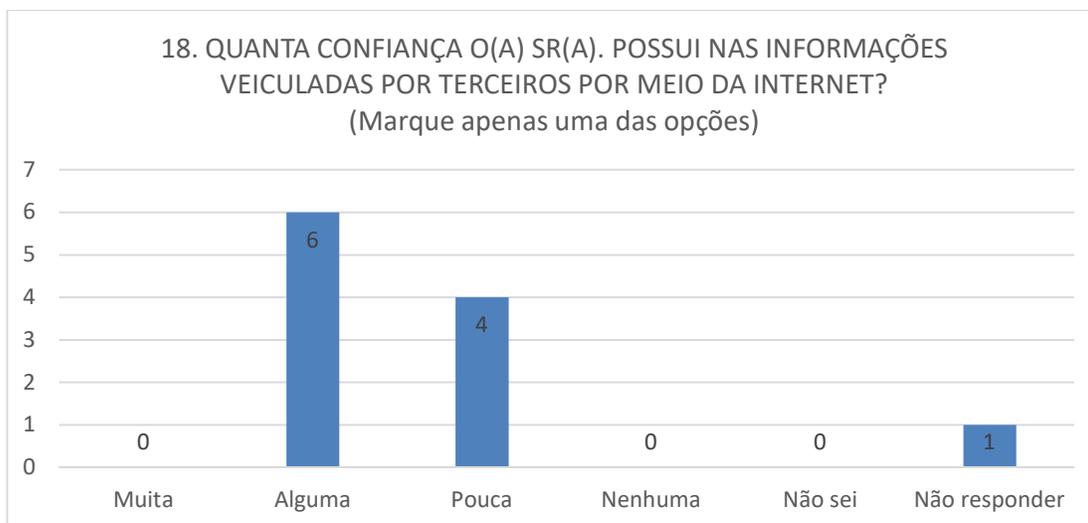


Fonte: Elaboração própria

Outro fato curioso que deriva desse questionamento formulado é que o principal entrave à participação política da população pela internet – qual seja, a falta de conhecimento acerca dos processos legislativos e das matérias deliberadas (questão 16) – não parece constituir um empecilho à efetiva participação, já que nenhum dos entrevistados opinou no sentido de que o povo não tem condições de tomar decisões ou participar devido à falta de especialização. Essa pergunta, inclusive, contou com uma significativa quantidade de entrevistados optando por não responder à questão:

Em sequência, foram formuladas perguntas relativas à *confiança no ciberespaço* (questões de 18 a 21). Quando perguntados acerca do nível de confiança que os entrevistados possuem nas informações veiculadas por meio da internet, os vereadores demonstraram certo ceticismo, com boa parte deles afirmando que possuem alguma ou pouca confiança nas redes:

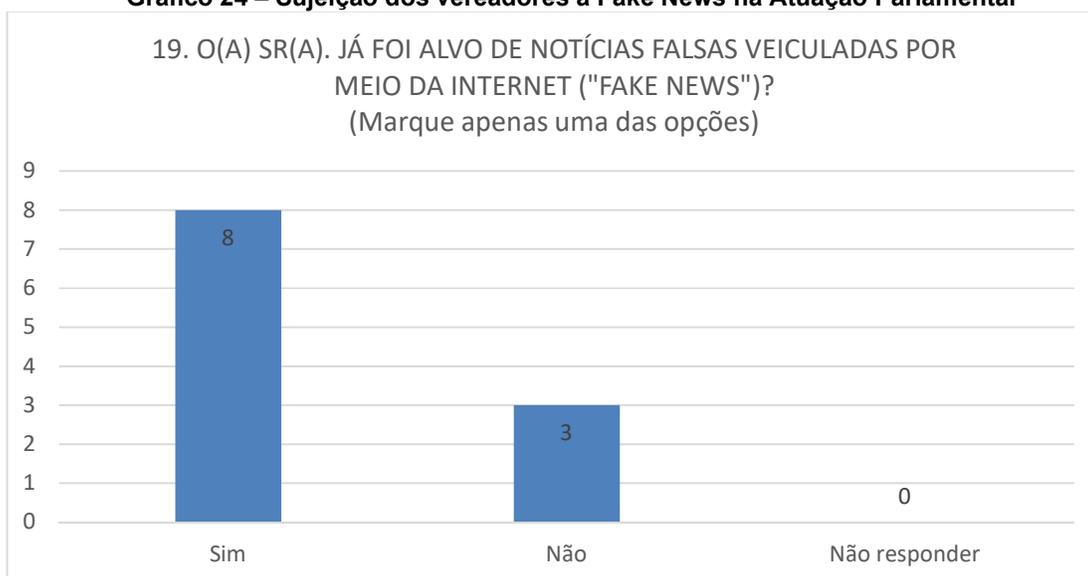
Gráfico 23 - Confiança dos Vereadores nas Informações veiculadas pela Internet



Fonte: Elaboração própria

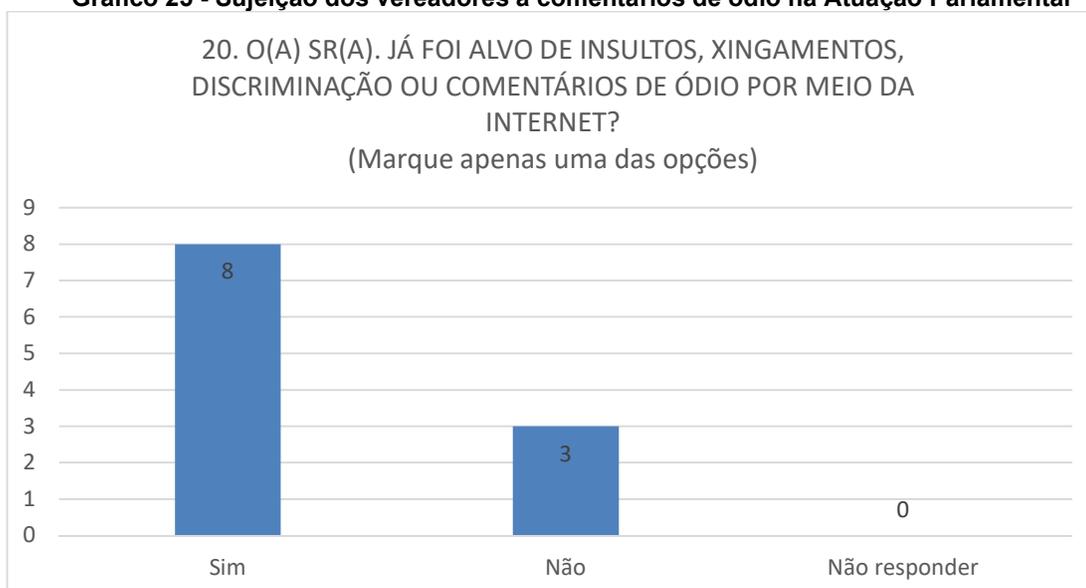
Conforme restará aclarado nos próximos tópicos, outro ponto importante para a qualidade da deliberação diz respeito à ocorrência de hostilidades no ciberespaço – em especial as notícias falsas (*fake news*) e os comentários de ódio. Essas condutas tornam o ambiente deliberativo uma seara belicosa e prejudicam a racionalidade do debate, inclusive, podendo desestimular ou excluir aqueles que são alvo desse tipo de comentário. Nesse sentido, verifica-se que a grande maioria dos vereadores entrevistados apontou que já foi alvo de notícias falsas e comentários de ódio veiculados por meio da internet:

Gráfico 24 – Sujeição dos vereadores a Fake News na Atuação Parlamentar



Fonte: Elaboração própria

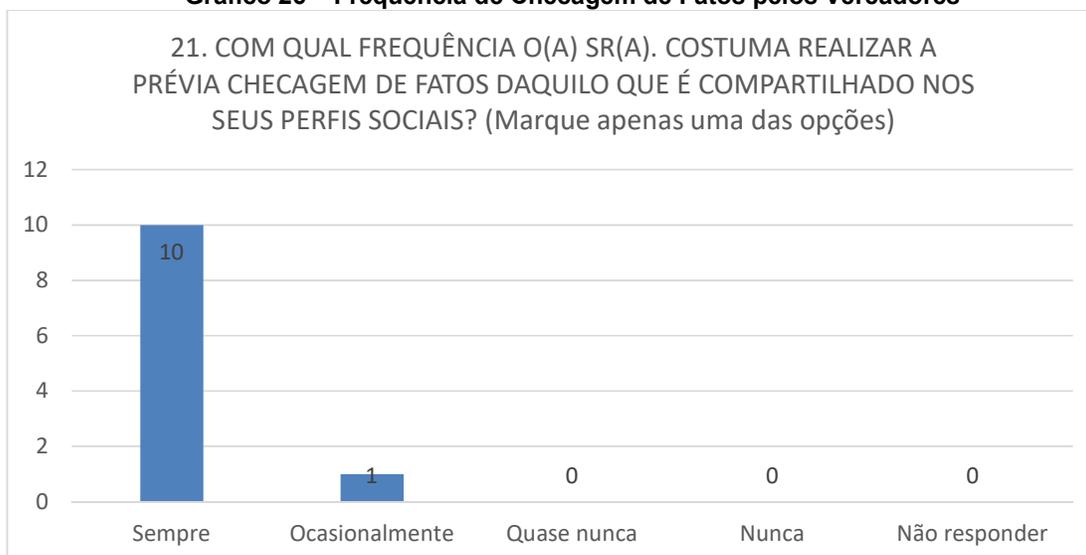
Gráfico 25 - Sujeição dos vereadores a comentários de ódio na Atuação Parlamentar



Fonte: Elaboração própria

Ainda considerando a confiança no ciberespaço, a grande maioria dos vereadores afirmou que realiza a prévia checagem de fatos daquilo que é compartilhado em seus perfis na internet – o que, de certo modo, reflete a desconfiança dos vereadores em relação àquelas informações compartilhadas por terceiros, o que também sugere maior cautela e responsabilidade na divulgação de certas mensagens:

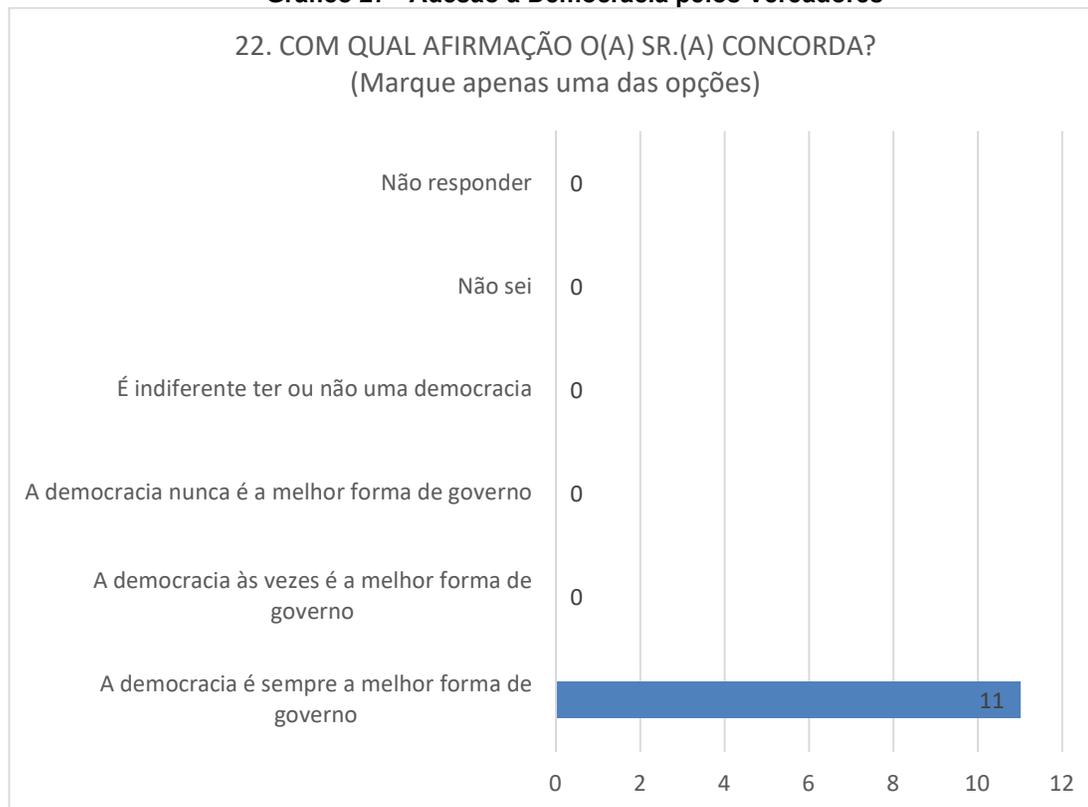
Gráfico 26 – Frequência de Checagem de Fatos pelos Vereadores



Fonte: Elaboração própria

Por fim, foram formuladas questões a respeito *da democracia* (questões de 22 a 27), com o objetivo de melhor compreendermos a visão dos vereadores acerca da qualidade, forma de exercício e confiança na democracia. De início, os vereadores firmaram à unanimidade o seu apoio à democracia, considerando-a sempre a melhor forma de governo:

Gráfico 27 - Adesão à Democracia pelos Vereadores



Fonte: Elaboração própria

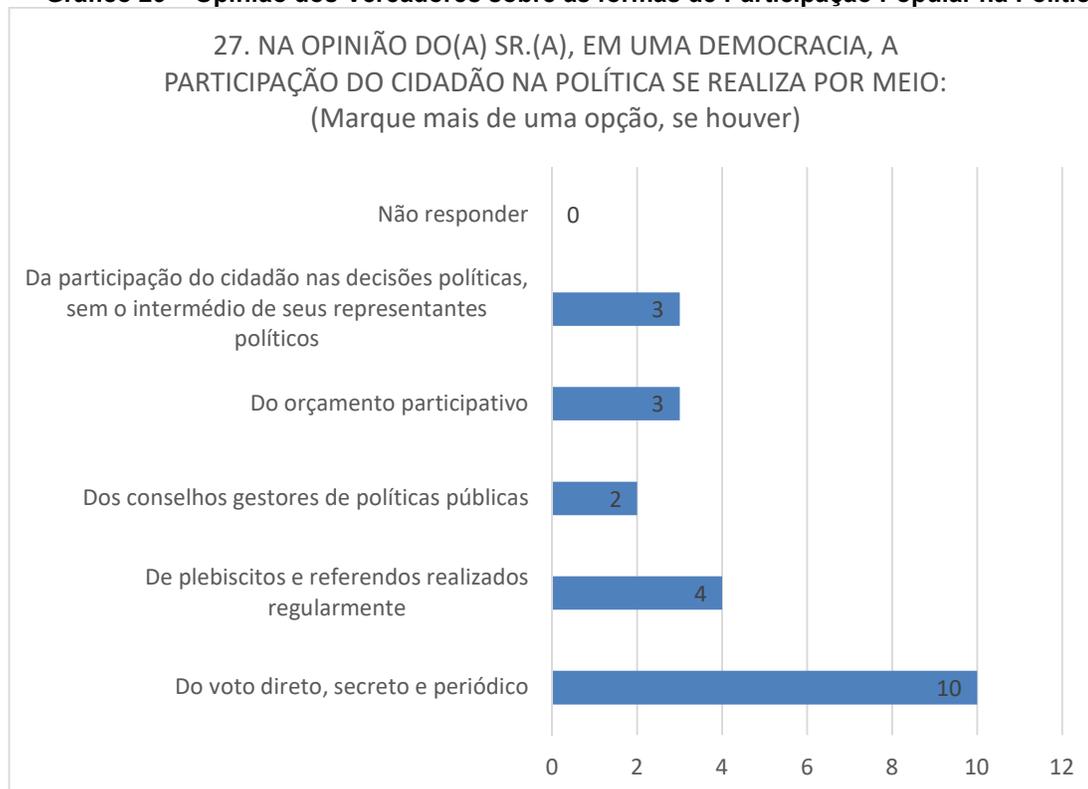
Em se tratando da forma de exercício da democracia, a maioria dos vereadores demonstrou grande adesão às eleições e ao sistema representativo. Observou-se também o predomínio da opinião de que as eleições são sempre a melhor forma de expressar determinadas preferências políticas – apesar de que não concordarem muito fortemente com essa afirmação. Além disso, os entrevistados também opinaram majoritariamente que a participação do cidadão na política se dá por meio das eleições – ficando secundadas outras formas de democracia, como a direta, a plebiscitária ou a participativa:

Gráfico 28 - Importância das Eleições para a Manifestação Política, de acordo com os Vereadores



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 29 – Opinião dos Vereadores sobre as formas de Participação Popular na Política



Fonte: Elaboração própria

Com isso, podemos verificar que, apesar de grande parte dos vereadores entrevistados entenderem que se utilizam da internet de modo participativo (questão 9) e acreditarem que ela permite uma maior independência política por parte do eleitorado (questão 17), ainda há uma adesão majoritária dos políticos à forma representativa de exercício da democracia.

Entretanto, houve certa divergência entre os vereadores em relação ao papel representativo dos partidos políticos – com a maioria entendendo que os partidos representam os próprios políticos, seguido de perto por aqueles que entendem que os partidos representam toda a população e, por fim, com uma minoria entendendo que os partidos representam os eleitores e os grupos que os apoiam, e um número igualmente minoritário de vereadores optou por não responder à pergunta:

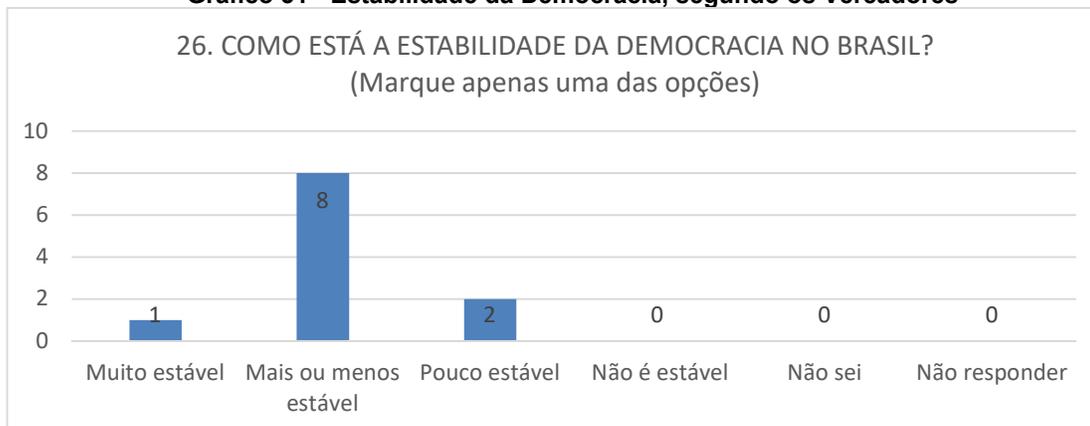
Gráfico 30 – Opinião dos Vereadores sobre a Representação dos Partidos Políticos



Fonte: Elaboração própria

Apesar dos vereadores terem demonstrado sua adesão à democracia, quando questionados acerca da estabilidade da democracia no Brasil, a grande maioria entendeu que ela está mais ou menos estável. Assim, se por um lado esse posicionamento não demonstra um temor alarmista com relação à situação da democracia no país, por outro, ele aponta para um certo receio com relação à estabilidade institucional:

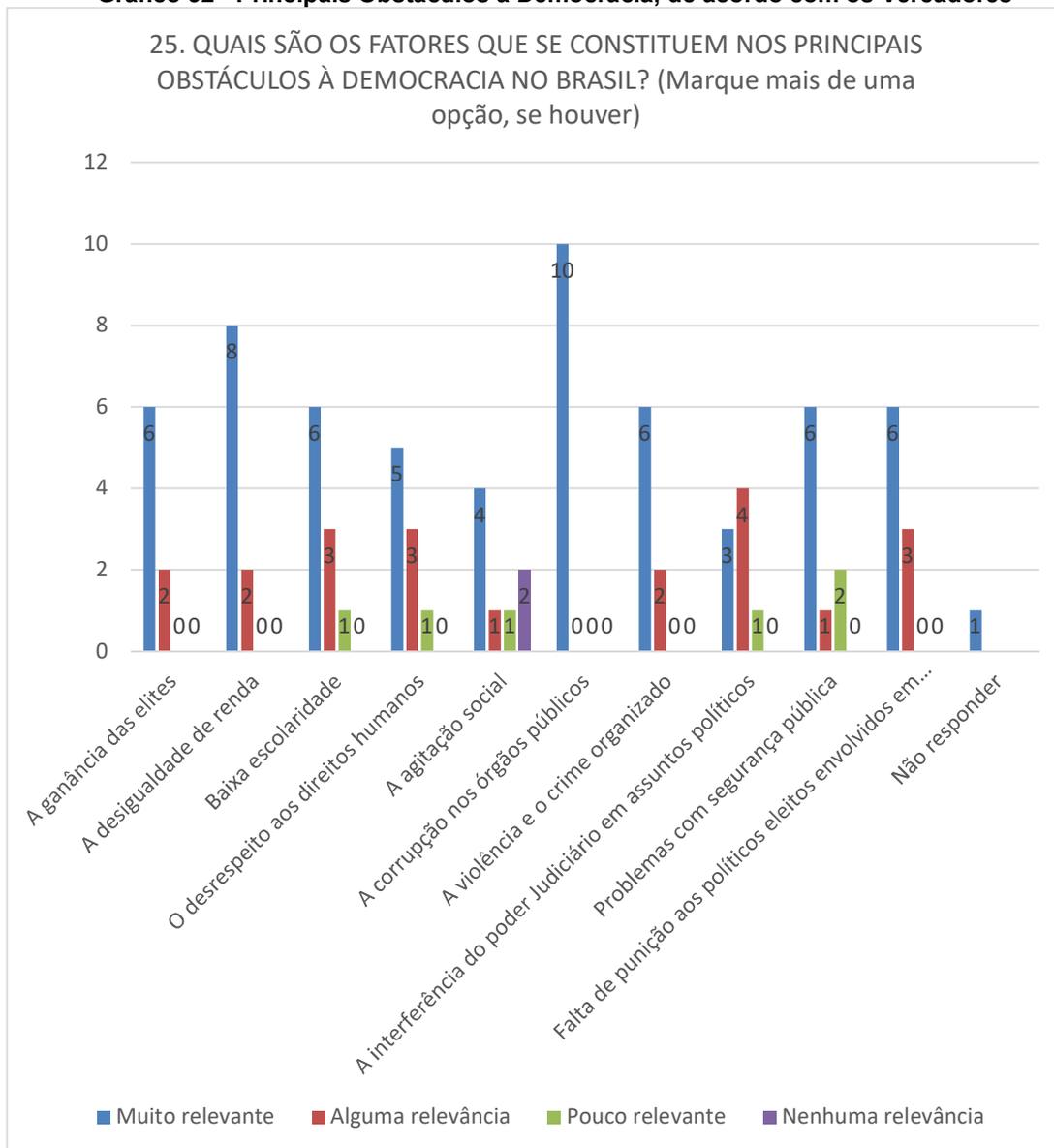
Gráfico 31 - Estabilidade da Democracia, segundo os Vereadores



Fonte: Elaboração própria

Por fim, em se tratando dos principais entraves à democracia no Brasil, os vereadores apontaram majoritariamente a corrupção dos órgãos públicos e a desigualdade de renda como principais obstáculos – ressoando à semelhança da insatisfação popular com a probidade da conduta das autoridades públicas e com a situação econômica do país:

Gráfico 32 - Principais Obstáculos à Democracia, de acordo com os Vereadores



Fonte: Elaboração própria

Assim, com base nas respostas fornecidas, podemos concluir de um modo geral que, na percepção dos entrevistados, os vereadores consideram a internet um importante instrumento democrático, apresentando considerável inserção na internet

e um razoável conhecimento acerca das redes sociais, utilizando-as com bastante frequência para fins políticos – especialmente o Whatsapp, o Instagram e o Facebook. Observa-se também que, segundo afirmam, os vereadores costumam interagir com os cidadãos por meio da internet e até mesmo consideram suas manifestações relevantes para a elaboração das propostas e para os debates legislativos; porém, não confiam totalmente nas informações veiculadas por meio da internet e encaram com certo ceticismo uma participação popular *online* mais direta na política.

4.3 As práticas políticas digitais dos vereadores por meio do Facebook

Estando bem estabelecida a percepção dos vereadores acerca da política por meio da internet, cabe agora confrontar esta compreensão com as efetivas práticas políticas digitais levadas a efeito pelos edis em suas páginas do Facebook. Para tanto, nos propusemos a estudar a atuação do parlamentar durante o *curso regular do seu mandato*, ou seja, já acomodados no curso da sua função (longe do começo e do final do mandato), motivo pelo qual foi considerado para fins do presente trabalho as postagens realizadas pelas *páginas dos vereadores* dentro de um *período de 5 meses (de 02/02/2018 a 30/06/2018)* – que compreende o interregno entre o final do recesso parlamentar da Câmara dos Vereadores em 02/02/2018 e meados do ano de 2018, a fim de evitar quaisquer interferências das disputas eleitorais de 2018.

Assim sendo, por meio do aplicativo Netvizz, em 18/03/2019 procedemos à extração dos 1216 posts (conteúdo, data, engajamento¹²¹, *links*, etc.) realizados pelas páginas de 14 vereadores¹²² durante o período de 02/02/2018 a 30/06/2018. O mapeamento das páginas foi feito utilizando-se do mecanismo de busca do Facebook e, quando necessário para a melhor elucidação do conteúdo, procedeu-se à identificação complementar do teor dos posts por meio da própria rede social.

Antes de seguir adiante, porém, convém realizar um esclarecimento relativo à própria arquitetura e funcionamento do Facebook, que impôs certos limites à pesquisa. *O Facebook disponibiliza aos seus usuários dois tipos de plataformas: os perfis e as páginas. Os perfis* são oferecidos aos usuários individuais e têm por

¹²¹ Cabe esclarecer que “engajamento” é a medida utilizada pelo Facebook para avaliar a interação dos usuários com uma determinada publicação e é medida pelo somatório do número de *comentários*, de *curtidas*, de *compartilhamentos* e de *reações* recebidos por um determinado post.

¹²² A fim de manter a abordagem metodológica proposta, optamos por excluir da presente análise o perfil do Vereador Fabrício Gandini, uma vez que este foi substituído pelo seu suplente (Waguinho Ito) até abril de 2018 – justamente durante o período considerado para fins do presente estudo –, em virtude da sua indicação para exercício de cargo junto ao Executivo Municipal, de modo que as suas comunicações não representam uma constância de dados suficientes para análise da atividade parlamentar propriamente dita.

objetivo representar as pessoas físicas e suas vidas particulares; por esta razão, os perfis encontram algumas limitações – como, por exemplo, uma política mais restrita de privacidade e a possibilidade de ter apenas 5000 seguidores. Por sua vez, as *páginas* são concedidas a pessoas jurídicas e personalidades públicas e, por isso, estão voltadas para a divulgação da sua imagem, razão pela qual todas as suas postagens são públicas; além de possuir algumas diferenças em relação ao perfil – como, por exemplo, ferramentas de *benchmarking*, e a não limitação do número de seguidores. Dessa forma, conforme esclarece o manual de ajuda do próprio Facebook, as páginas constituem o mecanismo ideal para os vereadores, não os perfis:

Páginas

Empresas, organizações, organizações sem fins lucrativos, figuras públicas e muitos outros se conectam com seus fãs e clientes por meio de Páginas do Facebook. As Páginas são uma ferramenta gratuita para ajudar você a aumentar sua presença na mídia social. Use as Páginas para alcançar novos públicos e se comunicar diretamente com fãs ou clientes que se importam com seus produtos, serviços ou comunidade. Com as Páginas, também é possível descobrir o poder da publicidade no Facebook, o que pode ajudar você a incentivar o crescimento real da empresa.

[...]

Perfis

Os perfis do Facebook são para uso pessoal e para ajudar você a se conectar com amigos, familiares e sua comunidade. Seu perfil pode incluir uma coleção de fotos, histórias, publicações e muitos outros itens para contar sua história. (FACEBOOK, 2019)

Diante disso, o que se verifica do caso concreto é que *todos os vereadores possuem tanto perfis quanto páginas* – e alguns até mesmo possuem mais de um perfil, posto que já atingiram o limite de 5000 seguidores e, por isso, acabam abrindo outro perfil para comportar os demais seguidores:

Tabela 14 - Perfis e Páginas de Facebook dos Vereadores de Vitória

VEREADORES	PARTIDO	PÁGINA/ PERFIL	LINK	SEGUIDORES/ AMIGOS ¹²³
Cléber Félix	PP	Perfil	https://www.facebook.com/cleberjfelix	3774
		Página	https://www.facebook.com/vereadorcleberfelix	1471
Dalto Neves	PTB	Perfil	https://www.facebook.com/VereadorDaltoNeves	5000
		Perfil	https://www.facebook.com/dalto.nevesii.7	N/D*
		Página	https://www.facebook.com/DaltoNevesOficial/	1227
Davi Esmael	PSB	Perfil	https://www.facebook.com/daviesmael	4984
		Perfil	https://www.facebook.com/profile.php?id=100010390986616	4978

¹²³ O número de seguidores/amigos das páginas foi obtido em 18/03/2019 – portanto, fora do período de estudo. Entretanto, considerando que o mesmo oscila de tempos em tempos, admitimos o esse valor apenas a título de referência. Ademais, devido às políticas de privacidade dos perfis, os números de seguidores não estavam disponíveis (N/D) – conforme motivo esclarecido mais adiante.

		Página	https://www.facebook.com/VereadorDaviEsmael	6958
Denninho Silva	PPS	Perfil	https://www.facebook.com/denninhosilva	4997
		Perfil	https://www.facebook.com/denninhosilvall	4997
		Página	https://www.facebook.com/denninhosilva1/	6579
Leonil Dias	PPS	Perfil	https://www.facebook.com/Leonil.Dias?ref=br_rs	4990
		Perfil	https://www.facebook.com/leonil.diasii.1	N/D*
		Página	https://www.facebook.com/leonildvitoria	12294
Luiz Paulo Amorim	PV	Perfil	https://www.facebook.com/vereadorluizpauloamorim	4976
		Página	https://www.facebook.com/luizpauloamorimPV/?ref=br_rs	965
Max da Mata	PSDB	Perfil	https://www.facebook.com/people/Max-Da-Mata/100006328755947	4946
		Perfil	https://www.facebook.com/maxdamataii?ref=br_rs	4896
		Página	https://www.facebook.com/maxdamata/?ref=br_rs	16245
Mazinho dos Anjos	PSD	Perfil	https://www.facebook.com/vereadormazinhodosanjos?ref=br_rs	5000
		Página	https://www.facebook.com/mazinhodosanjos/?ref=br_rs	6408
Nathan Medeiros	PSB	Perfil	https://www.facebook.com/nathan.medeiros.737	5000
		Perfil	https://www.facebook.com/nathanvereador	4999
		Perfil	https://www.facebook.com/nathan.medeiros.12382	5000
		Página	https://www.facebook.com/vereadornathanmedeiros	2457
Neuzinha Oliveira	PSDB	Perfil	https://www.facebook.com/neuza.deoliveira.1?ref=br_rs	N/D
		Página	https://www.facebook.com/NeuzinhaDeOliveira/?ref=br_rs	9225
Roberto Martins	PTB	Perfil	https://www.facebook.com/roberto.martins.752861?ref=br_rs	N/D
		Página	https://www.facebook.com/professorrobertomartins/?ref=br_rs	1551
Sandro Parrini	PDT	Perfil	https://www.facebook.com/sandro.parrini?ref=br_rs	4990
		Perfil	https://www.facebook.com/sandro.parrinii.1?ref=br_rs	64
		Página	https://www.facebook.com/parrinisandro/?ref=br_rs	1266
Vinicius Simões	PPS	Perfil	https://www.facebook.com/vinicius.simoes.3726?ref=br_rs	N/D*
		Página	https://www.facebook.com/vereadorviniciussimoes/?ref=br_rs	12248
Wanderson Marinho	PSC	Perfil	https://www.facebook.com/wanderson.marinho.792?ref=br_rs	155
		Perfil	https://www.facebook.com/wanderson.marinho.52?ref=br_rs	5000
		Perfil	https://www.facebook.com/people/Wanderson-Marinho-IV/100018662383802	3134
		Página	https://www.facebook.com/WandersonMarinhoOficial/?ref=br_rs	12780

Fonte: Elaboração própria

Assim, essa dispersão das postagens entre perfis e páginas gera uma dificuldade para a pesquisa: como o Facebook trata o *perfil* com uma política de segurança mais rigorosa – afinal, o perfil é voltado para dados pertencentes a uma pessoa física –, *não foi possível uma extração completa dos dados dos perfis*, razão pela qual a pesquisa se concentrou apenas nas postagens obtidas das páginas, que são públicas e de livre acesso, inclusive àqueles que não são seguidores do vereador. Porém, ainda que a análise dos perfis seja interessante para uma abordagem mais

compreensiva do objeto de estudo, verifica-se que o percalço identificado de forma alguma prejudica o objeto de estudo:

Certamente é possível coletar os dados sobre todas as pessoas com as quais alguém faz contato online, mas existem “questões de codificação e invasão de privacidade” em relação a isso (Garton et al., 1999, p. 89). Embora incompletos, alguns desses dados estão publicamente disponíveis online. Perfis públicos de indivíduos – ou seus pseudônimos, ou dados de provedores de serviços – e suas postagens em grupos, como os do Google, podem ser qualitativa e quantitativamente analisados para mostrar os diferentes tipos de grupos com os quais as pessoas se relacionam virtualmente, a inter-relação de suas postagens, e a natureza geral da rede pessoal ou egocentrada que se forma ao redor de qualquer pessoa que participa na cultura online. (KOZINETS, 2014, p. 54)

Assim, apesar dessa dificuldade, pudemos tirar dela uma primeira conclusão: normalmente, os vereadores movimentam todas essas plataformas de modo inconstante e errático – inclusive com um número de postagens e seguidores bastante inconstante entre as páginas e os perfis –, o que logo de início mostra um certo amadorismo na condução das redes digitais por parte de alguns vereadores, já que a dispersão da figura pública entre diversos perfis não apenas impossibilita o uso de importantes ferramentas de publicidade e de comunicação disponibilizadas às páginas, como também dificulta a gestão do tempo *online* e a otimização das comunicações – o que, por consequência, pode acabar diminuindo qualitativamente a participação do vereador nas deliberações, devido a essa hiperconectividade. E nesse tocante, apenas consideramos acima os perfis e páginas de Facebook – o que se torna ainda mais caótico quando se verifica que os vereadores possuem contas em diversas outras redes sociais (conforme declarado pelos edis na pergunta 3 do questionário).

Esclarecidas a postura metodológica inicial e as dificuldades encontradas, uma vez mapeadas todas as *páginas* dos vereadores, podemos então prosseguir adiante com a análise do teor das postagens realizadas pelos edis durante o período proposto.

4.3.1 *Os tipos de comunicação: como os vereadores de Vitória estão utilizando o Facebook?*

A fim de prosseguir no estudo proposto, analisamos ao todo 1216 postagens realizadas pelas páginas de 14 vereadores durante o período de 02/02/2018 a 30/06/2018 a fim de classificá-las em tipos ideais de acordo com o objetivo da

comunicação proposta pelo vereador: se o post seria *informativo, propagandístico* ou *deliberativo*.

Consideramos *informativa* a publicação que tem por objetivo transmitir uma mensagem de conteúdo factual, a fim de noticiar aos seguidores a ocorrência de algum evento ou fato de interesse público. Nesses casos, a redação tem caráter convocatório ou expositivo, de um fato que está acontecendo ou vai acontecer, sendo que o foco reside justamente no conteúdo da informação transmitida. Os casos mais comumente verificados dizem respeito a notícias veiculadas na imprensa sem relação direta com a atividade do vereador; convocação para eventos, atividades, reuniões e palestras abertas ao público; informações de utilidade pública; divulgação de atos da Câmara ou publicação de processos seletivos ou inscrição em eventos – dentre estes, podemos citar a título de exemplo:

Tabela 15 - Exemplos de Publicações Informativas

VEREADOR	PARTIDO	DATA	CONTEÚDO INFORMATIVO
Dalto Neves	PTB	08/05/18	📣 Food Truck Chegou a oportunidade de regularizar seu negócio. A Prefeitura publicou no Diário Oficial do Município desta segunda-feira (7) edital de convocação para os interessados em trabalhar com a comercialização de alimentos em veículos automotores em vias públicas. A inscrição já está aberta e vai até o dia 18 das 12 às 18 horas no andar térreo do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (Ciac) na rua Vítório Nunes da Motta 220 na Enseada do Suá. Fonte: PMV (Prefeitura Municipal de Vitória) http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/inscricoes-abertas-para-novos-food-trucks-atuarem-em-vitoria-28352
Cléber Félix	PP	19/06/18	MATRÍCULAS ABERTAS PARA O EJA EM ANDORINHAS #Compartilhe Não perca essa oportunidade! !! Vai até o dia 29 de junho o período de matrícula para quem deseja voltar às salas de aula por meio do EJA - Nível Fundamental integrado ao curso profissionalizante de Operador de Computador. 📍 As matrículas estão sendo realizadas na secretaria da Emef Izaura Marques da Silva em Andorinhas de segunda a sexta-feira de 18 às 20 horas. 📁 Confira abaixo a documentação necessária. Atenção! ⚠️ Quem não possuir histórico escolar poderá passar por um processo de avaliação. #VereadorCleberFelix #MaisEducação #MaisEmprego
Davi Esmael	PSB	29/06/18	📌 DESCONTO DE 75% NO IPTU 📌 Começou hoje o prazo para você solicitar descontos de 75% na taxa de IPTU do seu imóvel. ✅ Em Vitória idosos com mais de 60 anos donos de apenas um imóvel na cidade e que tenham renda familiar inferior a 5 salários mínimos têm direito ao desconto. Quem foi aposentado por invalidez também pode requerer o desconto. 😊👴👵 Veja abaixo quais documentos você precisa providenciar para solicitar este direito. O prazo vai até o dia 30 de Novembro. 📅📄 Clicando no link a seguir você pode imprimir o formulário de requerimento para preencher com seus dados (https://goo.gl/azQnaH)

Luiz Paulo Amorim	PV	18/05/18	 Amanhã nosso Parque Moscoso completa 106 anos e o tradicional parabéns terá distribuição de bolo refrigerante e pipoca  O bellissimo Coral Algazarra regido pela amiga Alice Nascimento se apresentará às 10h30. Confira abaixo a programação completa e prestigie  Mais informações: http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/parque-moscoso-completa-106-anos-com-atividades-culturais-e-bolo-de-parabens-28532
-------------------	----	----------	---

Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, os posts de conteúdo *propagandístico*¹²⁴ pretendem demonstrar a atuação do político e sua adesão a determinadas causas, no interesse de promover a sua imagem pessoal, demonstrar seu engajamento ou prestar a sua *accountability* perante o eleitorado. Assim, o foco da publicação encontra-se na pessoa do vereador e na sua atuação parlamentar, e não necessariamente na informação veiculada. Os exemplos mais verificados dizem respeito à divulgação de datas comemorativas, de profissões ou religiosas; prestação de contas da atuação (*accountability*); exposição de projetos de lei aprovados; exposição de serviços prestados pelo vereador à população; reunião com autoridades ou representantes da sociedade; notícias de jornal envolvendo diretamente a atuação do vereador; participação em eventos ou festas; mensagens edificantes, religiosas ou de cunho moral. A título de amostragem, podemos citar:

Tabela 16 - Exemplos de Publicações Propagandísticas

VEREADOR	PARTIDO	DATA	CONTEÚDO PROPAGANDÍSTICO
Neuzinha Oliveira	PSDB	14/06/18	O objetivo desta data é homenagear a todos os doadores de sangue e conscientizar os não-doadores sobre a importância deste ato que é responsável por salvar de milhares de vidas. Doe sangue doe vida! . . . #vereadoraneuzadeoliveira #MulheresnoPoder #PSDBMulherES #JuntasSomosMais #MaisMulheresnaPolitica #SoquemEhMulherSabe #PSDBMulher #Doesangue #Doevida
Nathan Medeiros	PSB	13/06/18	ONTEM (12) SUBI A TRIBUNA PARA FALAR SOBRE A FALTA DE MÉDICOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE. INFELIZMENTE É ALGO LAMENTÁVEL! A POPULAÇÃO NÃO PODE FICAR PAGANDO ESSE PREÇO!
Max da Mata	PSDB	29/06/18	Hoje também é dia de São Pedro o pescador da Galileia que se tornou discípulo de Jesus. 🙏 #diadopescador #diadeSãoPedro #oPescadordeHomens "Sigam-me e eu farei de vocês pescadores de homens." (Mateus 4:19)
Leonil Dias	PPS	28/05/18	POSTE FORA DE RISCO DE QUEDA Nesta amanhã foi substituído um poste na Rua Osvaldo Aranha em Santa

¹²⁴ Como se pode denotar da definição estabelecida, *não estamos*, de forma alguma, propondo que as postagens propagandísticas se reduzam aos atos formais de marketing político – destinados a influenciar a opinião pública (NEIVA, 2013, p. 351). Adotamos a noção de propaganda em um sentido mais amplo que, segundo define Eduardo Neiva (2013, p. 452), refere-se à "Ação ou efeito de exaltar as qualidades de algo ou alguém para um grande número de pessoas;"

			Martha que estava com várias rachaduras e com risco de cair. Solicitamos a troca deste equipamento público logo no início do nosso mandato no dia 24 de janeiro de 2017. Estamos muito felizes pela resolução desta demanda que há mais de um ano estávamos em busca de solução! #Trabalho #Resultado #LeonilResolve #AMIGODOPOVO #LeonilVereador #DeusSejaLouvado
--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria

Por fim, consideramos como *deliberativas* as publicações dos vereadores cuja intenção nuclear é dar início a um debate acerca de determinada temática controvertida ou visando descobrir a preferência do eleitorado sobre uma matéria ou projeto de lei. Nele, o vereador expõe e defende racionalmente seu ponto de vista sobre determinada controvérsia ou convoca a população à reflexão e opinião sobre alguma matéria, de modo que o foco reside nas preferências do eleitorado e, por isso, a redação possui de natureza convocatória e questionadora sobre o tema controvertido. Os exemplos mais comuns são enquetes, debates e consultas de opinião, tais como exemplificados abaixo:

Tabela 17 - Exemplos de Publicações Deliberativas

VEREADOR	PARTIDO	DATA	CONTEÚDO DELIBERATIVO
Cléber Felix	PP	20/02/18	ENQUETE Pessoal o que vocês acham se os professores 🧑🏫🧑🏫 passassem a ter descontos nas livrarias da nossa capital? Estamos pensando 🤔 em protocolar esse projeto de lei! Os profissionais do magistério 📖 ocupam o papel central no processo educativo das nossas crianças e adolescentes. Portanto qualquer ação que vise a melhoria da qualidade do ensino deve envolver aspectos relacionados à formação inicial e qualificação continuada desses profissionais. Vejam só: 👉 Nossa proposta é conceder um desconto de 20% no valor de livros periódicos e materiais didáticos nas livrarias da capital. Para obter o desconto será necessária a apresentação de carteira de trabalho ou de contracheque. A regra valerá para profissionais do ensino público e privado. ✅ Além de professores diretores e supervisores os demais funcionários da Educação também poderão obter o desconto. #MaisEducação #VereadorCleberFelix #GenteDaGente #JuntosSomosFortes #Enquete
Roberto Martins	PTB	20/05/18	Em defesa do Estado laico e do respeito democrático a todas as religiões. Nessa semana tivemos uma agradável surpresa. Recebemos a visita das representantes do COMJUV (Conselho Municipal de Juventude). Elas vieram prestar apoio ao nosso PR 252/2017 que visa modificar o inciso III do art. 132 do Regimento Interno da Câmara. Atualmente as Sessões da Câmara se iniciam com a leitura obrigatória de um trecho da Bíblia excluindo-se a leitura nesse momento de qualquer texto relacionado a religiões fora da tradição judaico-cristã. Estamos propondo a modificação no sentido da democratização permitindo que se possa fazer uma manifestação relacionada a qualquer religião. Afinal um Estado

			verdadeiramente laico não pode permitir que seus espaços públicos sejam instrumentos de exclusão de algumas religiões por serem minoritárias. O tratamento deve ser igual a todas.
Davi Esmael	PSB	17/05/18	Escola Sem Partido será analisado nesta quinta na Câmara   O projeto de lei Escola Sem Partido (nº 225/2017) apresentado por mim na Câmara de Vitória será avaliado e votado pela Comissão de Justiça nesta quinta-feira dia 17 às 14:00h.      A intenção do projeto é evitar que sejam inseridos no ambiente escolar preferências políticas religiosas ou ideológicas dos profissionais de educação que não têm relação com o conteúdo didático.  Se aprovada na Comissão de Justiça o projeto passará por mais duas comissões antes da votação final.
Denninho Silva	PPS	19/04/18	Instalação do Botão do Pânico nas Unidades de Saúde e Escolas de Vitória! Olá! Ouvindo o clamor e visando resguardar a integridade de médicos professores e todos os profissionais da saúde e educação de Vitória apresentamos esse projeto de lei. A ideia é que um dispositivo tecnológico e de gravação de som ambiente seja instalado nesses locais integrado com a Guarda Civil Municipal de Vitória e Polícia Militar. E aí o que acharam de nossa proposta? Deixe sua opinião! #Compartilhem!

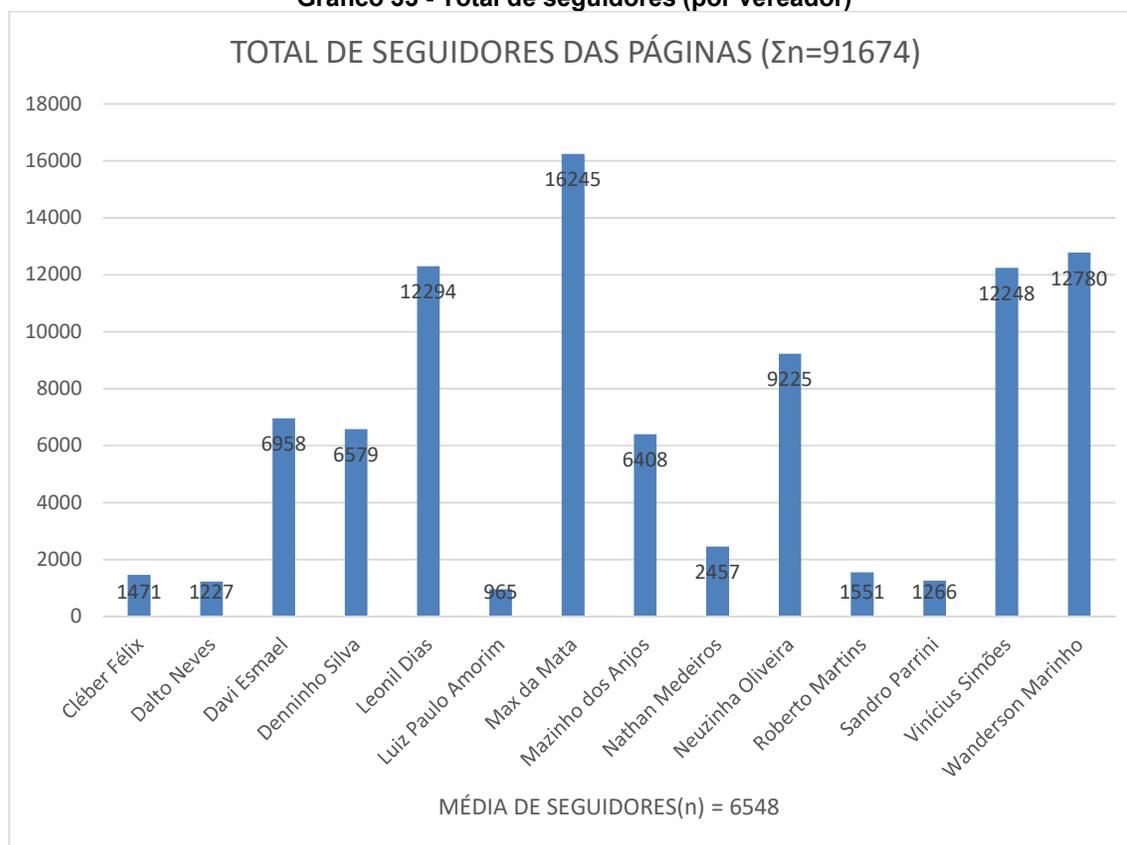
Fonte: Elaboração própria

Porém, antes de adentrar o conteúdo das comunicações dos vereadores, cumpre realizar algumas observações mais gerais acerca das páginas – especialmente no que tange o número de seguidores, número e frequência de postagens, bem como o engajamento havido nos posts.

A primeira questão diz respeito ao número de seguidores: conforme já demonstramos acima, devido à dispersão das comunicações entre perfis e páginas, alguns vereadores acabam por ter mais seguidores em seus perfis do que em suas páginas – o que, por consequência, gera uma grande disparidade no número de seguidores entre as páginas, já que provavelmente alguns vereadores buscam privilegiar os perfis que possuem um maior número de seguidores¹²⁵:

¹²⁵ Reiteramos que o número de seguidores das páginas foi obtido em 18/03/2019 – portanto, fora do período de estudo. Entretanto, considerando que o mesmo oscila de tempos em tempos, admitimos o esse valor apenas a título de referência.

Gráfico 33 - Total de seguidores (por vereador)

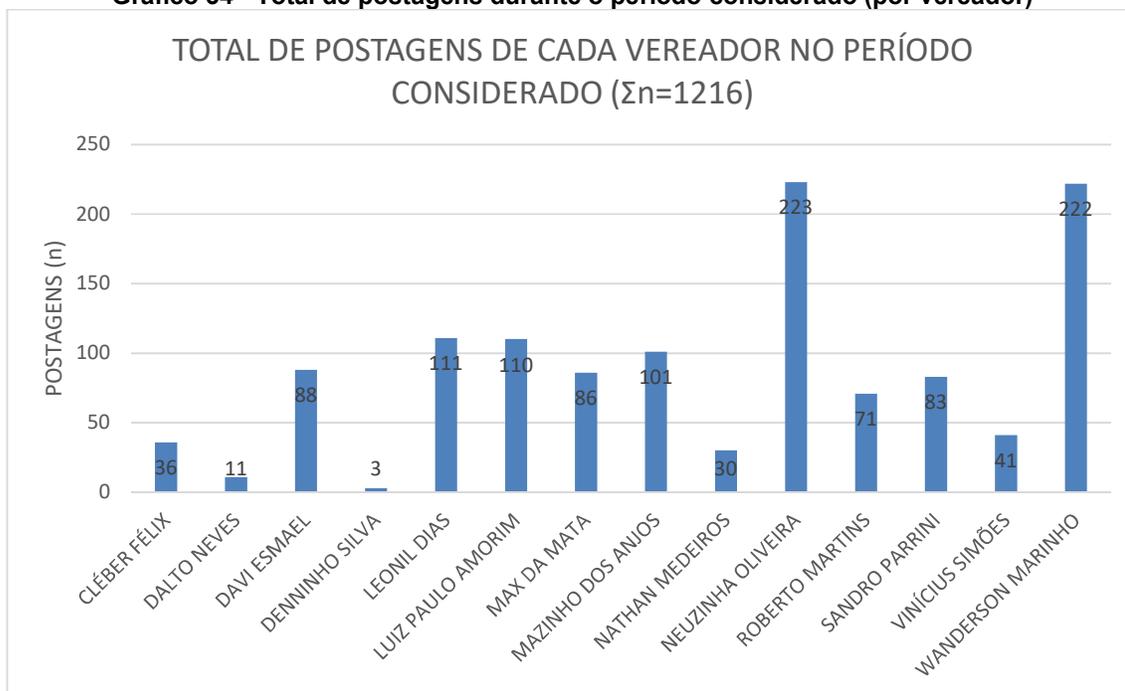


Fonte: Elaboração própria

Assim, considerando o total de seguidores que as páginas dos vereadores possuem (91.674), podemos concluir que a média de seguidores por página é de 6548 internautas – o que, se confrontado com os numerários acima, revela a ampla disparidade no número de seguidores entre as páginas diante da média de 6548 seguidores por vereador; pois, enquanto alguns vereadores têm mais que o dobro da média, outros mal chegam à sexta parte da média – revelando um desvio padrão de aproximadamente 5267 no conjunto de vereadores considerado acima.

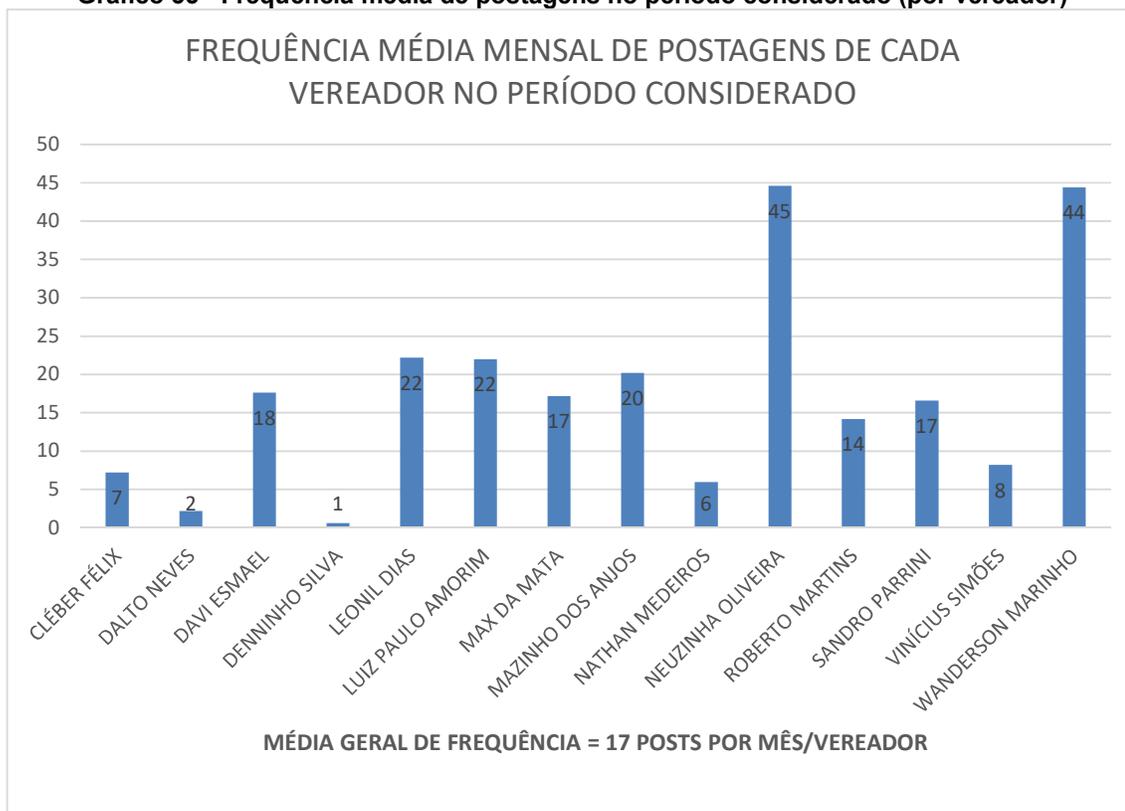
Outra questão que merece atenção se relaciona com o total de posts: quando avaliamos individualmente o volume de postagens durante o período considerado, pode-se verificar que há uma considerável disparidade entre os vereadores que possuem o maior número de postagem e aqueles com o menor número de postagens – revelando até um certo desinteresse por parte de alguns vereadores em manter a página ativa, enquanto outros buscam manter a frequência do contato com os cidadãos:

Gráfico 34 - Total de postagens durante o período considerado (por vereador)



Fonte: Elaboração própria

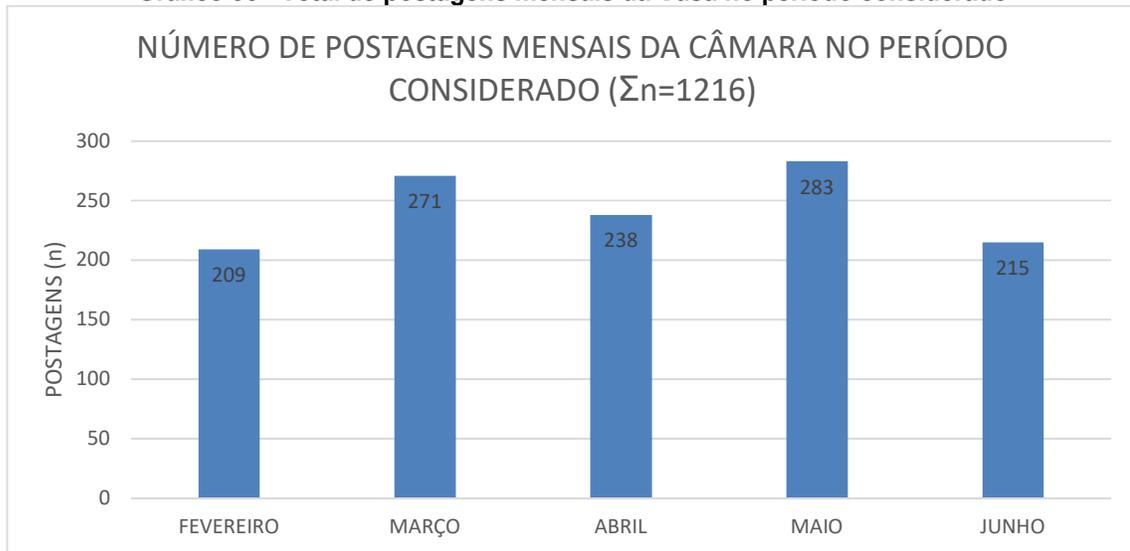
Gráfico 35 - Frequência média de postagens no período considerado (por vereador)



Fonte: Elaboração própria

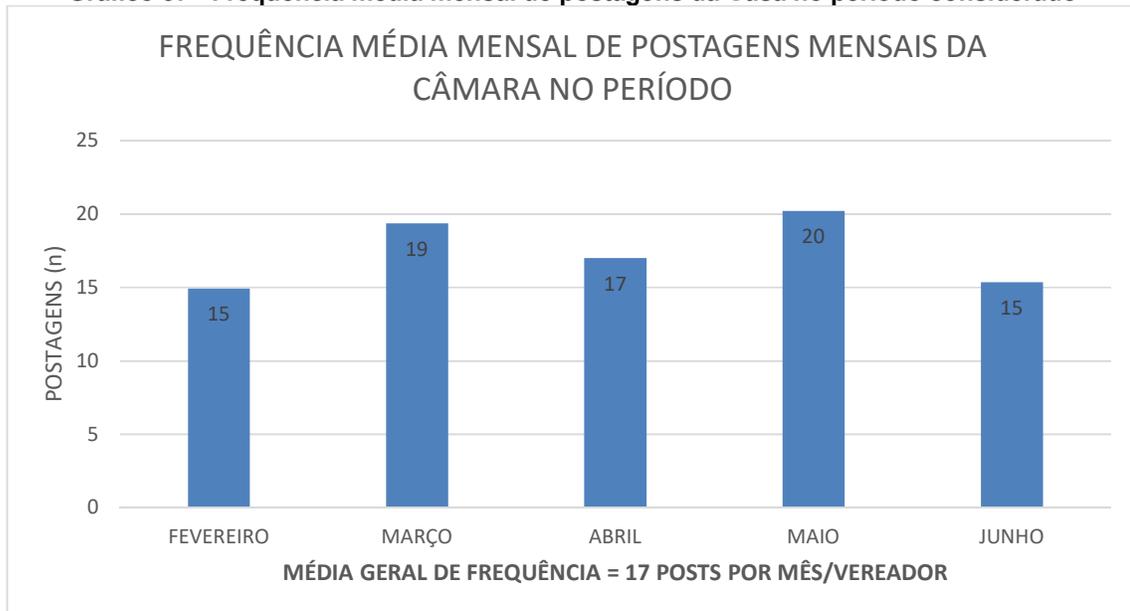
Nada obstante, se contabilizarmos a totalidade das postagens da Câmara dos Vereadores durante o período considerado, podemos verificar que as disparidades se dissipam em uma mediana quase constante de comunicações mensais – revelando também certa constância na frequência das comunicações da Casa:

Gráfico 36 - Total de postagens mensais da Casa no período considerado



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 37 - Frequência média mensal de postagens da Casa no período considerado

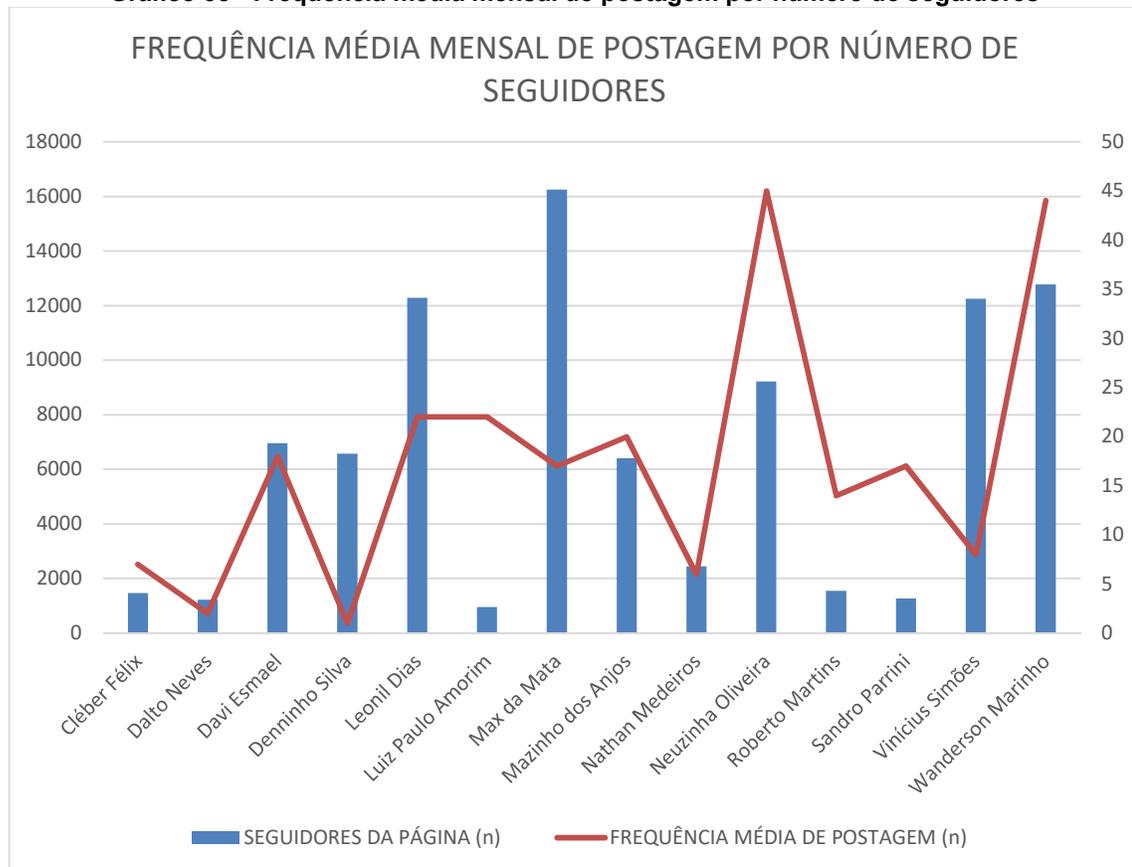


Fonte: Elaboração própria

Portanto, considerando que a média mensal de postagens da Casa é de 17 publicações para cada vereador, verifica-se que individualmente o volume de postagem é bastante divergente, pois quase a metade dos vereadores postam abaixo dessa média mensal; e se observarmos o numerário coletivo, percebe-se que há certa frequência nessa tendência. Em suma, essa disparidade no volume das comunicações demonstra-se relativamente frequente ao longo do tempo, com um desvio padrão de aproximadamente 2,3 no período considerado.

Dos dados apresentados acima, também podemos verificar que não há uma correlação direta entre o número de seguidores e a frequência de postagens – ou seja, os vereadores com mais seguidores não estão postando com maior frequência. Seria esperado que os vereadores com um maior número de seguidores na página a utilizasse com maior frequência, porém, não é o que se verifica em muitos casos:

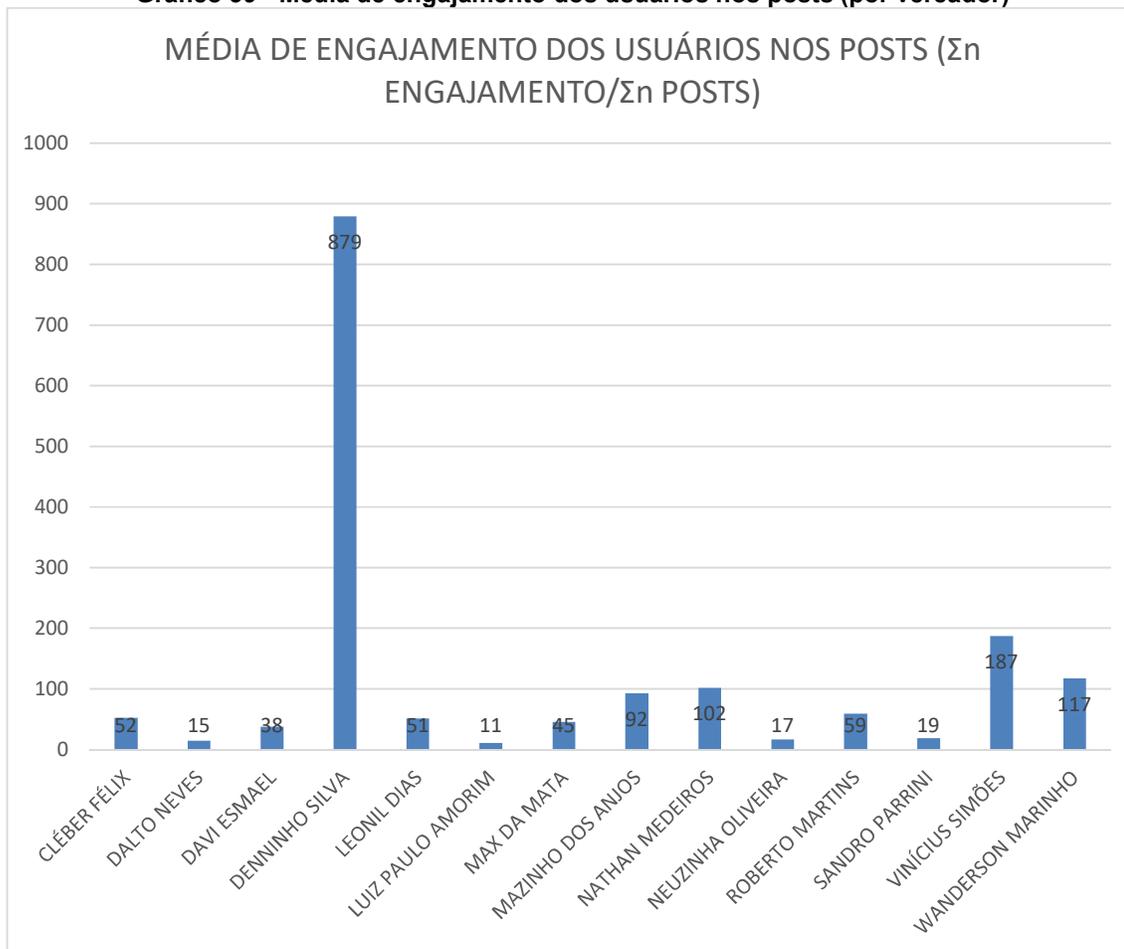
Gráfico 38 - Frequência média mensal de postagem por número de seguidores



Fonte: Elaboração própria

Outro ponto importante de se verificar é o engajamento¹²⁶ dos usuários nas postagens. Nesse sentido, calculamos a média de engajamento dos usuários nos posts de cada vereador e obtivemos resultados igualmente díspares entre eles – com alguns vereadores obtendo um nível de engajamento altíssimo, enquanto outros apresentam um engajamento quase irrisório:

Gráfico 39 - Média de engajamento dos usuários nos posts (por vereador)

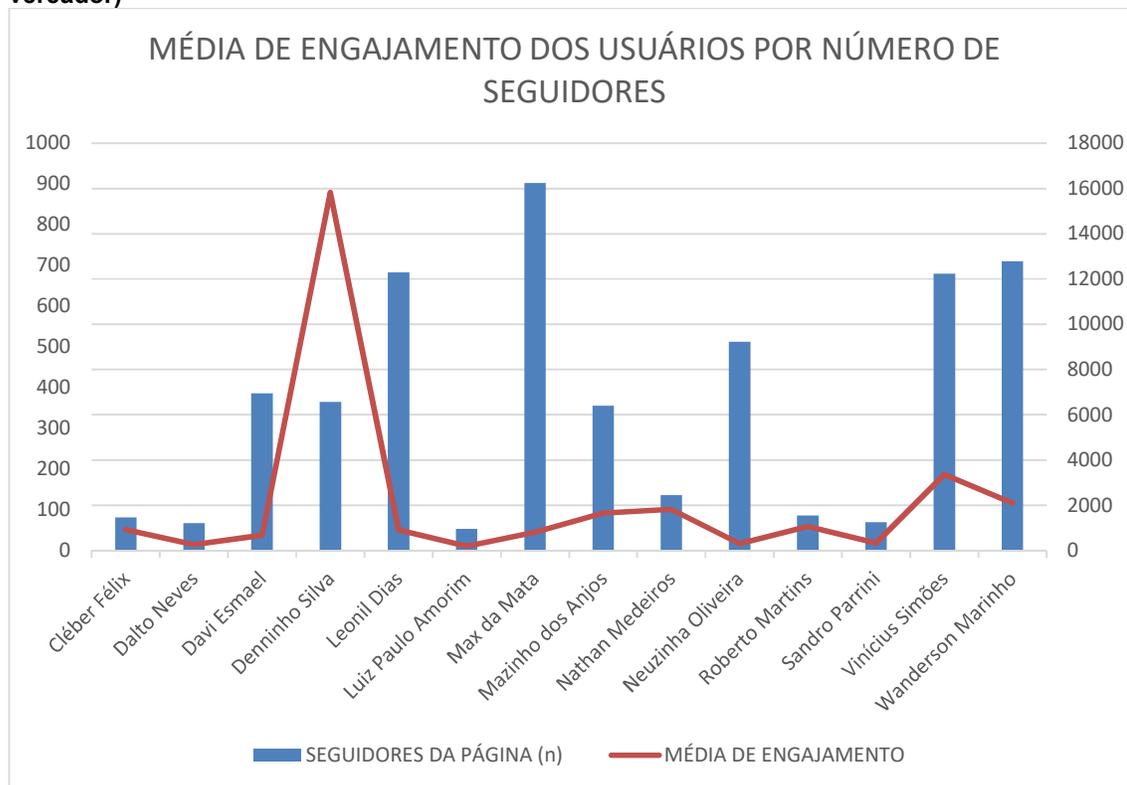


Fonte: Elaboração própria

Um ponto importante de se observar é que – ao contrário do que talvez se poderia crer – um maior número de seguidores não se traduz em maior engajamento nas postagens, o que pode ser claramente verificado na correlação entre a média de engajamento de cada vereador diante do número de seguidores da sua página:

¹²⁶ Consoante expusemos anteriormente, engajamento é a medida utilizada pelo Facebook para avaliar a interação dos usuários com uma determinada publicação e é medida pelo somatório do número de comentários, de curtidas, de compartilhamentos e de reações.

Gráfico 40 - Média de engajamento dos usuários por número de seguidores das páginas (por vereador)

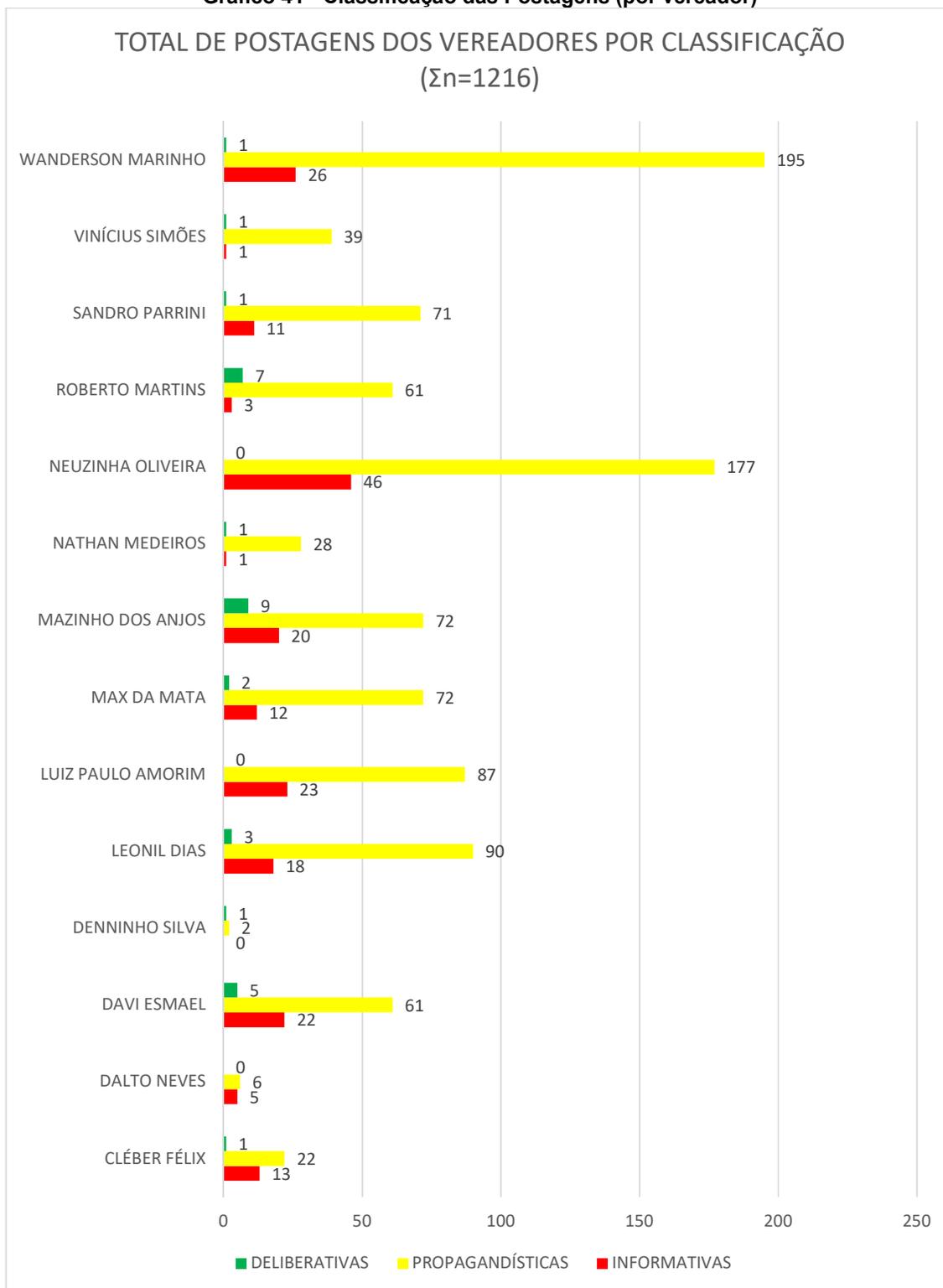


Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, ganha relevo o caso do vereador Denninho Silva (PPS), que possui apenas 6579 seguidores – portanto, uma quantidade pouco acima da média da Casa – e, com apenas 3 postagens durante o período considerado (uma frequência irrisória de menos de 1 post por mês), conseguiu mobilizar uma média de 879 engajamentos por post: a maior média de engajamento dentre seus pares. Dessas 3 postagens, duas possuem natureza propagandística e conjuntamente atingiram um engajamento total de 1.329; já a terceira publicação tem natureza deliberativa e conseguiu atingir sozinha um total de 1.309 engajamentos – o que, em princípio, demonstra uma maior adesão dos seguidores às suas postagens de natureza deliberativa.

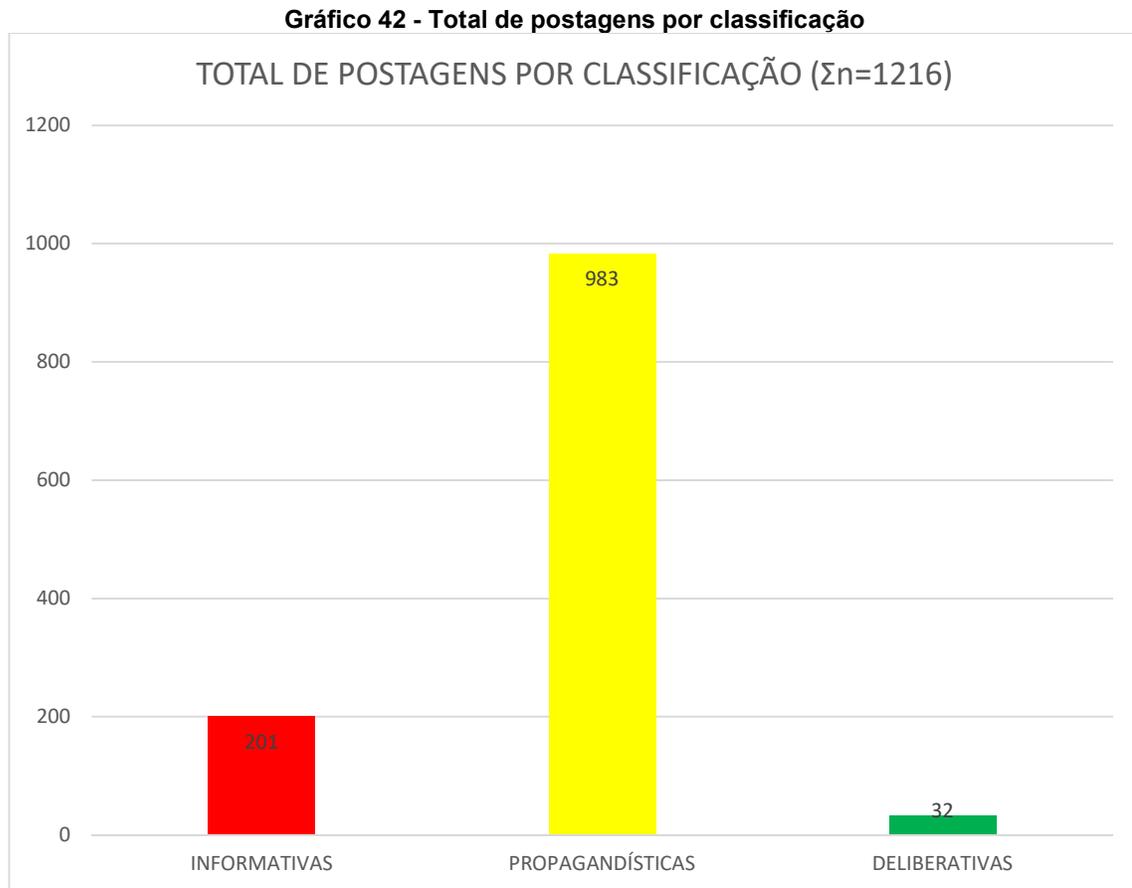
Postas às claras essas questões de caráter mais geral, a fim de prosseguir no estudo proposto, procedemos à avaliação das postagens quanto ao seu conteúdo, a fim de classificá-los de acordo com a tipologia proposta – se informativo, propagandístico ou deliberativo. Dessa forma, identificamos que o tipo de post mais utilizado pelos vereadores, de forma unânime, é aquele de caráter propagandístico, conforme resultados apresentados abaixo:

Gráfico 41 - Classificação das Postagens (por vereador)



Esse resultado parece contestar a percepção dos vereadores com relação às suas práticas: conforme apresentado anteriormente, quando questionados acerca dos principais motivos que os levaram a abrir e manter um perfil nas redes sociais, a

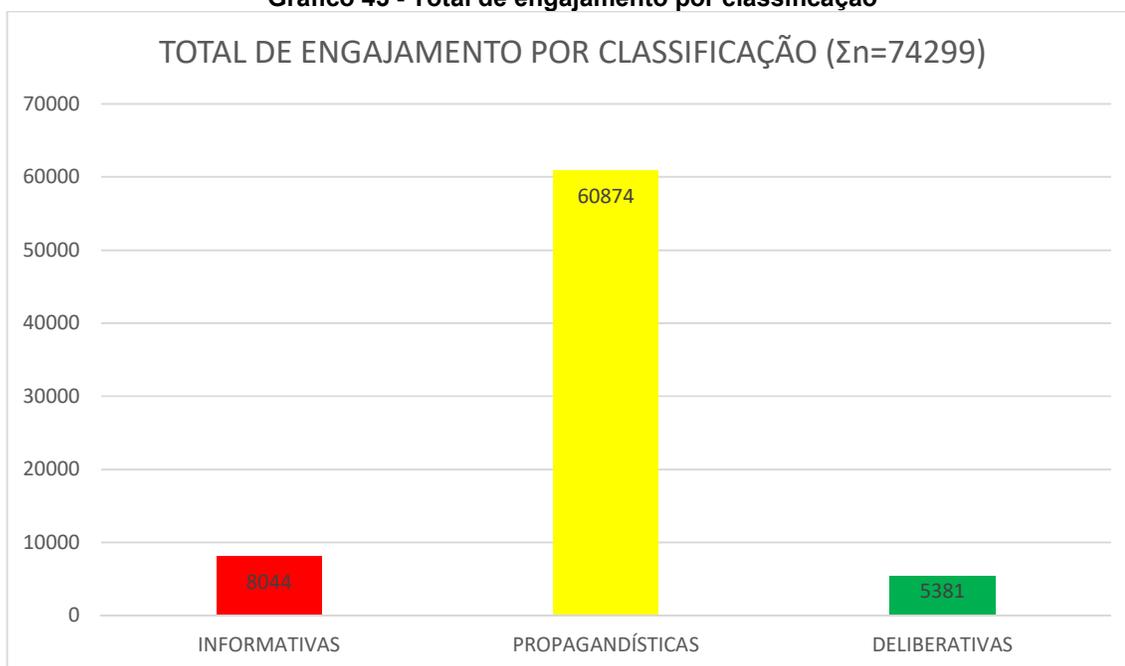
resposta *minoritária* informou que o objetivo seria “aumentar a visibilidade política nas mídias”. Porém, verifica-se que na prática dialógica do Facebook o intento propagandístico é maciçamente presente:



Fonte: Elaboração própria

Da informação acima decorre ainda que o intento informativo ainda possui alguma expressividade nas comunicações dos vereadores; porém, os posts deliberativos aparecem em uma proporção quase irrisória. Em outros dizeres, podemos concluir que as deliberações constituem uma preocupação quase irrelevante para os vereadores – e como consequência do grande número de posts propagandísticos, o número de engajamento destes supera em muito o engajamento dos demais tipos:

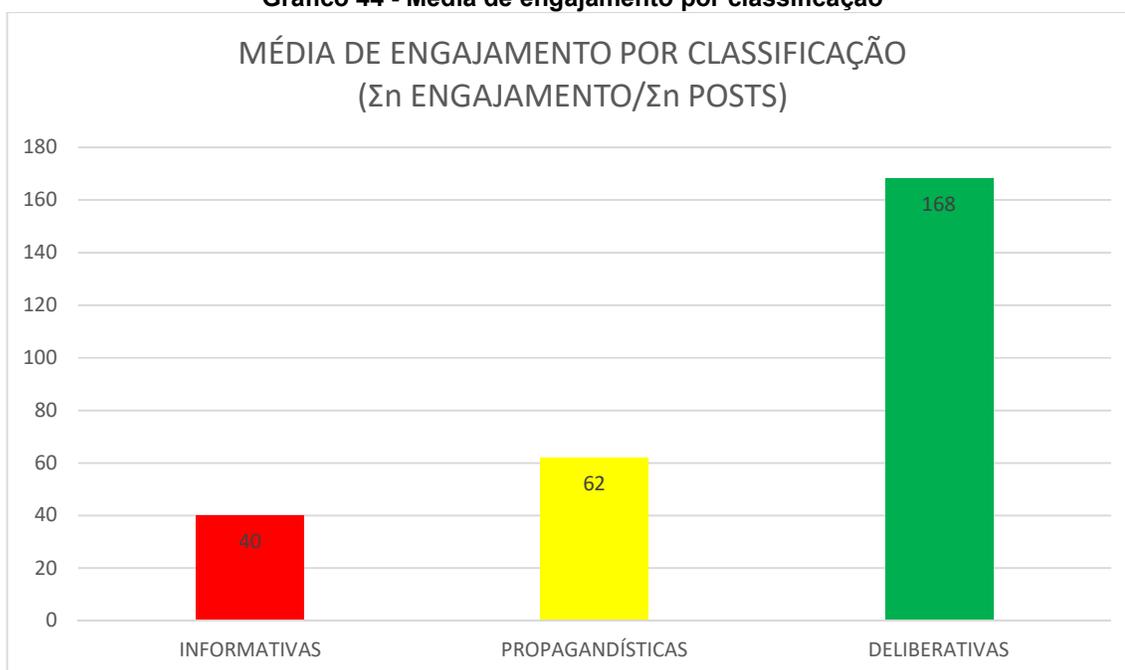
Gráfico 43 - Total de engajamento por classificação



Fonte: Elaboração própria

No entanto, de modo completamente diverso, pudemos observar que a *média de engajamento dos posts deliberativos supera em muito a média de engajamento das demais classificações* – sendo, inclusive, superior ao dobro da média dos posts propagandísticos:

Gráfico 44 - Média de engajamento por classificação



Fonte: Elaboração própria

Disso podemos concluir que, apesar de os vereadores fazerem pouco uso das publicações de natureza deliberativa, são justamente esses posts que proporcionalmente possuem um maior engajamento por parte dos internautas. É justamente na consulta popular e na discussão de propostas que as comunicações dos vereadores ganham força e dispersão – e não na simples promoção da atuação e da imagem pessoal.

Destarte, podemos concluir que os vereadores estão utilizando o Facebook majoritariamente para fins de promover a sua imagem pessoal, demonstrar seu engajamento ou prestar a sua *accountability* perante o eleitorado; de forma que a utilização desta plataforma pelos vereadores para fins deliberativos fica quase reduzida a um instituto decorativo – ainda que os posts deliberativos demonstrem ser aqueles que incentivam o maior engajamento por parte dos internautas. Cabe, porém, questionar se esse engajamento realmente se traduz qualitativamente em uma efetiva deliberação por parte dos usuários.

4.3.2 *As comunicações deliberativas: qual a qualidade das deliberações havidas por meio do Facebook?*

Estabelecida, portanto, a natureza teleológica das publicações realizadas pelos vereadores, procedemos à fase seguinte da pesquisa. Assim, selecionamos aqueles posts classificados anteriormente como *deliberativos*, de modo a analisá-los em separado, submetendo-os à tipologia fornecida por Ângela Cristina Salgueiro Marques (2012, p. 30-34), a fim de determinar qualitativamente o teor deliberativo das mesmas. Segundo propõe a referida autora, os seis princípios normativos elencados por Habermas podem ser adaptados a um estudo qualitativo da deliberação política *online*, conduzido por meio da operacionalização de cinco princípios deliberativos (MARQUES, 2012, p.29), que a mesma consolida no seguinte quadro sinótico:

Tabela 18 - Princípios Deliberativos e sua Operacionalização

PRINCÍPIOS DELIBERATIVOS	OPERACIONALIZAÇÃO
Discussão crítico-racional	Fazer uma análise de conteúdo de todas as mensagens: mapear afirmações e respostas acompanhadas de justificativas; definir as evidências e fontes que fundamentam as razões apresentadas (incluir também o uso da narrativa e do testemunho). O desacordo pode ser avaliado a partir da identificação de refutações e opiniões contrárias. A coerência e a continuidade podem ser avaliadas a partir do momento em que o pesquisador ordena, em fios de discussão, as mensagens postadas.

Reciprocidade	Ver a alternância de turnos de fala entre os participantes (quem responde a quem: os participantes respondem somente a um interlocutor? em que medida uma mensagem leva em consideração argumentos e opiniões de uma mensagem precedente? Notar se os participantes estão se engajando uns com os outros ou se estão simplesmente se dedicando a monólogos nos quais os parceiros não respondem (indicada a análise de conteúdo).
Reflexividade	Verificar se os participantes utilizam evidências para sustentar um argumento ou desafiar outros, o que indica que tiveram tempo de conhecer, avaliar, refletir e de contrapor a visão oposta à sua. Os participantes demonstram interesse em considerar e entender outras perspectivas (análise de conteúdo). Para saber se os participantes mudaram de opinião ou revisaram seus argumentos à luz do que foi dito no debate é indicada a realização de entrevistas.
Igualdade discursiva	Verificar se há equilíbrio entre a quantidade de mensagens de cada participante. Observar se existem mensagens que degradam ou negligenciam um participante e/ou os argumentos por ele apresentados. Verificar se os participantes trocam razões e oferecem evidências baseadas em narrativas pessoais, que se constituem como modo de comunicação e busca do entendimento alternativo à racionalidade.
Liberdade discursiva	Perceber e verificar se os dispositivos técnicos, a arquitetura discursiva dos espaços online e/ou a presença de um moderador constroem as manifestações e interações dos participantes. Existem arquiteturas discursivas mais favoráveis ao debate e outras menos favoráveis.

Tabela – Síntese dos operadores analíticos deliberativos (MARQUES, 2012, p. 35)

A adoção desses cinco critérios avaliativos, portanto, nos permite compreender a natureza do engajamento de vereadores e dos cidadãos em cada um dos posts deliberativos, para que se possa verificar *in casu* se ele realmente se traduz em efetiva deliberação. Assim sendo, analisamos um total de 1170 comentários contidos nos 32 posts pré-selecionados como *deliberativos*¹²⁷ – segundo os critérios teleológicos adotado no tópico anterior – e atribuímos à deliberação contida na sessão de comentários *uma nota referente à intensidade da presença de cada um dos cinco princípios deliberativos* elencados acima – variando entre 0 (nenhuma), 1 (pouca), 2 (razoável) e 3 (muita) – conforme a tendência dos participantes de cumprir ou não referidos critérios:

¹²⁷ Imperioso ressaltar que do total de 32 posts deliberativos, 4 deles (os casos de número 11, 12, 29 e 30) acabaram sendo excluídos da presente análise pois – apesar de terem algum engajamento através de curtidas e compartilhamentos – não tiveram nenhum comentário. Assim, considerando que a deliberação política se desenvolve justamente na seção de comentários, a ausência de comentários prejudica a análise proposta.

Tabela 19 - Metodologia de Pontuação dos Princípios Deliberativos

NOTA ATRIBUÍDA AO PRINCÍPIO DELIBERATIVO	NÍVEL DE ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO
0	Nenhuma
1	Pouca
2	Razoável
3	Muita

Fonte: Elaboração própria

A nota atribuída acima refere-se ao nível de atendimento do *post* como um todo – considerados todos os comentários – a cada um dos princípios deliberativos elencados. Essa avaliação levou em consideração a dinâmica discursiva majoritariamente apresentada pelos usuários do Facebook envolvidos na deliberação do objeto da postagem – tanto os cidadãos, quanto os próprios vereadores – e pôde ser mensurada conforme os critérios adotados abaixo:

Tabela 20 - Metodologia de Mensuração dos Princípios Deliberativos

PRINCÍPIO	NÍVEL	CRITÉRIO
Discussão crítico-racional	Nenhuma	Não há dissenso no <i>post</i> .
	Pouca	Há pouco desacordo. Não são dadas muitas razões para tanto e/ou as respostas constituem simples manifestação de apoio ao conteúdo veiculado.
	Razoável	Há desacordo e são dadas as razões para tanto, no entanto, não há continuidade ou complexidade nas discussões.
	Muita	Há desacordo racional com continuidade em discussões mais complexas.
Reciprocidade	Nenhuma	Os comentários são monólogos.
	Pouca	O engajamento na discussão é esporádico, curto, e geralmente em resposta a um único comentário.
	Razoável	Há por parte dos usuários uma tentativa de ampliar o debate, interagindo de modo mais efusivo, porém, sem engajamento em uma discussão maior.
	Muita	Os participantes se mostram engajados na discussão e se alternam em turnos de fala, respondendo uns aos outros de forma ampla e difusa.
Reflexividade	Nenhuma	Os argumentos têm natureza irracional, emocional ou sem correlação com o <i>post</i> .
	Pouca	São adotados argumentos racionais, porém, desenvolvem-se de modo superficial.
	Razoável	Os argumentos são construídos racionalmente, todavia, não há muito interesse dos participantes em reavaliar seus pontos de vista.
	Muita	Os argumentos são racionais, construídos com base em evidências, e os usuários demonstram inclinação em rever certos posicionamentos.
Igualdade discursiva	Nenhuma	Os comentários são ofensivos, há constrangimentos e ataques pessoais, não há dialeticidade e/ou o ambiente de discussão é desigual entre os participantes.

	Pouca	Os comentários são desigualmente distribuídos entre os participantes favoráveis ou não ao objeto da deliberação, com a preponderância de uma das opiniões.
	Razoável	Os comentários são diversos e o dissenso mais homogêneo, porém, ainda apresentam certa preponderância de uma das opiniões.
	Muita	Os comentários são diversos e homogêneos, todas as opiniões são igualmente consideradas e respondidas com respeito.
Liberdade discursiva	Nenhuma	A organização do ambiente de deliberação é seletiva e hostil em relação a determinadas opiniões e acarreta o constrangimento de participantes, que são excluídos ou silenciados devido à sua opinião.
	Pouca	O ambiente de discussão permite pouca discordância e está sujeita ao controle da moderação, que limita certas opiniões em favor de outras.
	Razoável	O ambiente de discussão permite alguma discordância, porém, está sujeita à moderação que limita certas formas de manifestação.
	Muita	O ambiente de discussão não é moderado de forma negativa, permite a ampla discordância entre os participantes e a defesa de opiniões diversas não é censurada ou reprimida.

Fonte: Elaboração própria

Ao final do levantamento e da avaliação, a partir do somatório das notas atribuídas a cada um dos cinco critérios de deliberação, pudemos obter uma *nota total de cada um dos posts*, bem como uma *média geral* – às quais atribuímos a seguinte avaliação:

Tabela 21 - Metodologia de Atribuição da Nota Geral do Post ou da Média Geral

NOTA TOTAL DO POST / MÉDIA GERAL	QUALIDADE DA DELIBERAÇÃO
0	Nenhuma deliberação
1 a 5	Pouca deliberação
6 a 10	Razoável deliberação
11 a 15	Muita deliberação

Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, após perscrutar individualmente o teor das postagens e da sessão de comentários, identificando o nível de atendimento aos cinco princípios deliberativos elencados e pontuando de acordo com os critérios estabelecidos, chegamos à seguinte pontuação:

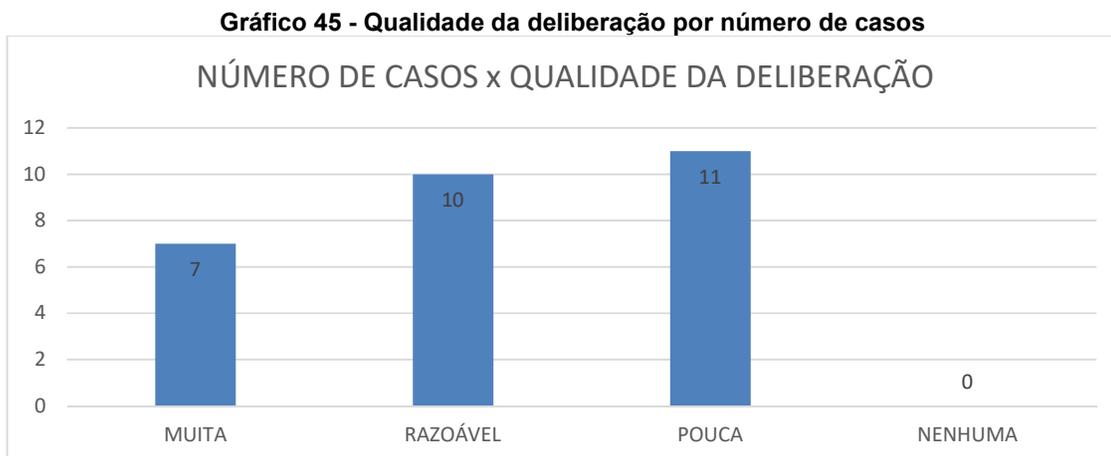
Tabela 22 - Resultado Final da Avaliação dos Post Deliberativos

CASO Nº	VEREADOR	RESUMO DO OBJETO DE DELIBERAÇÃO	DISCUSSÃO CRÍTICO-RACIONAL	RECIPROCIDADE	REFLEXIBILIDADE	IGUALDADE DISCURSIVA	LIBERDADE DISCURSIVA	NOTA TOTAL	QUALIDADE DA DELIBERAÇÃO
1	CLÉBER FÉLIX (PP)	Enquete sobre a concessão de desconto para os professores em livrarias de Vitória	1	1	1	1	3	7	Razoável
2	DAVI ESMAEL (PSB)	Defesa do projeto "Escola Sem Partido" de autoria do vereador.	0	0	0	1	3	4	Pouca
3	DAVI ESMAEL (PSB)	Defesa do projeto "Escola Sem Partido" de autoria do vereador.	1	0	1	1	3	6	Razoável
4	DAVI ESMAEL (PSB)	Defesa do projeto "Escola Sem Partido" de autoria do vereador.	2	1	2	2	3	10	Razoável
5	DAVI ESMAEL (PSB)	Defesa do projeto "Escola Sem Partido" de autoria do vereador.	2	1	2	3	3	11	Muita
6	DAVI ESMAEL (PSB)	Defesa do projeto "Escola Sem Partido" de autoria do vereador.	0	0	0	1	3	4	Pouca
7	DENNINHO SILVA (PPS)	Defesa de proposta de instalação do "Botão de Pânico" e de equipamento de gravação de som ambiente nas escolas e unidades de saúde.	3	2	2	3	3	13	Muita
8	LEONIL DIAS (PPS)	Oposição à decisão judicial que permitiu a constrição da Carteira de Habilitação como forma de cobrança de dívidas.	0	0	1	1	3	5	Pouca
9	LEONIL DIAS (PPS)	Oposição à Reforma Trabalhista	2	1	2	1	3	9	Razoável
10	LEONIL DIAS (PPS)	Defesa da utilização dos postes elétricos para a instalação de equipamentos de segurança da prefeitura.	0	0	0	0	3	3	Pouca
13	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Debate acerca da questão do aumento da população em situação de rua e seus impactos.	2	2	2	0	3	9	Razoável
14	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Debate acerca das medidas de segurança a serem adotadas pela Prefeitura durante os jogos da Copa.	1	1	1	0	3	6	Razoável
15	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Oposição à conduta centralizadora na gestão da Prefeitura Municipal	1	1	1	1	3	7	Razoável

16	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Oposição à "legislação penal simbólica" proposta no plenário da Câmara	0	0	1	0	3	4	Pouca
17	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Enquete acerca do retorno da "Linha Verde" e os impactos no trânsito da capital	3	2	2	3	3	13	Muita
18	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Defesa das alterações realizadas no Plano Diretor Urbano	0	0	0	0	3	3	Pouca
19	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Oposição às medidas da Prefeitura que busca punir os bares da Praia do Canto em razão dos excessos da população na comemoração do Carnaval	2	2	2	2	3	11	Muita
20	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Consulta acerca da proposta de acompanhamento do horário dos ônibus municipais em tempo real no aplicativo da Prefeitura	1	0	1	1	3	6	Razoável
21	MAZINHO DOS ANJOS (PSD)	Defesa da proposta que reserva um trecho da Praia Grande na Ilha do Boi para a prática de esportes	0	0	1	0	3	4	Pouca
22	NATHAN MEDEIROS (PSB)	Oposição à conduta da empresa prestadora de serviços de energia elétrica em limitar o número de bancos conveniados para o pagamento das faturas	2	1	1	1	3	8	Razoável
23	ROBERTO MARTINS (PTB)	Defesa do projeto de lei que impede a ocupação de cargos públicos por doadores de campanha	0	0	0	0	3	3	Pouca
24	ROBERTO MARTINS (PTB)	Post em defesa da pluralidade na educação e contra o projeto "Escola Sem Partido"	3	3	2	2	3	13	Muita
25	ROBERTO MARTINS (PTB)	Defesa da alteração ao Regimento Interno da Câmara, que prevê a leitura obrigatória de trechos da Bíblia no início das sessões	2	3	2	3	3	13	Muita
26	ROBERTO MARTINS (PTB)	Defesa da igualdade racial e políticas públicas afirmativas	0	0	0	0	3	3	Pouca
27	ROBERTO MARTINS (PTB)	Debate acerca das propostas para o Parque Tecnológico	2	1	2	1	3	9	Razoável
28	ROBERTO MARTINS (PTB)	Oposição à aprovação da recomposição dos subsídios dos	0	0	0	0	3	3	Pouca

		vereadores pela Câmara							
31	VINÍCIUS SIMÕES (PPS)	Defesa da greve geral dos caminhoneiros contra o aumento do valor do combustível	0	0	0	0	3	3	Pouca
32	WANDERSON MARINHO (PSC)	Oposição à prática do aborto	2	2	2	3	3	12	Muita
MÉDIA GERAL			1	1	1	1	3	7	RAZOÁVEL

Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Logo de início, convém explicar que o critério da *liberdade discursiva* atingiu a pontuação máxima em todos os casos em razão da própria arquitetura das comunicações firmadas pelas páginas do Facebook – que sustenta posts públicos e sem moderação – e não devido ao conteúdo das postagens, haja vista que o referido critério refere-se mais à arquitetura da plataforma do que à própria dinâmica deliberativa das comunicações. Esse fato também explica o motivo pelo qual nenhum dos posts, por menor que tenha sido a sua avaliação, atingiu a nota total mínima de 0 (zero), razão que explica o número de casos com “nenhuma deliberação”.

Em relação ao nível médio de deliberação, verifica-se que a média geral revela “razoável” deliberação, mostrando que há certo esforço deliberativo dos internautas em discutir os temas propostos pelos vereadores. Porém, essa média ainda é muito baixa, e constituindo apenas 47% da nota máxima possível (de 15 pontos), demonstrando que a prática deliberativa no caso concreto deixa muito a desejar e, assim, ainda está bem distante do ideal posto pelos teóricos da democracia deliberativa.

Outra observação importante diz respeito à média geral de cada um dos princípios deliberativos avaliados: o desvio padrão entre as notas gerais dos cinco critérios é muito baixo (0,9); revelando que não há a concentração em um problema específico de deliberação, mas sim a concorrência de dificuldades de naturezas múltiplas que constituem desafios a uma deliberação *online*.

Ademais, podemos verificar que somente algumas publicações atingiram o nível de “muita” deliberação e estão acima da média geral: de um total de 28 posts, apenas 7 deles – quais sejam, os casos 5, 7, 17, 19, 24, 25, 32 – demonstraram um nível de deliberação verdadeiramente relevante. Assim, convém questionar: por que a qualidade geral das deliberações por intermédio do Facebook é tão baixa? Acreditamos que a resposta possa ser encontrada em uma conjugação de fatores, tanto por parte dos emissores (os vereadores) quanto por parte dos receptores (os internautas) desse processo comunicativo.

Por parte dos cidadãos, verifica-se que a quantidade de comentários ainda é baixa, com uma média de 29 comentários por post analisado; especialmente se comparado com outras formas de engajamento mais cômodas e menos dialéticas – como as “curtidas”, por exemplo, que possuem uma média de 191 ocorrências por post. Além disso, grande quantidade de comentários são simples manifestações laudatórias de apoio ao vereador e, além disso, contam com algumas eventuais trocas de insultos – que são casos isolados, pois geralmente a ironia é preferida nos comentários:

Tabela 23 - Exemplos de Comentários Habituais nas Publicações Deliberativas dos Vereadores

DATA	TITULAR DO POST	COMENTÁRIOS DE USUÁRIOS
10/06/2018	Leonil Dias	Tá de parabéns as coisas está difícil pra todo mundo.
21/02/2018	Cléber Félix	Super concordo. Apoiado
25/05/2018	Davi Esmael	A maioria dos professores é discípulo de Paulo Freire ! São militantes comunistas
08/05/2018	Mazinho dos Anjos	Será que Lulu Copinha vai aparecer com suas idéias brilhantes como, por exemplo, uma Linha Verde e Amarela????
07/05/2018	Mazinho dos Anjos	Essa gestão, numa breve e torta comparação com o “Fordismo”, autoproclama-se um Mustang Shelby 2018 mas está mais para um Verona L com carburador entupido e a suspensão arriada
11/04/2018	Nathan Medeiros	A EDP ESCELSA...A POCOS DIAS ANUNCIOU UM CONLUIO COM A ONU...SERÁ QUE TEM LIGAÇÃO...AFINAL A FUNÇÃO DA ONU E INSTAURAR O CAOS EM PAISES DE INTERESSE..TAVEZ EU ESTEJA EXAGERANDO...MÁS QUEM SABE SE NÃO TEM LIGAÇÃO...
15/06/2018	Roberto Martins	Seria cômico se não fosse trágico

Fonte: Elaboração própria

Já pelo lado dos vereadores, salvo algumas raras exceções, no geral não há muita participação nos debates: os edis têm uma média de 13 comentários por post e, em termos gerais, não mediam ou incentivam as discussões, sendo que a grande maioria das mensagens é padronizada. Nesse sentido, podemos ilustrar com os casos 7 e 17 que são os mais emblemáticos, pois são os que demonstram o maior número de comentários em comparação aos demais e possuem uma boa avaliação deliberativa (ambas com nota 13, revelando ‘muita’ deliberação); porém, boa parte desse total de comentários foi feito pelo vereador que, no entanto, pouco contribuiu para o debate, já que as respostas eram em sua grande maioria, padronizadas:

Tabela 24 - Exemplos de Comentários Habituais dos Vereadores nos Post Deliberativos

CASO	NOTA TOTAL DA DELIBERAÇÃO	NÚMERO DE COMENTÁRIOS	COMENTÁRIOS DO VEREADOR	EXEMPLOS
7	13	368	152	Obrigado pelo apoio, Nelci Da Cruz Coelho Tomé! Conte com nosso máximo empenho nessa ação. Se possível, nos ajude compartilhando essa publicação com os profissionais da área e amigos para que tenhamos o máximo de apoio para aprovação da matéria! Estou à disposição! (27) 99824-0195.
				Obrigado pelo apoio, minha amiga! Conte com nosso máximo empenho na aprovação da medida! Nos ajude compartilhando essa publicação para que tenhamos o máximo de apoio para aprovação da matéria! Estou à disposição! (27) 99824-0195.
				Obrigado pelo apoio, Renilda Ribeiro! Conte com nosso máximo empenho nessa ação. Se possível, nos ajude compartilhando essa publicação com amigos para que tenhamos o máximo de apoio para aprovação da matéria! Estou à disposição! (27) 99824-0195.
17	13	319	109	Ademir, obrigado por dar sua opinião. Vou fazer um relatório detalhado de tudo o que foi exposto aqui e levar à Prefeitura. Forte abraço.
				Vinicius, obrigado por dar sua opinião. Vou fazer um relatório detalhado de tudo o que foi exposto aqui e levar à Prefeitura. Forte abraço.
				Adriana , obrigado por dar sua opinião. Vou fazer um relatório

				<p>detalhado de tudo o que foi exposto aqui e levar à Prefeitura. Forte abraço.</p> <p>Hayner, obrigado por dar sua opinião. Vou fazer um relatório detalhado de tudo o que foi exposto aqui e levar à Prefeitura. Forte abraço.</p>
--	--	--	--	--

Digna de nota também é a ausência de interação entre dos demais vereadores com os posts dos colegas, posto que nos casos avaliados não houve manifestações de apoio ou discordância de um vereador na página de outro – revelando que, se de fato os vereadores ocasionalmente acompanham as páginas dos demais edis (como declarado na questão 13 do questionário), isso se dá de forma passiva.

Por fim, da amostragem obtida, podemos verificar que as matérias mais discutidas nos posts deliberativos dizem respeito a questões controversas de fundo moral (aborto, estado laico e liberdade de cátedra) e referentes a questões urbanísticas e de organização da cidade (mobilidade urbana e órgãos de fiscalização).

Portanto, a título de conclusão, pudemos verificar na prática que apenas 7 publicações, de um total de 1216 posts analisados, realmente possuem um alto potencial deliberativo – ou seja, menos de 0,6% da amostragem total realmente representa a prática digital advogada pelos teóricos de uma democracia *online*. No geral, o restante dos posts considerados “deliberativos” na realidade configuram uma pretensa deliberação que não atinge a sua plena maturidade devido a motivos que decorrem tanto da conduta *online* da população quanto dos próprios representantes; revelando que a internet tem sim um potencial democrático, mas ainda faltam iniciativas e incentivos para que as práticas dos cidadãos e dos políticos possam realmente contornar a crise de legitimidade instaurada.

5 CONCLUSÕES

Democracias não são modelos “prontos e acabados”. Os próprios atenienses sabiam dessa verdade e, ao longo dos seus dois séculos de experiência democrática, foram aos poucos, na prática, reforçando suas instituições contra as investidas de tiranos e demagogos que buscavam atentar contra o exercício direto do poder pelo povo, cujas deliberações em assembleia legitimavam as decisões coletivas. A democracia liberal que surge dois mil anos depois também encontra em seu núcleo a ideia de salvaguarda contra a tirania, porém, visando contornar os problemas enfrentados pela experiência ateniense, ela foi construída em cima da ideia de representação e do processo eleitoral como forma de legitimar as decisões políticas.

O mal-estar que hoje atinge grande parte das democracias liberais – tanto aquelas erigidas durante a terceira onda de democratização quanto aquelas consolidadas há séculos – tem boa parte de sua origem na falta de confiança dos cidadãos na capacidade dos seus representantes em resolver os problemas socioeconômicos típicos da pós-modernidade, que se avolumaram nas primeiras décadas do século XXI. Essa crise se torna um motivo de cautela ainda maior porque corrói a validade da própria ideia de representação política, que é o cerne da legitimidade do processo de tomada de decisões políticas.

Nesse contexto de crise de representatividade das democracias liberais, a ideia de uma democracia deliberativa constitui uma proposta alternativa, que objetiva revigorar o sistema representativo ao legitimar as decisões públicas não apenas pela via eleitoral, mas também pela promoção de deliberações públicas entre indivíduos livres e iguais, capazes de firmar um entendimento mútuo sobre questões controversas que serão obedecidas pelos representantes e cobradas pelo povo.

Diante de tudo o que foi exposto, podemos traçar em linhas gerais algumas conclusões a respeito da *percepção* e da *deliberação* dos vereadores de Vitória/ES por intermédio do Facebook, que nos ajudam a compreender de forma mais ampla as práticas digitais adotadas pelos políticos no curso regular do seu mandato e, por consequência, apontam alguns desafios atuais para uma efetiva deliberação por meio das redes sociais.

Primeiramente, ainda há baixa inserção do brasileiro na internet e o seu acesso à rede mundial ainda é bastante excludente, o que por si só implicaria graves

restrições a uma deliberação que seja efetivamente livre e igualitária – não apenas em seu sentido formal, mas também material.

Em segundo lugar, pudemos estabelecer que o Facebook tem considerável potencial deliberativo – apesar de não ser uma plataforma desenhada para a discussão política –, pois apresenta um alto nível de liberdade discursiva ao permitir que se desenvolvam discussões públicas entre indivíduos livres e iguais. No entanto, a efetiva concretização dessas deliberações nesse ambiente depende das práticas digitais adotadas.

Por um lado, no tocante à *percepção* dos vereadores acerca dessa relação entre política e internet, pudemos perceber que os vereadores entrevistados declararam que possuem considerável inserção nas redes sociais e que detêm um razoável conhecimento dessas plataformas, cujo acesso se dá pelos seus *smartphones*. Segundo também declararam, os edis utilizam as redes com frequência para veicular seus posicionamentos políticos com frequência e para interagir com os cidadãos, promovendo discussões e mantendo a população informada. Assim, consideram a internet um importante instrumento democrático – apesar de defenderem a democracia na sua forma majoritariamente representativa.

Por outro viés, no que diz respeito às efetivas *práticas* dos vereadores nas redes sociais, realmente pudemos verificar que o Facebook é de muita importância para a sua atuação política e que de fato eles possuem boa inserção nessa rede social, *todavia*, o excesso de perfis e páginas parece criar dificuldades na gestão da comunicação; o que – apesar de declararem possuir conhecimento e assessoria especializada de mídias sociais – revela pouco profissionalismo na condução da plataforma e constitui um obstáculo à deliberação, pois dificulta a gestão do conteúdo veiculado e a discussão entre os cidadãos. Também pudemos verificar por meio da análise dos posts deliberativos que são poucos os casos em que eles realmente utilizam do Facebook para informar a população e, menos ainda, para veicular seus posicionamentos políticos a fim de fomentar uma discussão – e mesmo quando o fazem, a sua interação com os usuários é muito baixa ou conteúdo das comunicações geralmente é uma resposta padronizada.

Assim, verificamos que os vereadores estão utilizando o Facebook majoritariamente para fins propagandísticos, visando promover a sua imagem pessoal, demonstrar seu engajamento ou prestar a sua *accountability* perante o eleitorado.

Em suas páginas, o número de seguidores é variável e a frequência de postagem é bastante errática. Portanto, ao contrário do que se poderia esperar, não há correlação entre o número de seguidores e a frequência de postagem, revelando que o maior número de seguidores não implica em um maior investimento dos vereadores na rede social. De modo semelhante, o engajamento está distribuído de forma desproporcional entre os vereadores e, como verificamos, um maior número de seguidores não implica em maior engajamento dos usuários nas postagens.

Assim sendo, se o maior número de engajamento *não* decorre de um maior número de seguidores, o que poderia influenciar essa maior adesão ao post por parte dos usuários?

Conforme pudemos verificar, apesar das postagens deliberativas constituírem a minoria das amostragens, elas são as que possuem uma maior média de engajamento, se comparado proporcionalmente aos posts *propagandísticos* e *informativos* – demonstrando que há sim uma associação direta entre a natureza da publicação e o maior engajamento dos usuários e revelando que os cidadãos demonstram maior interesse em se manifestar quando são instados a tanto.

No entanto, verificamos que na grande maioria dos casos esse engajamento não se traduz em efetiva deliberação pois, além dos obstáculos apontados em relação aos vereadores, por parte dos cidadãos pudemos verificar que a quantidade de comentários ainda é baixa, e a maior parte desse engajamento se dá por meio das “curtidas”. Além disso, grande quantidade de comentários são simples manifestações laudatórias de apoio ao vereador e, além disso, contam com algumas eventuais trocas de insultos – que são casos isolados, pois geralmente a ironia é preferida nos comentários:

Todos esses fatores contribuem para uma média geral “razoável” da qualidade da deliberação, com uma nota que não representa nem 50% da nota total (7 de 15 pontos). Assim sendo, do total de 1216 posts que foram analisados, apenas 28 foram considerados deliberativos e, destes, apenas 7 realmente possuem um alto grau de deliberação – o que corresponde a apenas 0,6% da amostragem inicial.

Assim, mesmo considerando a importância política do Facebook para o caso brasileiro e a liberdade discursiva assegurada pela sua arquitetura, esta plataforma não é o ambiente adequado para o desenvolvimento da deliberação entre cidadãos e representantes. Pudemos notar que, pelo menos no caso analisado, o uso político do Facebook por parte dos cidadãos se dá mais por comodidade do que por

sua eficiência, pois, além de tudo que se pode fazer por meio do Facebook, ele também pode ser utilizado para discutir política – apesar de não ser o canal adequado para tanto. Por sua vez, os políticos se valem dessa comodidade para ganhar e manter visibilidade que necessitam para a competição do mercado eleitoral. Com isso, além da importante questão da inclusão digital, percebe-se também a falta de uma plataforma institucional que seja propícia à deliberação – uma rede social que incentive o debate e que possa assegurar a igualdade e a liberdade discursiva; uma rede social que possa ser utilizada tão efusivamente (pela população e pelos políticos) quanto o Facebook – porém, que efetivamente assegure a discussão, a compreensão e o diálogo.

Apesar de tudo, as conclusões havidas no presente trabalho de forma alguma devem ser entendidas de uma forma pessimista: ainda acreditamos que a internet tem grande potencial democrático. Porém, elas devem servir de alerta, um aviso de que precisamos (e podemos) melhorar *muito* as nossas práticas deliberativas, a fim de que efetivamente possa ocorrer a legitimação de decisões políticas da forma preconizada pelos teóricos da democracia deliberativa.

Dessa forma, a internet política brasileira não é a panaceia que salvará a democracia, como acreditam alguns – pelo menos, não no seu atual estágio. Muitos elementos contribuem para essa crise de representatividade, inclusive o próprio papel da internet, que é utilizada por alguns políticos apenas visando a promoção pessoal e, por outros, para fins de atender à discórdia, à mentira e ao populismo.

Creditar a atual crise – ou a salvação dela – na internet e nas redes sociais, talvez seja responsabilidade demais para aquilo que é apenas um instrumento. E a chave para compreender o papel político da internet reside justamente em reconhecer a sua instrumentalidade.

De modo mais lúdico, podemos dizer que um violino dificilmente será o motivo do sucesso ou do fracasso de uma peça; mas colocá-lo nas mãos de um bom ou de um péssimo violinista certamente contribui. E da mesma forma, é nisso que surge a importância do vereador: devido ao seu papel político central, o edil pode contribuir (ou não) para o bom uso desse instrumento de comunicação de massa. Eles acreditam (ou defendem) estar deliberando, mas na prática verifica-se que a utilização da internet para esse fim é irrisória, pois o objetivo principal é o *marketing* político. No entanto, isso pode ser revisto e modificado: basta que os vereadores adotem novas posturas mais deliberativas – pois os usuários já demonstraram seu engajamento nessas deliberações, apesar de as discussões ainda serem de baixa qualidade, como

vimos. O caminho é longo e passa por diversas questões, especialmente por uma maior inclusão digital, pela criação de uma plataforma que realmente esteja voltada para o debate político, pela melhoria na qualidade dessas deliberações *online* e por uma mudança de postura por parte dos representantes – que devem se mostrar verdadeiramente interessados em fomentar a deliberação (quantitativamente e qualitativamente), a fim de fazer valer no ambiente *online* a *demokratia*: o poder do povo.¹²⁸

¹²⁸ Concluímos a presente dissertação em 26/05/2019, sob os gritos vindos das ruas de Vitória/ES por uma manifestação “verde-e-amarelo” em apoio às recentes medidas propostas pelo atual governo, contendo faixas com diversas demandas autocráticas da atual “direita”, inclusive a favor de uma bizarra e contraditória “intervenção constitucional”. Dizemos “bizarra” porque seus defensores pretendem descumprir a constituição sob o pretexto de mantê-la, e “contraditória” porque eles se valem das liberdades asseguradas pela própria Constituição para pugnar a imposição autoritária de restrições às liberdades constitucionais – fazendo ressoar as advertências de Levitsky e Ziblatt (2018, p. 19): “O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la”.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **A Era do Imprevisto: a Grande Transição do Século XXI**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. Polarização Radicalizada e Ruptura Eleitoral. In: **Democracia em Risco? 22 Ensaios sobre o Brasil Hoje**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11–34.

AGRELA, Lucas. **Google mata sua rede social após 7 anos: Fim da linha para o Google+ será em agosto de 2019**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/google-sera-descontinuado-apos-problema-com-seguranca-de-dados/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em Risco? 22 Ensaios sobre o Brasil Hoje**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52–69.

AMARAL, Marcelo Santos et al. O Congresso nas Redes Sociais: uso do Twitter por parlamentares brasileiros. In **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Ano 12, n. 20, p. 47–76, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/view/5914>>.

ARISTÓTELES. **Poética, Organon, Política e Constituição de Atenas**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ARRIAGA, Manuel. **Rebooting Democracy: A Citizen's Guide To Reinventing Politics**. London: Thistle Publishing, 2015.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de. Republicanismo. In: RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúriom; FRATESCHI, Yara (Org.). **Manual de Filosofia Política para os cursos Teoria do Estado e Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 69–95.

BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo na História do Pensamento Político**. São Paulo: EDIPRO, 2017a.

_____. **Estado, Governo e Sociedade**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

_____. **Liberalismo e Democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRAGA, Sérgio. O uso da Internet nas campanhas eleitorais: O balanço do debate e algumas evidências sobre o Brasil. In: **Revista USP**, n. 90, p. 58–73, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34012>>.

BRAGA, Sérgio; ROCHA, Leonardo Caetano; CARLOMAGNO, Márcio Cunha. A

Internet e os partidos políticos brasileiros. In: **Cadernos Adenauer**, v. XVI, n. 3, p. 47–73, 2015.

BRAGA, Sérgio Soares; FRANÇA, Andressa Silvério Terra; NICOLÁS, María Alejandra. Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 183–208, 2009.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLÁS, María Alejandra; FRANÇA, Andressa Silvério Terra. Uso da Internet e Oportunidades de Participação Política Virtual nas Eleições Municipais de outubro de 2008 no Brasil. In: **Revista Debates**, v. 5, n. 2, p. 117–144, 2011.

BRASIL. **PNAD 2016: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular Para Uso Pessoal. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE: 2018a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>>.

_____. **PNAD 2017: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular Para Uso Pessoal. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE: 2018b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>.

BRITO, Ari Ricardo Tank. O Liberalismo Clássico. In: RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara (Org.). In: **Manual Filosofia Política para os cursos Teoria do Estado e Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 119–142.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Câmara de Vitória conquista primeiro lugar em transparência**. Disponível em: <<http://www.cmv.es.gov.br/controladoria/noticia/ler/8501/-cmara-de-vitria-conquista-primeiro-lugar-em-transparncia>>. Acesso em: 12 maio 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Crise e Reinvenção Política no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o Longo Caminho**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Os Bestializados**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. 2006. 239f. Dissertação (mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://www.nethistory.info/Resources/Internet-BR-Dissertacao-Mestrado-MSavio-v1.2.pdf>>.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, Negócios e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A Sociedade em Rede**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017b.

_____. **Ruptura: a Crise da Democracia Liberal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia: Uma Introdução Crítica**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade**. 1. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DATAFOLHA. **Eleições 2018**. Instituto Datafolha: São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1982948-apoio-a-democracia-e-recorde-na-vespera-de-eleicao.shtml>>.

DEL SER, Guiomar. **La infraestructura de Podemos vive en Internet**. Disponível em: <https://elpais.com/politica/2014/11/14/actualidad/1416001618_966214.html>. Acesso em: 21 out. 2018.

DILORENZO, Sarah; PRENGAMAN, Peter. **AP Explains: How Brazil's Bolsonaro used Trump tactics**. Disponível em: <<https://www.foxnews.com/world/ap-explains-how-brazils-bolsonaro-used-trump-tactics>>. Acesso em: 30 out. 2018.

FACEBOOK. **As diferenças entre Páginas, perfis, grupos e eventos**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/business/help/2148431558717386>>. Acesso em: 13 maio 2019.

FAUSTO, Boris. A queda do foguete. In: **Democracia em Risco? 22 Ensaios sobre o Brasil Hoje**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 136–146.

_____. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

FERGUSON, Niall. **A Praça e a Torre**. São Paulo: PPlaneta do Brasil, 2018.

FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e Moderna**. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, Marina. **Partido na Argentina quer “hackear a política” com voto de cidadãos na web**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/partido-na-argentina-quer-hackear-politica-com-voto-de-cidadaos-na-web.html>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2019: Brazil Profile**. New York: 2018a. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/brazil>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

_____. **Freedom in the World 2019: Democracy in Retreat**. New York: 2019b. Disponível em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/Feb2019_FH_FITW_2019_Report_For_Web-compressed.pdf>.

_____. **Freedom on the Net 2018: Brazil**. New York: 2018. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2018/brazil>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FRUTOS, Ana Muñoz de; MOYNIHAN, Ruqayyah. **This 24-year-old uses a 3D printer to make prosthetic limbs for people in the world's poorest countries**. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/3d-printer-prosthetic-limbs-worlds-poorest-nations-2019-1>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FUKUYAMA, Francis. **The End Of History And The Last Man**. New York: The Free Press, 1992.

GOMES, Wilson. **A Democracia no Mundo Digital: Histórias, Problemas e Temas**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

GOOGLE; MCKINSEY & COMPANY. **Índice de Maturidade Digital**. São Paulo: 2019. Disponível em: <<http://www.abranet.org.br/doc/maturidade-digital-2019.pdf>>.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O Federalista**. Belo Horizonte: Editora Líder, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's Third Wave. In: **Journal of Democracy**, v. 2, n. 2, p. 12–34, 1991. Disponível em: <<https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>>.

IPSOS. **Fake news, filter bubbles, post-truth and trust**. 2018. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-08/fake_news-report.pdf>.

KAKUTANI, Michiko. **A Morte da Verdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATINOBARÓMETRO. **Análisis Online: Brasil**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVENSON, Eric. **Maker of 3D-printed guns begins selling blueprints, despite court order**. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/08/28/us/3d-printed-guns-cody-wilson-blueprint/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, Liberdades e Controle: Uma Genealogia Política da Internet**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe, Escritos Políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- _____. **O Príncipe**. 1. ed. São Paulo: Hunter Books, 2014.
- MARKOFF, John. **Waves of Democracy: Social Movements and Political Change**. 2. ed. Colorado: University of Pittsburg, 2015.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 19–40, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a02.pdf>>.
- MARSHALL, Monty G.; ELZINGA-MARSHALL, Gabrielle. **Global Report 2017: Conflict, Governance, and State Fragility**. Vienna: 2017. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/vlibrary/GlobalReport2017.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- MARTEL, Frédéric. **Smart: O que você não sabe sobre a Internet**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- MATITO, Manuel Sánchez. La comunicación de los diputados españoles a través de Internet. In: **Revista de Humanidades**, v. 28, n. 1130–5029, p. 139–168, 2016. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/rdh/article/view/16497>>.
- MELO, Rúrion. Teorias Contemporâneas da Democracia: entre Realismo Político e Concepções Normativas. In: RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara (Org.). **Manual de Filosofia Política para os cursos Teoria do Estado e Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 119–142.
- MILL, John Stuart. **Considerações Sobre o Governo Representativo**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NEIVA, Eduardo. **Dicionário Houaiss de Comunicação e Multimídia**. São Paulo: Publifolha, 2013.
- NORRIS, Pippa. **Digital Divide?: Civic Engagement, information, poverty and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- OSBORNE, Roger. **Do Povo Para o Povo: Uma história da Democracia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RAWLS, John. **The Law Of Peoples; with, The Idea of Public Reason Revisited**. 1.

ed. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Boa Política: Ensaio Sobre a Democracia na Era da Internet**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **A Democracia**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

SAHARA, Michael. 2066: Dia de Eleição. In: ASIMOV, Isaac; WARRICK, Patricia S; GREENBERG, Martin H (Org.). *In Histórias Robôs. Vol. 3*. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 168–187.

SARTORI, Giovanni. **Qué es la Democracia?** 1. ed. México: Editorial Patria, 1993.

SEILER, Daniel-Louis. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SNYDER, Timothy. **Sobre a Tirania: Vinte Lições do Século XX para o Presente**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TILLY, Charles. **Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: Leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Documentos Anteriores à Criação da Sociedade das Nações (até 1919)**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919>>. Acesso em: 1 set. 2018.

VILLA, Marco Antonio. **A História em Discursos: 50 discursos que mudaram o Brasil e o Mundo**. São Paulo: Planeta, 2018.

WE ARE SOCIAL. **Digital 2019: Brazil**. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DataReportal/digital-2019-brazil-january-2019-v01?from_action=save>. Acesso em: 6 mar. 2019a.

_____. **Digital 2019: Global Digital Yearbook**. Disponível em: <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2019-global-digital-overview-january-2019-v01?from_action=save>. Acesso em: 6 mar. 2019b.

_____. **Digital in 2017: South America - A Study of Internet, Social Media and Mobile Throughout the Region**. Disponível em: <<https://wearesocial.com/special-reports/2017-digital-yearbook-digital-data-every-country-world>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

WEALE, Albert. **Democracy**. New York: St. Martin's Press, 1999.

WIENER, Norbert. **Cibernética: ou Controle e Comunicação no Animal e na Máquina**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. **Country Detail: Brazil**. Disponível em:

<https://opendatabarometer.org/country-detail/?_year=2017&indicator=ODB&detail=BRA>. Acesso em: 4 fev. 2019.

YOUSEFF, Alexandre. **Novo Poder: Democracia e Tecnologia**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

**APÊNDICE ÚNICO: MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS
VEREADORES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E MESTRADO EM
SOCIOLOGIA POLÍTICA - UNIVERSIDADE DE VILA VELHA/ES**

**PRÁTICAS POLÍTICAS DIGITAIS: A PERCEPÇÃO E A
PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES DA 18ª LEGISLATURA
(2017/2020) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES POR MEIO
DA INTERNET.**

Pesquisador responsável: Prof. Gabriel Monteiro Cupertino de Castro
E-mail: gabrielcupertino@gmail.com
Telefone: (27) 98807-5007

PERFIL ONLINE

1. COM QUAL FREQUÊNCIA O(A) SR(A). COSTUMA ACESSAR A INTERNET?

Marque apenas uma das opções.

- Todos os dias.
- Ocasionalmente.
- Quase nunca.
- Nunca.
- Não responder.

2. QUAIS OS DISPOSITIVOS MAIS UTILIZADOS PELO(A) SR(A). PARA ACESSAR A INTERNET?

Marque mais de uma opção, se houver.

- Celular (Smartphone).
- Computador (PC/Desktop/de Mesa).
- Computador Portátil (Laptop/Notebook/Netbook).
- Tablet.
- Não responder.

3. O(A) SR(A). POSSUI PERFIL PÚBLICO EM QUAIS REDES SOCIAIS ABAIXO?

Marque mais de uma opção, se houver.

- Sítio Eletrônico Pessoal (*Site* ou *Blog*).
- Facebook.
- Instagram.
- Youtube.
- Twitter.

- LinkedIn.
- Pinterest.
- Google+.
- Snapchat.
- Não possuo perfil público na internet.
- Não responder.

4. O(A) SR(A). COSTUMA UTILIZAR A INTERNET PRINCIPALMENTE PARA QUAIS ATIVIDADES?

Marque mais de uma opção, se houver.

- Trabalho.
- Estudos.
- Compras.
- Diversão.
- Notícias.
- Não responder.

5. NO DIA-A-DIA, QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES QUE O(A) SR(A). ENCONTRA AO UTILIZAR AS REDES SOCIAIS?

Marque mais de uma opção, se houver.

- Não possuo conhecimento suficiente sobre o uso de aparelhos com acesso à internet.
- Não conheço de modo suficiente o funcionamento dos sites e aplicativos.
- Não consigo estabelecer uma conexão com a internet pois encontro dificuldades técnicas.
- Não disponho de aparelhos com conexão à internet.
- Não disponho do tempo necessário para acompanhar as informações ou responder às mensagens.
- Não encontro quaisquer dificuldades.
- Não responder.

6. QUAL É O MEIO UTILIZADO COM MAIOR FREQUÊNCIA PELOS CIDADÃOS PARA ENTRAR EM CONTATO COM O(A) SR.(A)?

Marque apenas uma das opções.

- Correios.
- Telefone Fixo.
- Telefone Celular.
- Correio Eletrônico (E-mail).
- Sítio Eletrônico Pessoal (*Site* ou *Blog*).
- Redes Sociais (Facebook, Twitter, Instagram e Outros).

- Aplicativos de Conversa (Whatsapp e outros).
- Portal da Câmara dos Vereadores (“Fale com o Vereador”).
- Não responder.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ONLINE

7. O(A) SR(A). COSTUMA UTILIZAR A INTERNET PARA VEICULAR SEUS POSICIONAMENTOS POLÍTICOS? CASO POSITIVO, COM QUAL FREQUÊNCIA?

Marque apenas uma das opções.

- Sim, todos os dias.
- Sim, ocasionalmente.
- Sim, quase nunca.
- Não, nunca.
- Não responder.

8. O(A) SR(A). COSTUMA ACOMPANHAR E RESPONDER ÀS MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS EM SEUS PERFIS SOCIAIS? COM QUAL FREQUÊNCIA?

Marque apenas uma das opções.

- Sim, todos os dias.
- Sim, ocasionalmente.
- Sim, quase nunca.
- Não, nunca.
- Não responder.

9. QUAL O PRINCIPAL MOTIVO QUE LEVOU O(A) SR(A). A ABRIR E MANTER UM PERFIL PÚBLICO NAS REDES SOCIAIS?

Marque mais de uma opção, se houver.

- Para manter o eleitor informado sobre assuntos de interesse da população.
- Para aumentar a minha visibilidade política nas mídias.
- Para consultar a opinião dos eleitores acerca das suas preferências políticas.
- Para debater com os eleitores sobre minhas propostas e projetos.
- Não possuo perfil público em redes sociais.
- Não responder.

10. O(A) SR(A). POSSUI ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA LIDAR COM MÍDIAS DIGITAIS?

Marque apenas uma das opções.

- Sim.

- Não.
- Não responder.

11. QUAIS OS MEIOS ELETRÔNICOS MAIS UTILIZADOS PELO(A) SR(A). PARA INTERAGIR COM OS CIDADÃOS? COMO O(A) SR.(A) AVALIA O GRAU DE IMPORTÂNCIA DE CADA UM DESSES MEIOS?

Assinale mais de uma opção, se houver.

	Muito importante	Alguma importância	Pouco importante	Nenhuma importância
Site ou Blog				
E-mail				
Whatsapp				
Facebook				
Instagram				
Youtube				
Twitter				
LinkedIn				
Pinterest				
Google+				
Snapchat				

- Não uso a internet para este fim.
- Não responder.

12. COM QUAL FREQUÊNCIA O(A) SR(A). CONSIDERA AS MANIFESTAÇÕES DOS CIDADÃOS VEICULADAS PELA INTERNET PARA A FORMULAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS OU DOS SEUS VOTOS?

Marque apenas uma das opções.

- Sempre.
- Ocasionalmente.
- Quase nunca.
- Nunca.
- Não responder.

13. COM QUAL FREQUÊNCIA O(A) SR(A). ACOMPANHA OS PERFIS PÚBLICOS DOS DEMAIS VEREADORES DE VITÓRIA/ES?

Marque apenas uma das opções.

- Todos os dias. (Continua)
- Ocasionalmente.
- Quase nunca.
- Nunca.
- Não responder.

PERCEPÇÃO SOBRE A POLÍTICA NA INTERNET

14. CONSIDERANDO AS AFIRMAÇÕES ABAIXO, QUAL SE APROXIMA MAIS DA SUA FORMA DE PENSAR?

Marque apenas uma das opções.

- "A internet é um importante instrumento de participação política dos cidadãos".
- "A internet apenas cria para os cidadãos a ilusão de participação política".
- "A internet não é importante para a participação política dos cidadãos".
- "A participação política dos cidadãos por meio da internet é um risco para a democracia".
- Não responder.

15. NA OPINIÃO DO(A) SR(A)., QUAL A IMPORTÂNCIA DAS MANIFESTAÇÕES VEICULADAS POR MEIO DA INTERNET PARA OS DEBATES LEGISLATIVOS?

Marque apenas uma das opções.

- Muita.
- Alguma.
- Pouca.
- Nenhuma.
- Não sei.
- Não responder.

16. NA OPINIÃO DO(A) SR(A)., QUAL É O PRINCIPAL ENTRAWE À MAIOR PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO PELA INTERNET?

Marque apenas uma das opções.

- Questões financeiras, técnicas ou de falta de conhecimento que impedem ou dificultam o acesso à internet.
- Falta de preparo dos cidadãos para o debate político.
- Falta de conhecimento acerca dos processos legislativos ou das matérias deliberadas.
- A insegurança ou a impessoalidade dos atos realizados por meio da internet.
- Não responder.

17. SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR PELA INTERNET, O(A) SR.(A) ACREDITA QUE O POVO:

Marque apenas uma das opções.

- Tem condições de tomar quaisquer decisões políticas sem o intermédio de seus representantes políticos.
- Tem capacidade de decidir sobre algumas questões, cabendo aos seus representantes políticos deliberar sobre outras questões.
- Tem capacidade de participar da política, mas somente por meio de consultas à sua opinião ou da manifestação da sua vontade.
- Não tem condições de tomar decisões ou participar em razão da complexidade das matérias e/ou do processo legislativo.
- Não responder.

CONFIANÇA NA INTERNET

18. QUANTA CONFIANÇA O(A) SR(A). POSSUI NAS INFORMAÇÕES VEICULADAS POR TERCEIROS POR MEIO DA INTERNET?

Marque apenas uma das opções.

- Muita.
- Alguma.
- Pouca.
- Nenhuma.
- Não sei.
- Não responder.

19. O(A) SR(A). JÁ FOI ALVO DE NOTÍCIAS FALSAS VEICULADAS POR MEIO DA INTERNET ("FAKE NEWS")?

Marque apenas uma das opções.

- Sim.
- Não.
- Não responder.

20. O(A) SR(A). JÁ FOI ALVO DE INSULTOS, XINGAMENTOS, DISCRIMINAÇÃO OU COMENTÁRIOS DE ÓDIO POR MEIO DA INTERNET?

Marque apenas uma das opções.

- Sim.
- Não.
- Não responder.

21. COM QUAL FREQUÊNCIA O(A) SR(A). COSTUMA REALIZAR A PRÉVIA CHECAGEM DE FATOS DAQUILO QUE É COMPARTILHADO NOS SEUS PERFIS SOCIAIS?

Marque apenas uma das opções.

- Sempre.
- Ocasionalmente.
- Quase nunca.
- Nunca.
- Não responder.

SOBRE A DEMOCRACIA

22. COM QUAL AFIRMAÇÃO O(A) SR.(A) CONCORDA?

Marque apenas uma das opções.

- A democracia é sempre a melhor forma de governo.
- A democracia às vezes é a melhor forma de governo.
- A democracia nunca é a melhor forma de governo.

- É indiferente ter ou não uma democracia.
- Não sei.
- Não responder.

23. “AS ELEIÇÕES SÃO SEMPRE O MELHOR MEIO PARA EXPRESSAR DETERMINADAS PREFERÊNCIAS POLÍTICAS.” QUAL É A OPINIÃO DO(A) SR.(A) PARA ESTA AFIRMAÇÃO?

Marque apenas uma das opções.

- Concordo fortemente.
- Concordo.
- Nem concordo, nem discordo.
- Discordo.
- Não sei.
- Não responder.

24. EM SUA OPINIÃO OS PARTIDOS POLÍTICOS REPRESENTAM MAIS:

Marque apenas uma das opções.

- Toda a população.
- Os eleitores e os grupos que os apoiam.
- Os próprios políticos.
- Não sei.
- Não responder.

25. QUAIS SÃO OS FATORES QUE SE CONSTITUEM NOS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À DEMOCRACIA NO BRASIL?

Marque mais de uma opção, se houver.

	Muito relevante	Alguma relevância	Pouco relevante	Nenhuma relevância
A ganância das elites				
A desigualdade de renda				
Baixa escolaridade				
O desrespeito aos direitos humanos				
A agitação social				
A corrupção nos órgãos públicos				
A violência e o crime organizado				
A interferência do poder Judiciário em assuntos políticos				
Problemas com segurança pública				
Falta de punição aos políticos eleitos envolvidos em atividades ilícitas				

- Não responder.

26. COMO ESTÁ A ESTABILIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL?

Marque apenas uma das opções.

- Muito estável.

Mais ou menos estável.

Pouco estável.

Não é estável.

Não sei.

Não responder.

27. NA OPINIÃO DO(A) SR.(A), EM UMA DEMOCRACIA, A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA POLÍTICA SE REALIZA POR MEIO:

Marque mais de uma opção, se houver.

Do voto direto, secreto e periódico.

De plebiscitos e referendos realizados regularmente.

Dos conselhos gestores de políticas públicas.

Do orçamento participativo.

Da participação do cidadão nas decisões políticas, sem o intermédio de seus representantes políticos.

Não responder.